Universidade de Brasília

Relatório de Autoavaliação Institucional

Período do Relatório – 2010

Brasília, março de 2011.

Dilma Vana Rousseff

Presidenta da República

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Maria Paula Dallari Bucci

Secretária de Educação Superior

José Rubens Rebelatto – Secretário Interino

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CONSELHO DIRETOR

Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Presidente

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Vice-Reitor: Prof. João Batista de Sousa

Decana de Ensino de Graduação: Profa. Márcia Abrahão Moura

Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Decano de Extensão: Prof. Oviromar Flores

Decano de Assuntos Comunitários: Prof. Eduardo Raupp Vargas

Decano de Administração: Prof. Pedro Murrieta Santos Neto

Decano de Planejamento e Orçamento: Prof. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

Decana de Gestão de Pessoas: Dra. Gilca Ribeiro Starling Diniz

Relatório de Autoavaliação Institucional

2010

Comissão Própria de Avaliação

Prof. José Geraldo de Sousa Junior (Reitor – Presidente)
Profa. Márcia Abrahão Moura (Decana de Ensino de Graduação)
Prof. Paulo Rocha (Decano de Planejamento e Orçamento)
Prof. Joaquim José Soares Neto (Instituto de Física)
Prof. José Ângelo Belloni (Departamento de Estatística)
Prof. Carmenisia Jacobina Aires (Faculdade de Educação)
Contador Samuel Faria de Abreu (Decanato de Administração)
Psicóloga Aparecida Miranda Cunha (Serviço de Orientação ao Universitário – Decanato de Ensino de Graduação)
Maria Inez MachadoTeles Walter (Secretaria de Administração Acadêmica)
Vitor de Lima Guimarães (Aluno – Diretório Central dos Estudantes)
Amanda Martins (Associação de Alunos de Pós-Graduação da UnB)
José Antonio Moroni (Representante da Sociedade Civil – INESC)
Eliceuda Silva de França (Representante da Sociedade Civil – MOPUC)

Grupo Técnico de Avaliação da Comissão Própria de Avaliação

Representante do Decanato de Planejamento e Orçamento: Hélio Marcos Neiva – Coordenador
Representantes do Decanato de Ensino de Graduação: Denise Imbroisi (Titular) e Cristina Massot Madeira Coelho (Suplente)
Representantes do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação: Mário César Ferreira (Titular) e Georgete Medleg Rodrigues (Suplente)
Representante do Decanato de Extensão: Jodette Guilherme Amorim
Representante do Decanato de Administração: Marta Emília Teixeira
Representante do Decanato de Assuntos Comunitários: Mendel de Almeida Queiroz
Representantes do Decanato de Gestão de Pessoas: Cláudia Rosana Vasconcelos de Araújo (Titular) e Rosana Fernandes Sottovia (Suplente)
Representantes do CESPE: Vilma Reche Correa (Titular) e Ormezinda Maria Ribeiro (Suplente)
Representantes do Centro de Informática: Jacir Luiz Borim (Titular) e José Carlos Pena Gonzáles (Suplente)
Representante da Secretaria de Administração Acadêmica: Júlio César Goulart Garay

Apoio Técnico

Júnia Maria Zandonade Falqueto (Decanato de Planejamento e Orçamento)
Mariana Dias Batista (Decanato de Planejamento e Orçamento)
Mona Lisa Lobo de Souza Choas (Decanato de Planejamento e Orçamento)
Valéria Ferreira de Araújo (Decanato de Planejamento e Orçamento)
Elizabethe de Araújo Ferreira (Decanato de Planejamento e Orçamento)
Mauro Pereira Bento (Decanato de Planejamento e Orçamento)
Vinícius Marinho Costa (Decanato de Planejamento e Orçamento)

Revisão Textual: Larissa dos Santos Aguiar Matias

Endereço do campus-sede da Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte

Prédio da Reitoria, bloco B, 1º andar

CEP: 70.910-900 Brasília-DF, Brasil

Telefones: (61) 3273-3379 e 3307-2207

Telefax: (61) 3274-5915

http://www.unb.br – unb@unb.br

I Dados da Instituição

Universidade de Brasília
Código: 2
Instituição Pública Federal
Organização Acadêmica: Universidade
Categoria Administrativa: Pública Federal
Dirigente Principal: Prof. José Geraldo de Sousa Junior
Endereço da Sede: *Campus* Universitário Darcy Ribeiro – Reitoria
70910-900Brasília, DF
Telefone: (61) 3307 2600 *telefax*: (61) 3272 0003
E-mail: unb@unb.br
Site: http://www.unb.br
Campi:
Campus Universitário Darcy Ribeiro
UnB-Faculdade de Ceilândia
UnB-Faculdade do Gama
UnB-Faculdade de Planaltina
Dados de Criação:
Documento: Decreto do Conselho de Ministros
Número do Documento: 500
Data do Documento: 15/1/1962
Data de Publicação: 16/1/1962
Situação Legal Atual: Credenciada
Documento: Decreto do Conselho de Ministros
Número do Documento: 500
Data do Documento: 15/1/1962
Data da Publicação: 16/1/1962
Credenciada para ministrar educação a distância: Sim

Apresentação

O Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília referente ao exercício financeiro de 2010 é resultado de planejamento e desenvolvimento das ações do processo avaliativo da instituição, organizado e coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Resolução do Conselho Universitário n. 1/2009, de 2/2/2009, em cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei n. 10.861/2004, de 14/4/2004, e no art. 7º da Portaria n. 2.051/2004, de 9/7/2004.

A participação da comunidade universitária deu-se mediante seus representantes na CPA, além de contribuições de gestores de unidades acadêmicas e administrativas de todos os *campi* da Universidade.

Com o propósito de contribuir com a institucionalização do processo de autoavaliação da UnB e da efetivação das ações e procedimentos inerentes a esse processo, a Reitoria constituiu, mediante Ato da Reitoria n. 362/2010, de 10/2/2010, e da Resolução da Reitoria n. 8/2010, de 11/2/2010, o Grupo Técnico de Avaliação (GTA), integrante da Comissão Própria de Avaliação da Universidade de Brasília. Esse grupo é composto por representantes de todos os Decanatos, do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), do Centro de Informática (CPD) e da Secretaria de Administração Acadêmica (SAA).

O objetivo principal desse processo consiste na elaboração de um Plano de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília com ampla participação e envolvimento de todos os segmentos da comunidade universitária e de representantes da sociedade civil, compreendendo a realização de reuniões, palestras, seminários, definição de avaliadores e do que e quem avaliar, de metodologia e instrumentos de avaliação, entre outros elementos, com cronograma pré-estabelecido.

O desenvolvimento do referido plano em 2010 foi prejudicado pelo longo período de greve por que passou a UnB, naquele exercício, limitando-se o trabalho da CPA em discussões a respeito e na coleta de dados, informações e experiências de outras instituições de ensino superior, que estão contribuindo significativamente na estruturação desse plano.

Em 2009, ano em que a CPA da UnB se adequou à Lei n. 10.861/2004, de 14/4/2004, os trabalhos da Comissão tiveram por prioridade a reestruturação do modelo de relatório de autoavaliação institucional, em conformidade com os eixos temáticos definidos no art. 16 do Decreto n. 5.773/2006, além de designar alguns de seus membros para participar de um seminário de autoavalição realizado pelo INEP/MEC.

Dessa forma, podemos afirmar que, em comparação a 2008, os relatórios de 2009 e 2010 apresentam avanços significativos, especialmente no que diz respeito à descrição mais objetiva das dimensões do SINAES, em compatibilidade com o PDI, à maior consistência de dados, à quantificação e qualificação de informações, a análises e autoavaliações, feitas por gestores das grandes áreas estratégicas da instituição, além da utilização dos dados do Exame Nacional de Curso – ENADE de 2006, 2007 e 2008.

Ainda em 2009, o Reitor da UnB e Presidente da CPA determinou a realização, sob a coordenação da Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, de amplo processo de diagnóstico e avaliação da gestão de meios, com foco em processos e áreas prioritárias, destacando-se: a gestão de pessoas; o planejamento, o orçamento, a contabilidade e as finanças; a área de Tecnologia da Informação (TI); a infraestrutura; a gestão de contratos e convênios; e a gestão institucional (alta administração).

Esse trabalho, em desenvolvimento por um grupo de pesquisa, composto por consultores externos e por professores e técnicos da UnB, vem apresentando resultados significativos, não só pela abrangência e metodologia e técnicas aplicadas, como, especialmente, pela ampla participação, por meio de entrevistas, de gestores das áreas acadêmicas e administrativas da Universidade, contribuindo decisivamente com importante avaliação da gestão de meios da instituição.

A análise e as sugestões da Comissão de Reestruturação, a partir dos relatórios de avaliação elaborados pelo grupo de pesquisa, vêm contribuindo com a tomada de decisão, pela Administração Central, com vistas à melhoria da gestão de meios, no âmbito da Universidade, conforme demonstrado neste relatório.

Como se percebe, a avaliação da Universidade é um processo pedagógico, que vem sendo gradualmente assimilado e desenvolvido pela comunidade universitária, possibilitando maior compreensão acerca da Instituição, e oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento do processo decisório, visando à excelência no oferecimento da educação superior universitária.

Mantém-se importante desafio para a CPA o efetivo envolvimento de toda a comunidade da UnB e da sociedade na avaliação das ações desenvolvidas pela Universidade.

Por fim, cabem o reconhecimento e o registro do apoio e contribuições das instâncias gestoras da Universidade de Brasília e dos membros da Comissão Própria de Avaliação e do Grupo Técnico de Avaliação, os quais possibilitaram a captação de dados e informações, a consolidação e sistematização das dimensões e a articulação entre os segmentos da comunidade universitária, garantindo o caráter participativo do processo.

Lista de Siglas e Denominações

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB)
CONSELHO DIRETOR

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
CONSELHOS SUPERIORES

CONSUNI	**Conselho Universitário**
CEPE	**Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**
CEG	Câmara de Ensino de Graduação
CEX	Câmara de Extensão
CPP	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação
CCD	Câmara da Carreira Docente
CAD	Conselho de Administração
CAC	Câmara de Assuntos Comunitários
CAF	Câmara de Administração e Finanças

CONSELHO COMUNITÁRIO
REITORIA

VRT	**Vice-Reitoria**
GRE	**Gabinete do Reitor**
SCA	Subsecretaria de Comunicação Administrativa
SOC	Subsecretaria de Órgãos Colegiados
PRC	**Prefeitura do *Campus***
DAL	Diretoria de Administração e Logística
DSG	Diretoria de Serviços Gerais
DENA	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
PJU	**Procuradoria Jurídica**
AUD	**Auditoria**

DECANATOS

DEG	**Decanato de Ensino de Graduação**
DTG	Diretoria Técnica de Graduação
DAIA	Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica
DGD	Diretoria de Ensino de Graduação a Distância
DLG	Diretoria de Logística de Graduação
DEX	**Decanato de Extensão**
CAL	Casa da Cultura da América Latina

DTE Diretoria Técnica de Extensão

Interfoco Centro Interdisciplinar de Formação Continuada

DPP Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação

CAP Coordenadoria de Apoio à Pesquisa

CPG Coordenadoria de Apoio à Pós-Graduação

Coordenadoria de Apoio à Pós-Graduação *Lato Sensu*

Coordenadoria de Projetos

PIC Coordenadoria do Programa de Iniciação Científica

DAC Decanato de Assuntos Comunitários

DDS Diretoria de Desenvolvimento Social

DEA Diretoria de Esporte, Arte e Cultura

DAS Diretoria de Saúde

DRU Diretoria do Restaurante Universitário

DAF Decanato de Administração

DCF Diretoria de Contabilidade e Finanças

DRM Diretoria de Recursos Materiais

DGP Decanato de Gestão de Pessoas

DCAD Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação

DAPE Diretoria de Administração de Pessoas

DSAU Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida

DPAM Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação

DPO Decanato de Planejamento e Orçamento

DPL Diretoria de Planejamento

DOR Diretoria de Orçamento, Contabilidade Setorial e Custos

DAI Diretoria de Avaliações e Informações Gerenciais

DPR Diretoria de Processos Organizacionais

ASSESSORIAS E SECRETARIAS

SAA Secretaria de Administração Acadêmica

SECOM Secretaria de Comunicação

SEI Secretaria de Empreendimentos Imobiliários

SGP Secretaria de Gestão Patrimonial

INT Assessoria de Assuntos Internacionais

CERI Coordenação do Cerimonial

CEPLAN Centro de Planejamento

ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

BCE Biblioteca Central

CPD	Centro de Informática
EDU	Editora Universidade de Brasília
FAL	Fazenda Água Limpa
HUB	Hospital Universitário
RAD	Rádio e Televisão Universitárias

CENTROS

CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEDOC	Centro de Documentação
CEFTRU	Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes
CET	Centro de Excelência em Turismo
CETEC	Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
CIFMC	Centro Internacional de Física da Matéria Condensada
CIORD	Centro Integrado de Ordenamento Territorial
CIRPS	Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social
CME	Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos
CPAB	Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais
CPCE	Centro de Produção Cultural e Educativa
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
DATAUnB	Centro de Pesquisas de Opinião Pública
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
NEA	Núcleo de Estudos Ambientais
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEAGRI	Núcleo de Estudos Agrários
NEAL	Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas
NEASIA	Núcleo de Estudos Asiáticos
NEAZ	Núcleo de Estudos da Amazônia
NEBC	Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo
NECLA	Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos
NECOIM	Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste
NEE	Núcleo de Estudos Europeus
NEFP	Núcleo de Estudos dos Fenômenos Paranormais
NEGEP	Núcleo de Estudos em Gestão Pública

NEIJ	Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude
NELI	Núcleo de Estudos da Linguagem e da Ideologia
NEM	Núcleo de Estudos do Mercosul
NEMP	Núcleo de Estudos sobre a Mídia e Política
NEORG	Núcleo de Estratégias Organizacionais
NEP	Núcleo de Estudos para a Paz e dos Direitos Humanos
NEPeB	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética
NEPeM	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher
NEPPOS	Núcleo de Estudos em Política Social
NEPTI	Núcleo de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade
NESCUBA	Núcleo de Estudos Cubanos
NESP	Núcleo de Estudos de Saúde Pública
NESPROM	Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde e Projetos Inclusivos
NESUB	Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília
NEUR	Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais
NEVIS	Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança
NP3	Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão
OMNI/TEL – TEC	Núcleo de Estudos de Organização Multilaterais, Negociações Internacionais, Turismo, Logística e Tecnologia
TRANSE	Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance

UNIDADES ACADÊMICAS

FACE	**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação**
ADM	Departamento de Administração
CCA	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
ECO	Departamento de Economia
FAC	**Faculdade de Comunicação**
DAP	Departamento de Audiovisuais e Publicidade
JOR	Departamento de Jornalismo
FAU	**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**
PRO	Departamento de Projeto, Expressão e Representação em Arquitetura e Urbanismo
TEC	Departamento de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo
THAU	Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo

FAV **Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária**

FCE **UnB-Faculdade de Ceilândia**

FCI **Faculdade de Ciência da Informação**

FD **Faculdade de Direito**

FE	**Faculdade de Educação**
MTC	Departamento de Métodos e Técnicas
PAD	Departamento de Planejamento e Administração
TEF	Departamento de Teoria e Fundamentos
FEF	**Faculdade de Educação Física**
CO	Centro Olímpico
FGA	**UnB-Faculdade do Gama**
FM	**Faculdade de Medicina**
NMT	Núcleo de Medicina Tropical
FS	**Faculdade de Ciências da Saúde**
DSC	Departamento de Saúde Coletiva
ENF	Departamento de Enfermagem
NUT	Departamento de Nutrição
ODT	Departamento de Odontologia
FT	**Faculdade de Tecnologia**
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
EFL	Departamento de Engenharia Florestal
ENC	Departamento de Engenharia Civil e Ambiental
ENE	Departamento de Engenharia Elétrica
ENM	Departamento de Engenharia Mecânica
FUP	**UnB-Faculdade de Planaltina**
IB	**Instituto de Ciências Biológicas**
BOT	Departamento de Botânica
CEL	Departamento de Biologia Celular
CFS	Departamento de Ciências Fisiológicas
ECL	Departamento de Ecologia
FIT	Departamento de Fitopatologia
GEM	Departamento de Genética e Morfologia
ZOO	Departamento de Zoologia
ICS	**Instituto de Ciências Sociais**
CEPPAC	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
DAN	Departamento de Antropologia
SOL	Departamento de Sociologia
IdA	**Instituto de Artes**
CEN	Departamento de Artes Cênicas
DIN	Departamento de Desenho Industrial
MUS	Departamento de Música
VIS	Departamento de Artes Visuais

IE		**Instituto de Ciências Exatas**
	CIC	Departamento de Ciência da Computação
	EST	Departamento de Estatística
	MAT	Departamento de Matemática
IF		**Instituto de Física**
IG		**Instituto de Geociências**
IH		**Instituto de Ciências Humanas**
	FIL	Departamento de Filosofia
	GEA	Departamento de Geografia
	HIS	Departamento de História
	SER	Departamento de Serviço Social
IL		**Instituto de Letras**
	LET	Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
	LIP	Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
	TEL	Departamento de Teoria Literária e Literaturas
IP		**Instituto de Psicologia**
	CAEP	Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos
	PCL	Departamento de Psicologia Clínica
	PED	Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
	PPB	Departamento de Processos Psicológicos Básicos
	PST	Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
IPOL		**Instituto de Ciência Política**
IQ		**Instituto de Química**
IREL		**Instituto de Relações Internacionais**

Lista de Tabelas

Tabela 02.01: Evolução dos recursos em R$ aplicados em bolsas de iniciação científica nas cotas do CNPq e recursos próprios da UnB (2008-2010) 69

Tabela 02.02: Quantidade de bolsas de IC no conjunto de bolsas a serem concedidas pelo CNPq – 2010 70

Tabela 02.03: Evolução dos Editais do DPP (Edição de 2009 e de 2010) 72

Tabela 02.04: Recursos aplicados em editais do DPP no ano de 2009 72

Tabela 02.05: Edital de Inclusão de Novos Docentes na Pesquisa (Edição de 2009) 73

Tabela 02.06: Edital de Apoio à Pesquisa (Edição de 2009) 73

Tabela 02.07: Edital de Apoio aos Programas de Pós-Graduação com Conceito 3 e 4 (Edição de 2009) 73

Tabela 02.08: Edital de Apoio a Publicação de Revistas, Livros e Coletâneas (Edição de 2009) 73

Tabela 02.09: Recursos aplicados em editais do DPP no ano de 2010 73

Tabela 02.10: Evolução de bolsas de mestrado e doutorado em números absolutos (2009) 74

Tabela 02.11: Evolução de bolsas de mestrado e doutorado em números absolutos (2010) 74

Tabela 02.12: Produção intelectual em números absolutos (2009) 78

Tabela 02.13: Atividades realizadas pelo Interfoco em 2008 e 2009. 88

Tabela 02.14: Atividades da Diretoria Técnica de Extensão 88

Tabela 02.15: Comissões realizadas para seleção de editais e definição de políticas interna. 93

Tabela 02.16: Cursos novos aprovados pela CAPES (2010) 96

Tabela 02.17: Projetos aprovados no Edital PNPD (Edição de 2009) 97

Tabela 02.18: Evolução dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e *lato sensu* na UnB, em números absolutos (2009 a 2010) 98

Tabela 02.19: Número de matrículas na Pós-Graduação, em números absolutos e percentuais (2009 – 2010) 98

Tabela 02.20: Projetos aprovados em diferentes editais com as respectivas unidades acadêmicas envolvidas (Edição de 2009 – 2010) 99

Tabela 02.21: Projetos aprovados em diferentes editais com as respectivas unidades acadêmicas envolvidas (Edição 2009 – 2010) 99

Tabela 02.22: Recursos aplicados e obtidos em editais institucionais da UnB 100

Tabela 05.01: FUB – Demonstrativo do Número de Docentes Ativos, por Classe – 1999 e 2010..... 136

Tabela 05.02: Evolução de Docentes Ativos, por Titulação – 1999 a 2010..... 139

Tabela 05.03: Quantitativo de Técnico-administrativo, 1999 a 2010 144
Tabela 07.01: UnB/Áreas, em m^2, de Unidades Acadêmicas e Alunos Matriculados 2006 e 2009 165
Tabela 07.02: FUB: Equipamentos de Informática, em 2006 e 2010 169
Tabela 07.03: Espaços Destinados a Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e de Apoio Acadêmico – 2010 172
Tabela 09.01: Número de estudantes que participaram do Programa de Mobilidade Acadêmica, convênio ANDIFES e ANDIFES/SANTANDER 214
Tabela 09.02: Evolução da Mobilidade Estudantil – Exterior 215
Tabela 10.1: Demonstrativo dos Recursos Orçamentários e da Despesa Realizada em 2010, por Natureza da Despesa e Fonte de Recursos 229
Tabela 10.2: Consolidação da Receita Própria Prevista e Arrecadada – 2009 e 2010 231

Lista de Quadros

Quadro 02.01: Estrutura Acadêmica do Decanato de Graduação da UnB 46
Quadro 02.02: Cursos novos em 2010 48
Quadro 02.03: Docentes da UnB 49
Quadro 02.04: Tramitação dos Projetos Políticos Pedagógicos de novos cursos 50
Quadro 02.05: Evolução Processos de Renovação de Reconhecimento 50
Quadro 02.06: Evolução Processos de Reconhecimento – UAB. 51
Quadro 02.07: Evolução da Avaliação Trienal da CAPES (2001/2003 – 2004/2006 – 2007/2009) 101
Quadro 03.01: Empresas Juniores em Funcionamento na Universidade de Brasília em 2010. 119
Quadro 07.01: Dados sobre a Execução do REUNI, até dezembro de 2010. 166
Quadro 08.01: Evolução da Avaliação Trienal da CAPES (2001/2003 – 2004/2006 – 2007/2009) 193
Quadro 09.01: Diretorias do Decanato de Ensino de Graduação da UnB utilizadas para a elaboração do relatório. 199
Quadro 09.02: Atendimentos do SOU em 2009 e 2010 – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro 207

Lista de Figuras

Figura 02.01: Expansão dos Cursos de Graduação 49
Figura 02.02: Avaliação 1ª Etapa do I Curso de Formação Docente – fevereiro de 2010 61

Figura 06.01: Estrutura organizacional. 159
Figura 08.01: UnB – Ciclo Anual de Acompanhamento e Avaliação do Sistema de Planejamento e dos Planos Institucionais 184
Figura 09.01: Evolução da oferta de vagas nos cursos de graduação presencial da UnB (por semestre). 201
Figura 09.02: Evolução da oferta de vagas para os cursos de graduação presencial da UnB. 202
Figura 09.03: Evolução da oferta de cursos de graduação no período noturno na UnB. Fonte: DEG, baseado nos dados do SIGRA-DPO, 3/2/2011 202
Figura. 09:04: Evolução de Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial e a Distância. 203
Figura 09.05: Evolução das vagas ofertadas nos cursos de graduação a distância da UnB. 204
Figura 09.06: Evolução da oferta e preenchimento de vagas por transferência facultativa na UnB. 213

SUMÁRIO

Apresentação 6

Introdução 25

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional 27

1 Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição 27

2 Estrutura do Plano de Desenvolvimento Institucional 28

2.1 Foco da atuação 29

2.2 Missão 29

2.3 Visão 29

2.4 Desafios Estratégicos 30

2.5 Valores 30

2.6 Objetivos Estratégicos 31

2.7 Áreas Estratégicas 32

2.8 Projetos Estratégicos Institucionais 32

3 Elaboração do planejamento no nível operacional 33

4 Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional 34

5 Coerência entre ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI, acompanhamento e prestação de contas periódicas 36

6 Grau de conhecimento dos instrumentos de planejamento (PDI, Plano Quinquenal e PPA), pela comunidade universitária 37

7 Articulação entre o PDI e as políticas de ensino, pesquisa e extensão, da gestão acadêmica e administrativa institucional 40

8 Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da instituição 40

9 Atualização e avaliação do PDI 41

10 Aspectos positivos 42

11 Aspectos que merecem atenção 43

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades 45

A ENSINO DE GRADUAÇÃO 45

1 Sobre a organização do item 2A 45

2 1º CONJUNTO TEMÁTICO: Organização didático-pedagógica e práticas pedagógicas 46

2.1 Descrição da Dimensão na Instituição 46

2.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades 52

2.3 Propostas de enfrentamento 53

3 2º CONJUNTO TEMÁTICO: Currículos: concepção e prática 54

3.1 Descrição da Dimensão na Instituição 54

3.2 Avaliação e Análise – Potencialidades/fragilidades 57

3.3 Propostas de enfrentamento 57

4 3º CONJUNTO TEMÁTICO: Qualidade do ensino 58

B PESQUISA 66

1 Políticas e práticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização, órgão interno responsável por essas políticas e práticas. 67

2 Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo por referencia as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções 68

2.1 Produção científica compatibilização com a missão da Instituição e com os investimentos e políticas propostas para seu desenvolvimento 68

2.2 Grupos de pesquisa cadastrados 70

2.3 Patentes (quantificar) 71

2.4 Veículos de divulgação (livros, revistas, jornais, editora) e mecanismos de registro da produção científica. 71

2.5 Política de auxílio à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais, por parte da comunidade universitária 72

2.6 Incentivo à formação de novos pesquisadores (bolsas, auxílios) 74

3 Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional. 74

4 Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas. 75

5 Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicações e divulgações dos trabalhos 77

6 Convênios e acordos com instituições públicas ou privadas, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa 78

7 Indicador de publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas cientificas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas). 78

8 Aspectos positivos e avançados 79

9 Aspectos que merecem atenção 80
C EXTENSÃO 81
1 Políticas institucionais para o desenvolvimento das atividades de extensão – identificação do órgão interno responsável pela coordenação dessas políticas e atividades 82
2 Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI 85
3 Atividades e programas de extensão junto à comunidade regional, em termos sociais, culturais, da saúde e outros. 86
4 Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação. 88
5 Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social. 89
6 Sistemáticas de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão. 91
7 Incentivos institucionais para desenvolvimento das atividades de extensão. 93
8 Aspectos positivos. 93
9 Aspectos que merecem atenção. 94
D Pós-Graduação 94
1 Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*, órgão interno responsável pela coordenação dessas políticas e atividades. 94
1.1 Cursos novos 95
2 Política de melhoria da qualidade da pós-graduação. 96
3 Integração entre graduação e pós-graduação e entre ensino e pesquisa. 96
4 Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior. 97
5 Cursos de pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*) oferecidos. 97
6 Recursos internos e externos investidos na pós-graduação. 98
6.1 Cooperação e Inserção Internacional 99
6.2 Captação de Recursos 100
7 Avaliação dos cursos de pós-graduação conceito CAPES. 101
8 Aspectos positivos e avanços. 103
9 Aspectos que merecem atenção. 103

Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio 105

1 A Responsabilidade social da Instituição em relação à inclusão social 105

2 A Diretoria de Desenvolvimento Social e a Assistência Estudantil na Universidade de Brasília 106
2.1 Serviços Vinculados à DDS/DAC 107
2.2 Programas, Projetos e Atividades Desenvolvidos pela DDS/DAC 108
3 Critérios adotados pela Instituição para ampliar o acesso, inclusive dos portadores de necessidades especiais (PPNE) 111
3.1 Programa de Tutoria Especial – PTE (Resolução CEPE n. 10/2007) 113
3.2 Cursos e seminários 114
3.3 Acessibilidade física no *Campus* 114
3.4 Ações contínuas: 115
3.5 Projetos em desenvolvimento: 116
4 Políticas de contratação de pessoal (docentes e técnicos-administrativos) com necessidades especiais 117
5 Desenvolvimento econômico e social 118
6 Ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos (FACE) 119
7 A defesa do meio ambiente 121
8 O esporte e as atividades culturais (Diretoria de Esporte, Arte e Cultura) 121

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade 126

1 Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa, e compatibilização com a missão e objetivos institucionais 126
2 Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social 127
3 Meios e canais de comunicação, interna e externa, utilizados pela Universidade 127
4 Qualidade da informação entregue aos usuários internos 128
5 Formas e intensidade de divulgação das atividades da Instituição, diretamente relacionadas aos interesses de docentes, técnicos-administrativos e alunos 129
6 Ouvidoria 130
7 Estrutura de informação sobre a realidade institucional, as características do meio, os recursos e outros elementos semelhantes para avaliar o cumprimento das metas e objetivos 130
8 Guia do Calouro e Manual do Aluno 130
9 Mecanismos de avaliação acerca da efetividade da comunicação e da circulação de informações na Instituição 131
10 Aspectos positivos 131
11 Aspectos negativos 131

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho 132

1 Planos de Carreiras Regulamentados para Servidores Docentes e Técnicos--Administrativos 132

1.1 Plano de Carreira Docente 132

1.1.1 Ingresso e Contratação de Docentes, Progressão Funcional, Qualificação Funcional e Aperfeiçoamento 132

1.1.2 Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de Condições Trabalho de Docentes 133

1.1.3 Estágio Probatório de Docentes 135

1.1.4 Avaliação de Desempenho 135

1.1.5 Dados Institucionais sobre Docentes 136

1.2 Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos 140

1.2.1 Estrutura, Mecanismos Ingresso e Contratação de Técnico-Administrativo 140

1.2.2 Progressão Funcional, Qualificação Profissional e Aperfeiçoamento 140

1.2.3 Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de Condições de Trabalho de Técnicos-Administrativos 142

1.2.4 Progressão por Mérito Profissional de Técnico-Administrativo 142

1.2.5 Avaliação de Desempenho 143

1.2.6 Dados Institucionais sobre Técnicos-Administrativos 144

1.3 Clima Institucional, Relações Interpessoais, Estrutura de Poder, Graus de Satisfação Pessoal e Profissional. 145

1.4 Educação a Distância: 146

1.5 Reformulação do DGP 147

1.6 Aspectos Positivos e Aspectos que Merecem Atenção, Relacionados às Políticas de Pessoal 148

Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios 153

1 Organização e Gestão da Universidade de Brasília 153

2 Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados 154

3 Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções 156

4 Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática) 156

5 Instâncias de apoio, participação e consulta para a tomada de decisões, grau de centralização e descentralização 157

6 Sistemas de arquivo e registro 157
7 Estatutos, regulamentos, regimentos internos, organogramas, normas acadêmicas, entre outros....157
8 Organograma institucional, hierarquia de funções e dinâmica de funcionamento 158
9 Autonomia e independência da Universidade em relação à mantenedora, a FUB 160
10 Atas dos órgãos colegiados....160
11 Funcionamento do sistema de registro acadêmico 160
12 Aspectos positivos....161
13 Aspectos que merecem atenção....161
14 Prospecções....162

Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.... 163

1 Adequação da infraestrutura da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão 163
1.1 Descrição dos espaços existentes, estado de conservação, funcionalidade, adequação para as necessidades da instituição em relação aos cursos e quantidade de estudantes, adaptação para acesso de estudantes com necessidades especiais. 164
1.1.1 Áreas por Unidades Acadêmicas, Obras e Reformas, Ações do REUNI 164
1.1.2 Equipamentos de Informática e Rede de informações 167
1.1.3 Quantificação de Espaços Destinados a Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e de Apoio Acadêmico 172
1.1.4 Hospital Universitário de Brasília e Hospital Veterinário....172
1.1.5 Áreas de Lazer e Convivência....173
1.1.6 Características da Biblioteca 174
1.2 Existência de mecanismo de aferição do grau de satisfação dos discentes em relação à infraestrutura 177
2 Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins 178
3 Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras 179
4 Aspectos positivos....179
5 Aspectos que merecem atenção....180
6 Prospecção 181

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional 182

Item 1: Adequação do planejamento geral da UnB e sua relação com os objetivos institucionais estatutários 182

Item 2: Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional 183

2.1 Avaliação da Gestão de Meios 184

2.1.2 Resultados das Avaliações da Gestão de Meios 185

2.2 Análise de Impacto da Matriz SWOT 186

Item 3: Relação entre a autoavaliação e o planejamento 187

Item 4: Avaliação institucional antes da implantação do SINAES 187

Item 5: Processo de autoavaliação interna da UnB 188

5.1 Avaliação dos Cursos de Graduação 189

5.2 Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação 191

5.2.1 Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação pela CAPES 192

5.3 Avaliação dos servidores – educação corporativa 194

Item 6: PPPI, PPC e relatório final de autoavaliação 194

Item 7: Resultados (síntese) de avaliações de cursos da UnB e de desempenho de estudantes (ENADE) que estejam disponíveis 195

Item 8: Aspectos positivos a avanços 196

Item 9: Aspectos que merecem atenção 196

Dimensão 9: Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos 198

1 Sobre a organização da Dimensão 9 198

2 Acesso e Perfil dos estudantes 199

2.1 Descrição da Dimensão na Instituição 199

2.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades 201

2.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades 204

3 Políticas de permanência de estudantes 205

3.1 Descrição da Dimensão na Instituição 205

3.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades 211

3.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas 211

4 Política de ocupação de vagas ociosas 212

4.1 Descrição da Dimensão na Instituição 212

4.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades 213

4.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas 214

5 Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil 214
5.1 Descrição da Dimensão na Instituição 214
5.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades 216
5.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas 216
6 Perfil e acompanhamento de egressos 217
6.1 Descrição da Dimensão na Instituição 217
6.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades 218
6.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas 218
7 Política de Assistência aos Estudantes 218
7.1 Descrição da Dimensão na Instituição 218
7.2 Processo de Avaliação Socioeconômica 218
7.3 Políticas e Critérios de Participação dos Estudantes em Eventos 220
7.4 Avanços em 2010 221
7.5 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas 222
8 Acesso a dados, informações e registro acadêmico 223
8.1 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades 224
8.2 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas 225

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior 226

1 Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos 226
Conclusão 237
REFERÊNCIAS 239
Anexo A: Resultado Geral de Avaliação Docente, CESPE/UnB, 2010 242

Introdução

O presente Relatório de Autoavaliação da Universidade de Brasília constitui-se de descrição, análise e avaliação das dez dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n. 10.861/2004, de 14/4/2004, em conformidade com o art. 16 do Decreto n. 5.773/2006, de 9/5/2006, apresentadas em forma de capítulos, conforme a seguir descritas.

1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
2. A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
3. A Responsabilidade Social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
4. A Comunicação com a Sociedade.
5. As Políticas de Pessoal, de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
6. Organização e Gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
7. Infraestrutura Física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
8. Planejamento e Avaliação, especialmente em relação aos processos, aos resultados e à eficácia da autoavaliação institucional.
9. Políticas de Atendimento aos Estudantes.
10. Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Para desenvolvimento e descrição das dimensões, procurou-se adotar as orientações constantes do documento de Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das

Instituições, 2004, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Ministério da Educação (MEC), especialmente no que diz respeito aos temas sugeridos para cada dimensão.

A abordagem das dimensões é precedida de breve texto descritivo, destacando-se os principais aspectos que as caracterizam, para, em seguida, sintetizar as informações mais significativas acerca dos temas sugeridos para cada dimensão, acompanhadas de análises e autoavaliações, procurando-se fazer compatibilização com as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Ao final do texto descritivo de cada dimensão constante do modelo padrão adotado, são apresentados os aspectos positivos relevantes e, também, os negativos, em termos de potencialidade e fragilidades, assim como as medidas e ações propostas para enfrentar os desafios que se apresentam, com foco na melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência, e de sua responsabilidade social.

Com a participação representativa de todos os segmentos da comunidade universitária e, também, da sociedade na Comissão Própria de Avaliação (CPA), assim como de representantes de todos os Decanatos, do CESPE, do CPD e da Secretaria de Administração Acadêmica, como membros do Grupo Técnico de Avaliação (GTA), da CPA, além da contribuição de outros gestores acadêmicos e administrativos, foi possível obter um conjunto de informações valiosas a respeito das atividades e áreas da Universidade e de sistemas avaliativos específicos, em vigor.

Cabe destacar que, no início do processo de autoavaliação, foram apresentados aos gestores da Instituição os objetivos, os princípios norteadores da autoavaliação e as linhas mestras do modelo integrado de avaliação institucional, visando à estruturação compartilhada e desenvolvimento dos elementos constitutivos desse processo, no âmbito da Universidade.

Coletados dados e informações junto aos Decanatos e a outras macrounidades internas, de acordo com o modelo e orientações pré-definidos e com os objetivos e diretrizes institucionais das respectivas áreas, incluindo-se análises críticas, avaliações específicas e autoavaliações das dimensões, elaboraram relatórios preliminares para compor documento único, na forma de relatório de autoavaliação da Universidade de Brasília.

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional[1]

Esta Dimensão trata do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), abordando aspectos relacionados às finalidades, aos objetivos e compromissos institucionais, aos elementos estratégicos básicos, à estrutura e composição do plano, além de focar as articulações entre o PDI e as políticas de ensino, pesquisa e extensão, da gestão acadêmica e administrativa e avaliação institucional. São apresentados, ainda, os instrumentos internos de acompanhamento do planejamento e, por último, os aspectos positivos e aqueles que merecem atenção, relacionados ao processo de planejamento institucional.

1 Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição

Conforme rege o art. 1º do Estatuto da Universidade de Brasília:

> A Universidade de Brasília é uma instituição pública de ensino superior, integrante da Fundação Universidade de Brasília (Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961), com sede na Capital Federal.

As finalidades da Universidade de Brasília estão definidas no art. 3º de seu Estatuto, conforme abaixo citadas, *in verbis*:

> Art. 3º São finalidades essenciais da Universidade de Brasília o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

Os compromissos fundamentais da Universidade de Brasília constam dos princípios definidos no art. 4º do seu Estatuto, conforme descritos, *in verbis*, a seguir:

> 9. compromisso com a democracia social, cultural, política e econômica;
>
> 10. compromisso com a democratização da educação no que concerne à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso, e com a socialização de seus benefícios;
>
> 11. compromisso com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País;

1 Informações extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB, para o período 2006 a 2010, aprovado pelo Conselho Universitário, em sua 332ª reunião, de 5/10/2007.

12. compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.

2 Estrutura do Plano de Desenvolvimento Institucional[2]

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o instrumento de planejamento da Universidade que identifica o perfil institucional e sua estrutura organizacional e define os elementos básicos do planejamento estratégico, a missão, a visão, os princípios e os objetivos institucionais, as diretrizes pedagógicas que orientam seus programas e ações, as áreas de atuação e os indicadores da FUB/UnB, com abrangência para um período de cinco anos.

O exercício financeiro de 2010 foi o último ano do PDI da UnB referente ao ciclo 2006 a 2010, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em 2007, cujos elementos básicos de planejamento estratégico constaram detalhadamente do último relatório de autoavaliação da UnB, referente ao exercício financeiro de 2009, apresentado ao INEP/MEC em 30/3/2010.

Em princípios de 2010, a Universidade de Brasília deu início aos trabalhos de elaboração do PDI, para o período de 2011 a 2015, a partir de amplo diagnóstico institucional, que contou com a participação representativa de gestores de unidades acadêmicas e administrativas que compõem a estrutura organizacional da Instituição, os quais foram convidados a avaliar as características dos ambientes externos e internos à sua Unidade.

Esse trabalho foi consolidado e apresentado aos gestores da Administração Superior e de áreas estratégicas da Instituição[3] em Oficina de Planejamento, realizada em 9/7/2010, objetivando a definição de Bases do Planejamento Estratégico e Tático da Universidade de Brasília para construção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) referente ao ciclo 2011-2015, levando-se em consideração, ainda, ideias básicas do documento "UnB do Século XXI"[4].

Nessa etapa do processo, foram definidos os elementos básicos de planejamento estratégico: foco, missão, visão, desafios estratégicos, valores, objetivos estratégicos, projetos estratégicos institucionais, áreas estratégicas, metas e indicadores, os quais se constituem instrumento relevante no processo de elaboração do planejamento tático das áreas gestoras, assim como na sustentação dos projetos e atividades propostos pelas Unidades, conforme itens subsequentes.

2 Elementos básicos de planejamento extraídos do documento "Bases do Planejamento Estratégico 2011 a 2015", UnB, 2010.

3 Participantes da Oficina de Planejamento: Reitor; Vice-Reitor; Decanos de Graduação, Pós-Graduação, Extensão, Administração e Assuntos Comunitários; Chefe do Gabinete do Reitor; Assessor do Reitor (Rafael Barbosa Moraes) e Gestores das seguintes áreas: DPO, DGP, CPD, PJU, CEPLAN, PRC, SEI/SGP, SECOM e INT.

4 Programa de campanha da chapa do então candidato e atual Reitor, José Geraldo de Sousa Junior, 2008.

2.1 Foco da atuação

Com a consolidação das propostas dos gestores para a elaboração do Planejamento Estratégico, o **Foco** de atuação da UnB é a "**construção e a disseminação do conhecimento**, atuando com competência acadêmica e compromisso social e buscando respostas para questões complexas".

2.2 Missão

A missão da Universidade de Brasília está associada às suas finalidades essenciais (ensino, pesquisa e extensão) e aos princípios norteadores definidos em seu Estatuto.

Para o ciclo de planejamento 2011-2015, a **Missão** da Universidade de Brasília foi assim definida:

> Ser uma universidade comprometida com o saber e a busca de soluções de problemas do País e da sociedade, educando homens e mulheres para o compromisso com a ética, com os direitos humanos, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a produção de conhecimento científico, cultural e tecnológico, dentro de referenciais de excelência acadêmica e de transformação social.

2.3 Visão

A Visão demonstra o que a comunidade universitária espera que seja a UnB. Em termos técnicos, sua definição é construída pelo debate e apoia a parceria Universidade/docentes, técnicos e alunos na construção do futuro da Instituição. É um conceito essencial porque promove a inovação, constrói direção comum, reduz a dependência institucional de lideranças identificadas, motiva e inspira a comunidade, orienta o planejamento, a ação e a implantação de mudanças, mobiliza para a qualidade, complementa a missão, orienta a definição de objetivos estratégicos e táticos e orienta investimentos.

Na perspectiva dos gestores, a **Visão** da UnB é

> Ser uma das três maiores universidades federais do País é referência como:
>
> a) instituição de excelência acadêmica, integrada internacionalmente às diversas áreas do conhecimento;
> b) inovadora na geração, disseminação, aplicação e gestão do conhecimento;
> c) padrão na gestão pública moderna, integradora, transparente e democrática;
> d) instituição humanizadora que ofereça à comunidade universitária qualidade de vida, infraestrutura adequada e boa relação entre as pessoas.

2.4 Desafios Estratégicos

Os gestores da Administração Superior apontaram os seguintes **Desafios** que a Universidade se propõe a superar a fim de cumprir sua visão de futuro:

1. Otimizar a gestão de pessoas por meio da recomposição do quadro permanente, ampliação das atividades de formação e capacitação, valorização dos servidores e criação de condições de trabalho atrativas.
2. Construir consensos necessários em torno da missão da Universidade, respeitando a diversidade ideológica: internalizar a utopia original, favorecer a coesão, compartilhar compromissos, superar a fragmentação e competitividade internas.
3. Ter programa permanente de tecnologia da informação que aumente e promova a modernização da gestão de processos e o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, extensão e gestão universitária.
4. Superar os limites salariais dos servidores.
5. Implantar modelo de gestão voltado à superação dos limites burocráticos e da falta de objetividade na solução de problemas e ao reconhecimento dos espaços deliberativos institucionais.
6. Promover o reordenamento da ocupação espacial dos *campi* para distribuir adequadamente o crescimento da comunidade universitária.
7. Conquistar graus de autonomia que permitam maior liberdade na gestão dos recursos.
8. Promover a internacionalização da UnB com ênfase no intercâmbio científico, cultural e artístico e na mobilidade de estudantes, docentes e técnicos-administrativos, com vistas ao conhecimento multidisciplinar.

2.5 Valores

Os valores da Universidade foram definidos em conformidade com seus princípios estatutários e direcionam as ações institucionais para um padrão de comportamento individual e institucional voltado para o cumprimento da missão estratégica.

Os principais **Valores** identificados pelos gestores institucionais que orientam a atuação da comunidade e a gestão universitária são:

a) busca da autonomia institucional com transparência e responsabilidade social;

b) ética e respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças;

c) busca permanente da excelência em todos os campos de atuação da Universidade;

d) compromisso público com:

- a democratização do acesso ao conhecimento;
- o exercício da gestão compartilhada com corresponsabilidade solidária;
- o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico local, nacional e global;
- o mérito acadêmico vinculado à melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- a responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável;

e) Universidade como espaço para a valorização de diálogo entre diferentes saberes;

f) educação superior como um bem público diretamente vinculado ao projeto de país definido pela Constituição, e comprometido com as necessidades da sociedade.

2.6 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos são o referencial do planejamento institucional, refletindo o que a Universidade procura atingir, no período, de forma que possam ser medidos, comparados e avaliados, por meio de suas metas, no cumprimento da sua missão e alcance da visão esperada.

A alta Administração da Universidade de Brasília definiu sete grandes **objetivos**, que, alinhados à missão, à visão e aos valores institucionais, orientarão a construção de seu planejamento estratégico, conforme descritos a seguir:

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manter atualizados ao longo do tempo.
2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade.
3. Aumentar a integração com a sociedade, ampliar o acesso da população à universidade e difundir o conhecimento científico, tecnológico e cultural em âmbito loco - regional, nacional e internacional.
4. Implementar ações de apoio, integração, segurança e bem-estar da comunidade universitária.

5. Investir na melhoria da gestão de pessoas em respeito aos princípios de compartilhamento das decisões e das responsabilidades.
6. Ter excelência e transparência na comunicação institucional, em ações de Tecnologia da Informação, na gestão de meios[5], do patrimônio e de processos.
7. Consolidar a expansão num contexto de Universidade *multicampi*.

2.7 Áreas Estratégicas

A administração central definiu, durante o encontro, onze áreas estratégicas de acordo com a natureza e abrangência de atuação: 1. Ensino de Graduação; 2. Ensino de Pós-Graduação; 3. Pesquisa; 4. Extensão; 5. Assistência à Comunidade Universitária; 6. Tecnologia de Informação e Comunicação; 7. Planejamento e Gestão; 8. Gestão ambiental, de obras e de espaço físico e segurança; 9. Comunicação Institucional e Informações; 10. Captação de Recursos, Prestação de Serviços e Gestão Patrimonial; 11. Gestão de Pessoas.

2.8 Projetos Estratégicos Institucionais

São projetos de iniciativa da alta Administração, com a finalidade de alcançar objetivos específicos, de grande interesse institucional, em benefício da comunidade universitária e da sociedade em geral, para desenvolvimento num período determinado.

Os projetos estratégicos institucionais propostos pelos gestores são: **1**. Gestão compartilhada; **2**. Projeto: 50 anos da UnB; **3**. Fortalecimento, Ampliação e Integração da Excelência Acadêmica; **4**. Consolidação da reestruturação institucional e da expansão da UnB[6]; **5**. Valorização dos trabalhadores da UnB; **6**. Renovação da Biblioteca Central (BCE) e das bibliotecas dos *campi*; **7**. Projeto Memória da UnB; **8**. Compromisso Ecológico; **9**. Adoção de novas tecnologias, atualização e integração de sistemas informatizados e da gestão e automação de processos institucionais para o desenvolvimento das áreas meio e fim; **10**. Apoio à estruturação do Hospital Universitário e a Unidades de apoio a atividades acadêmicas; **11**. Projeto de Atitudes Universitárias; **12**. Implementação de Plano Institucional de Segurança; **13**. Implantação do Parque Científico e Tecnológico – PCTec – UnB.

5 Gestão do Planejamento, Orçamento, Contabilidade, Finanças, Infraestrutura e Convênios e Contratos.
6Reestruturação, no sentido amplo (acadêmica, administrativa, organizacional, expansão/REUNI).

3 Elaboração do planejamento no nível operacional

Após a definição das Bases Estratégicas e Táticas, passa-se para a etapa de elaboração do planejamento, no nível operacional, com envolvimento de todas as unidades acadêmicas (27) e administrativas (41), totalizando 68 unidades internas.

Nessa etapa, em fase de construção, todas as unidades integrantes do sistema de planejamento institucional (68) elaborarão suas programações específicas, destacando seus projetos, atividades, ações e respectivos valores, previstos para o período de 2011 a 2015, em estreita conformidade com as bases estratégicas e táticas definidas pela Administração Central e áreas estratégicas.

Os critérios gerais[7] definidos para balizar a elaboração das propostas (PDI 2011 – 2015) das unidades internas constam do documento Orçamento Programa Interno da FUB para 2011, aprovado pelo CONSUNI, destacando-se os seguintes:

> a) As Unidades deverão fazer suas proposições, com base em "**necessidades**", ao invés de "livre demandas", observando-se fator de limitação, em termos de previsão de recursos, de forma a que se evitem programações com valores excessivamente altos (sonhos ilimitados);
>
> b) as propostas das Unidades (PDI) serão encaminhadas, pelo DPO, às Câmaras afins[8], de acordo com cronograma previamente estabelecido, as quais farão as respectivas análises, definição de critérios específicos e aprovação de valores para os objetivos, projetos/ atividades propostos, em compatibilidade com os valores aprovados por Programas/ Áreas e com as Bases Estratégicas e Táticas, previamente aprovados pelo Conselho de Administração (CAD);
>
> c) as Unidades terão garantidos para 2011, no mínimo, os mesmos valores (nominais) recebidos em 2010;
>
> d) no documento final do PDI deverão constar somente objetivos, projetos/ atividades para os quais tenham sido aprovados recursos pelo CONSUNI, após análises preliminares, definição de recursos e respectivas fontes pelas Câmaras afins, CAF e CAD. Dessa forma, ficam garantidos recursos para execução dos projetos, atividades e ações do PDI/ Plano Anual de Atividades;
>
> e) no que diz respeito a "Obras, Reformas e Adaptações" e "Pessoal" (vagas/ cargo/ treinamento), as programações de recursos deverão ser elaboradas separadamente, com priorização específica, cuja análise e definição de valores, para o período do PDI, ficariam a cargo, no primeiro caso, da Comissão de Obras/CAD, e, no segundo, do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) e Comissão Permanente do REUNI, conforme o caso, levando-se em conta diretrizes e normas, internas e externas.

O PDI contempla os dispositivos que regulamentam a necessidade de adoção do planejamento como ferramenta essencial na elaboração e acompanhamento dos projetos

7 Critérios constantes do item 6 do documento Orçamento Programa Interno - 2011, UnB, 2010, aprovado pelo CONSUNI em sua 374ª reunião, de 17/12/2010.
8 CEG; CPP; CEX; CAF; CAC; CGP e CPO.

organizacionais. Além de atender exigência legal e se constituir em compromisso da Instituição com o MEC, é requisito aos atos de credenciamento e recredenciamento da Universidade, assim como exigido nos processos de autorização e reconhecimento de cursos.

O instrumento global de planejamento é também importante para o processo de avaliação institucional, ao conferir à instituição retrato da sua autoavaliação, abordando aspectos relacionados às estratégias institucionais, à gestão e organização acadêmica e administrativa, a procedimentos de autoavaliação institucional e a aspectos orçamentários. Internamente, a Instituição dispõe de um documento consistente, com os preceitos estratégicos que orientam a comunidade universitária na consecução dos objetivos e metas, a médio e longo prazos.

Merecem destaque, nesse sentido, as ações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as quais foram incluídas no PDI, após a aprovação pelo CONSUNI, em 4/7/2008, da revisão da proposta da UnB de participação no Programa instituído pelo Decreto n. 6.096/2007, de 24/4/2007. Na UnB, a adesão ao REUNI ocorreu por meio de discussões fundamentadas nas dimensões do Programa. As reestruturações acadêmica e pedagógica são os pilares da expansão das vagas discentes disponibilizadas pela Universidade à sociedade, associadas à renovação, adequação e aperfeiçoamento da infraestrutura e ancoradas na ampliação do quantitativo de docentes e servidores técnico-administrativos.

Na UnB, todo o processo de planejamento institucional é fundamentado nas bases do planejamento estratégico e tático constantes do PDI, que orientam a elaboração do Plano Quinquenal e dos Planos Anuais de Atividades. Por outro lado, ajustes anuais tornam possível a revisão dos planos anuais integrantes do Plano Quinquenal, assim como permitem o aperfeiçoamento do processo administrativo e otimização dos recursos orçamentário-financeiros.

4 Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UnB, criado em 1962, data da inauguração da Universidade, como Plano Orientador da Universidade de Brasília[9], foi o resultado do trabalho de duas comissões de planejamento coordenadas pelo Professor

9 Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962, São Paulo Editora S.A.

Darcy Ribeiro. O Projeto aborda como a UnB deveria se constituir e, sobretudo, apresenta orientações a serem cumpridas desde o seu funcionamento.

O PPI de 1962 trata, em sua essência, de aspectos acerca da criação da UnB, sua estrutura e organização autônoma, baseada na integração de três modalidades de órgãos: os institutos centrais, as faculdades e os órgãos complementares, definindo suas competências e funcionamento. O plano define, ainda, o modelo de administração da Universidade, seus órgãos auxiliares, estimativa de matrículas e formas de acesso, corpo docente, programa de cursos, plano de obras, programa financeiro, entre outros elementos.

Neste momento de forte reestruturação e de expansão da Universidade, inclusive com a criação de novos *campi*, identificou-se a necessidade de revisão do atual projeto pedagógico da Instituição, o qual foi sendo construído ao longo do processo histórico da UnB.

Em 2010, foi formada a Comissão Coordenadora dos Trabalhos do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), composta pelas seguintes subcomissões: a) história; b) missão, função, valores, princípios e perfil do egresso; c) princípios pedagógicos fundantes da Universidade-ensino; d) pesquisa e extensão; e) formação profissional – graduação e pós-graduação; f) avaliação e indicadores; g) desenvolvimento profissional: docentes e técnicos-administrativos; h) gestão institucional democrática e participativa.

Essa Comissão já concluiu a elaboração do Texto de Referência para a construção do PPPI com o objetivo de reunir os diagnósticos feitos a partir dos seminários “UnB em Reestruturação”, realizados em 2009.

Esse documento de referência estabelece como desafio principal do PPPI, entre outros, a indicação das concepções sobre as quais a Universidade e para as quais a sociedade estão se dirigindo, explicitando qual a relação que se pretende construir entre elas. Atualmente, a Comissão trabalha para que essa documentação seja submetida à aprovação dos conselhos superiores até 2012.

A elaboração do novo PPPI da Universidade configura-se, portanto, como uma das grandes metas institucionais inseridas no Programa REUNI. Para isso, durante o ano de 2009, foram realizados seminários e fóruns para discussão acerca das estratégias para a construção do PPI, envolvendo docentes, servidores e discentes. Para 2011, planeja-se a redação do documento final, com a continuidade dos trabalhos em um processo democrático e participativo, a fim de que a diversidade, a complexidade, a criatividade e as expectativas da Universidade e da sociedade possam estar ali traduzidas, possibilitando que, nesse novo PPPI, a Universidade de Brasília reconheça-se e seja reconhecida. Em 2012, o documento será submetido à aprovação pelos conselhos superiores.

5 Coerência entre ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI, acompanhamento e prestação de contas periódicas

A coerência entre a prática acadêmica e o PDI se verifica no acompanhamento do planejamento, fase importante do processo de planejamento institucional integrado. Na UnB, esse acompanhamento faz-se semestralmente, por meio do qual todas as unidades integrantes do sistema prestam contas, em termos físico e financeiro, da execução das ações, objetivos e metas globais previstos no PDI, desdobrados nos Planos Anuais de Atividades (PAA). Compõem também os relatórios: as informações referentes à execução das ações governamentais consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA); a movimentação financeira das fundações de apoio; a gestão do patrimônio da FUB; a educação corporativa; o balanço social; entre outras.

Paralelamente, são feitos – mensalmente, por servidores da FUB, designados Coordenadores de Ação, via SIMEC – o registro e a atualização das informações do desempenho físico das ações governamentais e da gestão de restrições, a fim de subsidiar a elaboração de relatórios gerenciais e de prestações de contas da atuação governamental, em cumprimento ao que determinam as Portarias n. 198/2005 e n. 731/2009.

Em relação à efetividade do PDI, em termos de planejamento e de realização, foi recorrido novamente ao relatório de avaliação da gestão de meios dessa área, em especial quanto à utilização, participação, acompanhamento e avaliação do planejamento pelas Unidades, conforme destacado a seguir:

- Utilização do Planejamento da Universidade nas decisões da Unidade – Apenas 20% das unidades entrevistadas apontaram que mais de 90% das ações planejadas em 2008 foram efetivamente incluídas no planejamento da Universidade. Isso indica que existe um grande conjunto de ações planejadas pelas unidades que não são incluídas no Sistema de Planejamento Institucional. Esse fato, até certo ponto surpreendente, suscita dúvidas sobre a abrangência e representatividade dos instrumentos de planejamento hoje existentes em relação às atividades planejadas no âmbito da UnB.

- Participação dos membros da estrutura de liderança da Unidade nas decisões sobre planejamento – 68,4% das unidades entrevistadas afirmaram que mais da metade dos membros da estrutura de liderança participam das decisões sobre planejamento, indicando que há envolvimento considerável nas decisões sobre planejamento. À luz da questão anterior, isso indica que o sistema de planejamento hoje existente, embora seja relativamente participativo, carece de abrangência e universalidade, visto que grande parte das ações planejadas não estão incluídas no sistema de planejamento institucional.

- Procedimentos de **planejamento** utilizados pela Unidade - pode-se afirmar que 63% adotam pelo menos dois procedimentos de planejamento, que são compatíveis com as boas práticas (elaboração de cenários, fixação de metas, construção de indicadores, monitoramento e avaliação).

- Práticas de acompanhamento adotadas pela Unidade em relação ao PDI e PAA (PDI Anual) – 84% das unidades afirmam que acompanham o PDI, enquanto apenas 53,4% afirmam que acompanham o PAA. Isso parece indicar que quase metade das unidades entrevistadas não acompanha o PAA. Alternativamente, há também a hipótese de que grande parte das unidades entende que o "PAA" é equivalente ao "PDI Anual", confundindo a denominação dos dois instrumentos e evidenciando a falta de clareza sobre a distinção entre PAA e PDI.

- Práticas de avaliação adotadas pela Unidade em relação ao PDI e PAA (PDI Anual) – Assim como no item anterior, a grande maioria (73,3%) das Unidades afirma que avaliam o PDI, enquanto apenas 43,3% das Unidades avaliam o PAA. Verifica-se também a existência de diferenças de comportamento entre as Unidades Acadêmicas e as demais Unidades. Enquanto 81% das Unidades Acadêmicas avaliam o PDI, apenas 60,1% das demais Unidades avalia o PDI e o PAA.

- Relação entre atividades planejadas e orçamento executado na Unidade em 2008 – Apenas 40% das Unidades entrevistadas executam mais de 90% do orçamento liberado destinado para a realização das atividades planejadas. Isso aponta para uma baixa capacidade de execução em mais de 60% das Unidades. Há, portanto, evidência de que o modelo de alocação de recursos atualmente adotado apresenta deficiências, visto que grande parte das Unidades não consegue executar seu orçamento.

No que diz respeito à qualidade dos serviços prestados pelo órgão central de planejamento, a avaliação, pelas unidades, é positiva, posto que 83,3% das unidades entrevistadas estão satisfeitas com os serviços prestados pelo referido órgão, conforme observado pelo grupo de pesquisa, em seu relatório final.

Assim, a elaboração dos relatórios parciais de planejamento, bem como a verificação e análise dos resultados da avaliação da gestão de meios, aqui abordada, contribuíram com decisões tomadas pela Administração Superior da Universidade de Brasília, com vistas ao aprimoramento do processo de planejamento, em compatibilidade com sua execução, conforme abordadas anteriormente.

6 Grau de conhecimento dos instrumentos de planejamento (PDI, Plano Quinquenal e PPA), pela comunidade universitária

O atual sistema de planejamento da UnB conta com instrumentos relacionados à elaboração e atualização dos planos institucionais elaborados pelas unidades administrativas e acadêmicas (Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Quinquenal (PQ), Plano Anual de Atividades (PAA), Matriz de planejamento, Matriz de Indicadores Institucionais) e outros associados ao acompanhamento das atividades desenvolvidas por todas as unidades integrantes do sistema de planejamento institucional (Relatórios Semestrais de Planejamento, Relatório Anual de Gestão, Seminário de

Planejamento, Relatório de Planejamento Plurianual), conforme consta do Manual do Sistema de Planejamento da UnB, 2010.

Todos os instrumentos listados acima visam a atender tanto às demandas internas (comunidade acadêmica, Comissão Própria de Avaliação), como às externas (exigências de órgão governamentais, órgãos fiscalizadores externos e sociedade como um todo). Para tanto, os documentos são divulgados em meio acadêmico e estão disponíveis para *download* no *site* da Universidade.

A partir de 2002, com a adoção do sistema de planejamento, de forma estruturada, nos níveis estratégico, tático e operacional, conseguiu-se, pela primeira vez, a sensibilização e o envolvimento efetivo da comunidade universitária em sua implantação e desenvolvimento. Nesse processo, foi fundamental a ampla adesão das unidades acadêmicas, as quais assimilaram rapidamente o modelo então proposto, embasado em três conceitos fundamentais: participação, transparência e flexibilidade.

Atualmente, mais de 60 unidades internas (acadêmicas, administrativas, decanatos, secretarias, órgãos complementares, centros, reitoria, vice-reitoria, assessorias, auditoria interna, procuradoria jurídica, prefeitura do *campus*) participam da elaboração do planejamento institucional, com acompanhamento semestral de sua execução.

Todos os documentos institucionais de planejamento e orçamento passam por amplo processo de discussão e aprovação, desde os colegiados das unidades acadêmicas, passando por órgãos da Administração Central, até os colegiados superiores: Câmara de Administração e Finanças (CAF); Conselho de Administração (CAD); e Conselho Universitário (CONSUNI), órgão máximo deliberativo da Universidade. A aplicação sistemática desses instrumentos e a participação dos três segmentos da comunidade universitária nos órgãos colegiados trouxeram avanços importantes na disseminação da cultura de planejamento no meio universitário.

Dessa forma, também é possível dizer que o nível de conhecimento desses instrumentos no âmbito das unidades acadêmicas (institutos/ faculdades) e administrativas e de colegiados representativos é significativo, no que diz respeito ao PDI, e incipiente, em relação a outros documentos de planejamento, conforme apurado em relatórios de avaliação da gestão de meios, abordada adiante.

No sentido de conhecer e fazer avançar o processo de planejamento, a Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB[10] encomendou a elaboração de diagnóstico e

10 Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, instituída pelo Reitor, em 2009, sob a presidência do Vice-Reitor da UnB.

avaliação da gestão de meios, relativamente ao processo de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, entre outras áreas prioritárias.

No trabalho, organizado e operacionalizado por grupo de pesquisa, constituído por professores e técnicos especializados, internos e externos, definiu-se, inicialmente, um conjunto de critérios que pautam a análise das práticas de gestão de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, e, em seguida, aplicaram-se entrevistas com cerca de 66 gestores de unidades acadêmicas e administrativas.

Posteriormente, foram feitas a tabulação e análise das respostas dos gestores e análise dos resultados, mediante a aplicação de técnicas estatísticas e de técnicas de Apoio à Decisão de Múltiplos Critérios (MCDA – *Multicriteria Decision Analysis*).

No que diz respeito ao conhecimento dos principais instrumentos de planejamento adotados pela UnB, quais sejam: Plano Quinquenal (PQ), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano Anual de Atividades (PAA), cabe, aqui, citar, *in verbis*, o resultado apurado, conforme relatório apresentado pelo grupo de pesquisa:

> - Sobre o Plano Quinquenal – 34,8% das Unidades Administrativas (incluindo a reitoria) e 48,6% das Unidades Acadêmicas avaliam positivamente o Plano Quinquenal. Cabe notar, no entanto, que 28,3% das unidades não sabem ou não quiseram avaliar o PQ, o que pode ser sinal de que há desconhecimento ou ainda pouco envolvimento de setores da Universidade em relação a esse instrumento de planejamento.
>
> - Sobre o PDI – 60% de todas as unidades entrevistadas avaliaram positivamente o PDI, sendo que 6 das 60 unidades (10%) avaliam o PDI como "muito bom". Deve-se ressaltar que há diferenças importantes na avaliação das Unidades Administrativas e da Reitoria em relação à avaliação das Unidades Acadêmicas. Enquanto 67,5% das Unidades Acadêmicas avaliam positivamente o PDI, apenas 47,8% das demais unidades têm a mesma percepção. Apenas 6,7% dos entrevistados não souberam ou não quiseram responder quando indagados sobre o PDI. Isso aponta para o PDI como o instrumento de planejamento mais bem avaliado pela comunidade. Pode-se, no entanto, observar que muitos entrevistados confundem o PDI com o PAA, muitas vezes denominado de "PDI Anual". Essa confusão entre os instrumentos de planejamento demonstra que, assim como ocorre com o PQ, também em relação ao PDI há certo desconhecimento da comunidade sobre sua natureza e sua função. Essa possível confusão pode também ter afetado a avaliação da qualidade do PDI.
>
> - Sobre o PAA – 51,6% das unidades entrevistadas avaliaram positivamente o PAA, enquanto 18,3% não souberam ou não quiseram responder sobre esse instrumento de planejamento. Cabe notar que as Unidades Acadêmicas avaliam de forma muito mais positiva o PAA do que as Unidades Administrativas e aquelas vinculadas à Reitoria.

Em função desses resultados e de recomendações e sugestões originárias do grupo de pesquisa, responsável pela elaboração das avaliações, a Administração da Universidade, após análise criteriosa do relatório final apresentado pela Comissão de Reestruturação e

Modernização da UnB, em especial, no que diz respeito às recomendações propostas, tomou medidas importantes, visando ao aprimoramento do processo de planejamento institucional, tais como: ampla revisão do processo de planejamento e de seus instrumentos básicos; realização de oficina de planejamento com a participação de gestores da Alta Administração e de áreas estratégicas, resultando na definição de bases estratégicas e táticas para construção do PDI, ciclo 2011 a 2015; elaboração de proposta de criação do Decanato de Planejamento e Orçamento, aprovada pelo CONSUNI, conforme Resolução da Reitoria, do CONSUNI n. 29/20010, de 7/12/2010; reestruturação organizacional do Decanato de Administração; entre outras.

7 Articulação entre o PDI e as políticas de ensino, pesquisa e extensão, da gestão acadêmica e administrativa institucional

Todas as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão são formuladas com base no PDI da Instituição. Os elementos estratégicos, alinhados aos objetivos institucionais e diretrizes pedagógicas, referentes às áreas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, entre outras, estão consubstanciados no PDI. A partir desses níveis, são definidos, por áreas, as diretrizes, as metas e os indicadores de gestão para o período.

As ações e metas propostas pelas áreas são acompanhadas, semestralmente, no sistema informatizado de planejamento institucional, mediante informações prestadas pelos próprios gestores das unidades acadêmicas e administrativas, quando se faz, então, um confronto entre o planejado no PDI e o executado efetivamente.

Avaliações regulares são feitas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), cujos resultados constam dos relatórios de autoavaliação institucional, as quais, além de cumprir exigências legais, possibilitam aos gestores universitários a tomada de decisão em relação às medidas a adotar no aprimoramento contínuo do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica e administrativa, em prol da sociedade.

8 Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da instituição

O PDI, da forma atual como é elaborado, atende às demandas internas (unidades acadêmicas e administrativas e Comissão Própria de Avaliação), às exigências de órgãos governamentais (Ministério da Educação, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, entre outros) e aos órgãos fiscalizadores externos (Tribunal de Contas da União e

Controladoria-Geral da União), além de subsidiar a elaboração de outros documentos institucionais (Anuário Estatístico, Relatório de Autoavaliação Institucional, Relatório Anual de Gestão, Plano Plurianual de Atividades, Plano Anual de Atividades).

9 Atualização e avaliação do PDI

Neste tópico, é importante ressaltar que as definições estratégicas da Universidade constam do PDI, enquanto que as ações e os projetos anuais detalhados pelas 68 unidades que compõem o planejamento, bem como os seus elementos físicos e financeiros integram o Plano Quinquenal (PQ) e o Plano Anual de Atividades (PAA).

A atualização do PAA é realizada por meio de ajustes periódicos promovidos por técnicos do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), órgão gestor central do Sistema de Planejamento Institucional.

Em relação ao processo de autoavalição institucional, exigido por lei, a Universidade, além de instituir, por meio da Resolução do Conselho Universitário n. 1/2009, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituiu, por meio de Ato da Reitoria n. 362/2010, o Grupo Técnico de Avaliação (GTA) da Comissão Própria de Avaliação da Universidade de Brasília.

O GTA, composto por representantes de todos os decanatos, do CESPE, do CPD e da SAA, tem

> .a função precípua de auxiliar a CPA na institucionalização do processo de autoavaliação na UnB, assim como na efetivação das ações e procedimentos inerentes à autoavaliação, visando a possibilitar a elevação dos padrões de qualidade, do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

Ainda de acordo com a Resolução da Reitoria n. 362/2010, compete ao GTA, entre outras atribuições, “elaborar proposta de Plano de autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília (PAAI), o qual deverá ser submetido à apreciação da CPA”.

Essas iniciativas mostram a importância que a Universidade de Brasília está dando ao processo de avaliação institucional, cujos resultados, ao mostrar suas potencialidades e fragilidades, permitirão a adoção de medidas efetivas, visando ao aprimoramento do processo de gestão acadêmica e administrativa, em prol de um ensino superior de qualidade.

10 Aspectos positivos

A avaliação dos principais avanços ocorridos no PDI da Universidade, desde a implantação do novo Sistema de Planejamento, apresenta breve retrato do processo de mudança ocorrido na Instituição. Entre as mudanças mais relevantes, destacam-se:

- Início e desenvolvimento da revisão do Projeto Político Pedagógico Institucional.
- Alterações positivas no processo decisório, que efetivamente passou a valer-se das estruturas colegiadas.
- Iniciativa de fazer avaliação do processo de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, resultando, entre outras medidas, na união entre o planejamento e o orçamento, com a criação do Decanato de Planejamento e Orçamento.
- início do processo de planejamento, a partir de cronograma de elaboração e aprovação do PDI e do Orçamento Programa Interno.
- Definição prévia de critérios de orientação da elaboração do PDI e de modelos de distribuição de recursos orçamentários para unidades acadêmicas e administrativa.
- Ampliação da participação de gestores universitários, de todos os níveis, no processo de planejamento, na construção do PDI, ciclo 2011 a 2015.
- Maior envolvimento de gestores e colegiados na definição de políticas de financiamento institucional.
- Fragilidades apontadas na análise do ciclo de planejamento, que abrange o período de 2006 a 2010, levaram a se adotar mudanças importantes em todo o processo, que estão sendo adotadas na construção do PDI, ciclo 2011 a 2015.
- Utilização de instrumentos de planejamento reconhecidos, como a matriz de análise situacional e de impacto, na elaboração dos planejamentos plurianuais das unidades.
- Evolução do número de unidades integrantes do sistema de planejamento de 60, em 2006, para 66, em 2009; e 68, em 2010.
- Estruturação do PDI, em estreita observância aos eixos temáticos definidos no Decreto n. 5.773/2006.
- Decisão da Administração Superior de institucionalização do processo de autoavaliação na UnB.

- Maior transparência acerca das práticas e dos gastos da FUB, o processo de reestruturação e modernização, e a elaboração do PDI, conforme disponibilizado em www.unb.br/transparencia.

Por fim, outro ponto que merece destaque é a inclusão, no PDI, do REUNI, em 2008, dada a importância desse programa na reestruturação e expansão da Universidade, em todas as suas dimensões: Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública; Reestruturação Acadêmico-Curricular; Renovação Pedagógica da Educação Superior; Mobilidade Intra e Interinstitucional; Compromisso Social da Instituição; e Suporte da Pós-Graduação ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Qualitativo dos Cursos de Graduação.

11 Aspectos que merecem atenção

Em face da realidade da instituição e das dificuldades enfrentadas pela Universidade, no âmbito do sistema de planejamento, cabe destacar os seguintes aspectos negativos:

- Instrumentos de avaliação desatualizados, restritos a algumas áreas.
- A interrupção da pesquisa de egressos, em 2005.
- Dificuldades no processo de tramitação do planejamento das unidades nos seus respectivos colegiados.
- Atrasos na elaboração do plano institucional de autoavaliação da UnB, em razão, especialmente, da greve de alunos e de docentes (inicialmente) e de servidores técnico-administrativos, que durou cerca de seis meses.
- Alta rotatividade de pessoal nas unidades, o que gera impactos negativos na prestação de informações que compõem os relatórios trimestrais e anuais de gestão.
- Necessidade de aperfeiçoamento do modelo de matriz de variáveis, utilizado na alocação de recursos para a área acadêmica.
- Necessidade de tornar o PDI mais objetivo e didático, com o intuito de facilitar sua divulgação à comunidade acadêmica.
- Dificuldade de conscientização da comunidade universitária da aplicação do PDI como efetivo instrumento de planejamento das atividades acadêmicas e administrativas.
- Falta de avaliação anual do PDI.

O atual PDI da Universidade passou por uma série de aprimoramentos ao longo do período; entretanto, há muitos desafios a serem superados até alcançar a excelência no

planejamento da UnB. Há grande esforço institucional na realização constante de melhorias, prova disso foi a elaboração do Diagnóstico Institucional 2011-2015, instrumento utilizado para embasar elementos e conceitos no novo ciclo de planejamento.

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

> O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação de oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros para colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram seu planejamento, fazendo da Capital da República um motivo de orgulho nacional. (parágrafo final da fala do Presidente da República ao sancionar a lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília).

A ENSINO DE GRADUAÇÃO

1 Sobre a organização do item 2A

O texto do item 2A (Ensino de Graduação) está organizado a partir de conjuntos temáticos, marcados pelo sombreamento cinza, que se referem às sugestões contidas no documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-avaliação das Instituições (www.inep.gov.br). Para fins de clareza textual, cada grupo de tópicos foi descrito e, quando possível, avaliado além de analisado, a partir de três aspectos:

a) a descrição da Dimensão tal como ela se apresenta na Universidade atualmente, considerando sua história, seus objetivos e seus compromissos;

b) avaliação e análise da política para o Ensino de Graduação e as consequentes potencialidades/fragilidades das ações atuais;

c) as propostas de enfrentamento de situações não desejáveis ou apresentação das inovações que estão para ser implementadas.

Os seguintes documentos deram suporte à elaboração deste Relatório: o Regimento Geral da Universidade de Brasília, o Projeto Pedagógico Institucional referente à criação da FUB e o documento do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília na UnB, REUNI/UnB.

Em relação à evolução das práticas, no período de abrangência do Relatório, foram utilizados dados referentes às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Assuntos Acadêmicos e pela seguinte estrutura orgânica do Decanato de Ensino de Graduação:

Quadro 02.01: Estrutura Acadêmica do Decanato de Graduação da UnB

Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica DAIA	Diretoria de Ensino de Graduação à distância e Gestão da Informação	Diretoria Técnica de Graduação (DTG)
Comissão de Acompanhamento e Orientação (CAO) Comissão Permanente de Acompanhamento de Ingresso Especiais (CPAIE) Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico e Profissional (CDAP) Coordenadoria de Monitoria, Intercâmbio e PET (CMIP) Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA) Serviço de Orientação ao Universitário (SOU) Comitê Gestor do convênio FUNAI-UnB	Ações vinculadas ao programa/projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Pró-Licenciatura	Coordenação de Integração das Licenciaturas (CIL) Coordenação Pedagógica

A avaliação da situação de permanência dos estudantes na UnB, com consequente proposição de medidas para reduzir a evasão, está também sob a atribuição da DAIA.

2 1º CONJUNTO TEMÁTICO: Organização didático-pedagógica e práticas pedagógicas

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.
- Critérios que orientam as atualizações curriculares.

2.1 Descrição da Dimensão na Instituição

Nascida de um projeto original e criativo, a Universidade de Brasília passou por diferentes transformações na sua história sem que houvesse revisitado o plano que a

estabeleceu. Desde 2009, a UnB está sendo chamada a reescrever seu Projeto Político Pedagógico Institucional, no qual transpareçam os marcos de sua trajetória e se organizem novas articulações que a projetem para o futuro com qualidade e responsabilidade social.

É preciso reconhecer que a adesão da UnB ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ocorrida em 2008, marca de forma decisiva as ações relatadas nesse documento. Assim, as ações que haviam sido inauguradas em 2009 são consolidadas durante o ano de 2010, como a meta de expansão da oferta de vagas em cursos já existentes e a abertura de novos cursos aliada ao compromisso da revisão e atualização do Projeto Pedagógico Institucional.

No âmbito do Decanato de Ensino de Graduação, desenvolvem-se ações sistemáticas e institucionalizadas em que se articulam, por exemplo a Coordenação de Acompanhamento e Integração das Licenciaturas e a Coordenação Pedagógica, com o objetivo de promover a discussão continuada acerca dos princípios, das concepções, dos processos e das ações didático pedagógicas, tanto para a implantação dos novos cursos quanto para a revisão de Projetos Político Pedagógicos dos Cursos já existentes.

Nesse rico processo, mantêm-se os quatro princípios delineados no relatório de 2009 como tendências estruturantes para as concepções curriculares e organização didático-pedagógica. São eles:

a) o respeito à diversidade de práticas pedagógicas, que se remete ao reconhecimento da autonomia docente. Assim, um amplo espectro de ações pedagógicas pode ser identificado nos diferentes cursos oferecidos pela UnB: desde práticas mais tradicionais que se valem da explanação oral e uso do quadro de giz para a transmissão de informações e conhecimentos técnicos até práticas inovadoras caracterizadas pelo uso de novas tecnologias e a organização curricular por projetos em processos participativos de construção de conhecimento;

b) o princípio da flexibilização dos fluxos curriculares, pois desde 1986 é regimental que o estudante da UnB possa escolher livremente até 24 créditos de disciplinas que não compõem o seu currículo, designadas de Módulo Livre, para a integralização da carga horária total do seu currículo. É também regimental a exigência de que os fluxos curriculares contenham até o máximo de 70% da carga horária em disciplinas obrigatórias. Essas decisões regimentais se alinham com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, dos mais diferentes cursos, a partir das quais foram instituídas as chamadas Atividades Complementares;

c) o princípio da articulação entre ensino-pesquisa-extensão que orienta práticas pedagógicas presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos da universidade e atende às demandas sociais do desenvolvimento científico, humano, cultural, econômico entre outros. Aos poucos, os cursos de graduação estão incorporando em seus currículos créditos de atividades de extensão e de atividades complementares, entre as quais se inserem atividades de pesquisa, além de participação em eventos e intercâmbios;

d) a interdisciplinaridade como princípio que orienta experiências de ensino, pesquisa e extensão articuladas e integradoras de diferentes instâncias que caracterizam a vida da Universidade, tais como os diferentes campos de saber; os diferentes contextos pedagógico, acadêmico, administrativo e da sociedade; as diferentes pessoas que se constituem profissionalmente nos espaços da Universidade.

Tais princípios presidem a discussão dos projetos políticos pedagógicos dos novos cursos da Universidade, aspecto identificado com a meta de abertura de novos cursos, no âmbito do REUNI. O Quadro 02.02 indica os cursos criados em 2010. Os dados demonstram a plenitude do processo da reestruturação da Universidade.

Quadro 02.02: Cursos novos em 2010

1º/2010	**2º/2010**
Engenharia Ambiental	Turismo
Letras-Língua Estrangeira Aplicada	Gestão do Agronegócio
Química Tecnológica	Filosofia (noturno)
Arquitetura e Urbanismo	
Ciências Farmacêuticas	
Comunicação Organizacional	
Gestão em Saúde Coletiva	
Serviço Social (noturno)	

Em consonância com a abertura de novos cursos, bem como com a ampliação de vagas em cursos já existentes, entre 2008 e 2010 foram distribuídas 670 vagas de novos docentes, com 534 docentes nomeados até a presente data.

Os dados do Quadro 02.03 indicam o número total de docentes da UnB ao final de 2010 e permitem verificar o potencial qualitativo que se agregou à UnB nesse período. Ressalta-se que o número de docentes doutores em regime de Dedicação Exclusiva compõe mais de 80% dos professores da Instituição.

Quadro 02.03: Docentes da UnB

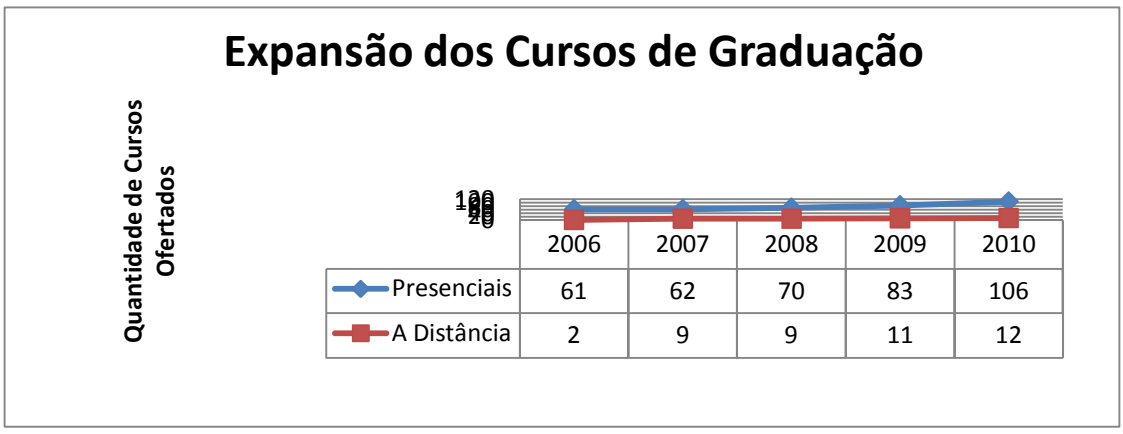
Classe	Regime	Titulação				Total
		Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Titular	20 horas	-	-	-	1	1
	40 horas	-	-	-	2	2
	DE	-	-	1	115	116
	Total	**-**	**-**	**1**	**118**	**119**
Adjunto	20 horas	3	1	2	38	44
	40 horas	-	-	-	9	9
	DE	-	-	5	1.301	1.306
	Total	**3**	**1**	**7**	**1.348**	**1.359**
Assistente	20 horas	9	-	32	-	41
	40 horas	-	-	8	-	8
	DE	2	3	288	-	293
	Total	**11**	**3**	**328**	**-**	**342**
Auxiliar	20 horas	3	-	-	-	3
	40 horas	-	-	-	-	-
	DE	5	1	-	-	6
	Total	**8**	**1**	**-**	**-**	**9**
Associado	20 horas	-	-	-	2	2
	40 horas	-	-	-	2	2
	DE	-	-	-	264	264
	Total	**-**	**-**	**-**	**268**	**268**
TOTAL GERAL		**22**	**5**	**336**	**1.734**	**2.097**

Fonte: UnB/Decanato de Gestão de Pessoas – DGP/Sistema de Pessoal – SIPES.
Nota:Dados referentes a Dezembro de 2010.

O número absoluto das contratações de docentes dos últimos anos, em relação ao número total de docentes da Universidade, representa cerca de 25% e evidencia que, sob a égide de seu compromisso social original[11], foram criadas condições para nova configuração de universidade.

De acordo com a Figura 02.01, nos últimos quatro anos estamos tendo, anualmente, média de 10 novos cursos sendo ofertados na UnB. Esse número torna-se exponencialmente maior ao se considerar a curva dos cursos EAD.

Figura 02.01: Expansão dos Cursos de Graduação



I

11 "O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação de oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação." (parágrafo final da fala do Presidente da República ao sancionar a lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília).

Fonte: ***UnB em número****, 2010. In: Sigra/DPO. Atualizada em 3/1/2011.*

As evidências já mencionadas acerca da criação de novos cursos e contratações impactam diretamente a evolução das discussões sobre concepções curriculares e organização didático-pedagógica. Tais aspectos são evidenciados no Quadro 02.04, o qual sintetiza a tramitação dos processos de elaboração e análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de cursos de graduação (PPP) na UnB nos anos de 2009 e 2010, indicando significativa evolução.

Quadro 02.04: Tramitação dos Projetos Políticos Pedagógicos de novos cursos

CAMPUS	**2009**	**2010**	
	PPP aprovados no CEPE	PPP aprovados no CEPE	Cursos com PPP em tramitação
Darcy	1-Ciências Ambientais, 2-Geofísica, 3-Museologia	1-Comunicação Organizacional, 2-Engenharia de Computação, 3-Gestão em Saúde Coletiva	1-Ciências Farmacêuticas, 2-Engenharia Ambiental, 3-Engenharia de Produção, 4-Filosofia, 5-Gestão do Agronegócio, 6-História noturno, 7-Letras Língua Estrangeira Aplicada (Bacharel), 8-Letras Tradução Espanhol, 9-Música noturno, 10-Química Tecnológica, 11-Serviço Social, 12-Turismo
FUP	0	0	13-Gestão Ambiental, 14-Licenciatura em Ciências Naturais
CEI	4-Enfermagem, 5-Fisioterapia	4-Gestão de Saúde	15-Farmácia, 16-Terapia Ocupacional
GAMA	0	0	17-Engenharia Automotiva, 18-Engenharia Eletrônica, 19-Engenharia de Energia, 20-Engenharia de *Software*
EaD			21- Administração EaD
Total	**05**	**04**	**22**

De forma correspondente ao significativo crescimento numérico dos processos internos de produção e análise de Projetos Políticos Pedagógicos, o aumento da inserção de dados dos cursos no sistema e-MEC é um indicador, ainda que indireto, da continuada discussão e sistematização da organização didático-pedagógica, como também de discussões sobre práticas pedagógicas da Universidade (Quadros 02.05 e 02.06).

Quadro 02.05: Evolução Processos de Renovação de Reconhecimento

	2009	**2010**
Portarias de reconhecimento disponibilizadas	01	06
Processos aprovados no INEP	07	46
Processos com dados incompletos, ainda não enviados ao MEC	12	06
Processos não iniciados no sistema	01	01

Quadro 02.06: Evolução Processos de Reconhecimento – UAB.

	2009	2010
Processos enviados ao MEC	0	06
Portarias de reconhecimento disponibilizadas	0	0
Processos aprovados no INEP	0	0
Processos com dados incompletos, ainda não enviados ao MEC	09	03

Compõe esse conjunto temático do Relatório a avaliação qualitativa do processo de construção do Projeto Político Pedagógico Institucional, iniciado na UnB desde a pactuação do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, ao final de 2008.

As ações iniciais para essa construção tiveram por objetivo organizar o debate coletivo para a produção de ideias que, em 2009, ainda se mostravam insuficientes para a mobilização da comunidade acadêmica.

No relatório anterior já havia sido anunciado, no item de **Propostas de enfrentamento**, que deveria haver mudança na metodologia de construção do Projeto Político Pedagógico Institucional. Portanto, em 2010, ocorreu essa mudança no planejamento inicial: em vez das amplas discussões propostas pelas palestras e conferências organizadas em 2009, o debate da coletividade acadêmica foi realizado a partir de grupos compostos por docentes, técnicos-administrativos e discentes indicados pelos colegiados das diferentes unidades, por segmentos dessas unidades ou ainda por organismos representativos.

Os grupos de trabalho reuniram-se ao longo do segundo semestre de 2010. As discussões ocorreram a partir de um Texto Referência, em que os itens do índice organizaram a divisão dos grupos (Missão, Função e Valores/Princípios; Perfil do Egresso; Princípios Pedagógicos Institucionais; Avaliação e Indicadores; Gestão Democrática e Participativa; Carreira Docente).

Nessa nova dinâmica, duas grandes conferências foram organizadas para esse grupo de trabalho: em 30/9/2010, o Professor Hélgio Trindade, Reitor da UNILA, apresentou e debateu sobre “O Projeto da UNILA e as Universidade Paradigmáticas Brasileiras”; e, em 22 de novembro de 2010, o então Ministro Samuel P. Guimarães, com o tema “Universidade e o Plano Brasil 2022”. Espera-se a conclusão dos trabalhos dos grupos para o início de 2011. A essa etapa se seguirão a consulta aos colegiados das unidades acadêmicas, nova sistematização do documento e consulta pública para então haver a sistematização final do texto a ser encaminhado para aprovação pelo CEPE. Pretende-se que esse encaminhamento ocorra ao final de 2011.

2.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades

A elevada qualidade dos estudantes ingressantes da Universidade de Brasília, o nível de qualificação e o regime de dedicação exclusiva dos seus docentes são aspectos potencialmente positivos para a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição, em sua relação com as novas expectativas da sociedade contemporânea brasileira.

Além disso, identifica-se o aumento de ações, atividades e reuniões colegiadas para produção de documentos e discussão de temas relevantes. Tais aspectos configuram contextos que envolvem reflexão a respeito da organização didático-pedagógica e da discussão de práticas pedagógicas – métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem, relação professor-aluno, entre outros. Nesse biênio, portanto, identificam-se novas orientações reflexivas relacionadas às formas de organização do trabalho pedagógico no âmbito da universidade.

No entanto, apesar da política de reafirmação das discussões colegiadas como princípio do funcionamento da UnB, ainda pode ser considerado fragilidade o fato de muitas dessas discussões ficarem restritas ao grupo responsável pela gestão das unidades acadêmicas, que acumulam número cada vez maior de atividades acerca das quais são responsáveis.

Nos colegiados ampliados, ainda prevalecem decisões mais burocráticas relacionadas à vida acadêmica, o que dificulta a discussão de temas efetivamente prioritário para a reestruturação da Universidade.

Permanecem, assim, os desafios de encontrar estratégias que, ao mesmo tempo, garantam e respeitem a dinâmica de funcionamento e representatividade dos colegiados, estimulem esses espaços democráticos a assumir esse debate e fazer avançar reflexões sobre suas realidades acadêmico-pedagógicas. Coloca-se, portanto, como permanente desafio político e de gestão a ampliação contínua do debate em torno dessas questões.

Uma outra potencialidade, que já havia sido ressaltada no relatório de 2009, e que, no atual, assume característica comprobatória, identifica o momento vivenciado pela Universidade. O Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, assumido institucionalmente para o período de julho de 2008 a julho de 2012, está bem delineado por meio de diferentes dimensões qualitativas e quantitativas, com cronograma geral de implementação e execução, bem como plano de acompanhamento e avaliação continuada da proposta, além do plano de acompanhamento de indicadores de qualidade[12].

12 Ver Documento REUNI Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, 2008-2012, em http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/reuni.php#doc08.

Por outro lado, duas fragilidades, características da dinâmica do Ensino Superior público em nosso País, estão presentes também em nosso contexto. São elas:

a) uma cultura acadêmica fortemente orientada para o individualismo caracterizado pelo grande isolamento profissional e ênfase principal na pesquisa científica do docente, em detrimento de sua atuação no ensino de graduação e na gestão acadêmica. Essa tendência desafia a organização de ações motivadoras da participação coletiva na construção, por exemplo, de uma Proposta Político--Pedagógico Institucional em que o fazer pedagógico, em sua característica mais ampla, articule-se com as diferentes instâncias de vida acadêmica;

b) a força da perspectiva história de ausência de uma cultura interna de valorização da avaliação do ensino de graduação que dificulta substancialmente a identificação de fraquezas nos currículos e nas práticas pedagógicas, bem como a proposição de ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, o que vem sendo enfrentado de diferentes formas, tais como o incentivo a novas experiências docentes, à implementação de bolsas REUNI de graduação e pós-graduação (detalhadas na Dimensão 9), às ações do Prodocência e do PIBID, entre outras.

2.3 Propostas de enfrentamento

Considera-se grande desafio a busca continuada de estratégias que incentivem reflexões acerca da prática de avaliação do ensino de graduação na UnB, com discussões pelos colegiados de graduação dos resultados do ENADE e das avaliações das disciplinas e dos docentes pelos discentes. Diante disso, constata-se que não é suficiente a consideração apenas do conjunto de dados quantitativos decorrentes das avaliações das disciplinas e dos docentes pelos discentes. Para aprimoramento do processo, foi constituída Comissão para análise do sistema de avaliação docente por discentes, cujos trabalhos encontram-se em sua fase conclusiva. Há, também, reflexões acerca da implementação de avaliação complementar, qualitativa, por grupos focais em conjuntos alternados de disciplinas.

O sucesso das ações propostas, para além de depender de apoio da comunidade, deve considerar ainda a melhoria substancial do sistema de gestão da informação na Universidade, que precisa ser mais bem equacionado para tornar a administração acadêmica mais ágil e eficiente e aproximá-la do estudante e das coordenações de curso.

3 2º CONJUNTO TEMÁTICO: Currículos: concepção e prática

- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais, etc.) e as necessidades individuais.
- Com qual sistemática e periodicidade é feita a revisão de currículos? A periodicidade é adequada? Os mecanismos de atualização são adequados? Existem responsáveis pelo processo?
- Há ações desenvolvidas e encontros para discutir os currículos dos cursos? Há discussão em relação às DCN?
- Os currículos e programas de estudos de cada curso respondem ao perfil do egresso?

3.1 Descrição da Dimensão na Instituição

Com a institucionalização recente da discussão continuada a respeito das reformas curriculares e da elaboração de projetos Pedagógicos, evidenciadas, por exemplo, pela atuação permanente da Coordenação Pedagógica e da Coordenação das Licenciaturas no âmbito do DTG/DEG, desde 2009, as unidades acadêmicas da UnB passam a construir currículos pertinentes em relação às demandas sociais, às necessidades institucionais e individuais, à adequação às exigências das DCNs e à adequação ao perfil pretendido para o egresso.

Há que se ressaltar que os novos cursos aprovados pelo CONSUNI em 2008 têm tido sua oferta implementada após elaboração de uma primeira versão de seus Projetos Pedagógicos, que é aprovada pelas instâncias colegiadas dos cursos e é objeto de análise prévia pelo Decanato de Ensino de Graduação. A análise detalhada pela Coordenação Pedagógica (DTG/DEG) e Secretaria de Administração Acadêmica e posterior apreciação pelos colegiados superiores da UnB ocorrem a seguir. Dessa forma, identificam-se diferenças nos processos de elaboração dos Projetos Pedagógicos dos novos cursos em relação aos processos de revisão dos Projetos de cursos já existentes, muitos dos quais ainda tardam na adequação de seus currículos às Diretrizes Curriculares Nacionais.

No entanto, a implementação ampla dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, o e-MEC, tem proporcionado avaliação dos currículos e exposto inconsistências dos currículos antigos frente a demandas atuais, propiciando discussões em torno da revisão dos mesmos.

Em relação às licenciaturas, a Coordenação de Acompanhamento e Integração das Licenciaturas trabalha com o objetivo de, entre outras metas, incentivar reformas

curriculares, principalmente as adequações que atualizem nos currículos a relação teoria-prática durante a formação de professores.

Outras ações desenvolvidas por essa coordenação, em continuidade com o realizado em 2009, foram reuniões de discussão coletiva, fóruns de debates e reuniões com colegiados de cursos e com os coordenadores de graduação dos diversos cursos de licenciatura.

O grande foco dos debates foi a realização e o acompanhamento de Estágios Supervisionados Docentes na educação formal e na não formal, na educação pública e na particular, além do incentivo à realização de Práticas em locais de ensino e aprendizagem da comunidade.

Em paralelo, buscou-se estreitar e integrar ações de parcerias formais com a Secretaria de Estado de Educação do DF (escolas regulares, escolas técnicas, ensino básico e ensino médio). Como a situação política não foi favorável ao desenvolvimento pleno desse objetivo, compreende-se que a continuidade dessas ações é fundamental para que resultem em real aprimoramento dos currículos dos cursos que ainda tardam em realizar as atualizações em um novo Projeto Político Pedagógico.

A Coordenação Pedagógica manteve, no período de 2010, as ações de análise dos textos prévios dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos Novos e Revisões de Projetos de cursos já existentes, além de reuniões de orientações com as equipes responsáveis pela construção dos mesmos. Ao longo de 2010, foram analisados e orientados 55 Projetos Políticos Pedagógicos das mais diferentes unidades da Universidade.

Convém ressaltar que dessa atividade, que se iniciou em 2009, resultaram os processos analisados pelos colegiados superiores da Universidade de Brasília, tal como disposto no Quadro 02.04.

Ressalta-se, ainda, que as propostas de Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos analisados pela Coordenação Pedagógica demonstraram que está em andamento uma mudança positiva em relação a sanar a fragilidade identificada no relatório anterior, que se relacionava à permanência de concepções curriculares tradicionais, fechadas e constituídas pela expressão de individualidades docentes ao invés de concepções curriculares que conjugam conhecimentos e práticas organizados em função de uma formação pretendida e contextualmente sensível.

Em relação ao perfil do egresso, há, no âmbito do processo de construção do Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, grupo específico refletindo acerca dessa Dimensão. Compreende-se que esse documento passará a nortear, em linhas gerais, as proposições político-pedagógicas elaboradas pelas diferentes unidades

acadêmicas. Enfatizou-se no Texto Referência, que organiza as discussões dos grupos do Projeto Político Pedagógico Institucional, a concepção do egresso da Universidade de Brasília como cidadão formado para a atuação ética, a precisão profissional e o rigor atento para a sociedade e cultura brasileiras.

Atualmente, o perfil do egresso presente nas proposições contidas nos documentos dos Projetos Políticos Pedagógicos dos 106 cursos das diferentes unidades da Universidade de Brasília decorre diretamente das experiências dos professores das unidades acadêmicas e de suas pesquisas. Considera-se que essa prerrogativa seja uma das formas em que se expressa a autonomia da Universidade no atendimento à relação entre as demandas sociais que caracterizam nossa contemporaneidade e a evolução da produção do conhecimento.

No entanto, deve-se considerar também que o conjunto das diferentes formações propostas pela UnB merece que se desenvolva compreensão mais institucional de quem é o estudante que chega, quais expectativas que traz e quais as que vão sendo elaboradas por ele ao longo de seu curso. Dessa forma, compreende-se que deva haver tendência de compatibilização entre o perfil do egresso proposto e os anseios da população em formação. Considera-se que esse tipo de pesquisa possa ter impacto positivo, por exemplo, na diminuição da evasão.

O enfrentamento do desafio identificado no relatório de 2009, i.e. • *A revisão da metodologia da construção do Projeto Pedagógico Institucional, de modo a instituir o debate com grupos menores de discussões*, embora já tenha sido abordada em item anterior merece destaque e detalhamento.

No primeiro semestre de 2010, mesmo com a longa greve que alterou a vida acadêmica da UnB, foram realizadas quatro reuniões da Comissão para elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional com o objetivo de redefinir a metodologia de trabalho, elaborar e aprovar Texto Referência que servisse de base para as reflexões dos grupos.

No segundo semestre do mesmo ano, os colegiados das unidades acadêmicas, estudantes e alguns decanatos indicaram dois representantes para participar como interlocutores no processo de discussão. Depois de duas reuniões com o grande grupo, esse conjunto de representantes foi dividido em grupos menores, responsáveis pela discussão de itens considerados como essenciais para o documento que se pretende construir e pela elaboração da primeira versão do PPPI. Conforme já abordado neste Relatório, à discussão dos grupos se sucederão duas consultas: uma aos colegiados das unidades e outra uma consulta pública. Pretende-se que ao final de 2011 o documento esteja pronto a fim de ser encaminhado para deliberação no CEPE.

3.2 Avaliação e Análise – Potencialidades/fragilidades

Historicamente, na UnB, verifica-se a tendência de revisões curriculares decorrentes ou da mudança de referenciais do MEC ou da vontade de cada unidade, dependendo de aspectos tais como: mudança do corpo docente, abertura de cursos de pós-graduação, necessidade de atualização do perfil do curso, entre outros. A revisão curricular dos cursos já existentes ocorre em média de cinco em cinco anos, porém ainda se caracteriza, principalmente, por demandas específicas e pontuais das unidades, que não se configuram em uma perspectiva articulada de proposição político pedagógica.

Assim, mesmo no interessante momento institucional vivenciado pela Universidade de Brasília, considera-se como fragilidade a pouca celeridade na implementação de revisões curriculares de cursos tradicionais. Se por um lado há discussões bastante interessantes, no entanto, essas não conseguem ser transformadas em ações da coletividade, já que parece haver a exigência de um inatingível grau de consensualidade entre o grupo docente que participa dessas reuniões e que impede a revisão possível.

3.3 Propostas de enfrentamento

Ainda que se reconheça a potencialidade do momento vivenciado institucionalmente em relação à valorização do ensino de graduação na Universidade, as reflexões coletivas necessárias para que se desenvolvam os processos de revisão dos currículos e sua adequação ao perfil desejado do egresso ainda devem ser consideradas como um dos desafios a serem vencidos. Considera-se que essas são atividades que implicam a instalação de novo paradigma na cultura acadêmica constituída historicamente em nossa Universidade. Apesar do avanço identificado no período do atual Relatório, a situação vivenciada ainda não é satisfatória.

Continua-se utilizando como estratégia para enfrentamento do atraso da discussão e renovação de propostas curriculares de cursos já existentes na UnB o incentivo à revisão curricular e avaliação dos Cursos de Graduação quando por solicitação de renovação de reconhecimento dos cursos no Sistema E-MEC. Propõe-se continuar com a ação de gestão e comunicação acadêmicas que favoreçam as atualizações curriculares e regularização da situação dos cursos e da Instituição perante a UnB e as normas nacionais, de forma dinâmica e contínua.

Tendo em vista as potencialidades e fragilidades identificadas, ainda são propostas:

- A continuidade e o fortalecimento das ações da Coordenação Pedagógica e da Coordenação de Integração das Licenciaturas.
- A continuidade de cursos de Formação Docente, iniciados em 2009.
- A dinamização de informações pelo espaço virtual no portal da Universidade, com publicização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

4 3º CONJUNTO TEMÁTICO: Qualidade do ensino

- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático pedagógicas e o uso de novas tecnologias.

Descrição da Dimensão na Instituição

A necessidade de aperfeiçoamento de determinadas disciplinas com altos índices de reprovação e de elevada evasão anunciada no relatório anterior, como uma das estratégias adotadas na gestão das atividades acadêmicas, foi enfrentada pela Instrução Normativa n. 01/2009, aprovada pela Câmara de Ensino de Graduação, que estabeleceu procedimentos para tratar de processos de discente em risco de desligamento, critérios de reintegração e orientação acadêmica. Assim, a Comissão de Acompanhamento e Orientação (DAIA/DEG) fez, em 2009, 572 encaminhamentos entre os casos de solicitação de reintegração e, até outubro de 2010, analisou 341 processos, indicando diminuição, decorrente do esforço, iniciado em 2009, de investir em ações preventivas.

Além disso, como forma de instituir práticas que estimulem a melhoria do ensino e de apoio ao estudante em sua vida acadêmica, o Decanato de Ensino de Graduação instituiu ou ampliou nos últimos anos diversas atividades e modalidades de bolsa (ver Dimensão 9) visando à melhoria do ensino de graduação, estímulo a práticas pedagógica inovadoras, integração ensino-pesquisa-extensão, apoio ao estudante e revisão de currículos, entre outras.

Somam-se a essas iniciativas a ampliação da relação que a Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico e Profissional (DAIA/DEG) estabeleceu entre os cursos de graduação e as empresas conveniadas, face às exigências dos estágios não curriculares. Vale também ressaltar as atividades desenvolvidas em parceria com o Serviço de Orientação ao Universitário para orientação de estudantes que optam pelo estágio não

obrigatório, mas que estavam em risco de desligamento. Em 2010, cerca de 4.500 estudantes fizeram estágio não curricular em empresas privadas e instituições públicas, envolvendo em torno de 320 empresas conveniadas.

Também em 2010, a efetivação da Diretoria de Ensino de Graduação a Distância e Gestão da Informação/DEG estimulou a institucionalização da EaD na UnB, com repercussão na convergência entre as modalidades de ensino presencial e a distância (ver detalhamento na Dimensão 9). Essas ações têm preparado professores para o uso de novas tecnologias de ensino, dentre as quais se salienta o projeto TICs (Edital CAPES n. 15/2010), que visa fortalecer o uso de ferramentas de ensino a distância nos cursos presenciais.

Com o objetivo de adequar a carga horária dos cursos noturnos e diurnos em relação ao conceito de hora/aula, foi regulamentada no CEPE a alteração do número de semanas letivas em um semestre, resolvendo a questão sem haver necessidade de mudança nos tradicionais horários de aula da Universidade

Em relação à interdisciplinaridade, o Regimento Geral da UnB, em seu art. 86, registra que “Os cursos de graduação devem oferecer base ampla à formação do aluno, abrangendo matérias de áreas fundamentais e conexas que contribuam para os conteúdos específicos dos cursos, possibilitando o acesso aos conhecimentos de áreas correlatas.”

Como estímulo à interdisciplinaridade, a estrutura curricular prevê disciplinas do módulo integrante – disciplinas obrigatórias, obrigatórias – seletivas e optativas, que podem ser ofertadas na unidade responsável pelo curso ou em outras unidades acadêmicas, conforme previsto nos currículos dos cursos – e de módulo livre, de livre escolha do aluno entre todas as disciplinas de graduação ofertadas na Universidade, com integralização de até 24 créditos. O § 2º do art. 89 determina que um máximo de 70% dos créditos exigidos para a conclusão do curso seja de disciplinas obrigatórias. Em conjunto, essas abordagens permitem que a flexibilidade curricular seja garantida pela construção de diferentes itinerários formativos por parte dos estudantes. Além desses aspectos, diversos currículos dos novos cursos têm previsto a formação curricular em cadeias de seletividade ampliando o processo formativo a partir de uma maior autonomia da escolha do estudante em sua formação.

A concretização maior desse princípio, no entanto, está na criação de cursos em regime de consórcio no âmbito do programa REUNI. No ano de 2009, foram criados os cursos de Museologia, Engenharia de Computação, Ciências Ambientais e Gestão de Políticas Públicas, e, em 2010, o curso de Turismo. Todos sob responsabilidade de mais de uma unidade acadêmica, visando a integrar visões complementares e interdisciplinares em áreas específicas do conhecimento. Ainda que a interdisciplinaridade como construção de

conhecimento tenha repercussão muito positiva entre os parceiros, a inovação dos cursos consorciados vem trazendo desafios para a dinâmica dos processos acadêmicos. Em alguns casos, a apreciação e aprovação de processos acadêmicos devem ocorrer tanto no colegiado específico do curso quanto nos colegiados que formam os consórcios, dependendo do assunto a ser tratado. Há necessidade de se dar agilidade a esses processos, a fim de se evitar prolongamento dos prazos de análise, construindo-se soluções de gestão acadêmica compatíveis com a inovação trazida pelo exercício da interdisciplinaridade.

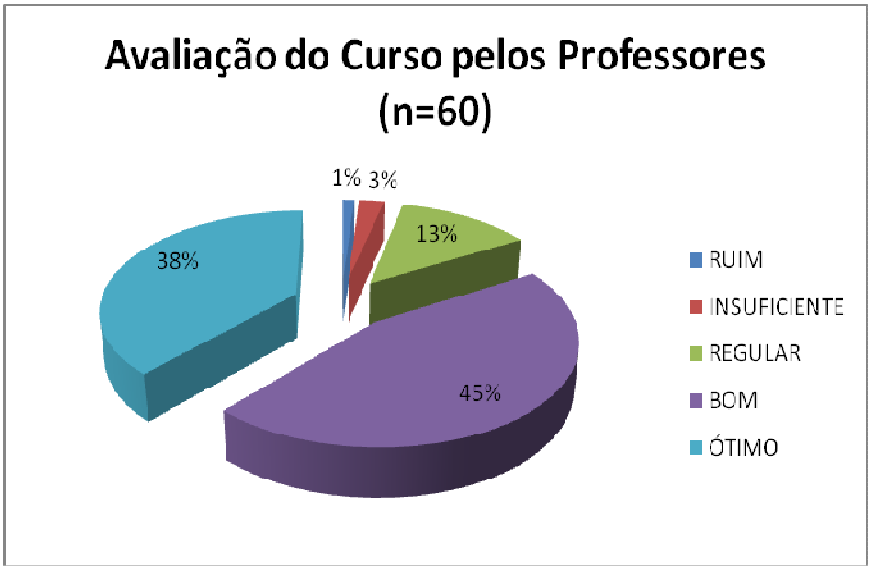
Para além das experiências consorciadas, verificam-se outras inovações acadêmicas, como os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos da área da saúde da UnB-Faculdade de Ceilândia, a saber: Fisioterapia, Enfermagem, Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva, que assumem a interdisciplinaridade como principio fundante.

Em fevereiro de 2010, a UnB realizou a 1º etapa do Primeiro Curso de Formação Docente, com o objetivo de integrar os docentes recém-contratados à dinâmica de funcionamento da graduação na UnB, incluindo aspectos administrativos, acadêmicos e pedagógicos. Foram ofertadas 200 vagas e a demanda foi superior a 500.

Os temas tratados na 1ª etapa do Curso de Formação Docente abordaram orientações administrativas acerca do funcionamento da UnB e apresentações de experiências bem sucedidas de docentes da própria Universidade. Palestrantes externos também contribuíram com o debate, acerca dos temas “A criatividade no trabalho pedagógico do professor universitário”, “Novas metodologias na universidade conectada em rede” e “Postura acadêmica no ensino superior do século XXI”. Os novos professores foram também convidados a refletir a respeito da sua prática docente e debater os desafios da sala de aula, trazendo propostas para a coordenação do curso e para as ações do Decanato de Ensino de Graduação.

A segunda etapa do curso ocorreu entre julho e agosto de 2010, com as seguintes conferências e mesas-redondas: “Leitura na autoformação docente”; “Experiências de ensino-aprendizagem: perspectivas de professores e ex-alunos da UnB”; “A construção de Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos: a experiência da Faculdade de Educação Física e do *Campus* da Ceilândia”; “Avaliação formativa: aliada de estudantes e professores”. Seguem dados da avaliação do I Curso de Formação Docente:

Figura 02.02: Avaliação 1ª Etapa do I Curso de Formação Docente – fevereiro de 2010



Dados CP/DTG/DEG.

A adesão da Universidade de Brasília ao Programa REUNI acenou para medidas que visassem o fortalecimento das licenciaturas. Nesse sentido, assumiu como foco os objetivos de "Estreitar as relações de professores das diversas licenciaturas, sobretudo aqueles ligados às práticas de ensino e ao PIBID, com as comissões de ingresso por área de conhecimento"; "integrar institucionalmente e ampliar as diversas ações realizadas junto ao ensino básico público, promovendo melhoria da educação pública e formando professores sintonizados com a realidade da educação básica"; "ampliação do corpo docente e Consolidação da Coordenação de Integração dos Cursos de Licenciatura (CIL/DEG).

Assim, desde 2008, a CIL/DEG vem trabalhando no sentido de fortalecer e integrar as diversas licenciaturas da UnB e coordenar ações para a melhoria dos mesmos. Para isso: a) realiza diagnóstico dos cursos; b) atua para a adequação dos cursos às normas vigentes; c) orienta a discussão sobre as reformas curriculares; d) promove seminários e fóruns de formação, reflexão e discussão; e) promove regularmente encontros da Comissão de Representantes das Licenciaturas, nos quais as questões dos cursos são discutidas de forma coletiva. A CIL/DEG realizou, em 2010, três seminários: Disciplinas de Serviço das Licenciaturas, em abril; Práticas de Ensino e Estágio Curricular Docente, em maio e o III Seminário Interno das Licenciaturas da UnB: O Estágio Docente, em novembro, durante a Semana Universitária. Propôs a criação e implementação de uma comunidade virtual para debater estágio e questões específicas das licenciaturas e coordenou os Programas PRODOCÊNCIA e PIBID. Nessa perspectiva, participou do Encontro Nacional das

Licenciaturas, realizado em setembro de 2010 e promovido pela Universidade Federal do Amazonas com apoio da FAPEAM, CAPES, PROEXTI, SEDUC, entre outros.

O projeto do Prodocência/Parceria Escolas-Licenciaturas intitulado "Integração dos Cursos de Licenciatura da Universidade de Brasília" desenvolveu-se entre outubro de 2008 e dezembro de 2010. Em seus objetivos gerais, propõe a integração dos diversos cursos de licenciatura da Universidade e o estabelecimento de uma parceria escola universidade visando à melhoria da formação inicial e continuada dos professores. Seus objetivos de trabalho são: a) consolidar os laboratórios de licenciatura em cada unidade acadêmica; b) promover aproximação dos estudantes com as escolas; c) desenvolver práticas docentes de forma participativa, dialógica e criativa; d) contribuir para integração escola-universidade, desenvolver pesquisa na área educacional.

Finalizado em 31/12/2010, o PROCODÊNCIA integrou seis Unidades Acadêmicas – Artes Cênicas, Visuais, Música, Ciências Naturais – FUP, Geografia e Pedagogia –, 10 professores e 34 estudantes de licenciaturas, presentes em seis escolas da rede pública do Distrito Federal. Todas as unidades acadêmicas desenvolveram ações em escolas de Educação Básica da rede Pública. Por iniciativa do Decanato de Graduação, todos os alunos receberam bolsas. Cada subprojeto teve seus próprios objetivos, metodologia, e intenções, como desenvolver temáticas transversais nas escolas como identidade, gênero e sexualidade por meio da cultura visual (Música, Artes Cênicas e Artes Visuais), integrar conhecimento de diferentes áreas das ciências (Pedagogia e Ciências Naturais) e conhecer o contexto espacial em que habita por meio da construção e leitura de mapas (Geografia).

No entanto, todos têm por objetivo comum a inserção dos bolsistas nos espaços escolares, a implementação de metodologias inovadoras de ensino, a construção de projeto participativo de parceria entre escola-universidade. Outro aspecto relevante do Prodocência na UnB refere-se ao acompanhamento sistemático das atividades docentes desenvolvidas pelos licenciandos.

As unidades acadêmicas envolvidas no processo receberam recursos para a instalação/consolidação de laboratórios específicos para a área de ensino. Grande aporte foi investido nesse objetivo e, assim, foi inaugurado no dia 21/10/2010, no *campus* de Planaltina (FUP), no Laboratório de Apoio e Pesquisa em Ensino de Ciências (LAPEC). Consolidado a partir do convênio UnB/CAPES/DEB – Prodocência. Foram adquiridos reagentes químicos, vidrarias e manequins biológicos, réplicas de dinossauros, entre outros, que serão utilizados na formação docente e em projetos com os alunos das escolas públicas de Planaltina na perspectiva de aperfeiçoamento dos cursos de licenciatura da FUP e de melhoria da qualidade de ensino na região. Além disso, desenvolvemos um *kit* com materiais que

poderão circular pelas escolas da região, na perspectiva de um laboratório itinerante. O Laboratório de Visualidades e Educação do Departamento de Artes Visuais (LIGO/IdA) também recebeu recursos do Prodocência e é onde os licenciados e seus professores iniciaram pesquisas sobre materiais didáticos, recursos de aprendizagem e metodologias para o ensino da arte/educação, oriundos do projeto e de outras atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no LIGO. Os equipamentos adquiridos para o Projeto da Geografia integram o Laboratório de Análises Espaciais (Lisie). No que diz respeito à Licenciatura da Pedagogia, os equipamentos encontram-se na escola em que foram desenvolvidos os projetos e deverão integrar o Laboratório de Ensino da Pedagogia no início do ano letivo.

Os estudantes e professores envolvidos no processo participaram de congressos, colóquios e encontros em níveis nacional e internacional, entre eles ressaltam-se os seguintes: a) IV Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade, no período de 22 a 24 de setembro de 2010 na Universidade Federal de Sergipe; b) IV Semana da África – África: independência e futuros possíveis realizado, no período de 19 a 25 de maio de 2010 nas dependências da Universidade Federal da Bahia e produzido pelo Comissão Científica e Comissão Organizadora da Semana da África; c) 20º Congresso da Confederação Brasileira de Arte/Educadores e do VII Seminário de Artes do Estado de Goiás, realizado no período de 24 a 28 de novembro de 2010, sediado e organizado pela Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás; d) ENDIPE 2010, em Belo Horizonte; e) Encontro Nacional de Ensino de Ciências Naturais (ENECINA), realizado em Belém no ano de 2010 e f) Simpósio Internacional, no Rio Grande do Sul em 2010.

Houve ainda produção de material didático em apoio às atividades desenvolvidas nas escolas, tais como: fotonovela, material lúdico, *blog*, calendário, entre outros.

Foram organizados também dois seminários internos: **1) Diálogo e reflexão sobre a Prática Pedagógica: a experiência no Prodocência em foco**, no dia 20/8/2010. Esse seminário foi concebido de forma a possibilitar a reflexão acerca da Prodocência em nível institucional e contou com a presença da Professora Carmem Moreira de Castro Neves, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Conteúdo Curricular e de Modelos Experimentais da CAPES; Professora Nina Laranjeira, Diretora de Acompanhamento e Integração Acadêmica (DAIA), Maria Isabel Montandon, Coordenadora de Integração das Licenciaturas (CIL), Maria Lidia Bueno Fernandes, Coordenadora do Prodocência e Andreisa de Oliveira Cardoso, Analista em C&T da CAPES. Professores das unidades da UnB no âmbito do Prodocência: Rosana Andreia de Castro, Felícia Johansson Carneiro, Fernando Luiz Sobrinho, Waleska Valença Manyari, Flávia Motoyama Narita, Cristiano Alberto Muniz,

Alice Melo Ribeiro, Olgamir Amância Ferreira de Paiva. Aos estudantes envolvidos no Programa coube apresentação sobre sua experiência no Prodocência. **2) II Seminário PRODOCÊNCIA/PIBID,** realizado no dia 9/11/2010, durante a Semana Universitária da UnB. Foi contado nesse seminário com a presença de três convidados externos: Professora Olinda Thomé Chamma, Coordenadora Institucional do Prodocência da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR, Professor Hélder Eterno da Silveira, Coordenador do PIBID da Universidade Federal de Uberlândia e da Professora Carmem Moreira de Castro Neves, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Conteúdo Curricular e de Modelos Experimentais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na segunda parte do citado seminário, os estudantes ligados ao Prodocência e ao PIBID montaram um circuito com o material produzido no âmbito das atividades docentes: *banners*, vídeos e material explicativo.

Como resultado das experiências do Prodocência, dois livros estão em processo final de elaboração: **Trajetórias das Licenciaturas da UnB**: a experiência do Prodocência em foco, em fase de finalização, organizado pela coordenação institucional do Prodocência na UnB e **Aprendendo a Lecionar Ciências no Ensino Fundamental**: trabalho colaborativo escola-universidade, organizado pelos coordenadores do Projeto da Pedagogia.

Submetemos novo projeto ao novo Edital PRODOCÊNCIA e fomos contemplados com novos recursos. O novo Programa entrará em vigor em 2011 e prevê continuidade para alguns dos projetos em cursos, mas, também, uma avaliação sistemática das licenciaturas da Instituição.

Potencialidades e Fragilidades

Muito embora o princípio da interdisciplinaridade já comece a organizar propostas de cursos e ações na UnB, em decorrência da compartimentalização das unidades em departamentos, ele ainda pode ser considerado um desafio. No entanto, como já foi mencionado, identificam-se importantes ações para incentivar o principio da interdisciplinaridade nas diferentes instâncias universitárias.

De maneira geral, na falta de preparação para a docência, a tendência dos professores é ensinar como aprendeu, o que tem, muitas vezes, dificultado a incorporação da inovação pedagógica e tecnológica. Uma das ações organizadas para enfrentamento desse desafio foi a oferta do primeiro curso de formação pedagógica que se transformou em projeto continuado.

A avaliação discente pode ser também considerada fragilidade nos processos avaliativos que caracterizam a UnB. Seus resultados ainda têm função burocrática em

relação às ascensões funcionais, já que seus resultados não são utilizados para revisões sistemáticas nem de práticas pedagógicas nem de propostas de formação docente, inexistentes na Universidade até 2009. Conforme já citado neste Relatório, a Câmara de Ensino de Graduação criou, em 2009, comissão constituída por três docentes e um estudante a fim de propor melhorias para a avaliação docente pelo discente. A comissão não concluiu seu trabalho e nova comissão foi constituída em 2010, que deve apresentar suas conclusões ao final do semestre, em fevereiro de 2011.

Em relação às atividades docentes, ainda muitos docentes continuam ministrando somente a carga horária mínima regulamentada pelo CEPE em 2009 e permanece o desafio de conscientizar parcela expressiva de docentes a ministrar aula em disciplinas básicas de graduação.

A relação entre a graduação e a pós-graduação, estimulada por meio do edital de Bolsas Reuni de Mestrado e Doutorado, deve ser mais bem consolidada. Ainda é preciso conscientizar os envolvidos sobre a oportunidade que esse instrumento tem de integrar os programas de graduação e pós-graduação e assim fortalecer os vínculos da relação pesquisa-docência.

Propostas de enfrentamento

As políticas existentes na UnB iniciadas a partir de 2008 e incrementadas após o início do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) para estimular a melhoria do ensino devem ter continuidade e ser aprofundadas. Somente com políticas duradouras, visando à melhoria do ensino de graduação a UnB, atingirá a excelência acadêmica na formação de seus graduados.

Ações administrativas que procurem estimular a prática docente na graduação devem ser buscadas, especialmente por meio de reconhecimento dessa atividade nos processos de avaliação para fins de progressão funcional. Há também necessidade de se reconhecer formalmente, nos processos de progressão funcional, atividades de coordenação de cursos e de participação em diversas comissões necessárias para o bom funcionamento dos cursos de graduação, como comissões de reforma curricular, de estágio, entre outras.

Os colegiados de curso de graduação devem priorizar as necessidades institucionais quando da elaboração da lista de oferta da graduação, por exemplo estimulando professores experientes a ministrar disciplinas dos primeiros semestres e também abrir espaços para discussões de assuntos pedagógico-administrativos, para além de análises de temas meramente administrativos.

B PESQUISA

O Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP) é um órgão similar às pró-reitorias em outras IFES, vinculado à Reitoria, responsável pela supervisão e coordenação-geral do ensino de pós-graduação e da pesquisa na Universidade de Brasília. Em termos estratégicos institucionais, o DPP está direcionado segundo os parâmetros do Programa UnB Século XXI – Propostas para Reconstruir o Presente e Inaugurar o Futuro, principalmente no que tange às perspectivas futuras de crescimento da pós-graduação, pesquisa e inovação, no âmbito nacional e no internacional.

O Programa UnB Século XXI constitui o marco de referência no processo de gestão institucional, sendo que duas premissas desse Programa têm servido de "bússola" na condução das atividades do DPP:

I. Fazer da gestão participativa, com o envolvimento dos diferentes segmentos da UnB, a busca de visão múltipla, integrada e sustentável de desenvolvimento, assim como de perspectiva democrática e cidadã do ensino, da pesquisa e da extensão.

II. Exercer a gestão compartilhada no planejamento, no controle e na fiscalização do orçamento e das demais práticas acadêmicas e administrativas no âmbito da UnB, tendo por referencial a qualidade de vida de estudantes, técnicos-administrativos e docentes, de modo a promover efetivamente a construção de uma universidade para todos, como espaço de bem-estar e de convivência solidária. Trata-se de gestão compartilhada que se operacionaliza observando as seguintes diretrizes: transparência; acessibilidade; inteligibilidade; participação e descentralização da gestão dos recursos.

Tendo em vista a proposta da UnB no Século XXI, a atuação do DPP, instrumento facilitador na construção e na disseminação do conhecimento, auxilia a UnB na atuação acadêmica com competência e compromisso social, buscando respostas às demandas da comunidade acadêmica e científica da Instituição e do País.

Para possibilitar o alcance da visão de futuro do DPP, a fim de ampliar e aprimorar o sistema de pesquisa e pós-graduação da UnB, de modo a torná-la referência para a comunidade acadêmica nacional e internacional, bem como para a sociedade, o DPP conta atualmente com estrutura organizacional composta pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), pela Comissão de Planejamento e Gerenciamento do PROF (CPG-Prof) e por quatro diretorias: Diretoria de Pesquisa (DIRPE); Diretoria de Pós-Graduação (DIRPG); Diretoria de Fomento à Iniciação Científica (DIRIC); e Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação

(DIRDI); além de duas coordenações: Coordenação de Cursos *Lato Sensu* (CCLS) e Coordenação de Acompanhamento Financeiro (CAF), conforme organograma disponível em http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/ organizacional.html.

1 Políticas e práticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização, órgão interno responsável por essas políticas e práticas.

Um dos objetivos do eixo de pesquisa é apresentar a atuação da DIRPE na formulação de projetos institucionais que possibilitam a captação de recursos por meio de editais das principais agências de fomento, voltados para a adequação da infraestrutura física e aquisição de equipamentos, a fim de atender às demandas diagnosticadas pelas unidades acadêmicas da UnB. Os dados apresentados buscam destacar a coerência das ações com as propostas contidas no documento do Programa UnB Século XXI – Propostas para reconstruir o presente e inaugurar o futuro.

Além da captação de recursos via agências de fomento, a DIRPE coordena a elaboração e o gerenciamento dos editais internos do DPP, que visam à consolidação dos PPGs, por meio de apoio aos docentes e discentes de cursos pós-graduação, sendo ainda responsável pela certificação dos grupos de pesquisa da UnB junto ao CNPq.

A DIRIC, dentro da estrutura do DPP é a diretoria responsável pelo **Fomento à Iniciação Científica**. A diretriz estabelecida no Programa UnB Século XXI – Propostas para Reconstruir o Presente e Inaugurar o Futuro no âmbito da iniciação científica que, igualmente, serve de referência na condução do Programa de Iniciação Científica (ProIC) é a seguinte: “Aumentar os recursos do Programa da Iniciação Científica para abranger um maior número de estudantes vinculados.”

Com base nessas premissas e diretriz, é que o ProIC vem buscando, ao longo do último biênio (2009-2010), alargar sua concepção, abrangência e características.

2 Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo por referencia as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.

2.1 Produção científica compatibilização com a missão da Instituição e com os investimentos e políticas propostas para seu desenvolvimento

As principais atribuições da DIRPE para cumprimento de seu papel de apoio a pesquisa no DPP estão disponíveis no *site* http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/diape.html.

O ProIC da UnB, por meio da atuação da DIRIC, dá destaque às seguintes realizações no biênio 2009-2010, que contribuíram para a formação de novos pesquisadores:

- **Normalização de rotinas e processos** no funcionamento administrativo do Programa frente às dificuldades que foram geradas durante a grave crise institucional vivida na Universidade de Brasília.
- **Renovação e ampliação do Comitê Institucional Gestor do Programa**, constituído por 15 integrantes de grande área de conhecimento, operacionalizando as premissas de "gestão participativa" e "gestão compartilhada".
- **Atualização da Resolução da Reitoria (???) n. 04/2006**, adaptando-a às mudanças do Edital 2009 (exemplo: supressão de artigo que concedia automaticamente uma bolsa IC para candidatos PQ/CNPq), e alterando a sigla do programa de PIC para ProIC.
- **Reformulação dos Editais do ProIC**, incorporando mudanças positivas, como:
  - ✓ Diretrizes de Fomento com a cota institucional de bolsas da UnB: 60% para recém-doutores e 40% docentes lotados nos *campi*, democratizando o acesso de docentes e discentes à iniciação científica;
  - ✓ Aprimoramento do processo de seleção e classificação das candidaturas, feito com base na análise do perfil acadêmico docente e de mérito científico das propostas.
- Criação do concurso de escolha das marcas dos congressos anuais de Iniciação Científica, aberto a todos os alunos da UnB e instituições de ensino superior parceiras (UCB, UniCEUB e FEPECS) valorizando os talentos das instituições

participantes e proporcionando aos professores da área a oportunidade de integrarem às comissões julgadoras de candidaturas.

- Realização dos XV e XVI Congressos de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e dos 6º e 7º Congressos de Iniciação Científica do Distrito Federal em parceria com a Universidade Católica de Brasília (UCB), o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), cuja participação foi de 1063 em 2009 e 1037 em 2010.
- A participação de avaliadores externos nos XV e XVI Congressos de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e dos 6º e 7º Congressos de Iniciação Científica do Distrito Federal, oriundos de outras IFES brasileiras, atesta o cuidado com a qualidade e imparcialidade no processo de avaliação dos trabalhos avaliados.
- Criação de evento de premiação dos melhores pôsteres apresentados nos XV e XVI Congressos de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e dos 6º e 7º Congressos de Iniciação Científica do Distrito Federal em parceria com a Universidade Católica de Brasília (UCB), o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), reconhecendo e valorizando o trabalho científico de professores e alunos.
- Apoio, organização e coordenação da participação da Universidade de Brasília nas Jornadas de IC das 61ª e 62ª Reuniões Anuais da SBPC que vem crescendo, sendo 49 participantes em 2009 e 115 em 2010 (Jornada IC, SBPC, Natal, RN).
- Crescimento do número efetivo de bolsas, cumprindo uma meta importante da Gestão UnB Século XXI, aumentando de 563 em 2008 para 800 em 2010, lembrando que o ano de 2008 é anterior à Gestão UnB Século XXI.
- Crescimento dos investimentos financeiros em bolsas de IC, conforme apresentado na Tabela 02.01, indicando a importância que a atual gestão da UnB atribui a essa área para a excelência acadêmica.

Tabela 02.01:Evolução dos recursos em R$ aplicados em bolsas de iniciação científica nas cotas do CNPq e recursos próprios da UnB (2008-2010)

ANO	BOLSAS
2008	1.630.800,00
2009	2.991.360,00
2010	3.680.640,00

Fonte: DPP/2010.

- Abertura de novos editais no ProIC, cabendo nesse caso assinalar:

- ✓ Participação e aprovação do Edital de Ações Afirmativas do CNPq agregando mais 32 bolsas para o Programa e possibilitou criar grupo gestor de professores que trabalha com nessa temática;
- ✓ UnB Cerrado destinado a contribuir para o mapeamento de questões ambientais, históricas, culturais, socioeconômicas (turismo, economia solidária), de educação, saúde, qualidade de vida, segurança alimentar, biodiversidade e seu uso e conservação na Chapada dos Veadeiros (especificamente nos municípios de Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, São João D'Aliança e Teresina de Goiás, GO).

- Implementação do projeto de pesquisa multidisciplinar (ainda em curso), intitulado "História e Mapeamento da Iniciação Científica na Universidade de Brasília: Trajeto, Limites e Desafios", que tem por objetivo conhecer a história e o perfil dos indicadores quantitativos que caracterizam a IC na UnB visando gerar subsídios confiáveis para uma evolução positiva do ProIC nos próximos anos.
- A Tabela 02.02 apresenta a importância nacional do fomento à IC sob a condução do CNPq, considerando o total de investimento nas diversas modalidades de bolsas durante o ano de 2010. Podemos notar que as bolsas de IC, no conjunto de bolsas concedidas pelo CNPq, apresentam importância significativa de investimento na política de fomento do órgão.

Tabela 02.02:Quantidade de bolsas de IC no conjunto de bolsas a serem concedidas pelo CNPq – 2010

BOLSAS	2010
Iniciação C&T Jr	46.000
Apoio a Pesquisa	3.000
Produtividade em Pesquisa	14.000
Pós-doutorado	1.700
Bolsas no Exterior	600
Doutorado	9.550
Mestrado	11.150
Desenvolvimento Tecnológico, Extensão e Inovação	7.000
Total (R$)	**93.000**

Fonte: CNPq.

2.2 Grupos de pesquisa cadastrados

A certificação de Grupos de Pesquisa (GPs) pela Instituição está baseada nos conceitos estabelecidos pelo CNPq e em critérios que visam a estimular a criação de GPs que realmente reflitam a qualidade e a excelência da pesquisa desenvolvida na instituição.

Esses critérios visam a evitar a criação de grupos denominados de atípicos pelo CNPq, priorizando a qualidade e não a quantidade.

Até julho de 2010, foram contabilizados 296 GPs certificados, 21 GPs não certificados, 64 GPs em preenchimento e 134 GPs não atualizados, que representou redução de 5,73% em relação aos GPs certificados até 2009. Essa redução pode ser atribuída ao grande número de GPs em preenchimento e/ou não atualizados.

Em dezembro de 2010, observou-se mudança significativa nesses dados, contabilizando-se 419 GPs certificados (aumento de mais de 41,6%), 13 não certificados (redução de 61,9%), 53 em preenchimento (redução de 17,2%) e apenas 29 não atualizados (redução de 78,3%). Acredita-se que essa mudança seja decorrente da política de incentivo à criação de GPs, voltada em especial para os pesquisadores dos novos *campi*, e para grupos emergentes de expressão. Ainda, devido à atualização da base de dados do CNPq, a DIRPE solicitou que todos os líderes de GP concluíssem tanto o preenchimento quanto as atualizações de forma a serem inseridos no Censo de 2010.

2.3 Patentes (quantificar)

Um dos aspectos importantes do Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG) 2011 inclui desde os antecedentes estabelecidos pelos planos anteriores, os quais estabelecem a situação atual da pós-graduação no País, passando pelas perspectivas de crescimento assimétrico da pós-graduação no Brasil, com foco na importância da inter(multi)disciplinaridade, a discussão dos desafios da educação básica, os recursos humanos para as empresas visando à emissão de patentes, aspectos de internacionalização e cooperação internacional, financiamento da CAPES e seu papel de órgão indutor e finalizando com as diretrizes básicas do PNPG 2011-2010.

Na UnB, o controle do processo de emissão de patentes fica a cargo do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB).

2.4 Veículos de divulgação (livros, revistas, jornais, editora) e mecanismos de registro da produção científica.

O registro de produção científica é feita junto aos programas de pós-graduação existentes na UnB por meio do instrumento da CAPES denominado Coleta CAPES, o qual é avaliado trienalmente por aquele órgão e acompanhado pelo DPP. A última avaliação trienal dos programas de pós-graduação foi feita considerando o triênio de 2007-2009.

Como veículo de divulgação, a Editora Universidade de Brasília (EDU) foi fundada em abril de 1962, sendo uma das mais antigas editoras universitárias do Brasil. Atualmente, a EDU tem duas livrarias com o nome Livraria Universidade, localizadas no Centro de Vivência do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e outra no Aeroporto Internacional de Brasília (inaugurada em 1996). A missão da EDU é traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade, que ainda não são acessíveis na língua portuguesa e, sobretudo, editar textos básicos para o ensino em nível superior, além de editar a produção científica e literária da própria Universidade. O acervo da EDU é de mais de 2.000 livros, constando de seu catálogo com mais de 700 títulos.

2.5 Política de auxílio à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais, por parte da comunidade universitária.

Os editais internos do DPP representam diferencial da UnB no âmbito das universidades federais no País. A Tabela 02.03 apresenta a evolução referente aos recursos dos editais do DPP, considerando o biênio 2009 e 2010. Pode-se observar que o total de demanda por recursos aumentou mais de 46%, sendo que por restrições orçamentárias relativas à arrecadação de recursos próprios em 2010, o total aplicado se manteve em torno de 2 milhões de reais, uma vez que o recurso alocado diminuiu em cerca de 19% entre 2009 e 2010.

Tabela 02.03:Evolução dos Editais do DPP (Edição de 2009 e de 2010)

Editais DPP	2009	2010
Recurso Alocado	2.500.000,00	2.025.000,00
Total de Demanda	2.201.361,00	3.223.429.51
Total de Recursos Aplicados	1.873.270,36	2.024.890,65

Fonte: DPP/2010.

Em 2009, o DPP executou 10 editais internos com recurso próprio, totalizando R$1.873.270,36, conforme apresentado na Tabela 02.04.

Tabela 02.04:Recursos aplicados em editais do DPP no ano de 2009

EDITAIS	Recursos (R$) fonte 0250
01/2010 – Apoio para confecção de teses e dissertações	45.600,00
02/2010 – Apoio à participação de pós-graduandos em eventos no País	86.182,57
03/2010 – Apoio à participação de docentes em eventos no País	43.979,25
04/2010 – Apoio à participação de docentes em eventos no exterior	240.894,77
05/2010 – Apoio à publicação em periódicos internacionais	18.739,70
06/2010 – Apoio à pesquisa de campo	228.513,43
Apoio a novos docentes na pesquisa	450.607,02
Apoio à pesquisa	484.575,10
Apoio aos programas de pós-graduação com conceito 3 e 4	140.134,37
Apoio à publicação de revistas, livros e coletâneas	198.383,85
TOTAL (R$)*	**1.873.270,36**

As Tabelas 02.05, 02.06, 02.07 e 02.08 apresentam os recursos aplicados em 2009, referentes aos editais de inclusão de novos docentes na pesquisa, apoio à pesquisa, apoio aos programas de pós-graduação com conceito 3 e 4 e apoio à publicação de revistas, livros e coletâneas, respectivamente.

Tabela 02.05:Edital de Inclusão de Novos Docentes na Pesquisa (Edição de 2009)

Inclusão de Novos Docentes na Pesquisa	2009
Recurso Alocado	500.000,00
Total de Demanda	555.554,24
Total de Recursos Aplicados	450.607,02

Fonte: DPP/2010.

Tabela 02.06:Edital de Apoio à Pesquisa (Edição de 2009)

Edital Apoio à Pesquisa	2009
Recurso Alocado	600.000,00
Total de Demanda	556.337,80
Total de Recursos Aplicados	484.575,10

Fonte: DPP/2010

Tabela 02.07:Edital de Apoio aos Programas de Pós-Graduação com Conceito 3 e 4 (Edição de 2009)

Apoio aos Programas de Pós-Graduação com Conceito 3 e 4	2009
Recurso Alocado	250.000,00
Total de Demanda	172.456,64
Total de Recursos Aplicados	140.134,37

Fonte: DPP/2010.

Tabela 02.08:Edital de Apoio a Publicação de Revistas, Livros e Coletâneas (Edição de 2009)

Apoio a Publicação de Revistas, Livros e Coletâneas	2009
Recurso Alocado	250.000,00
Total de Demanda	198.383,85
Total de Recursos Aplicados	198.383,85

Fonte: DPP/2010.

Em 2010, foram relançados sete editais de apoio, com recurso próprio, além de recurso PROF/CAPES, conforme apresentado na Tabela 02.09.

Tabela 02.09:Recursos aplicados em editais do DPP no ano de 2010

EDITAIS	Recursos (R$) fonte 0250	Recursos PROF (R$)	TOTAL (R$)
01/2010 – Apoio à reprodução de dissertação/tese	82.200,00		82.200,00
02/2010 – Participação de pós-graduandos em eventos científicos no País	426.602,61	143.625,00	570.227,61
03/2010 – Participação de docentes em eventos científicos no país	322.671,00		322.671,00
04/2010 – Participação de docentes em eventos científicos no exterior	841.625,57		841.625,57

EDITAIS	Recursos (R$) fonte 0250	Recursos PROF (R$)	TOTAL (R$)
05/2010 – Apoio à publicação em periódicos	34.255,11		34.255,11
06/2010 – Apoio à pesquisa de campo de pós-graduandos	101.036,36		101.036,36
07/2010 – Participação de pós-graduandos em eventos científicos no exterior	216.500,00	17.000,00	233.500,00
TOTAL (R$)	2.024.890,65	160.625,00	2.185.515,65

Fonte: DPP/2010.

Além dos editais internos DPP, os docentes podem concorrer aos editais da CAPES voltados para o apoio a eventos científicos no País, como o Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), que visa a impulsionar a realização de eventos científicos no Brasil e a formação de professores para a educação básica, por meio da concessão de auxílio financeiro às Comissões Organizadoras.

2.6 Incentivo à formação de novos pesquisadores (bolsas, auxílios)

As Tabelas 02.10 e 02.11 apresentam os dados da evolução de bolsas de mestrado e doutorado nos períodos de 2009 e 2010, respectivamente, de acordo com verbas PROF, REUNI e o programa Bolsa Para Todos.

Tabela 02.10:Evolução de bolsas de mestrado e doutorado em números absolutos (2009)

Fonte	Bolsa 2009			
	Nível		Total	Valor
	Mestrado	Doutorado		
PROF	3.898	2.237	6.135	8.704.200,00
REUNI	411	227	638	901.800,00
Bolsa Para Todos	57	14	71	93.600,00
Total	4.366	2.478	6.844	9.699.600,00

Fonte: DPP/2009.

Tabela 02.11:Evolução de bolsas de mestrado e doutorado em números absolutos (2010)

Fonte	Bolsa 2010			
	Nível		Total	Valor
	Mestrado	Doutorado		
PROF	6.276	4.092	10.368	14.896.800,00
REUNI	1.154	608	1.762	2.479.200,00
Bolsa Para Todos	0	0	0	0,00
Total	7.430	4.700	12.130	17.376.000,00

Fonte: DPP/2010.

3 Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.

Quanto à inserção social da Pós-Graduação da UnB, em 2010, três Programas de Pós-Graduação participaram dos seguintes editais da CAPES:

a) **CAPES – CNJ – Programa de apoio à pesquisa Jurídica – parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e a CAPES** apoia propostas com objetivo de promover e fomentar a realização e a divulgação de pesquisas científicas em áreas de interesse prioritário para o Poder Judiciário nas universidades brasileiras para estimular a criação de linhas de pesquisas e redes de discussão nessas áreas.

b) **Observatório da Educação –** fruto da parceria entre a CAPES e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), fomenta pesquisas educacionais com interesse especial nos estudos acerca dos processos de alfabetização e de domínio da língua portuguesa e da matemática. Os programas pertencem às seguintes Unidades: ICS (1), FE (1) e IH (1).

4 Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

Com base na importante missão do DPP, como instrumento promotor de desenvolvimento institucional, mediante estímulo à construção e disseminação do conhecimento acadêmico, foi implantada a DIRDI. Nesse sentido, o objetivo principal da DIRDI é coordenar de forma integrada as atividades relacionadas à pesquisa e pós-graduação no âmbito da Instituição, atuando com perspectivas de inovação tecnológica de forma transversal em relação às demais diretorias do DPP – DIRPE, DIRPG e DIRIC. Pode-se citar as seguintes atribuições estabelecidas na criação da DIRDI, conforme divulgação na página do DPP (http://www.unb.br/administracao/decanatos/ dpp/diadi.html).

As atividades realizadas pela DIRDI no período de março a dezembro de 2010 foram:

- Desenvolvimento de novo *site* para o DPP.
- Organização de Seminários Internacionais de Pesquisa e Inovação (P&I).

O objetivo dessa série de seminários é reunir a comunidade científica para discussão de temas transversais de pesquisa, sempre com convidados internacionais e nacionais, ligados a área de pesquisa em discussão. Os eventos realizados em 2010 foram:

- I Seminário P&I – 27/4/2010 – 8h45 às 17h.

TROCAS GENÉTICAS INTERESPÉCIES, EVOLUÇÃO E PATOLOGIA

- II Seminário P&I – 20/5/2010 – 9h às 12h.

BIOTECNOLOGIA: PERSPECTIVAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

- III Seminário P&I – 17/8/2010 – 9h às 12h.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS AUTORAIS NA ERA DA INTERNET

- IV Seminário P&I – 6/10/2010 – 9h às 13h.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PROJETOS EUROPEUS

- Participação na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI).

O DPP, representada pela Direção da DIRDI, participou intensamente da 4ª CNCTI, realizada em Brasília, de 26 a 28/5/2010, bem como da Conferência Preparatória Regional do Centro-Oeste, de 22 a 23/3/10, realizada em Cuiabá. A finalidade da participação do DPP foi trazer à comunidade acadêmica da UnB as discussões realizadas nos eventos, bem como fomentar a participação da comunidade nas definições das políticas e das ações governamentais em Ciência, Tecnologia e Inovação para os próximos 10 anos. O foco dos desafios, incluídos na CNCTI, foram: a utilização sustentável da biodiversidade, mudanças climáticas, energia, recursos naturais, desigualdades regionais, educação científica de qualidade em todos os níveis, uso da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento social, entre outros. Todos os documentos-resumos das sessões realizadas na 4ª CNCTI, como também de outros documentos disponíveis nos *stands* da 4ª CNCTI estão à disposição da comunidade no *site* do DPP, desde maio 2010, no seguinte endereço (salienta-se que o evento teve página na CGEE, a saber: www.cgee.org.br/cncti4: http://www.unb.br/ administracao/decanatos/dpp/diadi/cncti.html).

- Análise da Proposta de Criação do Parque Tecnológico da UnB (PCTec).

Tendo em vista a importância do PCTec para o desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação na UnB, foram realizadas atividades como a coordenação de reuniões para discussão da proposta com diretores das unidades acadêmicas, estudo e elaboração de proposta de modelo de governança em conjunto com a DIRPE/DPP. O foco da proposta de governança estava no acompanhamento democrático das atividades a serem desenvolvidas pelo PCTec, com apoio e estímulo institucional e garantia da inserção da comunidade acadêmica nos novos *campi*: Planaltina, Ceilândia e Gama.

- *Workshop* da Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação.

O DPP, representada pela direção da DIRDI, participou intensamente do *Workshop* da Rede PRÓ CENTRO-OESTE, realizada em Brasília, nos dias 9 e 10/8/2010. A finalidade da participação do DPP foi trazer à comunidade acadêmica da UnB as discussões realizadas no evento previamente ao lançamento do edital. Documentos do evento estão disponíveis para a comunidade na página do DPP, desde agosto 2010, no seguinte endereço: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/novinformes.html.

- Organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de 2010.

A semana foi realizada de 18 a 24/10/2010, em Brasília, sob a coordenação-geral do MCT, sendo que a direção da DIRDI participou como representante do DPP da comissão organizadora para a participação da UnB.

- Atividades de Reestruturação da UnB.
- Atividades de Planejamento Estratégico junto ao DPO.
- Operacionalizar a Participação da UnB na Concessão de Prêmios Externos.

A Universidade recebe frequentemente convites para participar de premiações nacionais, em todos os domínios de conhecimento, que são promovidos por diferentes instituições externas à UnB. Nesse caso, a DIRDI analisa a possibilidade de participação da Instituição, informa à comunidade prazos e condições referentes a cada prêmio, e coleta as indicações das unidades acadêmicas, caso seja necessário, para possibilitar a efetiva participação da instituição nos diversos convites. As participações da UnB de março a outubro de 2010 são:

- Prêmio Fundação Conrado Wessel (FCW) 2010, nas áreas de Ciência, Medicina e Cultura.
- 10ª edição do Prêmio Péter Murányi 2011 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no valor de R$150.000,00.
- V Prêmio SEAE 2010 – Monografias sobre os temas de Concorrência e Regulação Econômica promovido pelo Ministério da Fazenda, com patrocínio da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- Prêmio Fundação BUNGE – Ciências Florestais, Medicina Preventiva e Saúde Pública, com prazo de indicação em 30/5/2010 até dois participantes por ramo da categoria juventude.

5 Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicações e divulgações dos trabalhos

A DIRPE – enquanto responsável pela formulação de projetos institucionais que possibilitam a captação de recursos por meio de editais das Agências de Fomento, como FINEP e CAPES, voltados para a adequação de infraestrutura física e para a aquisição de equipamentos – tem o objetivo de atender às demandas diagnosticadas pelas unidades. Além disso, a DIRPE coordena a elaboração e o gerenciamento dos editais internos do DPP, os quais visam a contribuir com a consolidação dos Programas de Pós-graduação, apoiando

os docentes e discentes de pós-graduação. Como critério básico de participação dos docentes, o mérito científico e a qualificação dos eventos, assim como a qualificação dos veículos de publicação, têm sido adotados os mesmos definidos pela CAPES.

6 Convênios e acordos com instituições públicas ou privadas, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa

O DPP tem atuado diretamente nas discussões que estabelecem as prioridades temáticas para a elaboração de editais pelas agências de fomento, no sentido de interferir positivamente para que a abrangência seja maior e contemple as diversas áreas do conhecimento e permita a participação dos vários grupos de pesquisa, além de gerenciar a aplicação e execução dos recursos captados.

Também tem promovido ações para possibilitar o alcance da meta seguinte.

> Expansão e adequação da infra estrutura dos *Campi* da UnB através do incentivo à participação em editais das agências de fomento assim como capacitar os novos grupos de pesquisa para a apresentação de projetos de pesquisa cada vez mais consolidados e articulados com a realidade e necessidade dos *Campi*.

7 Indicador de publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas cientificas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).

A produção intelectual de 2009 foi de 12.407 itens, superando o total geral de 10.488 em 2008 relacionados a teses e dissertações, à produção técnica e à produção bibliográfica. Esse aumento tem relação com a política que o DPP vem desenvolvendo em relação aos editais, conforme apresentado na Tabela 02.12.

Tabela 02.12:Produção intelectual em números absolutos (2009)

Produção Intelectual	
BIBLIOGRAFIA	**2009**
Artigo em Jornal ou Revista	461
Artigo em periódico	2358
Livro	1134
Trabalho em anais	2285
Partitura musical	4
Tradução	81
Outros	
TÉCNICA	**2009**
Apresentação de Trabalho	1493
Cartas, Mapas ou Similares	1
Curso de Curta Duração	298
Desenvolvimento de Aplicativos	7
Des.de Material Didático e instrucional	66
Desenvolvimento de Produto	31
Desenvolvimento de Técnica	30
Editoria	63

Produção Intelectual	
Organização de Evento	361
Programa de Rádio ou TV	190
Relatório de Pesquisa	61
Serviços Técnicos	991
Manutenção de Obra Artística	0
Maquete	0
ARTÍSTICA	**2009**
Música	18
Artes Cênicas	13
Artes Visuais	38

Fonte: DPP/2009.

Ressalta-se que os dados de produção intelectual de 2010 somente estarão disponíveis na segunda quinzena de abril, quando for encerrado o preenchimento do Coleta CAPES.

8 Aspectos positivos e avançados

O DPP cita como pontos fortes detectados junto à comunidade acadêmica:

- Apoio os PPGs, em todas as áreas de conhecimento promovendo maior eficiência na proposição, aprovação e desenvolvimento de projetos de pesquisa às agências de fomento.
- Incentivo e assessoria a todos os PPGs, objetivando maior participação dos grupos de pesquisa emergentes em todas as áreas de conhecimento.
- Ampliação da qualidade dos projetos com consequente aumento nos recursos aprovados e captados via editais externos, como CT-INFRA, Pro-Equipamento, Implantação de Parques Tecnológicos, entre outros.
- Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas institucionais multidisciplinares que sejam elementos catalisadores de projetos estratégicos do desenvolvimento local, regional e nacional.
- Promoção da adequação da infraestrutura física para realização de pesquisas.
- Aquisição/renovação de equipamentos para execução de pesquisas de ponta.
- Melhoria na gerência dos projetos institucionais graças à contratação de recursos humanos especializados.
- A importância da pesquisa e pós-graduação para a autonomia institucional relacionado à excelência acadêmica de seus pesquisadores, envolvendo o tratamento do conhecimento para atender as demandas sociais, seja através de políticas públicas ou do setor produtivo.

- Incentivo e apoio à criação de consórcios, redes e cooperações nacionais e internacionais em Ciência e Tecnologia, com visitas, palestras e intercâmbio de pesquisadores.
- Manutenção e/ou expansão dos programas de apoio a publicações em revistas indexadas nacionais e internacionais, bem como em eventos científicos de docentes e discentes.
- Criação de veículos de discussão com visitas de membros do CTC e CA da CAPES para melhoria dos PPGs.

9 Aspectos que merecem atenção

O DPP cita como pontos fracos e ameaças, os quais merecem atenção:

- Dependência anual de aprovações de recursos e demora na liberação desses recursos.
- Incerteza acerca das possibilidades de manutenção da política de fomento do DPP, por parte da Administração Superior, com consequente não lançamento de outros editais, frustrando a comunidade científica.
- Alta rotatividade dos membros da equipe DPP, dificultando o tratamento dos processos de forma continuada e progressiva. Esse problema está muito ligado à carência de recursos humanos na UnB.
- Informações a respeito do DPP são muito requisitadas, com a cobrança constante de dados via DPO e SECOM, entre outras unidades, mas a carência de banco de dados atualizado que possibilite a geração dessas informações de forma automatizada e rápida faz com que o trabalho seja repetitivo.
- Os compromissos financeiros internos para apoio a pesquisa não são mantidos regularmente, via publicação de docentes e discentes, tendo em vista a falta de entendimento coletivo do poder estratégico institucional, da importância do DPP, para a autonomia da instituição em termos de sua finalidade básica.
- A dificuldade na criação de parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais pela falta de cultura na instituição.
- Falta de recursos de pessoal e de infraestrutura na quantidade e qualidade necessária para o cumprimento das metas institucionais com eficiência e eficácia.

- A ausência de cultura de investimento em Tecnologia da Informação e Comunicação, que é na verdade a base de qualquer pirâmide organizacional.

Como conclusão de análise sucinta e com foco nas ações futuras, que podem auxiliar no alcance das metas do DPP, pode-se citar:

- Estudo e melhoria dos processos do DPP, reduzindo redundâncias e melhorando a utilização dos recursos escassos na instituição, com vistas à automatização do que for possível no escopo do DPP.
- Melhoria na infraestrutura tecnológica do DPP, em termos de rede, sistemas e demais recursos automatizados, que possibilite a tomada de decisão com base em Sistemas de Informação Gerencial, a partir de base de dados institucionais. Essa ação para ser completada depende da melhoria de infraestrutura tecnológica da UnB, com sistemas integrados de gestão acadêmica, financeira, de pessoas, de contratos, entre outros.
- Projeto de coordenação e implantação do PCTec UnB.
- Com vistas de um futuro a mais longo prazo, fica o projeto de tratamento do conhecimento institucional, quando os dados e as informações estejam sendo adequadamente tratadas no âmbito do DPP e da UnB.

Assim, a aplicação de tecnologia e inovação para fortalecer a atuação do DPP no apoio, consolidação e fomento da pesquisa e da inovação na UnB certamente apoiará a plena realização do projeto Gestão UnB Século XXI, tendo a DIRDI sido criada, sobretudo, para integrar e permitir discussões de temas transversais de pesquisa, o que é essencial para a P&I no contexto da própria Instituição e do País.

C EXTENSÃO

Em vários momentos e documentos do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras – FORPROEXT são citadas as áreas de atuação prioritárias de desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária. Pode-se destacar algumas potenciais contribuições das universidades, diretamente associadas à formulação e à implementação de políticas públicas:

- Ampliação da oferta e melhoria da Educação Básica.
- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente.
- Melhoria da qualidade de vida e saúde da população brasileira.

- Participação no Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária, por meio da capacitação pedagógica de monitores e coordenadores locais promoção do desenvolvimento cultural, estimulando atividades de incentivos à leitura, turismo regional, folclore e cultura popular.
- Desenvolvimento, em parcerias com setores federais, estaduais e municipais, e não-governamentais, em programas e projetos voltados para a formação profissional, qualificação para o trabalho, inserção produtiva, direitos humanos e cidadania, e capacitação de gestores de políticas públicas.

Em sua plataforma política, o Decanato de Extensão (DEX) da UnB assumiu essas prioridades e vem se reestruturando administrativamente para responder às expectativas e aos compromissos de gestão, por meio de modelos e mecanismos de gestão compartilhada visando à excelência acadêmica da produtividade da extensão e à efetividade da integração entre o ensino e a pesquisa, refletindo, assim, um diálogo permanente com a sociedade e as diversas dimensões de seus saberes e práticas.

1 Políticas institucionais para o desenvolvimento das atividades de extensão – identificação do órgão interno responsável pela coordenação dessas políticas e atividades

As políticas institucionais de extensão são executadas principalmente por meio de editais de fomento, tanto de recursos próprios quanto por linhas externas oriundas das políticas públicas. A Diretoria Técnica do Decanato de Extensão (DTE), ao longo deste ano, promoveu a revitalização de suas duas Coordenadorias.

Coordenadoria de Programas e Projetos: promove a interface, coordenação, supervisão, apoio, acompanhamento e avaliação dos Projetos e Programas de Extensão de Ação Contínua (PEACs) originários das unidades institucionais. Administra o processo seletivo e distribuição dos recursos previstos nos Editais de apoio aos PEACs, sob supervisão de comissão constituída por coordenadores da Câmara de Extensão. É responsável pelo lançamento do edital Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) e, a partir do acompanhamento dos PEACs, é responsável por conceder créditos curriculares oriundos da participação do estudante neles. É atribuição dessa Coordenadoria promover a integração dos projetos e programas, garantir a multidisciplinaridade no âmbito acadêmico e o envolvimento da comunidade externa, estabelecendo instrumentos de difusão das práticas da extensão universitária.

Coordenadoria para a Sustentabilidade Regional: articula e estimula a cooperação entre a Universidade, setores do governo federal, distrital, estadual e municipal, instituições

públicas e privadas, ONGs e órgãos de fomento às atividades que visam à promoção da sustentabilidade regional em seus vários aspectos (cultural, econômico, social, político, ambiental). É responsável pela gestão acadêmica e administrativa dos Núcleos de Extensão (Brazlândia, São Sebastião e Estrutural), além de estimular políticas de indução por meio da introdução de linhas externas à comunidade universitária para as práticas de extensão.

O Centro Interdisciplinar de Formação Continuada (INTERFOCO), criado pelo Ato da Reitoria n. 497/2007, de 7/3/2007, faz parte da estrutura organizacional do DEX, e a sua criação responde ao desejo institucional por uma estrutura com capacidade para colocar em prática concepções e modelos inovadores no domínio da formação continuada e da extensão, por meio de administração direta de Programas Institucionais.

A Casa da Cultura da América Latina (CAL), nos últimos dois anos, desenvolve esforços no sentido de resolver as questões estruturais do setor, como a formação de equipe com perfil para o desenvolvimento de atividades culturais e a busca de soluções para resolver a questão da estrutura física das suas dependências, buscando oferecer melhores condições de trabalho aos funcionários. É responsável pela concorrência pública anual no âmbito nacional para a ocupação da Galeria de Arte.

Núcleo do Projeto Rondon da Universidade de Brasília: por iniciativa de um grupo de professores que haviam participado das operações do Projeto Rondon nos anos de 2005 e 2006, institucionalizou-se o referido Projeto como Núcleo de Extensão em março de 2007. É responsável pelo desenvolvimento de duas disciplinas: Construção de Projetos Sociais Multidisciplinares, com oferta de 22 turmas ao longo do ano, sendo 17 turmas presenciais e cinco turmas a distância ofertadas pela UAB; e a disciplina Estágio Supervisionado em Residência Multidisciplinar, por meio de quatro operações em municípios de rede nacional.

Núcleo da Igualdade Racial: criado pelo Ato da Reitoria n. 759/2007, vinculado ao Decanato de Extensão, tem por objetivo coordenar a elaboração, implementação, monitoramento e a avaliação do programa e das ações de combate ao racismo e à xenofobia e de promoção da igualdade racial na UnB. Desenvolve, no âmbito da extensão, ações de promoção da igualdade racial, por meio da disciplina optativa Pensamento Negro Contemporâneo e dos cursos Capoeira, Cinema Negro – a função educativa do cinema e a identidade; Direitos Humanos e Cidadania e Introdução a Linguística Africana.

Comissão da Agenda Ambiental é um grupo institucional consultivo e deliberativo formado por professores especialistas na área ambiental e representantes de discentes e funcionários. Esse grupo trabalha de forma integrada com os membros do Núcleo da Agenda Ambiental (NAA) na elaboração e execução do programa. Sua missão é debater e

propor soluções compartilhadas para as questões socioambientais nos *campi* da UnB como laboratórios técnicos, resíduos sólidos e campanha do copo. O NAA elabora as atas da Comissão; organiza, elabora e envia documentos; acompanha e auxilia na execução dos encaminhamentos das reuniões mensais da Comissão. No momento, o NAA está auxiliando a organização de uma oficina e de um projeto editorial que envolve o diagnóstico e proposição de soluções para os problemas ambientais da Universidade com projetos como o Bicicleta Livre e Cidade Verde. O NAA é responsável pelo lançamento do edital que premia projetos de âmbito ambiental, e desenvolveu em 2010, 18 ações de extensão.

O aporte significativo de recursos proveniente do REUNI proporciona oportunidades concretas de reconstrução da Universidade. Para isso, é preciso sustentar política de planejamento, execução e avaliação contínua da construção coletiva e participativa do processo de reestruturação político/administrativa da UnB nos termos do seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). Nessa perspectiva, o DEX vem trabalhando dentro e fora da estrutura administrativa institucional, buscando subsídios para a consolidação de estratégias e metas de gestão.

Nesse sentido, foram realizados seminários internos ao longo de 2010 para consolidar o Planejamento Estratégico, iniciado ainda em 2009. Em 2010, ocorreu o processo de formulação de indicadores para a avaliação da extensão; a grande conquista na validação de indicadores para o PDI deste ano foi a inserção de uma variável sobre o impacto social na produção da extensão junto às comunidades; e o grande avanço no processo PIBEX nesses dois últimos anos (aumento no valor das bolsas e construção coletiva com extensionistas sobre um modelo avaliativo do Programa). Seguindo essa perspectiva de fortalecimento da política extensionista, o DEX fomentou a participação da comunidade acadêmica no Encontro Regional de Extensão (SEREX), garantindo, inclusive, a integração de equipe do Decanato no processo dessas construções.

O INTERFOCO cadastrou, em 2010, 312 ações de extensão cadastradas com 4.112 participantes. E, ao se falar da formação continuada, não se pensa em uma formação como uma alternativa para suprir as falhas da formação inicial. Ao contrário, assume-se a condição de que a formação é sempre incompleta, qualquer que seja a terminalidade. Nesse contexto, o INTERFOCO tem parcerias com o Centro de Educação a Distância (CEAD), MINC e Secretaria de Educação Básica (SEB) com o Projeto GESTAR II – Gestão da Aprendizagem Escolar II, destinado à Formação de Formadores, Professores de Língua Portuguesa e Matemática da 5ª a 8ª séries das Escolas Públicas do Ensino Fundamental. Trata-se de um projeto nacional para atender milhares de professores. Permanece a necessidade de medidas urgentes com vista à implementação do Sistema de Informação da Extensão

(SIEX), como condição para a ampliação da oferta de cursos a distância e semipresenciais, de modo articulado às políticas públicas direcionados para o Distrito Federal e entorno.

2 Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI

Mais que um novo modelo de aplicação de recursos, a gestão compartilhada pressupõe uma metodologia capaz de integrar democraticamente planejamento, orçamento e gestão. A proposta de administração da atual gestão tem por diretrizes: a transparência nas deliberações, arrecadação e controle social na aplicação dos recursos. A acessibilidade é outra diretriz que aposta na abertura e sustentação de canais de comunicação por meio de tecnologias e mecanismos eficazes de participação. A inteligibilidade deve garantir a compreensão dos processos administrativos e a transparência dos métodos de tomada de decisões. A participação dos vários segmentos e setores parceiros nas várias instâncias e espaços comunitários de deliberações, execução e planejamento fundamentam a essência da gestão compartilhada.

O Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, ao apresentar seu plano para o quinquênio 2010/2014 à comunidade acadêmica, propõe que seja feita a avaliação da produtividade da extensão universitária por meio dos indicadores descritos a seguir:

1) Índice de Formação dos Estudantes: $I_{1.}$
    a) Fração decimal indicativa da participação da unidade na Oferta Global anual da UnB (crédito de extensão) que será obtida somando-se os produtos do número de alunos matriculados em créditos de extensão dividido pelo número de formados no semestre.
2) Índice de Envolvimento de Docentes e Técnicos em Atividades da Extensão: I2.
    a) Número de docentes da Unidade participantes de PEACs e atividades de extensão gratuitas no ano/Número de docentes ativos na unidade;
    b) Número de técnicos da Unidade participantes de PEACs no ano/Número de técnicos ativos na unidade.
3) Índice de Produção de Atividades de Extensão e Alcance Social: I3.
    a) Somatório de participantes por ações de extensão da Unidade no ano anterior X horas cursadas, em relação ao ano anterior;
    b) Abrangência das localidades contempladas por atividades de extensão gratuitas registradas pelas Unidades.

3 Atividades e programas de extensão junto à comunidade regional, em termos sociais, culturais, da saúde e outros.

No ano de 2010, tendo em vista a consolidação dos Núcleos de Extensão e o fortalecimento da construção dialógica com a Comunidade, o Decanato de Extensão buscou ampliar sua atuação por meio de parcerias locais. Algumas dessas têm-se consolidado para o efetivo diálogo entre Universidade e Comunidade, bem como para garantir o amplo uso e acesso aos Núcleos de Extensão. Esses Núcleos têm o grande desafio de manter a excelência acadêmica dos cursos ministrados, bem como de expandir os conhecimentos gerados na Universidade, favorecendo o intercâmbio do aprendizado da comunidade acadêmica com os da educação e saberes populares.

Atividades vinculadas ao Núcleo de Brazlândia aconteceram em outros espaços, como por exemplo, em escolas públicas parceiras e ACOBRAZ, como apresentado no cronograma de atividades desenvolvidas ao longo do primeiro semestre de 2010. Na Cidade Estrutural, os Projetos de Extensão: A Universidade de Olho no Orçamento, Bicicleta Livre, Permacultura na Viver, Política na Escola, Olharte: Audiovisual para crianças e adolescentes e A matemática do *patch work*, apoiados pelo Decanto de Extensão, também têm desenvolvido um trabalho sistêmico e articulado com a comunidade local, por meio da organização não governamental Viver, que dedica seu trabalho ao atendimento de 400 crianças e adolescentes.

Em São Sebastião, os Projetos de Extensão, como E eu com Isso?, Estudar em Paz: Mediação de Conflitos em Contexto Escolar e Laboratório de Teatro de Formas Animadas desenvolvem, com sucesso, um trabalho contínuo junto à comunidade. Nesta edição da Semana de Extensão – X SEMEX, atividades de extensão de arte, cultura e educação ambiental foram fomentadas pelo Decanato de Extensão no Espaço Tranquilini e Centro de Educação Popular de São Sebastião, fortalecendo o diálogo com a comunidade local.

A instalação do Fórum Comunidades que simboliza espaço de grande conquista para o firmamento das relações dialógicas entre a universidade e as comunidades partícipes, realizou duas edições em 2010. No primeiro semestre, o I Encontro do Fórum Comunidades: Aproximações e Desafios, tema que favoreceu a participação de parceiros das comunidades do entorno do Distrito Federal e de estados circunvizinhos. No segundo Semestre, o II Encontro do Fórum Comunidades: O Protagonismo Estudantil na Extensão Universitária, propiciou revisitar a história do movimento estudantil na prática extensionista no âmbito das instituições de ensino superior em parceria com as práticas comunitárias, salientando ainda a valorização do envolvimento dos estudantes neste processo de troca e construções

colaborativas e fortalecer os coletivos estudantis na mobilização e articulação permanente da comunidade acadêmica e outros parceiros extensionistas.

O DEX tem expressiva contribuição na construção do Programa Boas-Vindas, que nas duas últimas três edições elaborou proposta de atividade de extensão específica acerca da memória, história e cidadania, o Trilhas Interpretativas, projeto específico de valorização do patrimônio cultural, pertencimento histórico político e reconhecimento do papel do compromisso institucional no exercício de sua missão social.

A Casa da Cultura da América Latina/DEX/UnB, criada em 1987 para sediar o Festival Latino-Americano de Arte e Cultura (FLAAC), consolidou-se como instrumento de divulgação da cultura local e nacional e de inserção brasileira no campo da América Latina. Desenvolve o projeto Semanas Latinas em parcerias com as embaixadas latino-americanas. Vale frisar que esse conceito de diversidade também abrange o aporte dos países da península ibérica e africanos, o legado indígena, entre outros presentes na nossa formação pátria. A CAL realiza cursos de extensão na área da diversidade cultural, preservação de acervos, direitos humanos, meio ambiente, mostras e ciclos de cinema e o programa Semanas Latina.

A CAL se destacou em 2010 pela realização de 104 eventos distribuídos entre oficinas, parcerias internas e externas, exposições com programação pedagógica, cursos de extensão na área de cultura, direitos humanos e meio ambiente, programas como: as Semanas Latinas, mostras e ciclos de cinema, com público estimado em 99.600 pessoas. Além disso, a CAL alberga acervos etnográficos e de arte contemporânea brasileira, em torno de 1.500 obras com valor artístico e pecuniário; entre elas, vale citar: Athos Bulcão, Rubens Valentim, Tarsila do Amaral, Oscar Niemeyer. Sendo também responsável pela curadoria de expressivas exposições, como Brasília Síntese das Artes, no CCBB, e Entre Séculos, no Museu Nacional, esta, inclusive, mostrou o acervo institucional de Brasília.

Cursos de Extensão

O objetivo precípuo dos cursos de extensão não é mobilização de recursos, mas, sim, socializar com a comunidade conhecimento produzido na Universidade. Embora a maioria dos cursos de extensão sejam concebidos e executados nos departamentos e núcleos da Universidade, o INTERFOCO tem, ainda, a função de estimular a elaboração de cursos demandados pela comunidade. No exercício de 2010, foram realizados 429 cursos de extensão, com a mobilização de recursos financeiros, no montante de R$ 1.012.233,00.

Tabela 02.13:Atividades realizadas pelo Interfoco em 2008 e 2009.

Nº de Cursos de Extensão Ofertados	Exercícios	
	2009	2010
N. de Cursos de Extensão Ofertados	429	312
N. de Participantes	6.203	4.112
N. de Certificados Emitidos	2.432*	1.321*
Ministrantes e Equipe Técnica		
Docentes	1.186	987
Técnicos / Administrativos	69	78
Estudantes	246	212
Externos	98	89
Perfil dos Beneficiários em Cursos de Extensão (%)		
Estudantes de Instituições Públicas e Privadas	36.2	35.9
Servidores Públicos	17.7	19.3
Trabalhadores da Rede Privada	16.9	18.8
Crianças de 4 meses a 8 anos	16.4	13.9
Estrangeiros por Idioma Português	9.1	7.8
Outros	3.7	4.3
Avaliação dos Cursos		
Excelente	74.6	78.3
Muito Bom	25.4	21.7
Regular	-0-	-0-
Ruim	-0-	-0-
Péssimo	-0-	-0-
Isenção de Taxas / Nº de Beneficiários		
Aluno	46	37
Docente	-	1
Téc/Administrativo	32	39
Externos	93	59
Extensionistas Cadastrados no Sistema SIEX		
Docentes	176	103
Discentes	191	93
Téc/Administrativo	49	47
Externos	97	51

** O número reduzido de certificados emitidos, justifica-se, pelo fato de que, o Novo Sistema SIEX, ainda não está adaptado para a emissão de certificados. Como alternativa encontrada (CPD e DEX), é, de irmos procedendo à migração das propostas de cursos já realizados para o antigo SIEX, com vistas a ir certificando os participantes, até a conclusão do novo sistema, em elaboração pelo CPD/UnB.*

Tabela 02.14:Atividades da Diretoria Técnica de Extensão

Atividades da DTE	2008	2009	2010
Projetos de Extensão de Ação Contínua	150	201	171
Bolsistas de extensão PIBEX	184	312	300
Bolsistas de extensão REUNI	-	63	100
Não Bolsistas	1170	1250	780
Professores	325	450	500
Público externo atendido pelos projetos de extensão de ação continua	2206	9200	9000
Atendimento nos núcleo de extensão	8164	1144	2000
Editais lançados	2	2	1
Mesas redondas	4	4	2
Exposição	1	1	1
Comissões	2	4	2

4 Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

O Projeto Rondon viabiliza o desenvolvimento das atividades nos municípios previamente identificados como parceiros por meio de capacitação multidisciplinar dos

estudantes, na qual os alunos são orientados nas temáticas a serem executadas na proposta de extensão. Todos os professores participam e orientam os alunos na execução dos respectivos planos de trabalho, no âmbito de uma disciplina de quatro créditos. Os Programas são estruturados pelos estudantes, em torno das áreas temáticas da Extensão, que compreende os temas: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Saúde, Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, e Trabalho. As operações nas comunidades são realizadas nos períodos de férias escolares, durante 12 a 15 dias, onde são desenvolvidas as atividades programadas durante o semestre no âmbito de um espaço disciplinar de oito créditos, que se insere no contexto de uma oferta de estágios multidisciplinares, no formato de residência universitária, ou seja, de inserção em uma comunidade, conforme legislação da UnB.

O estudante extensionista recebe créditos interdisciplinares por seu envolvimento em projetos e/ou programas de extensão de ação contínua, de acordo as regras definidas pela– Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), seguindo o Projeto Político-Pedagógico do curso. Essa experiência oportuniza ao estudante o contato direto com a comunidade, como primeira experiência no exercício de sua formação, agregando compromisso com as comunidades com as quais se envolve. Em 2010, cerca de 1.800 alunos se envolveram com atividades de extensão na UnB.

O aluno regularmente matriculado na UnB pode participar das atividades de extensão de várias formas, sempre sob a supervisão de um professor:

- Como instrutor dos cursos de extensão.
- Como tutor dos cursos a distância ou via rede.
- Como integrante da equipe executora de uma atividade de ação contínua.

Mediante solicitação do coordenador do curso, o aluno instrutor ou tutor terá direito à certificação da função desempenhada. O DEX concede anualmente determinado número de bolsas de extensão para alunos que participam de Programas e Projetos de Ação Contínua, de acordo com a disponibilidade de recursos.

5 Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.

A perspectiva da excelência acadêmica pressupõe a indissociabilidade operacional e institucional entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, várias medidas e iniciativas

vem sendo adotadas, buscando articular atividade que compõe cada face da missão histórica da Universidade.

No ano de 2010, os mecanismos de interlocução e difusão das atividades de extensão na UnB romperam substancialmente com a da antiga visão assistencialista da extensão e permitiram a adoção de um perfil dinâmico e dialógico nas relações da universidade e sociedade, com garantia e efetividade dos coletivos comunitários nas construções acadêmicas. Isso refletiu na implantação de espaços presenciais e virtuais de redes cooperadas, a realização de cursos de alfabetização, minicursos, oficinas pedagógicas e de trabalho, oficinas a respeito do desenvolvimento sustentável e da segurança na coleta de resíduos sólidos.

A extensão desenvolve-se orientada pela educação popular e a flexibilidade das metodologias aplicadas nesses processos. Os Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEACs) são espaços que propiciam o desdobramento das atividades de extensão em publicações científicas, comunicações em congressos científicos, monografias, dissertações e teses de doutorado.

Ao longo do ano de 2010, foram realizadas oficinas, cursos e minicursos que tangenciaram os campos da arte, educação e cultura na comunidade. A interface de muitos projetos de extensão e a mobilização de várias outras modalidades reunidas em programas redimensionou a participação coletiva nas propostas de gestão do Decanato de Extensão e possibilitou a inserção de temas demandados pelas comunidades pelos projetos institucionais. Dentre eles, cita-se atividades associadas ao Programa Conexão de Saberes em diálogo com o Projeto Escola Aberta, coordenado pela Professora Fátima Makiuchi, apoiado pelo Ministério da Educação; o Projeto Vida Nova nas Veredas, coordenado pela mesma Professora, estabeleceu ao longo do ano de 2009 vínculo estreito com as comunidades envolvidas com a preservação das águas na Comunidade; o Projeto Laboratório de Teatro e Formas Animadas (LATA), coordenado pela Professora Izabella Brochado; O Projeto Clube de Yoga Mover Juntos, coordenado pela Professora Lucila Souto Mayor Rondon de Andrade e o Projeto Na Roda com o Violão, Diálogos Acadêmicos, coordenado pela Professora Maria Cristina de C. C. de Azevedo. Salienta-se, porém, que para além das oficinas, cursos e minicursos também foram viabilizados no Núcleo de Extensão o Projeto Ser Humano: Saúde e Qualidade de Vida, coordenado pelo Professor Glauco Falcão, o Projeto Observatório da Juventude, coordenado pela Professora Leila Chalub Martins e o Projeto Cinema Político, coordenado pela Professora Marisa Von Bulow. Importante destacar que todas essas atividades se vinculam, diretamente, aos termos do Acordo de Cooperação Técnica que rege a relação entre UnB e Administração Regional de Brazlândia.

A CAL desenvolveu parceiras com diversos segmentos internos e externos da UnB, a exemplo de: Instituto de Artes (IdA), Museu Nacional, CEPPAC, CUFA-DF, Núcleo da Agenda Ambiental (NAA/DEX), Núcleo de Promoção da Igualdade de Racial (NPIR/DEX), Espaço Ecco, Biblioteca Central, NESCUBA, Instituto Cervantes, Departamento de História, Departamento de Música, Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), além das tradicionais parcerias com as embaixadas da América Latina, FUNARTE e do CEDOC. E iniciou contatos para concretização de novas parcerias externas como o SESC, Cena Contemporânea e Embaixadas Africanas.

Buscando dar maior visibilidade e integração as ações dos Projetos de Extensão de Ação Contínua, será realizada a exposição oral dos projetos de extensão, principalmente os que recebem recursos daquele Decanato a fim de participarem dos resultados alcançados com as ações dos projetos à comunidade acadêmica.

A edição da revista Participação tem o lançamento de dois exemplares anuais indexados, bem como o lançamento de um livro. Há, ainda, a publicação anual do Catálogo PEAC com as informações de todos os projetos e programas cadastros no Decanato de Extensão, cujo objetivo é estimular a formulação de indicadores para o acompanhamento e avaliação da produtividade da extensão, além de constituir-se em fonte de referência bibliografia para a citação destes projetos.

6 Sistemáticas de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão.

O Sistema de Gestão de Projetos (SIGProj), adotado pelo MEC como instrumento para a gestão da informação acarca das atividades de extensão, não apresenta funcionalidades moduláveis às demandas de relatórios e gestão ativa e interativa das ações cadastradas. O Sistema de Informações de Eventos de Extensão (SIEX), sistema original da UnB, visa atender à demanda de registro, gestão, monitoramento e avaliação *on-line* de ações de extensão. Esse sistema é ainda precário em relação à geração de dados, além de não possuir módulo de certificação, dificultando o trabalho completo da avaliação. Nesse contexto, buscou-se gestão junto ao Centro de Processamento de Dados (CPD) da UnB para a revitalização e atualização do SIEX e/ou elaborar sistema orgânico virtual que permita planejar ações, gerir processos, estabelecer e acompanhar metas, favorecer comunicação intra e interinstitucionais, e avaliar as ações de extensão qualitativa e quantitativamente.

O Decanato de Extensão tem um órgão colegiado, a Câmara de Extensão (CEX), que promove reuniões quinzenais para debater as políticas de extensão da Universidade e

avaliar cada projeto e curso propostos pela comunidade acadêmica, a partir de avaliação prévia de relator-membro desse órgão.

A Exposição dos Posters (PIBEX), protagonizada pelos bolsistas de extensão e realizada durante a Semana de Extensão, é uma das maneiras de acompanhamento das ações de extensão, que são desenvolvidas pelos PEACs, os quais recebem o recurso do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), assim como os relatórios enviados, anualmente, pelos coordenadores e bolsistas dos projetos. A renovação dos PEACS está condicionada à apresentação dos relatórios do ano anterior ao pedido de renovação. Encontra-se em elaboração a ferramenta de difusão para a publicação dos Relatórios PEACs, além da instituição de grupos para acompanhamento técnico das ações de extensão, objetivando a catalisação de indicadores e a interlocução entre os projetos e programas.

A gestão compartilhada tem sido um dos pontos fortes da gestão, valorizando a participação de alunos e professores extensionistas nas decisões e encaminhamentos que envolvem pontos estratégicos que afetam a comunidade extensionistas acadêmica ou não.

Ao longo de 2010, foram realizadas reuniões com os Coordenadores de Extensão e de Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEACs) para construir propostas acerca do formato da Semana de Extensão (SEMEX), do formato da exposição dos painéis dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e para agendar as ações no Núcleo de Extensão de Brazlândia, São Sebastião e Estrutural. A realização da X SEMEX deu-se no âmbito da Semana Universitária da UnB, como estratégia de promoção da aproximação com os Decanatos de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Ação Comunitária, na perspectiva da consolidação da indissociabilidade entre essas áreas e da institucionalização das práticas de Extensão Universitária.

Constituíram-se comissões para a seleção das Bolsas PIBEX e Reunidos projetos que concorreriam ao PROEXT/MEC 2010, e dos projetos que concorreriam ao PET-2010 (Programa de Educação Tutoria – Conexões), bem como posterior gerenciamento das ações decorrentes destas seleções. No mês de maio, foi composta comissão com os professores participantes da Câmara de Extensão (CEX), os quais se reúnem a cada 15 dias para pensar e propor ações que resultem no fortalecimento das políticas de extensão e solucionem o pagamento de terceiros que participam de PEACS. Acredita-se que esta comissão contempla também o item II da proposta administrativa atual, pois trabalha assuntos de reestruturação interna do Decanato de Extensão.

7 Incentivos institucionais para desenvolvimento das atividades de extensão.

As atividades de extensão da UnB têm se beneficiado dos incentivos institucionais externos e internos. No plano externo, hã participação ativa em todos os editais públicos: Bolsas Reuni, Edital PROEXT Cidades (Ministério da Educação e Ministério da Cultura), Edital Conexões: escola Aberta, Lei n. 5.245/2009 Bônus Especial de desempenho institucional – Senado Federal, Edital MEC/Educação Continuada, analfabetismo e diversidade. No plano interno, merece grande destaque o aporte de recursos próprios para as atividades contínuas de extensão. O Decanato de Extensão da UnB conta com orçamento anual para garantir o edital de bolsas PIBEX, além de recursos para as atividades da Casa de Cultura da América Latina, Projeto Rondon, Núcleo da Agenda Ambiental, Núcleo de Promoção da Igualdade Racial, e Grupo de Trabalho da Reforma Agrária (GTRA). Ressaltamos que os recursos referentes ao ano vigente, para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) foram disponibilizadas 300 bolsas PIBEX e 100 Reuni com valor de R$ 360,00, aumento em relação ao ano anterior que configurou maior quantidade de bolsas com período de duração de 10 meses.

Tabela 02.15:Comissões realizadas para seleção de editais e definição de políticas interna.

Comissões	2008	2009	2010
Seleção de projetos para editais	2	4	2
Reestruturação	-	1	1
Alunos participantes	-	2	1
Professores participantes	7	16	9

8 Aspectos positivos.

Entre os aspectos positivos da extensão universitária desenvolvida pela UnB, destaca-se a longa trajetória na área, especialmente a partir da redemocratização do País e da própria Universidade, processo iniciado em 1985. A UnB teve forte inserção na cidade a partir de seus projetos. Um forte indicador dessa presença é a Semana de Extensão (SEMEX), realizada no segundo semestre, e que, em 2010, terá sua décima edição. A SEMEX é, hoje, grande evento do calendário acadêmico, político e cultural do DF. É um movimento anual de divulgação da Universidade de Brasília e da extensão universitária por meio de programação de quatro dias oferecida à população e regiões do entorno do DF pelas unidades acadêmicas e administrativas da UnB. Em sua última edição, em 2010, contou com público participante de 14.827 pessoas em 576 atividades, distribuídas em 17

modalidades (exposições, cursos, minicursos, debates, conferências, oficinas, palestras, mesas-redondas, entre outras).

9 Aspectos que merecem atenção.

Reconhecem-se como desafios atuais: consolidação do Plano de Redimensionamento da Estrutura Organizacional do DEX; implantação de mecanismos de interação logística e operacional para articulações orgânicas com o Ensino e Pesquisa; mobilização de recursos para continuidade e sustentabilidade dos programas e projetos; fortalecimento das parcerias governamentais locais e regionais; ampliação de escalas e áreas de abrangência, com priorização das localidades e segmentos populacionais em situação de riscos sociais e vulnerabilidades.

Destacam-se dois desafios em particular, qual seja, a formulação de indicadores para o acompanhamento e avaliação da produtividade da extensão universitária, que busque identificar os aspectos de excelência das práticas desenvolvidas e ampliar os índices de publicação de produtos acadêmicos; implementação de sistema integrado de informação para gerir e dinamizar as ações de extensão de modo sistematizado, visando à instrumentalização da extensão por meio das inovações tecnológicas com o estabelecimentos de plataformas colaborativas e redes cooperadas. Redes estas que favorecem a interface entre os programas e projetos de extensão, o acesso da população, os espaços de convivência e troca de conhecimentos, permitindo a interação entre a sociedade e a universidade, e garantindo relação dialógica e integradora.

D Pós-Graduação

1 Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*, órgão interno responsável pela coordenação dessas políticas e atividades.

A pós-graduação na UnB teve início em 1969, com o primeiro curso de mestrado em Física, seguido de Sociologia no ano seguinte. A década de 1970 constitui-se num marco da ampliação e consolidação dos cursos de mestrado na UnB, em todas as grandes áreas do conhecimento. O doutorado, embora tendo iniciado também nessa década, iria ser ampliado no final da década de 1980, a maioria dos programas oferecendo cursos em todas as grandes áreas do conhecimento. O órgão interno responsável pela coordenação das atividades de pós-graduação na UnB é o Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP).

Nas suas grandes linhas, o DPP foi protagonista nas ações de fomento juntamente com as agências de financiamento, o que levou a comunidade de pesquisadores da UnB a se beneficiar de editais específicos, tal como recomendado no PNPG 2005-2010. Os recursos oriundos do PROF/CAPES têm apoiado significativamente os discentes dos programas de pós-graduação (bolsas e auxílios), assim como o desenvolvimento das atividades inerentes à pós-graduação (bancas de defesa e infraestrutura dos programas). A sustentabilidade da Pós-Graduação da UnB, embora ainda distante do ideal, baseia-se nos recursos apontados no PDI do DPP, do PROF/CAPES, além daqueles provenientes de editais CT-Infra.

1.1 Cursos novos

Considerando-se os cursos novos o esforço para implantação do curso de Engenharia Biomédica, Informática, Engenharia de Sistemas Eletrônicos e de Automação atendeu a demandas específicas em termos de políticas públicas de inovação e de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) do MCT (Engenharias, Agrárias, Exatas, Biológicas, Ensino de Ciências e Matemática).

Da mesma forma, o curso de Enfermagem (M/D) veio suprir uma lacuna regional, como apontado no PNPG 2005-2010, o qual constatava a “pouca presença regional de programas que ministram cursos de doutorado na grande área da Saúde, tais como em Medicina, Enfermagem, Farmácia”. A aprovação pela CPP, em 2010, dos Cursos de Ciências Farmacêuticas (M/D) e o Interdisciplinar em Saúde (M/D), insere-se, portanto, também nessa perspectiva. Esses dois cursos foram aprovados na reunião do CTC/CAPES números 122 e 123, respectivamente, no final de 2010. Os outros cursos novos, atualmente em análise na CAPES, também estão alinhados às metas não somente de expansão da pós-graduação previstas no PNPG 2005-2010, mas também no sentido de inovação e resposta às novas demandas sociais.

Os novos cursos de mestrado surgiram em decorrência da necessidade de ocupar nichos acadêmicos específicos, seja como desmembramento de programas de pós-graduação (PPGs) já existentes, a fim de impulsionar maior especialização, seja pelo reconhecimento da existência de nichos vagos e demandas existentes na sociedade que necessitavam ser ocupadas. Esses cursos de mestrado deverão ser os embriões de novos cursos de doutorado, mantendo-se o cenário anteriormente descrito.

Trabalhando em estreita parceria com a CPP, o DPP possibilitou, somente em 2010, a apreciação e votação das propostas de 24 cursos novos (mestrado, doutorado e mestrado profissional), enviados para a CAPES cumprindo o calendário definido por aquela agência de fomento. A Tabela 02.16 apresenta os cursos novos de pós-graduação, com seu respectivo nível, unidade de vinculação acadêmica e a situação atual de aprovação na CAPES.

Tabela 02.16:Cursos novos aprovados pela CAPES (2010)

Curso	Nível	Unidade
Ciência de Materiais	M	FUP
Saúde Coletiva	M	FS
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional	M/D	CEAM
Educação	P	FE
Integridade de Materiais da Engenharia	M	FT/FGA
Interdisciplinar em Saúde	M/D	FCE
Ciências Farmacêuticas	MD	FS/FAR

Fonte: DPP/2010.

2 Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.

Como estratégia para atingir a meta do programa de reestruturação dos cursos classificados como 3 e 4 foram adotadas diferentes providências. No ano de 2009, foi disponibilizado apoio financeiro a esses programas por meio de edital do DPP, com recurso próprio totalizando R$140.134,37.

Ainda, foi executada a política denominada de *agregativa,* incluindo-se critérios de inserção desses cursos nos editais institucionais da UnB, como os CT INFRAs (2008 e 2009) da FINEP e o edital Pró-equipamentos (2008, 2009 e 2010) da CAPES – para aquisição de equipamentos e para realização de obras.

3 Integração entre graduação e pós-graduação e entre ensino e pesquisa.

A história da Iniciação Científica (IC) na UnB não é recente. Ela se estrutura oficialmente a partir de 1994, após diversas iniciativas (ex. seminários) que buscavam, fundamentalmente, aprimorar o ensino de graduação e estreitar os laços da pós-graduação (pesquisa) com os alunos da graduação (ensino). Seis anos antes, em 1988, o CNPq já havia criado o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Isso contribuiu fortemente para impulsionar a IC em todo o Brasil.

Ao longo de 16 anos, a IC na UnB se consolidou como política institucional de fomento à pesquisa na graduação, integrando professores-pesquisadores e alunos das três grandes áreas do conhecimento: ciências da vida; artes e humanidades; e ciências exatas e tecnológicas. A consolidação da IC na UnB se expressa por meio de diversos indicadores empíricos, merecendo destaque:

- Realização de 16 Congressos de Iniciação Científica (CICs).
- Apresentação de cerca de 15 mil trabalhos nos CICs.
- Indução à produção bibliográfica.
- Participação em eventos científicos, principalmente nas Reuniões Anuais da SBPC.

O fomento à IC na UnB é uma iniciativa bem sucedida. Tal sucesso se inscreve num cenário mais global do País que tem no CNPq sua referência central.

4 Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

Os PPGs têm participado nos editais da CAPES relacionados a projetos que visem à inclusão de jovens doutores, como o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), que, além disso, busca reforçar a pós-graduação e os grupos de pesquisa nacionais, a renovação de quadros nas universidades e instituições de pesquisa para a execução de ensino em nível de pós-graduação, orientação e pesquisa.

Para tanto, encontra-se em fase de elaboração uma resolução da CPP regulamentando as atividades de pós-doutorado na UnB, diante das demandas crescentes externas junto aos PPGs da UnB. A Tabela 02.17 apresenta os PPGs da UnB que tiveram projetos aprovados no PNPD em 2009; sendo que, em 2010, apenas um projeto PNPD da CAPES foi aprovado, sendo este de PPG do IB.

Tabela 02.17:Projetos aprovados no Edital PNPD (Edição de 2009)

Unidade Acadêmica	Total
CDS (1), IB (5), IE (1), IH (1), FAV (1), FT (1), IQ (1)	11

Fonte: DPP/2010

5 Cursos de pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*) oferecidos.

Em 2010, a pós-graduação da UnB contou com 62 cursos de mestrado acadêmico em funcionamento, sete mestrados profissionais e 53 cursos de doutorado, conforme apresentado na Tabela 02.18. A lista dos cursos de pós-graduação na UnB está disponível no *site* do DPP (http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/programaspos.html), não incluídos os cursos novos aprovados ao final de 2010.

Tabela 02.18:Evolução dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e *lato sensu* na UnB, em números absolutos (2009 a 2010)

Número de Cursos de Pós-Graduação/Ano	2009	2010
Doutorado	53	53
Mestrado	62	62
Mestrado Profissional	7	7
Especialização (incluindo cursos a distância)	35	35

Fonte: SIPPOS, Portal UnB.

No mesmo período, o número de matrículas na pós-graduação evoluiu, conforme indicado na Tabela 02.19. Houve decrescimento na pós-graduação *lato sensu* (especialização), fato que pode ser explicado pelo maior controle na aprovação de novos cursos.

Tabela 02.19:Número de matrículas na Pós-Graduação, em números absolutos e percentuais (2009 – 2010)

Número de Matrículas/Ano	2009	2010
Doutorado	1.921- 21%	2.213 - 26%
Mestrado	2.778- 31%	3.389 - 41%
Mestrado Profissional	290 - 3%	170 - 2%
Especialização (incluindo cursos a distância)	4.110 - 45%	2.551 - 31%

Fonte: SIPPOS.

6 Recursos internos e externos investidos na pós-graduação.

Embora necessitando intensificar-se e ampliar-se, inclusive com o apoio de um setor dedicado exclusivamente à cooperação internacional na UnB, a pós-graduação tem participado dos editais da CAPES relacionados à inserção acadêmico-científica regional e nacional, nos seguintes eixos:

a) **Programa Nacional de Cooperação Acadêmica –** no âmbito da **Ação Novas Fronteiras (PROCAD-NF),** este Programa tem por objetivo apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada, a mobilidade docente e discente e a fixação de pesquisadores doutores nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Programa atende ao disposto no PNPG 2005-2010, que prevê ações visando à diminuição das desigualdades regionais, observadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Podem participar equipes formadas por professores e estudantes vinculados aos programas de pós-graduação recomendados pela CAPES nas instituições de ensino superior (com conceito CAPES igual ou superior a 5 no doutorado);

b) Programa Nacional de Apoio e Desenvolvimento da Botânica – PNADB – O PNADB tem por objetivo apoiar projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes instituições de ensino superior (IES), possibilitando a pesquisa interdisciplinar voltada para a caracterização de espécies botânicas e a criação de condições estimulantes à associação de projetos para incremento da formação pós-graduada na área de Botânica no País. Os projetos são apoiados por meio do financiamento de missões de estudo, missões de docência, de pesquisa e de estágio pós-doutoral. Na UnB, a participação dos PPGs nesse edital configura-se com duas aprovações em 2010.

A Tabela 02.20 apresenta os projetos e editais aprovados no biênio 2009-2010 na UnB, considerando a cooperação nacional e regional, incluindo as unidades acadêmicas envolvidas.

Tabela 02.20:Projetos aprovados em diferentes editais com as respectivas unidades acadêmicas envolvidas (Edição de 2009 – 2010)

Edital	Unidade Acadêmica	Quantidade
CAPES/PROCAD NF 2009	IQ, IB, IE, FT, IB	5
CAPES/DEB – Apoio a Projetos Extracurriculares/ novos talentos 2010	ICS	1
CAPES/PRODOC 2010	FT, ICS, IQ	3
CAPES/Pró-engenharia 2010	FT	1
	TOTAL	10

Fonte: DPP/2010.

6.1 Cooperação e Inserção Internacional

Ainda de acordo com as estratégias traçadas no PNPG 2005-2010, quando foram recomendadas a intensificação e ampliação de editais específicos para a pós-graduação, alguns dentre eles foram bastante significativos para a UnB, embora ainda esteja, em termos de participação, considerando o corpo docente qualificado da UnB. No período em exame, a UnB teve aprovadas 11 propostas em diferentes editais da CAPES, conforme apresentado na Tabela 02.21.

Tabela 02.21:Projetos aprovados em diferentes editais com as respectivas unidades acadêmicas envolvidas (Edição 2009 – 2010)

Edital	Unidade Acadêmica	Quantidade
EAE-Escola de Altos Estudos 2010 (diversos países)	Ceppac (1), CDS (1), IF (1), IH (1)	4
PROBRAL 2009 (Alemanha)	FS	2
MINCYT 2009 (Argentina)	FE	1
COFECUB 2010 (França)	IB, IQ	2
NUFFIC 2010 (Holanda)	IB	1
DGU (Espanha)	IE	1
	TOTAL	11

Fonte: DPP/2010.

Ainda de acordo com as recomendações do PNPG 2005-2010, que destacou a necessidade de estimular a cooperação internacional por intermédio das universidades, com a institucionalização do intercâmbio entre alunos e professores, e um estreitamento dos vínculos da graduação e da pós-graduação, bem como a inserção social, a UnB participou do Programa de Incentivo à Formação Científica de estudantes de Cabo Verde e Moçambique, e recebeu nos meses de agosto e setembro, quatro estudantes de Cabo Verde, nesse programa financiado pela CAPES, sendo envolvidos os PPGs em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (IP) e História (IH).

Resultante de um convênio entre a Universidade de Brasília e a Fundação Casa das Ciências do Homem de Paris, a Cátedra Charles Morazé foi criada na UnB em 2007. Em 2010, por meio de um acordo entre o Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação e a Embaixada da França, a UnB recebeu o Professor francês Johann Chapoutot da Universidade de Grenoble II. Durante a estadia dele na UnB, nos meses de novembro e dezembro, o Professor exerceu atividades acadêmico-científicas no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) e no Programa de Pós-Graduação em História.

6.2 Captação de Recursos

As principais agências de fomento para projetos institucionais são a FINEP, por meio dos editais CT-INFRA e, a CAPES, por meio do edital Pró-equipamentos, sendo o primeiro voltado para aquisição de equipamentos de médio e grande porte, além de obras, e o segundo para aquisição de equipamentos de médio e pequeno porte.

Desde a posse da nova gestão, foram captados recursos conforme apresentados na Tabela 02.22. Pode-se perceber aumento nos recursos obtidos durante o biênio 2008 e 2009, sendo que deverá aumentar ainda mais no ano de 2010. Vale ressaltar que todas as unidades acadêmicas podem participar dos referidos editais, propondo projetos, tendo sido estes avaliados por comissão externa à UnB, composta por pesquisadores de outras instituições, com reconhecido mérito acadêmico e nas áreas de pesquisa respectiva as propostas.

Tabela 02.22:Recursos aplicados e obtidos em editais institucionais da UnB

EDITAIS	2008	2009	2010
CT-INFRA	8.764.672,00	8.958.053,00	Edital vigente - projeto institucional em elaboração
CT-INFRA NOVOS *CAMPI*		Não teve	1.092.126,00
Pró-equipamentos	1.998.523,06	1.939.249,80	1.999.999,02
Total (R$)	10.763.195,06	10.897.302,80	3.092.125,02

Fonte: DPP/2010.

7 Avaliação dos cursos de pós-graduação conceito CAPES.

A Avaliação dos PPGs ocorre por meio do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Como resultado desse processo, tem-se a atribuição de notas de 1 a 7, as quais fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre a renovação de reconhecimento, ou não, a vigorar no triênio subsequente.

- ✓ Avaliação trienal CAPES 2010.

Um dos objetivos do Programa UnB Século XXI foi o de aperfeiçoar o apoio aos PPGs, objetivando maior eficiência na proposição, aprovação e desenvolvimento de projetos de pesquisa em todas as áreas de conhecimento, assessorando e incentivando os PPGs. Um dos aspectos desse aperfeiçoamento é o acompanhamento sistemático dos Programas, incluindo o processo de avaliação, por meio do Coleta CAPES.

Coincidindo com parte do mandato da gestão atual, a avaliação trienal compreendeu os anos de 2007 a 2009, sendo o resultado divulgado em setembro de 2010. O DPP, por meio de sua Diretoria de Pós-Graduação, visando ao aprimoramento da coleta de dados e preenchimento das fichas de avaliação pelos Programas, participou de treinamento na CAPES em fevereiro de 2010 e, no mesmo mês, promoveu um treinamento das secretarias e dos coordenadores de cursos de pós-graduação, além de orientar os programas em todo o processo até o envio dos arquivos para a CAPES.

O Quadro 02.07 apresenta a evolução da avaliação trienal da CAPES dos PPGs da UnB, as quais foram realizadas nos triênios 2001/2003, 2004/2006 e 2007/2009. Pode-se observar, pela coluna de variação, que a última avaliação trienal (2007/2009), comparada à penúltima (2004/2006), apresentou resultado favorável, tendo 13 programas que aumentaram de nota, 37 programas que mantiveram sua avaliação, e 11 programas que reduziram sua avaliação. Nesse resultado, já estão considerado os recursos enviados à CAPES, os quais apresentaram resultado favorável à manutenção da nota ou aumentando-a, como foi o caso do programa de Fitopatologia do Instituto de Biologia, que aumentou de 4 para 5.

Quadro 02.07: Evolução da Avaliação Trienal da CAPES (2001/2003 – 2004/2006 – 2007/2009)

CURSO	Avaliação									Variação
	01/03			04/06			07/09			
	M	D	P	M	D	P	M	D	P	
Administração	4			4	4	4	5	5	3	▲
Agronegócios	3			4	-	-	3	-	-	▼
Agronomia				4	4	-	4	4	-	=
Antropologia	7	7		7	7	-	7	7	-	=
Arquitetura e Urbanismo	4	4		3	3	-	4	4	-	▲

CURSO	Avaliação									Variação
	01/03			04/06			07/09			
	M	D	P	M	D	P	M	D	P	
Arte	4			4	4	-	4	4	-	=
Bioética				4	4	-	4	4	-	=
Biologia Animal	4	4		5	5	-	4	4	-	▼
Botânica	4			4	4	-	4	4	-	=
Ciência Política	4			4	4	-	5	5	-	▲
Ciências Animais				4	4	-	4	4	-	=
Ciências Biológicas (Biologia Molecular)	5	5		6	6	-	6	6	-	=
Ciência da Informação	5	5		4	4	-	5	5	-	▲
Ciências da Saúde		4		5	5	-	4	4	-	▼
Ciências do comportamento				5	5		4	4	-	▼
Ciências Florestais	4	3		4	4	-	4	4	-	=
Ciências Mecânicas	4	4		4	4	-	4	4	-	=
Ciências Médicas	4	4		3	3	-	4	4	-	▲
Comunicação	4	4		4	4	-	4	4	-	=
Contabilidade – UnB – UFPB – UFRN	4			4	4	-	4	4	-	=
Desenvolvimento Sustentável	5	5	5	5	5	3	5	5	3	=
Direito	5	3		5	5	-	5	5	-	=
Ecologia	5	5		5	5	-	5	5	-	=
Economia	5	5	5	6	6	4	5	5	4	▼
Educação	4	3		4	4	-	4	4	-	=
Educação Física				3	-	-	3	-	3	=
Engenharia Elétrica	4	4		4	4	3	3	3	4	▼
Ensino de Ciências			3	-	-	3	-	-	4	▲
Estatística				3	-	-	3	-	-	=
Estruturas e Construção Civil	5	5		4	4	-	5	5	-	▲
Estudos Comparados sobre as Américas	4	4		4	4	-	3	3	-	▼
Filosofia	3			3	-	-	3	-	-	=
Física	5	5		5	5	-	5	5	-	=
Fitopatologia	5	5		4	4	-	5	5	-	▲
Geociências Aplicadas				4	4	-	4	4	-	=
Geografia	3			4	-	-	4	-	-	=
Geologia	6	6		6	6	-	6	6	-	=
Geotecnia	6	6		6	6	-	6	6	-	=
História	4	4		5	5	-	4	4	-	▼
Informática	3			3	-	-	4	-	-	▲
Linguística	4	4		4	4	-	4	4	-	=
Linguística Aplicada	3			3	-	-	3	-	-	=
Literatura	4	4		4	4	-	5	5	-	▲
Matemática	6	6		6	6	-	6	6	-	=
Medicina Tropical	4	4		4	4	-	3	3	-	▼
Música	3			3	-	-	3	-	-	=
Nutrição Humana	3			4	4	-	4	4	-	=
Patologia Molecular	4	4		4	4	-	5	5	-	▲
Política Social	5	5		5	5	-	5	5	-	=
Processo do Desenv. Humano e Saúde				5	5	-	4	4	-	▼
Psicologia Clínica e Cultura				4	4	-	4	4	-	=
Psicologia Social do Trabalho e das Organizações				5	5		5	5	-	=
Química	4	4		5	5	-	5	5	-	=
Regulação e Gestão de Negócios				-	-	3	-	-	3	=
Relações Internacionais	4	4		5	5	-	6	6	-	▲
Saúde Animal				3	-	-	4	-	-	▲
Sistemas Mecatrônicos	3			4	4	-	4	4	-	=
Sociologia	5	5		5	5	-	5	5	-	=
Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos	5	5		4	4	-	4	4	-	=
Transportes	5	4		5	5	-	4	4	-	▼
Turismo						3	-	-	3	=

Fonte: DPP/2010. Legenda: M – Mestrado Acadêmico; MP – Mestrado Profissionalizante; D – Doutorado. ***Conceitos:*** *a partir de 199196/97 –* ***7, 6, 5, 4, 3, 2 e 1*** *– para programas de pós-graduação e cursos de doutorado isolados. Os cursos de Mestrado isolados são avaliados de 1 a 5. Programas e cursos recomendados pela CAPES devem ter no mínimo conceito 3.*

8 Aspectos positivos e avanços.

A UnB possui pós-graduação consolidada e reconhecida nacional e internacionalmente e possui, também, corpo docente com excelente formação. Os programas de pós-graduação abrangem amplo espectro de áreas do conhecimento, traduzidos na variedade contemplada. Possui razoável inserção internacional.

Após a divulgação do resultado da avaliação trienal, em 15/9/2010, o DPP promoveu, conjuntamente com a CPP, uma série de reuniões preparatórias com os programas, divididos por conceitos, cuja programação teve início no dia 27 de setembro e foi concluída no dia 8/11/2010. Além de assessorar os programas que tiveram seus conceitos rebaixados para a elaboração de recursos, a programação das reuniões preparatórias teve por objetivo preparar para o seminário ampliado para debater a avaliação trienal 2007/2009, o qual foi denominado de I Seminário de Avaliação da Pós-Graduação da UnB, realizado de 6 a 9/12/2010 pelo DPP. Os resultados das avaliações dos grupos de trabalho no seminário estão disponíveis no *site* do DPP (http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/avpg.html).

9 Aspectos que merecem atenção.

- Persistência dos problemas relacionados à infraestrutura tecnológica e de laboratórios, secretarias e recursos humanos na área administrativa.
- Ausência de incentivo monetário para a função de coordenador.
- Baixa integração entre coordenadores de pós, comissão de pós e colegiados.
- Ausência de planejamento das atividades inerentes aos programas.
- Desconhecimento e/ou resistência dos PPG em relação à regulamentação interna da UnB.
- Sistema muito burocratizado, que provoca aumento dos processos de trabalho.
- Inserção internacional prejudicada pela ausência de política institucional que promova transformação na assessoria internacional. A estrutura atual desta não comporta os novos desafios impostos nesse domínio.
- Visibilidade da UnB na *web* está comprometida, pois o portal é apenas em português.
- Baixa agilidade dos programas de pós-graduação na gestão dos recursos programas das Agências de Fomento, pois a delegação de competência aos

colegiados dos programas, como preconizado pelo PNPG 2005 – 2010, ainda não foi suficientemente implementada.

- A fragilidade da agência de apoio à pesquisa do DF (FAP-DF), sujeita às atribulações cada vez mais constantes da política do GDF, diminui as chances dos pesquisadores da UnB em relação aos estados em que essas agências já estão consolidadas e asseguram uma parte significativa das verbas para projetos.
- Falta de revisão do Regulamento da Pós-Graduação da UnB, particularmente quanto à orientação acerca dos créditos, conforme recomendado pelo PNPG 2005-2010, o qual sugere “redefinição do papel do mestrado”, de modo a “reforçar a iniciação científica na formação de pesquisador, sugerindo-se a atribuição de créditos às atividades que resultem em produção científica ou tecnológica.
- Baixa liderança da UnB na região Centro-Oeste e mesmo na região Norte, a qual melhoraria muito com maiores incentivos aos MINTER e DINTER, que ainda são poucos, bem como às redes.
- Falta de avaliação institucional do impacto do REUNI na pós-graduação.
- Falta de avaliação da participação da UnB na formação de quadros para o governo federal, em áreas estratégicas, incluindo a social.

Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio

> O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só o mérito cientifico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico, que tenham sentido de cidadania pública (...) Que a Universidade não dê razão ao mercado se e quando ele se impõe como razão da sociedade, que a Universidade não seja motor de globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana. (Dias, Sobrinho, 2005, p 172-173).

1 A Responsabilidade social da Instituição em relação à inclusão social

A Universidade de Brasília iniciou suas atividades acadêmicas em 21/4/1962 para ampliar oportunidades de educação; instituir novas orientações profissionais demandadas pela economia brasileira e assessorar o poder público em todas as áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento técnico-científico do País (FUB, 1962).

Ao longo dos anos, a UnB orientou seu trabalho tanto para promover o conhecimento científico quanto para propiciar o atendimento às necessidades da população do Distrito Federal e região do entorno para contribuir na formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos potenciais econômicos e ambientais da região Centro-Oeste. No entanto, o crescimento populacional do Distrito Federal e dos municípios vizinhos evidenciou o impacto restrito da proposta original de atuação, limitada à centralização de atividades na área do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, no simples aumento do número de vagas e na atuação pontual na comunidade, com base apenas na implementação de projetos de extensão. Assim, o projeto original da UnB só pode ser efetivamente concretizado na medida em que a Instituição estiver mais próxima à população residente, inclusive fisicamente. Diante da necessidade de ampliação do acesso à UnB, passou a atuar descentralizadamente, maximizando o impacto de suas atividades no

processo de desenvolvimento e contribuindo para a diminuição das desigualdades locais e regionais ao instalar novos *campi*.

A escolha das localidades para instalação dos novos *campi* foi resultado do estudo do nível de desenvolvimento e das características econômicas e demográficas das unidades integrantes das Regiões Administrativas do Distrito Federal e municípios de Goiás e de Minas Gerais. Assim sendo, a expansão da UnB representa a criação de espaço de desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural para atender, no mínimo, população estimada entre 4.800 e 8.040 pessoas, configuradas no Projeto de Expansão da Instituição.

2 A Diretoria de Desenvolvimento Social e a Assistência Estudantil na Universidade de Brasília

A Política de Assistência Estudantil destinada aos estudantes de cursos de graduação presenciais e pós-graduação na Universidade de Brasília (UnB) é norteada pelos preceitos constitucionais, cujas ações visam a minimizar as desigualdades sociais e econômicas existentes entre os estudantes da educação superior.

A Política de Assistência aos estudantes de graduação é regida pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto n. 7.234/2010, de 19/6/2010. O objetivo do PNAES é diminuir as assimetrias de oportunidades entre todos os estudantes e cooperar para a qualidade do desempenho acadêmico, a partir de mecanismos de contenção da evasão e repetição em virtude da situação socioeconômica (Brasil, 2007; Brasil, 2010). A efetivação do PNAES acontece por meio das ações de assistência estudantil desenvolvidas em conjunto com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Segundo o PNAES, denominam-se ações de assistência estudantil os empreendimentos executados nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Na Universidade de Brasília, a Política de Assistência Estudantil é de responsabilidade do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) e da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS).

A DDS tem a competência de assessorar o DAC na coordenação, no planejamento, na execução, no gerenciamento, no monitoramento e na avaliação dos programas e dos projetos de prestação de serviços sociais à comunidade universitária desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Estudantil.

Para melhor executar a Política de Assistência Estudantil, a DDS/DAC desenvolve ações por meio dos seguintes serviços: Serviço de Programas de Desenvolvimento Social (SPS), Serviço de Moradia, composto pela Divisão de Manutenção de Apartamentos de Trânsito (DMAT) e pelo Serviço de Moradia Estudantil de Graduação e de Pós-Graduação. Ademais, conta com o apoio de uma secretaria e de uma assessoria técnica.

2.1 Serviços Vinculados à DDS/DAC

a) Serviço de Programas de Desenvolvimento Social

É o setor responsável por acolher os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade. O acesso à política de assistência estudantil delineia mecanismos necessários à inclusão do estudante no espaço acadêmico e social, assegurando meios para o bom desempenho acadêmico e evitando a retenção e a evasão desses estudantes de modo a garantir sua integração à vida universitária.

b) Serviço de Moradia Estudantil (SME)

Auxilia a DDS/DAC na administração da Casa do Estudante Universitário (CEU) de graduação e de pós-graduação. O SME conta com um setor de serviço social caracterizado como espaço aberto aos estudantes moradores da CEU cuja função é prestar informações, orientações e realizar encaminhamentos para a rede social de apoio.

c) Serviço de Divisão e de Manutenção de Apartamentos de Trânsito e Apartamentos para Convênios – Estudantes de Intercâmbio Internacional

O Programa de Moradia da UnB é destinado também aos visitantes, professores, técnicos, palestrantes, pesquisadores, conferencistas, participantes de eventos oriundos de outras instituições de ensino superior que vêm à Brasília por interesse institucional e aos estudantes convênio, exceto os estudantes Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), que são encaminhados pela Assessoria de Assuntos internacionais (INT) dentro de uma política de moradia e integração.

Para acolher os visitantes que demandam por hospedagem, a Universidade disponibiliza 52 vagas em sete Apartamentos de Trânsito, localizados no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. A distribuição dessas vagas é coordenada pela DDS com o auxílio do Serviço Administrativo do DMAT, que gerencia a manutenção desses apartamentos e dos apartamentos destinados aos estudantes convênio. O DMAT realiza os encaminhamentos e o

controle das solicitações realizadas pelas unidades acadêmicas e órgãos da UnB. Durante o período de janeiro a 15 de outubro de 2010, foram atendidos 793 visitantes.

2.2 Programas, Projetos e Atividades Desenvolvidos pela DDS/DAC

a) Acolhimento Individual;

Nos Serviços da DDS/DAC, acolhem-se os estudantes que necessitam de assistência estudantil ou de atendimento social. O acolhimento é um dos principais processos de trabalho da DDS/DAC, fundamentado nos princípios da integralidade, da equidade, dos direitos e da justiça social. Ou seja, o acolhimento perpassa a objetividade da prática de atendimento, a fim de buscar estratégias de resolutividade das demandas dos estudantes, acionando a rede social de apoio interna e externa.

Os acolhimentos e os atendimentos sociais acontecem de forma descentralizada nos quatro *campi* da UnB: Darcy Ribeiro/Plano Piloto, Ceilândia, Gama e Planaltina por profissionais de Serviço Social. Enfatiza-se que o fluxo de atendimento tem crescido em decorrência do REUNI e das diferentes formas de acesso à Universidade. Estima-se aproximadamente 250 acolhimentos por semana em todos os *campi.*

b) Programa Bolsa Alimentação;

Permite ao estudante acesso a uma alimentação saudável e de baixo custo em restaurante dentro da Universidade. O Programa é desenvolvido em parceria com o Restaurante Universitário (RU) e consiste na concessão de subsídio nos preços das refeições servidas: café da manhã, almoço e jantar. Os estudantes obtêm o desconto com base no processo de análise socioeconômica:

- Grupo I – 80% de desconto referente ao valor pago pelo grupo não prioritário (R$2,50) – valor por refeição R$0,50 (cinquenta centavos).
- Grupo II – 60% de desconto referente ao valor pago pelo grupo não prioritário (R$2,50) – valor por refeição R$1,00.

O quadro abaixo apresenta o quantitativo de refeições servidas no Restaurante Universitário para os Grupos I e II:

Grupo	Desjejum	Almoço	Jantar	Total
Grupo I	5.047	39.609	16.372	61.028
Grupo II	1.407	23.093	8.093	32.593
Total	6.454	62.702	24.465	93.621

Os estudantes PEC-G e os estudantes indígenas que ingressaram na Universidade por meio do Convênio de Cooperação n. 001/2004, celebrado entre a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Nacional do Índio, também têm direito à Bolsa Alimentação, pagando, respectivamente, R$1,00 e R$0,50, conforme acordado com a Reitoria.

Enfatiza-se que a produção das refeições do RU é supervisionada por nutricionistas os quais priorizam cardápio balanceado e com opção também para vegetarianos e pessoas que necessitam de alguma alimentação especial.

c) Programa Auxílio-Alimentação;

Fundamentado nos princípios da isonomia e da igualdade de condições de permanência na Universidade, foi instituído, em maio de 2009, o Programa Auxílio-Alimentação, em forma de pecúnia, no valor mensal de R$ 240,00, com a finalidade de proporcionar mesma política de alimentação aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica dos três novos *campi:* Ceilândia, Gama e Planaltina, que ainda não contam com restaurante universitário. Em atendimento a uma demanda dos estudantes, houve em 2011 aumento do valor do auxílio para R$304,00.

Número de Estudantes Atendidos pelo Programa Auxílio-Alimentação em 2010	
Ceilândia	103
Gama	68
Planaltina	224

d) Programa Bolsa Permanência;

Tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais entre os estudantes de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica assegurando a permanência e a diplomação na Universidade. A concessão do benefício está condicionada ao desenvolvimento de 15 horas semanais de atividades de natureza acadêmica, cultural, técnica e artística nas Unidades/Órgãos da UnB, prioritariamente vinculadas à área de formação acadêmica do estudante. A bolsa é repassada em forma de pecúnia, no valor mensal de R$465,00.

Muitas modificações durante o ano de 2010 foram realizadas no Programa visando um caráter pedagógico, em que os estudantes foram efetivamente vinculados a projetos que condizem com a sua área de formação acadêmica. Tendo em vista a valorização do estudante, foi retirado o caráter de trabalho da bolsa e instituindo-a como aprendizado e possível iniciação científica dos estudantes.

O programa está sendo reestruturado e existe a previsão de outras modificações para o ano de 2011: o desenvolvimento de 15 horas semanais de atividades será reduzido para 12 horas semanais vinculadas à área de formação acadêmica do estudante com intuito de otimizar o tempo de dedicação aos estudos. Para efeito de pagamento, o professor responsável pelo Projeto encaminhará ao SPS/DDS, bimestralmente, um Relatório de Participação dos Bolsistas, documento a ser preenchido pelo professor e pelo bolsista em substituição à folha de frequência mensal. O Programa será constituído a partir de um saber sistematizado tendo em vista a produção de ciência em que o estudante se torne protagonista do seu aprendizado.

Número de Bolsas Pagas em 2010 para Todos os *Campi*	4816

e) Programa Moradia Estudantil;

Oferece residência temporária aos estudantes de graduação e de pós-graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente com famílias residentes fora do Distrito Federal. O Programa é composto pela Casa do Estudante Universitário de Graduação (CEU-GR) e pela Casa do Estudante da Pós-Graduação (CEU-POS).

f) Programa Vale-Livro;

O Programa Vale-Livro é desenvolvido em parceria com a Editora UnB, possibilitando ao estudante adquirir materiais pedagógicos publicados pela Editora. Consiste na liberação para estudantes cadastrados no SPS/DDS/DAC de cinco vales por semestre que dão direito a 10% de desconto, além do desconto de 40% já oferecido a toda comunidade acadêmica.

Número de Vales Concedidos em 2010	225

g) Bolsa Social Emergencial;

Destinada aos estudantes de graduação em situação inesperada de vulnerabilidade social ou econômica que coloca em risco a sua permanência e diplomação na Universidade. A Bolsa Social Emergencial é concedida pela DDS/DAC após parecer social emitido por profissional de Serviço Social e constatação do caráter de urgência. O benefício é concedido em forma de pecúnia, no valor de R$465,00 mensais, por período de até três meses, podendo ser prorrogável em casos excepcionais;

Estudantes beneficiados em 2010	26

h) Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnico-científicos, Culturais e Políticos;

Criado em outubro de 2010, o Programa tem por objetivo apoiar a participação em eventos e cursos técnico-científicos, culturais e políticos dos estudantes de graduação que participam de um ou mais programas da Política de Assistência Estudantil desenvolvidos pela DDS/DAC.

Estudantes beneficiados em 2010	19

i) Programa de Apoio à Participação em Competição em Eventos Esportivos;

Criado em outubro de 2010, o Programa tem por objetivo apoiar a participação em competição em eventos esportivos dos estudantes de graduação que participam de um ou mais programas da Política de Assistência Estudantil desenvolvidos pela DDS/DAC.

Estudantes beneficiados em 2010	04

j) Canal de Comunicação com a Comunidade Acadêmica.

A DDS/DAC criou em 2010 novo canal de comunicação com a comunidade acadêmica, o Serviço de Atendimento ao Estudante disponível através do *e-mail*: saedds@unb.br. Por meio desse Serviço, a comunidade acadêmica pode tirar dúvidas, realizar reclamações e sugestões a respeito dos programas oferecidos no âmbito da Política de Assistência Estudantil da Universidade.

3 Critérios adotados pela Instituição para ampliar o acesso, inclusive dos portadores de necessidades especiais (PPNE)

O Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade de Brasília (PPNE) foi criado em 1999, vinculado à Vice-Reitoria, após diversas discussões a respeito do ingresso e das condições de permanência do estudante com necessidades especiais na Universidade. Seu objetivo é estabelecer política permanente de atenção às pessoas com necessidades especiais na UnB e assegurar sua plena integração à vida universitária.

As atividades desenvolvidas pelo PPNE visam propiciar e garantir condições para o desenvolvimento acadêmico dos alunos com necessidades especiais por meio da consolidação de uma rede de apoio da Universidade e da garantia de uma prática cidadã na comunidade universitária. Os objetivos do PPNE, conforme descrito na Resolução do CEPE n. 48/2003, de 12/9/2003, são:

- Propiciar e garantir a igualdade de condições para o desempenho acadêmico dos portadores de necessidades especiais.
- Articular juntamente com a Faculdade de Educação da UnB a formação de profissionais especializados em educação especial e apoiar o desenvolvimento de pesquisa e trabalho nesta área.
- Socializar o acesso e a permanência dos alunos PNEs na UnB, promovendo uma política de boa convivência universitária, que favoreça a integração e a formação de cidadãos plenos.
- Propor a eliminação de barreiras arquitetônicas no *Campus* Universitário.
- Orientar e apoiar os Colegiados de Curso na adequação curricular para atender às especificações dos PNEs.
- Orientar, informar e emitir parecer substanciado, visando análise e decisão dos Órgãos Colegiados.

O PPNE orienta suas atividades pelo marco legal da Constituição Federal, da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Na UnB, a Resolução do CEPE n. 48/2003, de 12/9/2003, dispõe acerca dos direitos acadêmicos de alunos regulares de graduação e pós-graduação com necessidades especiais.

O público-alvo do PPNE são pessoas com:

- Necessidade especial temporária, tais como gestantes, lactantes, pessoas com doenças contagiosas, com membros engessados, obesos, pacientes em pós-operatório ou com eventual problema clínico, idosos, etc.
- Pessoa com deficiência ou necessidade educativa especial, como deficiência física, auditiva e visual, paralisia cerebral, portadores de síndromes, dislexia, déficit de atenção e hiperatividade etc.

No primeiro semestre de 2010, houve o ingresso no PPNE de sete estudantes de graduação, sendo um deles aluno especial e três estudantes regulares de pós-graduação, além de uma aluna especial de pós-graduação. Dessa forma, foram atendidos no total 59 alunos de graduação e sete de pós-graduação. Já no segundo semestre de 2010, sete estudantes de graduação e um aluno de pós-graduação foram cadastrados no Programa. Ao todo foram atendidos 59 alunos de graduação e oito de pós-graduação.

3.1 Programa de Tutoria Especial – PTE (Resolução CEPE n. 10/2007)

O Programa foi homologado em abril de 2007 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB e ocorreu de forma experimental de 2003 a 2006. Tem por principais objetivos:

- Oferecer apoio acadêmico a estudantes com necessidades educacionais especiais cadastrados no PPNE.
- Promover a participação efetiva dos estudantes com necessidades especiais em todas as atividades e segmentos da Universidade.
- Proporcionar ao estudante universitário a oportunidade de uma formação acadêmica sintonizada com a perspectiva da sociedade inclusiva.

Esse Programa contribui para descentralizar as ações de apoio do PPNE, o que, em consequência, torna o apoio mais ágil e eficaz. Como ação política, propicia a socialização de ações práticas, possibilitando inclusão viável.

A Tutoria Especial recebe o apoio do Decanato de Graduação (DEG) e está baseada na tríade aluno com necessidades especiais (tutorado), estudante colaborador (tutor especial) e o professor da disciplina. O professor da disciplina e o respectivo departamento têm papéis-chave nesse trabalho. O PPNE tem trabalhado no planejamento de ações que visem à atuação e o envolvimento dos professores diretamente nas atividades do Programa.

Os tutores especiais são os colegas de turma que têm por função apoiar o tutorado dentro e fora de sala de aula e providenciar adaptações de material didático. Os tutores recebem remuneração pelo seu trabalho, desde que não possuam outra bolsa dentro da Universidade, além da concessão de dois créditos em seu histórico escolar. No primeiro semestre de 2010, sete estudantes de graduação receberam esse tipo de apoio de 25 tutores especiais, e no segundo semestre de 2010, 14 estudantes de graduação e uma estudante da pós-graduação receberam apoio de 42 tutores especiais.

O Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV) proporciona aos tutores especiais de estudantes com deficiência visual capacitação e subsídios para planejar, organizar e tornar operáveis as ações de apoio especializado aos alunos tutorados e aos seus professores. O PTE também conta com o apoio de especialistas em outras áreas de necessidades educacionais especiais, tais como dislexia, TDAH e deficiência auditiva.

Os estudantes podem contar, ainda, com a Biblioteca Digital e Sonora da Biblioteca Central da UnB, que disponibiliza obras do seu acervo bibliográfico adaptadas de forma digital e sonora segundo as normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Sendo assim,

amplia o acesso aos meios de comunicação visual e impressos, especialmente material pedagógico e literário, contribuindo para o incremento da produção cultural e acadêmica de pessoas com deficiência visual.

3.2 Cursos e seminários

O PPNE visa à capacitação e formação de profissionais especializados em educação especial. Em 2010, o PPNE realizou os seguintes cursos e seminários:

- Módulo "Deficiência, acessibilidade e educação em saúde" na Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário de Brasília;
- Participação no Curso de Formação de Coordenadores de Aplicação de Eventos do CESPE/UnB;
- Apoio na organização do VI Fórum Senado Debate Brasil: Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência: uma Constituição viva e cidadã, realizado nos dias 8 e 9 de dezembro.

3.3 Acessibilidade física no *Campus*

O PPNE busca, conjuntamente com a Prefeitura do *Campus*, democratizar o espaço físico da UnB e equacionar tecnicamente o problema da acessibilidade, por meio do planejamento, elaboração de diagnósticos e execução de projetos arquitetônicos e paisagísticos para adaptação, eliminação e supressão de barreiras arquitetônicas existentes.

O PPNE buscou constituir um grupo de trabalho junto à Prefeitura do *Campus* para planejamento de ações de acessibilidade. Dentre as ações já desenvolvidas no que tange à acessibilidade física no *Campus* estão:

- Elaboração de diagnóstico acerca da acessibilidade física nos *campi* Darcy Ribeiro, Ceilândia, Gama e Planaltina, com propostas de modificação.
- Discussão sobre acessibilidade física nos projetos das novas edificações dos *campi*.
- Implantação da reserva de vagas em todos os estacionamentos para pessoas com deficiência e pessoas com mais de 60 anos e construção de vias de acesso para pedestre com rebaixamento de meio-fio.
- Recuperação e construção de novas calçadas.

- Reforma e construção de banheiros adaptados para pessoas com deficiência na Faculdade de Educação, Faculdade de Tecnologia, Prédio do Multiuso II, ICC e Faculdade de Ciências da Saúde.
- Instalação de elevadores no Instituto Central de Ciências (ICC) e construção de rampas de acesso ao subsolo.
- Instalação de elevador na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação.
- Construção de rampa externa na entrada da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) e de rampa interna para acesso ao Auditório da FS.
- Adaptação física da Biblioteca Central dos Estudantes (BCE) por meio de pisos táteis, instalação placas em Braille e instalação de cabines de gravação e audição para a Biblioteca Digital e Sonora (BDS).
- Instalação de rampa metálica no Centro Comunitário Athos Bulcão.

Além disso, conta com um veículo para transporte de pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção nos trajetos realizados dentro do *campus* universitário, com motorista devidamente capacitado. Em 2010, iniciou-se o processo de compra de um carro devidamente adaptado para o transporte de estudantes com deficiência internamente no *campus*.

3.4 Ações contínuas:

- A equipe do PPNE realiza acompanhamento acadêmico aos estudantes com necessidades especiais por meio da orientação aos estudantes no período de matrícula e acompanhamento do seu rendimento acadêmico de modo a prevenir situações de evasão e desligamento da Universidade.
- O Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV) da Faculdade de Educação possibilita o acesso a materiais e equipamentos adaptados para pessoas com deficiência visual, como impressão em tipo ampliado e braille, utilização de ferramentas e recursos computacionais, gravação de áudio e recursos de acessibilidade. Esses atendimentos são dirigidos aos estudantes e pessoas da comunidade com deficiência visual, alunos dos cursos de extensão, professores e funcionários dos departamentos e unidades universitárias.
- O PPNE colabora com o desenvolvimento de projetos e pesquisas sobre ensino, aprendizagem e acessibilidade para pessoas com deficiência. O Projeto “Ensino de

Química para alunos com deficiência visual" é um exemplo de parceria entre o Instituto de Química, a Faculdade de Educação e o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual, sob coordenação dos Professores Gerson de Souza Mol e Patrícia Neves Raposo. Esse projeto busca desenvolver metodologia de ensino de Química para alunos cegos e com baixa visão por meio da adaptação de recursos didáticos e experimentos. A equipe conta com o apoio de estudantes de Química e alunos deficientes visuais matriculados em escolas do ensino médio do Distrito Federal.

- O PPNE, em parceria com a Pós-Graduação em Linguística (PPGL), ajuda a selecionar os profissionais intérpretes de libras para realizar a tradução simultânea nas aulas dessa Pós-Graduação, bem como acompanha os alunos surdos no *campus*, quando necessitam de interpretação fora do horário de aula ou na ausência dos intérpretes contratados. Outro suporte do PPNE às pessoas surdas é o atendimento aos alunos do curso Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Polo UnB, que procuram o Programa quando necessitam de um intérprete dentro do *campus*.
- Trabalho de divulgação e conscientização acerca das ações do PPNE visa a desmistificar questões relacionadas às pessoas com deficiências e publicizar na comunidade universitária o Programa e atividades desenvolvidas.
- Formação técnica e científica da equipe por meio da participação em Congressos e Conferências, a saber: III Congresso Brasileiro de Psicologia: ciência e profissão, realizado no período de 3 a 7 de setembro de 2010, em São Paulo, SP; IV Encontro das IES Inclusivas, realizado nos dias 8 a 10 de setembro de 2010, em Belo Horizonte, MG, I Encontro e X Jornada de Produção Científica do curso de Psicologia da PUC-GO, realizado nos dias 27 a 30 de setembro de 2010, em Goiânia, GO.

3.5 Projetos em desenvolvimento:

- O PPNE, junto à Prefeitura do *Campus*, planejou a construção de novas vias de acesso do ICC à BCE que visam atender as normas técnicas da ABNT e garantir acessibilidade à comunidade universitária.
- Implantação de laboratório com tecnologia assistiva com recursos provenientes do Projeto Incluir 2009.

4 Políticas de contratação de pessoal (docentes e técnicos-administrativos) com necessidades especiais

A política de contratação de pessoal (docente e técnicos-administrativos) da Universidade de Brasília segue o que preceitua a Lei n. 8.112/1990, de 11/12/1990, art. 5º, § 2º:

> §2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Dessa forma, segue abaixo a relação dos 54 servidores portadores de necessidades especiais da UnB.

Levantamento de Dados sobre Empregabilidade de Pessoas com Deficiência			
Órgão/Empresa:	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA		
Responsável pelas informações:	SISTEMA DE PESSOAL – SIPES		
E-mail:	gilcastarling@unb.br		
Telefone:	(61) 3307-2902	Data das informações:	24/9/2010

1. Número de pessoas com deficiência trabalhando no órgão/empresa			
Deficiência	**Homem**	**Mulher**	**Total**
a) Deficiência física	5	2	7
b) Deficiência visual	93	28	121
c) Deficiência auditiva	2	0	2
d) Deficiência intelectual	2	0	2
e) Deficiência múltipla	0	0	0
f) Outras Deficiências	36	10	46
Total:	**138**	**40**	**178**

Administrador	Superior	3
Administrador de Edifícios	Médio	1
Analista de Tec. Informação	Superior	1
Arquivista	Superior	1
Assistente em Administração	Médio	17
Auxiliar de Cozinha	Auxiliar	1
Auxiliar em Administração	Médio	1
Bibliotecário/Documentalista	Superior	4
Contínuo	Auxiliar	1
Engenheiro/Área	Superior	1
Motorista	Auxiliar	1
Op Estação Trat. Água e Esgoto	Auxiliar	1
Op de Maquina Copiadora	Médio	1
Porteiro	Auxiliar	2
Produtor Cultural	Superior	1
Professor Magistério Superior	Superior	116
Psicólogo/Área	Superior	3
Recepcionista	Auxiliar	1
Secretário-Executivo	Superior	2
Técnico de Laboratório/Área	Médio	1
Técnico Desportivo	Superior	1
Técnico em Artes Gráficas	Médio	2

Técnico em Assuntos Educacionais	Superior	4
Técnico em Audiovisual	Médio	1
Técnico em Cinematografia	Médio	1
Técnico em Educação Física	Médio	1
Técnico em Eletrônica	Médio	2
Técnico em Móveis e Esquadrias	Médio	1
Vigilante	Médio	5
		178

		% do total
total geral TA ativos	**2520**	
nível superior	21	0,83%
nível médio	34	1,35%
nível auxiliar	7	0,28%
total TA	62	2,46%

		% do total
total geral prof ativos	**2101**	
Professor	116	5,52%

		%do total
total geral servidores ativos FUB	4621	
total geral prof. ativos	**2101**	45,47%
total geral TA ativos	**2520**	54,53%
total geral servidores com deficiência	178	3,85%

5 Desenvolvimento econômico e social

A Universidade de Brasília possui vários centros que desenvolvem estudos, planos e projetos importantes para a elaboração de novos conteúdos em diversas áreas do conhecimento. Além desses, existem os núcleos que são unidades vinculadas a institutos, faculdades ou centros e se transformaram em instrumentos fundamentais na concretização de estudos específicos realizados no *campus* de desenvolvimento; como exemplo há o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da Universidade de Brasília, que atua na geração de empregos para recém-formados e formando jovens com perfil empreendedor. Na diminuição cada vez maior de oferta de trabalho no serviço público, contribui para a criação de empregos, geração de renda para o DF e para a difusão e transferência do conhecimento produzido na universidade para o setor produtivo local.

O CDT conta com alguns programas para cumprir a missão do Centro que é apoiar e promover o desenvolvimento tecnológico são eles: Programa Incubadora de Empresas,

Hotel de Projetos, Disque Tecnologia, Empresa Júnior, Escola de Empreendedores, Jovem Empreendedor.

6 Ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos (FACE)

A Universidade de Brasília (UnB) contava, em 2010, com 18 empresas juniores, vinculadas a cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento, que atendem as mais diversas demandas, e uma incubadora de empresas. Essas entidades têm por responsabilidade principal a promoção da interação entre a Universidade e o mercado. O Quadro 1 indica as empresas juniores da UnB e ano em que foram criadas:

Quadro 03.01: Empresas Juniores em Funcionamento na Universidade de Brasília em 2010.

Nome da Empresa	Ano de criação
296 – Empresa Junior de Comunicação	1996
AD&M – Empresa Junior de Administração	1992
CJR - Empresa Junior de Computação	1999
Concreta - Empresa Junior de Engenharia Civil	1996
Ecoflor – Empresa Junior de Engenharia Florestal	2008
Econsult - Empresa Junior de Economia	2001
Enetech - Empresa Junior de Engenharia Elétrica	2006
EngNet – Empresa Junior de Engenharia de Redes de Comunicação	2007
Estat - Empresa Junior de Estatística	1995
Facto – Empresa Junior de Comunicação	2009
Lamparina – Empresa Junior de Desenho Industrial	2004
Mecajun – Empresa Junior de Engenharia Mecatrônica	2002
Nutrir – Empresa Junior de Nutrição	2010
Práxis – Empresa Junior de Psicologia	1995
Pupila Audiovisual – Empresa Junior de Comunicação	2008
Sapiens – Empresa Junior de Biologia	2010
Strategos – Empresa Junior de Ciências Políticas	2005
TECMEC – Empresa Junior de Engenharia Mecânica	2006

A AD&M foi a primeira empresa júnior criada na Universidade de Brasília, fundada em 1992. Logo em seguida, outras empresas foram fundadas estimulando o espírito empreendedor e promovendo o desenvolvimento técnico, acadêmico, pessoal e profissional de seus associados, por meio do contato direto de estudantes de cursos de graduação com a realidade do mercado.

Essas empresas existem para proporcionar aos estudantes preparação e valorização profissional por meio da adequada assistência de professores e especialistas; proporcionar as condições necessárias para aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à área de formação profissional específica de cada discente; desenvolver o espírito crítico, analítico e

empreendedor do aluno; intensificar o relacionamento Empresa/Escola; facilitar o ingresso de futuros profissionais no mercado de trabalho, colocando-os em contato direto com a sua realidade de trabalho; contribuir com a sociedade, por meio de prestação de serviços e valorizar a instituição de ensino como um todo no mercado de trabalho. Para isso, prestam serviços de consultoria empresarial para micro, pequenas e médias empresas do mercado regional.

As empresas juniores da UnB possuem mais de 450 membros e têm a estrutura de uma empresa real, com Diretoria-Executiva, Conselho de Administração, Estatuto e Regimento próprios, com gestão autônoma em relação à Direção da Faculdade, Centro Acadêmico ou qualquer outra unidade da Universidade.

Em 2010, constatou-se que as empresas juniores da UnB realizaram cerca de 170 projetos, média de nove projetos por empresa/ano, atendendo em sua maioria pequenas e médias empresas e outras empresas juniores da região, movimentando cerca de R$300.000,00.

Os aspectos positivos e avanços detectados nessas empresas são a qualidade dos profissionais formados, ambiente de desenvolvimento e cooperação, satisfação dos clientes, experiência de trabalho e capacitação técnica, exercícios de atividades financeiras e contábeis de uma empresa, decisões sobre políticas de imagem e prospecção de negócios, contato direto com problemas e situações da realidade empresarial. Com isso, os alunos têm a oportunidade de desenvolver competências que não são estimuladas em disciplinas previstas nos respectivos cursos de graduação.

De outro lado, há aspectos negativos indicados por essas empresas, destacando-se: a) ausência de efetiva política de incentivo e apoio às empresas juniores que, na maioria das vezes, atuam apenas com base no esforço e no suporte de seus membros; b) falta de espaço e de estrutura apropriados, na Universidade, para que essas empresas possam atuar de forma mais eficiente e eficaz; c) sobrecarga de trabalho para os estudantes membros das empresas, que necessitam dividir o seu tempo entre as atividades escolares e as atividades empresariais; d) altos custos de operação e dificuldade de adquirir equipamentos próprios.

A incubadora da UnB busca oferecer, às pequenas empresas, apoio estratégico durante os primeiros anos de existência, trazendo benefícios como espaço físico, equipamentos compartilhados, acesso aos laboratórios da UnB, consultorias, cursos de capacitação, apoio gerencial e de comunicação.

Para que a criação, o desenvolvimento e a consolidação dos empreendimentos sejam feitos da melhor maneira, a incubadora de empresas da Universidade se divide em quatro modalidades: Incubadora de Base Tecnológica, Incubadora de Setor Tradicional, Incubadora

de *Design* e Incubadora Social e Solidária. Havia, em 2010, 25 empreendimentos incubados na UnB e esse apoio é materializado na forma de treinamentos, ensino de novas técnicas e, principalmente, definição de público-alvo e prospecção de mercado, serviços feitos por alunos e outros profissionais.

7 A defesa do meio ambiente

O Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), criado 1995, é uma unidade permanente da Universidade de Brasília (UnB), sediada no Distrito Federal, Brasil. Ela se dedica ao ensino, à pesquisa e à extensão. O CDS mantém o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGDS), o qual começou a funcionar em 1996.

O CDS e o PPGDS ocupam, atualmente, a Secretaria-Executiva da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (Anppas), (www.anppas.org.br), que reúne mais de 40 programas de pós-graduação multidisciplinares de meio ambiente de todo o Brasil.

O CDS tem a missão de executar estudos e pesquisas a respeito do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, tendo a interdisciplinaridade como pano de fundo e como suporte teórico-metodológico e epistemológico. A proposta do CDS é discutir questões pertinentes à relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, envolvendo a maior quantidade possível de campos disciplinares, promovendo a ética da sustentabilidade por meio do diálogo entre diferentes saberes.

São as seguintes as linhas de pesquisa do CDS:

a) Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável;

b) Sociedade, Economia e Biodiversidade;

c) Ciência e Tecnologia (C&T) e Desenvolvimento Sustentável;

d) Modelos Alternativos para o Desenvolvimento Sustentável;.

e) Educação e Gestão Ambiental

8 O esporte e as atividades culturais (Diretoria de Esporte, Arte e Cultura)

A Universidade de Brasília, sem perder o foco na transferência de conhecimentos técnicos e científicos, está atenta à importância social, cultural e de lazer de suas ações integradas com a sociedade, buscando, sempre, o desenvolvimento regional e nacional. A

promoção da socialização de acesso e permanência dos estudantes e servidores assegura a qualidade de vida da comunidade universitária nos *campi*, por meio de política artístico-cultural, esportiva e assistencial.

O acesso e a valorização da prática desportiva, de lazer e artístico-cultural, como força dinâmica da vida acadêmica é fator de qualidade de vida para o bem-estar individual e coletivo. Parcerias com instituições públicas e privadas visam ao desenvolvimento de ações integradas.

Muitos são os projetos na área do esporte e lazer. A intenção é proporcionar por meio de Programas Esportivos e de Competição que desenvolvam políticas de ações afirmativas para promoção da cidadania e desenvolvimento da democracia. Dentre os projetos do referido programa, está o “Recreando” – que consta de jogos de salão realizados principalmente durante os intervalos dos turnos de aulas, a clientela é formada pelos alunos e servidores da universidade. Os espaços destinados à prática de jogos de times profissionais e amadores da comunidade são de excelência para promoção de torneios esportivos de porte maior em conjunto com os Jogos Universitários do DF e Brasileiro (JUBs).

O Projeto Cross no Cerrado tem se destacado. Ocorre uma vez a cada semestre. Os corredores fazem um percurso, a pé, em terreno acidentado da pista localizada no Centro Olímpico. Em 2005, a comunidade brasiliense foi convidada para participar desse evento e a receptividade foi extremamente positiva, levando ao Centro Olímpico público animado e participativo com corredores profissionais e amadores, além de estudantes da UnB.

O Programa Cultural é formado por conjunto de Projetos que dão visibilidade à produção artístico acadêmica e externo além de apoiar iniciativas da comunidade.

Os projetos Culturais promovem e incentivam a difusão das manifestações culturais brasileira e internacional, além de abrir espaço para talentos da área de literatura, teatro, música e dança, oferecendo oportunidades para apresentação de bandas iniciante e profissionais da universidade e comunidade externa.

O Festival Universitário de Música Candanga (FINCA) é um projeto de grande expressão e projeção junto à comunidade regional. O festival é anual e visa a estimular a produção musical. Para participar, os grupos precisam ter pelo menos um integrante com vínculo acadêmico. Alguns participantes do festival ficaram conhecidos na cidade: Móveis Coloniais de Acaju, Ellen Olíria, Maracujazz, Etno, Corindó, Feijão de Bandido entre outros.

A UnB, juntamente a outras entidades e/ou órgãos, apoia o Coral dos Cinquentões, Coro Sinfônico, Serenata de Natal e Coral da UnB, este faz permanentemente apresentações em espaços dentro e fora do DF no âmbito nacional e internacional.

Brasília tem veia musical muito forte alimentada inicialmente pela UnB com o apoio a artistas de renome e com grande projeção, como Renato Russo (do Legião Urbana), Cássia Eller, Plebe Rude, Capital Inicial.

Entre outros Projetos Culturais, além da dança, teatro, manifestações folclóricas, a Universidade promove lançamento de livros, exibição de vídeos e entrevistas com o objetivo de trazer questões prementes na visão de convidados especiais e de projeção na cidade.

Muito mais as áreas responsáveis pelos Programas Esportivos e Culturais poderiam desenvolver e colocar em execução outros já planejados não fosse a limitação orçamentária e de recursos humanos em quantidade reduzida.

A UnB dispõe de anfiteatro com 248 lugares (Anf. 9), o auditório Dois Candangos, com 197 lugares, o Teatro de Arena, o Centro Olímpico, com capacidade para atender 1.800 pessoas confortavelmente sentadas e 5.000 em pé, Auditório da Música, Teatro do Instituto de Artes, que são espaços para realização de festas, *shows*, congressos, encontros, confraternizações e outras atividades.

A Casa da Cultura da América Latina (CAL) foi inaugurada em 15/7/1987. À nova casa de cultura foi atribuída a responsabilidade de desenvolver o intercâmbio cultural com os demais países latino-americanos e do Caribe.

A citada Casa orienta suas atividades pelo conceito de América Latina que considera “a imensa diversidade de etnias e culturas que, por conviverem nesse continente, contribuíram para a constituição de um repertório cultural singular, feito de multiplicidade e de misturas, traço ainda hoje presente em sua produção intelectual e nas manifestações artísticas”. Esse conceito não visa a encontrar uma unidade, mas sim mostrar a riqueza de possibilidades de convívio entre as diferenças.

Mesmo concebida com objetivo mais abrangente, como é o caso do intercâmbio no campo cultural latino-americano, a CAL não poderia deixar de incorporar as dimensões locais. Situada na capital da República e na UnB, vinculada ao Decanato de Extensão (DEX), é um instrumento, também, de divulgação da cultura local e nacional e de inserção brasileira no campo da Latino-Americanidade.

Aspectos positivos e avanços:

- Implementação do Núcleo Sonoro e constituição de novos coros comunitários.
- Estímulo a variação de novas metodologias artísticas por meio de oficinas elaboradas.

- Resgate e inserção dos saberes populares acadêmicos; fortalecimento e difusão da cultura indígena, visando a valorização e integração do estudante indígena com a comunidade universitária.
- Desenvolvimento de ações sócio ambientais educativas por meio dos projetos de cinema e esporte (caiaque comunitário).
- Desenvolvimento de ações de qualidade de vida na área de dança.
- Difusão de espetáculos teatrais.
- Fortalecimento e estruturação do Projeto de Treinamento Esportivo das equipes de rendimento da UnB.
- Organização e apoio as Conferências Livres em parceria com a Faculdade de Educação Física (FEF), Governo do Distrito Federal e Ministério do Esporte.
- Sistematização do trabalho dos técnicos esportivos envolvidos no treinamento desportivo e no suporte aos atletas da UnB.
- Realização do I Fórum Brasileiro de Políticas de Esporte nas Instituições Federais de Ensino Superior em parceria com a UFRN.
- Expansão do número de entidades estudantis e comunitárias de 49 em 2009 para 71 entidades em 2010.

Desafios/Reivindicações:

- Abertura de concursos públicos para provimento de cargos (Técnico Desportivo, Produtor Cultural, Técnicos-administrativos).
- Reforma e revitalização dos espaços físicos culturais e esportivos.
- Aquisição e modernização de equipamentos culturais e esportivos.
- Capacitação de recursos humanos (servidores, contratos e estagiários).
- Construção de novas áreas.
- Transportes para atletas e artistas.
- Interação com os *campi* desenvolvendo programações culturais, esportivas e integrativas.
- Maior integração com os veículos de comunicação internos e externos.
- Interfaces com as instituições públicas federais, estaduais e distritais.

- Informatização e modernização da área administrativa.
- Implantação dos Programas de Esporte (bolsa-atleta) e Cultural (Bolsa-artista).
- Reestruturação da Diretoria de Esporte, Arte e Cultura para atender a expansão da Universidade.
- Criar espaços de alojamento para atender o trânsito de intercambio entre os estudantes.

Aspectos Negativos

- Restrição orçamentária para novas demandas.
- Descontinuidade dos projetos semanais devido ao estado de greve.
- Falta de recursos humanos especializados.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

Esta Dimensão trata das ações de comunicação promovidas pela Universidade de Brasília.

A comunicação com a sociedade exerce papel estratégico no estabelecimento de canais efetivos de ligação entre os diversos segmentos relacionados às universidades. As constantes transformações nos cenários político, econômico, cultural e tecnológico representam grande desafio à comunicação social da Instituição.

Certamente, o contexto atual das instituições de ensino superior tem ocasionado uma atenção especial à área de comunicação. Para garantir boa imagem, promover a Instituição e manter a população informada, as universidades necessitam estabelecer relações éticas e transparentes com os seus públicos.

A Secretaria de Comunicação (SECOM) é a unidade gestora dos meios de comunicação da UnB. Nessa Dimensão, são apresentadas as principais ações dessa Secretaria e todos os demais mecanismos de comunicação que a Universidade contempla.

1 Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa, e compatibilização com a missão e objetivos institucionais

A SECOM, ligada ao Gabinete do Reitor, é o órgão responsável pela comunicação interna e externa da UnB.

Missão da SECOM:

1. Criar e consolidar imagem pública positiva da UnB.
2. Produzir e gerenciar os fluxos de informação internos e externos da UnB.
3. Democratizar o acesso às informações sobre a UnB.

Objetivos da SECOM:

1. Elevar a auto-estima da comunidade acadêmica.
2. Criar e consolidar imagem de excelência acadêmica.

3. Criar e consolidar imagem de eficiência administrativa.
4. Criar e consolidar imagem de transparência das contas.
5. Criar e consolidar imagem de uma universidade socialmente referenciada.
6. Estimular o zelo e a preservação dos espaços e patrimônios da UnB.

Considerando a missão e os objetivos da SECOM, trata-se de um órgão que zela pela imagem da UnB, difunde o conhecimento nela produzido junto à sociedade, fomenta discussões e debates, fortalecendo e difundindo o trabalho da UnB nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, estando em sintonia com sua missão e objetivos.

2 Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social

No ano de 2009, consolidou-se uma imagem pública bastante positiva da UnB nos meios de comunicação. De acordo com relatório realizado pela empresa responsável pelo *clipping* (expressão idiomática da língua inglesa que define o processo de selecionar notícias em jornais, revistas, *sites* e outros meios de comunicação)[13], a UnB contou com média superior a mil matérias (em jornais, TVs, rádios e internet), das quais mais de 90% são positivas para a Instituição.

3 Meios e canais de comunicação, interna e externa, utilizados pela Universidade

A UnB conta com os seguintes meios/canais de comunicação para divulgação interna e externa:

- Agencia de notícias (notícias + entrevistas + artigos).
- Portal (noticiário + institucional + serviços + agendas).
- Banco de fotos.
- Banco de pesquisas.
- Banco de artigos de pesquisadores.
- Banco de pesquisadores.
- Atendimentos à mídia.
- UnBHoje (pôster, carta e eletrônico).

13 Conceito extraído do portal Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Clipping. Acesso em março de 2010.

- Revista Darcy (impressa e eletrônica).
- Marca UnB.
- Eventos diversos.
- Campanhas diversas.
- Cartazes, catálogos, *folders*, folhetos, selos, adesivos.
- Assessoria estratégica ao Reitor.
- Assessoria de comunicação a todos os órgãos (CESPE, HUB, decanatos, etc.).
- Coordenação de comunicação (TV e rádio).
- UnBTV.
- Jornal *Campus*, elaborado por estudantes do curso de Comunicação.
- Endereço eletrônico para toda a comunidade da UnB.
- Comunicação institucional para os detentores de endereço eletrônico institucional.
- Sistema interno de acompanhamento de andamento de processos (UnBDOC).

Há um ícone no portal da UnB (www.secom.unb.br) em que jornalistas, comunidade acadêmica e outros segmentos podem enviar críticas e sugestões de matérias ou do tipo de informação que gostariam de obter. As sugestões e críticas são anotadas para serem avaliadas e muitas delas são validadas e implementadas.

4 Qualidade da informação entregue aos usuários internos

Por meio do portal da UnB e do informativo UnB Hoje (versões *on-line* e impressa), a comunidade da Universidade recebe, diariamente, informações atualizadas a respeito de temas e assuntos de interesse do grupo.

É possível dizer que a divulgação da Instituição, tanto interna quanto externamente, aumentou na mídia local e nacional. Assim, a sociedade e comunidade acadêmica ficam informadas, com qualidade, acerca do que está acontecendo na Universidade, sobre prêmios, projetos e pesquisas feitos por alunos, professores e pesquisadores da UnB. Vale ressaltar que as inserções obtidas são todas espontâneas, sem qualquer custo para a Instituição.

Foram usadas diversas estratégias para que a UnB conquistasse espaço de destaque na divulgação local e nacional. Essas ações são sempre revistas e analisadas para que a comunicação sempre seja efetiva. A principal linha de ação é estabelecer aproximação com

professores, pesquisadores e alunos e com a administração para que as notícias, sejam de qualquer natureza, cheguem ao público de maneira rápida e corretamente.

5 Formas e intensidade de divulgação das atividades da Instituição, diretamente relacionadas aos interesses de docentes, técnicos-administrativos e alunos

O portal da UnB é atualizado pelo menos uma vez por dia. Contém notícias relativas a assuntos de interesse dos servidores e alunos da Universidade, matérias sobre pesquisas, eventos e outras atividades desenvolvidas na UnB de interesse do público interno e externo.

- O informativo UnB Hoje contém notas de serviço destinadas a alunos, professores e funcionários.
- A revista Darcy, com periodicidade bimestral, é a revista de divulgação científica e cultural da UnB. Foi lançada em junho de 2009 e conta com tiragem de 20 mil exemplares. A revista é produzida a partir de pesquisas e estudos realizados na UnB.
- As campanhas de boas-vindas aos calouros são realizadas duas vezes ao ano, no início de cada semestre letivo. São realizados eventos, como a Aula da Inquietação, na qual uma personalidade do meio científico se apresenta à comunidade universitária.
- A SECOM também se encarrega de campanhas pontuais de interesse da comunidade acadêmica (campanhas de prevenção da dengue, da gripe H1N1).
- A SECOM dá apoio às unidades acadêmicas e órgãos da universidade em ações de divulgação de eventos e outros tipos de atividade.
- A Editoria de Assessoria de Imprensa da SECOM se encarrega do atendimento das demandas da imprensa por entrevistas com pesquisadores, desempenhando um papel relevante na difusão do conhecimento produzido na UnB.
- No portal da UnB, existe área específica para a divulgação de estudos e pesquisas. Quase que diariamente são publicadas matérias baseadas nas pesquisas. Muitas dessas matérias acabam pautando jornais, revistas e outros veículos de comunicação, ampliando a difusão do conhecimento produzido na Universidade.
- A SECOM fornece aos professores entrevistados pela mídia cópias das matérias e entrevistas das quais participam.

6 Ouvidoria

Encontra-se em fase de implantação a Ouvidoria da Universidade de Brasília. A partir do início do seu funcionamento, pretende-se que seja ampliada a participação da comunidade e da sociedade na fiscalização das ações acadêmicas e administrativas da Universidade. O órgão – que funcionará como um receptor de reivindicações, reclamações, sugestões e elogios feitos pelos usuários dos serviços – também irá oferecer resposta para o reclamante. O local onde funcionará a Ouvidoria já está reservado, assim como parte dos funcionários que trabalharão no órgão já foi selecionada.

No momento, existe um *link* no Portal UnB para onde o usuário pode mandar suas perguntas e dúvidas para serem respondidas por um jornalista da equipe do Portal da UnB. Esse profissional vai atrás das informações solicitas e responde a quase a totalidade dos *e-mails* enviados.

7 Estrutura de informação sobre a realidade institucional, as características do meio, os recursos e outros elementos semelhantes para avaliar o cumprimento das metas e objetivos

A SECOM possui alguns instrumentos de monitoramento de suas atividades (o *clipping* entre outros) para acompanhar se os objetivos e as metas estabelecidas pela instituição estão sendo cumpridas.

Ainda não há um meio para avaliar internamente a repercussão do trabalho da SECOM com a comunidade acadêmica. Faz-se necessário implementar estratégias para a comunicação interna.

8 Guia do Calouro e Manual do Aluno

O Guia do Calouro da UnB é um informativo entregue aos ingressantes na Universidade de Brasília no momento do registro como fonte de consulta e apresentação da Universidade.

Esse Guia é elaborado pelo Decanato de Ensino de Graduação (DEG) e pela Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) para prestar os primeiros esclarecimentos ao estudante de graduação da Universidade de Brasília. Além de saudar os novos universitários, o Guia do Calouro subsidia-os com informações relativas aos procedimentos acadêmicos, aos órgãos e aos serviços da UnB voltados aos alunos da graduação.

O Guia pode também ser consultado em meio digital no Portal da UnB.

Em complemento ao Guia do Calouro, a Secretaria de Administração Acadêmica disponibiliza no Portal da UnB o Manual do Aluno, o qual apresenta algumas informações que já são abordadas no Guia, mas o complementa, vez que traz as formas de ingresso e a documentação acadêmica.

9 Mecanismos de avaliação acerca da efetividade da comunicação e da circulação de informações na Instituição

Os principais mecanismos capazes de que comprovar a efetividade da comunicação são:

- *Clipping*;
- demandas por publicação de notas.
- matérias por parte de pesquisadores e unidades.
- crescimento da demanda pela revista Darcy.

10 Aspectos positivos

- Imagem positiva da Instituição;
- Elevado número de acessos ao portal (mais de um milhão ao mês em tendência de ascensão).
- Receptividade crescente pela revista Darcy.

11 Aspectos negativos

- Regime de contratação dos profissionais que atuam na área de comunicação.
- Necessidade de início das atividades da Ouvidoria.
- Necessidade de se criar uma ferramenta de gestão capaz de avaliar a repercussão do trabalho da área de comunicação.

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

Esta Dimensão trata de políticas de pessoal da Instituição. Nesse contexto, são feitas abordagens gerais acerca dos planos de carreira do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seus programas de desenvolvimento profissional, progressão funcional, capacitação, aperfeiçoamento, avaliação de desempenho, qualidade de vida e suas condições de trabalho na Universidade.

Também há referências sobre pessoal terceirizado e prestadores de serviços; ensino a distância; indicadores de gestão; entre outros dados institucionais.

1 Planos de Carreiras Regulamentados para Servidores Docentes e Técnicos--Administrativos

1.1 Plano de Carreira Docente

1.1.1 Ingresso e Contratação de Docentes, Progressão Funcional, Qualificação Funcional e Aperfeiçoamento

A legislação disponível a respeito do cargo dos docentes é o Decreto n. 94.664/1987, de 23/7/1987, que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos. Internamente, a Universidade dispõe de normativos que regulamentam as políticas de carreira do corpo docente, especialmente, por meio de resoluções baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

O ingresso, o provimento e a nomeação na carreira docente obedecem a critérios e requisitos definidos em legislação pertinente, em especial a Lei n. 8.112/1990, o Decreto n. 4.175/2002, a Portaria MPOG n. 450/2002, o Decreto n. 6.097/2007 e legislação complementar.

De acordo com as normas vigentes, o professor pode ingressar na classe de professor auxiliar, assistente ou adjunto e pode ascender até a de professor associado. Da

carreira de professor auxiliar até a de adjunto, o docente pode progredir a cada dois anos, por meio de avaliação de desempenho funcional e da aquisição de novos títulos, como de mestre e doutor. Os requisitos mínimos para a progressão para a classe de professor associado são: estar, no mínimo, há dois anos no último nível da classe de professor adjunto; possuir o título de doutor ou livre-docente; ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmico.

Para tanto, os docentes podem utilizar a avaliação de desempenho funcional que é aplicada pela própria unidade acadêmica à qual é lotado, anualmente, observados os requisitos e trâmites que a norma específica exige.

No que diz respeito à qualificação docente, há uma meta estabelecida no PDI/Bases do Planejamento Estratégico e Tático, 2006 a 2010, aprovado pelo Conselho Universitário, em sua 332ª reunião, de 5/10/2007, de ampliação, em 15%, do nível de qualificação e dedicação do corpo docente da UnB, no período, tendo por estratégia o direcionamento de novos concursos para seleção de doutores em dedicação exclusiva, entre outras. O resultado efetivamente alcançado está descrito nos quadros apresentados.

No item 1.1.5, (Tabela 5.02) deste documento, consta um demonstrativo da evolução da titulação docente, nos últimos dez anos, em que fica evidenciada a melhoria constante da titulação do corpo docente da UnB.

Em termos gerais, há, na Universidade, programas de qualificação de servidores docentes e técnicos-administrativos. Em 2010, foram investidos R$656.144,36 nos programas de capacitação que beneficiaram 1.442 servidores capacitados nas diversas áreas de conhecimento e atuação.

1.1.2 Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de Condições Trabalho de Docentes

Os programas de assistência médica e de melhoria da qualidade de vida, destinados aos docentes e técnicos-administrativos da Universidade, são: Assistência à Saúde, Enfermagem do Trabalho, Saúde ocupacional (realizações de exames médicos ocupacionais, programas de reabilitação e/ou readaptação visando melhorias da qualidade de vida do servidor), Prevenção do suicídio, Avaliação e Acompanhamento psiquiátrico, Psicoterapia Individual e de grupo, Grupo de Educação Psiconutricional, Programa UnB 100% livre do Tabaco, Terapia de família e de casal, Programa de Segurança no Trabalho, com visitas e avaliações dos locais considerados insalubres, Treinamentos de Prevenção de Acidentes, Análise dos Acidentes de Trabalho Ocorridos na Universidade de Brasília e ainda

o Programa Viva Mais, que trata de um programa de preparação para a aposentadoria, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de vida que permitam aos participantes desfrutar da aposentadoria com saúde física, social, emocional e financeira, além de orientá-los sobre seus direitos.

O Projeto Viva Bem UnB oferece todos os dias, no horário do almoço, a docentes e técnicos, aulas de musculação, ginástica localizada, alongamento e *step*. A equipe conta com um clínico geral, um fisioterapeuta, um nutricionista, dois professores e oito estagiários de educação física, que cuidam para que todos possam se exercitar de forma segura e saudável. A ginástica laboral nos setores administrativos durante o expediente também faz parte importante do projeto.

Os docentes e técnicos podem contar ainda com o Serviço de Perícia Oficial (SPO) que tem por competência básica avaliar a capacidade laborativa do servidor e seus dependentes legais com ética, imparcialidade e conhecimento científico visando à seguridade social e a identificação de indicadores de risco para melhorar a qualidade de vida e saúde do servidor público.

A Universidade de Brasília realiza, desde agosto de 2009, o pagamento do auxílio de caráter indenizatório, para os servidores ativos, inativos e pensionistas que possuam planos de saúde contratados de forma particular devidamente comprovado conforme orienta Instrução Normativa n. 3/2009, de 30/7/2009, da SRH/MP, e para tal recebe de forma continua as solicitações dos servidores que fazem jus a este beneficio.

Em cumprimento à Portaria do Ministério do Planejamento n. 01/2009, de 30/7/2009, que reporta ao subsídio saúde suplementar aos servidores públicos civis e seus dependentes diretos, a Universidade de Brasília firmou convênio com as operadoras GEAP e ASSEFAZ. Os servidores poderão também aderir aos planos de saúde Amil por meio da FAHUB responsável pelo contrato junto à operadora.

Além disso, a Universidade política de incentivo à fixação de servidores na Instituição, destacando-se subsídios que concede a docentes e a técnicos-administrativos ocupantes de imóveis residenciais de propriedade da FUB, mediante a concessão de desconto nos valores das taxas de aluguel ou de ocupação (imóveis no campus), em relação aos valores de mercado imobiliário no Distrito Federal.

Os docentes da UnB, assim como os técnicos-administrativos, também se beneficiam do Restaurante Universitário (RU), mediante o pagamento de refeições com preços subsidiados, cujo valor da refeição, atualmente, é de R$ 2,50.

No RU, funcionam programas que visam à qualidade de vida, tais como: alimentação especial; alimentando com carinho; bolsa alimentação e consumo consciente – desperdício zero; programas sociais para portadores de necessidades especiais; campanhas ecológicas, além de ser um espaço de integração para outras atividades culturais e esportivas, visando ao bem estar de usuários da comunidade universitária e de convidados.

1.1.3 Estágio Probatório de Docentes

O docente aprovado em concurso público e nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 36 meses de efetivo exercício.

Concluído o estágio probatório com aprovação, o docente adquirirá estabilidade na forma da lei. O docente reprovado no estágio probatório será exonerado, ou, se estável, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

O docente tem seu desempenho avaliado por uma comissão composta por três professores do quadro permanente, de nível igual ou superior ao do avaliado, cujo relatório conclusivo deverá ser aprovado pelo conselho da respectiva unidade.

O servidor docente em estágio probatório é avaliado em três etapas:

a) a primeira ao final do segundo mês, com um plano de trabalho;

b) a segunda ao final do 18º mês, com um relatório parcial;

c) a terceira ao final do 28º mês, com o relatório final circunstanciado que servirá de base para avaliação do seu desempenho.

O parecer conclusivo da Comissão de Avaliação é apreciado pelo Conselho de Unidade e encaminhado à Câmara de Carreira Docente (CCD) até o 32º mês do estágio probatório, para homologação.

1.1.4 Avaliação de Desempenho

Os professores podem realizar o processo para a progressão funcional a cada dois anos. Para tanto, o docente pode utilizar a avaliação de desempenho funcional que é aplicada, anualmente, pela própria Unidade Acadêmica à qual é lotado, com vistas à progressão funcional, a cada dois anos, observados requisitos e trâmites exigidos pela legislação específica.

O processo de avaliação de desempenho docente tem por base o Relatório Individual de Atividades. As informações a serem utilizadas para fins de pontuação são organizadas de acordo com grupos de atividades de ensino, produção intelectual, atividades de pesquisa e extensão, atividades de qualificação, atividades administrativas e de representação, atividades de orientação e supervisão não incluídas nos planos de integralização curricular dos cursos, participação em bancas examinadoras, entre outras, as quais devem ser convalidadas pelo docente em processo de avaliação.

1.1.5 Dados Institucionais sobre Docentes

a) Quadro Permanente de Docentes e Titulação

O quadro permanente de docente da Universidade de Brasília contava, em dezembro de 2010, com 2.099 professores, em todas as categorias, na sua grande maioria (94,66%), em regime de dedicação exclusiva. Apresenta-se, na Tabela 5.01, um comparativo do número de docentes da UnB, por classe, nos anos de 1999 e 2010.

Em relação à distribuição do número de docentes por classe, se compararmos o ano de 1999 com o de 2010, verifica-se que, em ambos os exercícios, as maiores concentrações de docentes situam-se nas classes de adjunto e de assistente, sendo que, em 1999, os adjuntos e assistentes representavam 55,09% e 32,01%, respectivamente, em relação ao total, contra 64,79% (adjunto) e 16,29% (assistente) em 2010. Os adjuntos são, portanto, maioria no quadro permanente de docentes da UnB.

Observa-se, ainda, que, nesses 11 anos, o número total de docentes cresceu 64,60%, com destaque para os associados e adjuntos, com crescimento de 100% e 82,06%, respectivamente. Por outro lado, constatam-se decréscimos no número de auxiliares (85,55%) e de assistentes (26,90%), no mesmo período.

Tabela 05.01:FUB – Demonstrativo do Número de Docentes Ativos, por Classe – 1999 e 2010

	1999		2010		
Classe	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Evolução %**
Titular	98	7,23	120	5,71	22,44
Associado	-	0,00	268	12,77	100%
Adjunto	747	55,09	1.360	64,79	82,06%
Assistente	434	32,01	342	16,29	-26,90%
Auxiliar	77	5,68	9	0,43	-85,55%
TOTAL	**1.356**	100,00	2.099	100,00	

Fontes: 1999: Anuário Estatístico FUB; 2010: SIPES – SRH/UnB, em 31 de dezembro.

No que diz respeito à titulação docente, a Tabela 5.02 mostra a evolução dos docentes da UnB, por titulação, no período de 1999 a 2010, assim como o percentual de participação de docentes/título em relação ao total/ano, ao longo da série considerada.

A análise da Tabela 5.02 permite as seguintes constatações:

1. Com relação à evolução anual do número de docentes por titulação:
   a) diminuição progressiva do número de docentes com graduação, especialização e mestrado, de 2000 a 2007, especialmente com relação aos docentes com graduação, que apresentaram as seguintes quedas: -19,61% (2005), -29,27% (2006) e -20,69% (2007);
   b) tendência de alta a partir de 2008, para todos os títulos, à exceção de docentes com graduação e especialização, que, em 2010, apresentam respectivamente queda significativa de 9,16% e 7,14%;
   c) em contraposição, observa-se crescimento do número de docentes com doutorado, em todos os anos da série, à exceção dos anos de 2003 (-1,42%) e de 2007 (-1,24%), com destaque para os anos de 2006, 2008, 2009 e 2010, que apresentaram crescimentos expressivos de 11,67%, 13,45%, 22,29% e de 12,21%, respectivamente.
2. No que diz respeito à participação percentual de docentes/título, em relação ao total anual:
   a) se considerarmos o ano de 1999, a participação percentual de docente/título, em relação ao total de docentes, apresenta-se da seguinte forma: docentes com graduação (7,08%), docentes com especialização (3,17%), docentes com mestrado (31,27%), e docente com doutorado (58,48%);
   b) essa relação muda consideravelmente no último ano da série, 2010, que apresenta a seguinte distribuição: docente com graduação (1,04%%), docente com especialização (0,23%), docente com mestrado (16,00%), e docente com doutorado (82,70%), ou seja, esse último teve um notável crescimento percentual de 45,67%, na representatividade de doutores em relação ao total de docentes, num período de cerca onze anos. A evolução de indicadores, no período, comprova os avanços e a efetividade nas ações e programas voltados à qualificação e alcance de alto nível de titulação dos docentes na UnB;
   c) quanto ao número total de docentes, verificam-se reduções nos seguintes anos: 2000 (-0,96%); 2001 (-1,49%); 2003 (-4,63%); 2004 (-0,39%); e 2007 (-

6,64%); e aumentos nos demais anos da série: 2002 (2,87%); 2005 (4,02%); 2006 (7,43%); 2008 (13,19%); 2009 (quase 20%) e 2010(64,60%). Os aumentos constatados nos anos de 2008 e 2010 podem ser creditados ao REUNI e à criação do Banco de Professor-Equivalente.

Tabela 05.02:Evolução de Docentes Ativos, por Titulação – 1999 a 2010

Titulação	1999		2000		Evol %	2001		Evol %	2002		Evol %	
	Quant.	%	Quant.	%		Quant.	%		Quant.	%		
Graduação	96	7,08	77	5,73	-19,79	75	5,67	-2,60	65	4,78	-13,33	
Especialização	43	3,17	42	3,13	-2,33	36	2,72	-14,29	29	2,13	-19,44	
Mestrado	424	31,27	413	30,75	-2,59	381	28,80	-7,75	354	26,01	-7,09	
Doutorado	793	58,48	811	60,39	2,27	831	62,81	2,47	913	67,08	9,87	
TOTAL	**1.356**	**100**	**1.343**	**100**	-0,96	**1.323**	**100**	-1,49	**1.361**	**100**	2,87	

Titulação	2003		Evol %	2004		Evol %	2005		Evol %	2006		Evol %
	Quant.	%		Quant.	%		Quant.	%		Quant.	%	
Graduação	56	4,31	-13,85	51	3,94	-8,93	41	3,05	-19,61	29	2,01	-29,27
Especialização	21	1,62	-27,59	15	1,16	-28,57	15	1,12	0,00	11	0,76	-26,67
Mestrado	321	24,73	-9,32	288	22,27	-10,28	278	20,67	-3,47	276	19,10	-0,72
Doutorado	900	69,34	-1,42	939	72,62	4,33	1.011	75,17	7,67	1.129	78,13	11,67
TOTAL	**1.298**	**100**	-4,63	**1.293**	**100**	-0,39	**1.345**	**100**	4,02	**1.445**	**100**	7,43

Titulação	2007		Evol %	2008		Evol %	2009		Evol %	2010	
	Quant.	%		Quant.	%		Quant.	%		Quant.	%
Graduação	23	1,70	-20,69	24	1,57	4,35	22	1,04	0,00	22	1,04
Especialização	7	0,52	-36,36	9	0,59	28,57	5	0,23	-22,22	5	0,23
Mestrado	204	15,12	-26,09	229	15,00	12,25	336	16,00	10,92	336	16,00
Doutorado	1.115	82,65	-1,24	1.265	82,84	13,45	1.736	82,70	22,29	1.736	82,70
TOTAL	**1.349**	**100**	-6,64	**1.527**	**100**	13,19	**2.099**	**100**	19,97	**2.099**	**100**

Fontes: 1999 a 2007: Anuários Estatísticos/FUB; 2008 e 2010: SIPES – SRH/UnB, em 31 de dezembro.

1.2 Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos

1.2.1 Estrutura, Mecanismos Ingresso e Contratação de Técnico-Administrativo

Quanto ao plano de carreira do quadro técnico-administrativo, as ações estão sendo implementadas de acordo com o Plano de Desenvolvimento para os Integrantes da Carreira dos Servidores Técnicos (PDIC/UnB), elaborado segundo as orientações emanadas das Leis n. 11.091/2005, de 12/1/2005, e n. 1.233/2005, dos Decretos n. 5.707/2006, de 23/2/2006, e n. 5.825/2006, de 29/6/2006, com alterações posteriores pelas Leis n. 11.784/2008, de 2008 e n. 11.907/2010, de 2/2/2010.

A estrutura do plano, enquadramento, mecanismos de ingresso, provimento e contratação de técnicos-administrativos ocorrem em estrito cumprimento aos critérios, requisitos e demais dispositivos estabelecidos nas referidas leis.

1.2.2 Progressão Funcional, Qualificação Profissional e Aperfeiçoamento

O desenvolvimento do servidor técnico-administrativo, de acordo com o plano, dar-se-á exclusivamente pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento, por meio da “progressão por capacitação profissional” e da “progressão por mérito profissional”, observados os requisitos, critérios e interstícios dispostos nas Leis n. 11.091/2005 e n. 11.233/2005 e legislação complementar. Por oportuno, já que suscitada a discussão, importante frisar que foi reformulada toda a política de capacitação, treinamento e educação, adotando o modelo de gestão por competências, buscando desenvolver ações de capacitação que atendam as necessidades do coletivo da instituição, a partir das lacunas das competências fundamentais e gerenciais, bem como proporcionar melhor aproveitamento dos recursos destinados a estas ações, tendo em vista as determinações dos Decretos n. 5.707/2006 e 5.825/2006 e da Lei n. 11.091/2005.

Isto implica a mudança de foco da capacitação, de atendimento de demanda para planejamento de ações de capacitação voltadas para o atendimento das necessidades e estratégias institucionais.

Desde 2010, foi promovida também a inclusão da modalidade de educação a distância nas ações de capacitação por meio de parcerias com o CEAD e ENAP. Com esses parceiros, foram oferecidos a partir do início do semestre letivo vários cursos, dentre eles dois em especial: Capacitação Gerencial para as lideranças formais e informais da universidade e Ambientação no Serviço Público para os novos servidores, ambos com duração de seis meses, objetivando

contribuir para a qualificação de nossos servidores e mudar a cultura organizacional para uma gestão moderna e eficiente com responsabilidade social.

A política atual nesta área da UnB tem por um dos focos principais ampliar o acesso à educação formal e à qualificação do corpo de servidores técnicos-administrativos (Graduação em Administração Pública a Distância, Especialização e Mestrado).

Dentre essas mudanças, também há a valorização dos servidores docentes e TAE por meio de identificação dos aptos a atuarem como instrutores em ações de capacitação presenciais e a distância.

Com vistas a fortalecer as ações institucionais e o compartilhamento da gestão, estão sendo estreitados os laços internos com parcerias das diversas áreas acadêmicas, as fim de auxiliem na elaboração das metodologias, contratações de pessoas capacitadas, entre outras e para que se reformule todas as ações de capacitação para os servidores docentes e técnicos-administrativos.

Há três mestrados profissionalizantes para os servidores em andamento: Gestão Pública, Economia Pública e Políticas de Educação Superior.

1.2.2.1 Progressão por Capacitação Profissional

É o desenvolvimento do servidor na carreira, previsto no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, instituído pela Lei n. 11.091/2005, publicada no DOU de 13/1/2005.

A progressão por capacitação, segundo essa Lei, “é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificado em Programa de Capacitação compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida”. Para ter acesso à progressão por capacitação funcional o servidor deve respeitar o interstício de 18 meses entre uma progressão e outra.

Em 2010, foram analisadas e concedidas 372 Progressões por Capacitação Funcional.

1.2.2.2 Incentivo à Qualificação

O Incentivo à Qualificação é uma atividade desempenhada pela Coordenadoria de Capacitação da Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), nos termos estabelecidos na Lei n. 11.091/2005, de 12/1/2005 e no Decreto n. 5824/2006, de 29/6/2006. Os cursos de Educação Formal correspondente a um percentual calculado sobre o vencimento, quando o nível for mais elevado que a

formação escolar exigida pelo cargo ocupado pelo servidor; e o ambiente organizacional que o servidor se encontra, corresponde direta ou indiretamente com o curso.

A concessão desse Incentivo é analisada somente com a entrega do diploma (reconhecidos pelo Ministério da Educação) e quatro anos de efetivo exercício;

Em 2010, foram analisados e concedidos 311 Incentivos à Qualificação.

1.2.2.3 Licença Capacitação

É o afastamento previsto no art. 87 da Lei n. 8112/1990, para cursos de até três meses, incluídos, outrossim, grupos formais de estudos, visitas técnicas, cursos de treinamento e eventos de curta duração, com períodos iguais ou superiores a cinco dias, e, ainda, para complementação de prazo, com vistas a dar continuidade a ação de capacitação iniciada anteriormente, obedecida a legislação supra mencionada e a correlação entre o curso, objeto do afastamento, as atribuições do cargo e as atividades laborativas do servidor, em qualquer modalidade.

Foram concedidas 85 Licenças Capacitação em 2010.

1.2.3 Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de Condições de Trabalho de Técnicos-Administrativos

Os Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de condições de trabalho de docentes, enumerados no item 1.1.2, são disponibilizados também aos servidores técnico-administrativos.

1.2.4 Progressão por Mérito Profissional de Técnico-Administrativo

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento (que vai do 1 ao 16, dentro de cada uma das classes) imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado positivo fixado em programa de Avaliação de Desempenho Funcional. Essa avaliação é realizada anualmente em cada unidade, observando o disposto da resolução do Conselho de Administração n. 09/2008.

Ao completar 18 meses, se o servidor obtiver a média mínima de três no processo avaliativo de cada etapa, o servidor terá direito a progressão por mérito, sendo que a concessão será mediante:

- 1ª PROGRESSÃO: resultado da média suficiente para aprovação das 1ª e 2ª etapas.
- 2ª PROGRESSÃO: resultado da 3ª etapa e homologação da aprovação.
- 3ª PROGRESSÃO: resultado da homologação da aprovação e o resultado do Sistema de Gestão de Desempenho dos servidores estáveis.

1.2.5 Avaliação de Desempenho

Quanto à avaliação de desempenho, em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Decreto n. 5.707/2006, de 23/2/2006, e em observância às necessidades institucionais, foi aprovada uma das políticas de pessoal (Avaliação de Desempenho), constantes do Programa de Gestão e Avaliação de Desempenho (PROGED) da FUB, em novembro de 2008, de acordo com a Resolução n. 9/2008 do CAD. Embora tenha havido a devida preparação para implantação do PROGED, o programa foi suspenso tendo em vista a necessidade de rediscutir pontos considerados polêmicos pelo Sindicato.

Como a gestão do desempenho na FUB no ano de 2010 manteve-se suspensa, foram instruídos os recursos contra avaliação de estágio probatório com ingresso pelo servidor a partir de 2010 e iniciado a construção de um novo modelo de gestão de desempenho que atendesse à legislação especifica e às novas políticas institucionais.

Para construção do novo sistema de Gestão de Desempenho da FUB, baseado no modelo de gestão por competências, foi necessário mapear as competências fundamentais, gerenciais e específicas de toda a Universidade.

Compreende-se que as competências fundamentais e gerenciais são as mesmas em toda a Universidade e identificou-se da seguinte forma:

Com relação às competências específicas, buscou-se trabalhar por projeto piloto. O primeiro projeto piloto foi o próprio DGP e foram realizadas as seguintes atividades: mapeamento de competências específicas, construção de formulário de avaliação com cada competência dividida por Diretoria e definição às soluções de aprendizagem para cada competência.

A proposta do mapeamento das competências no DGP visa atender às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto n. 5.707/2006. São diretrizes mencionadas no Decreto: a) incentivo e apoio aos servidores em iniciativas de capacitação voltada para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais; b) garantia do acesso a eventos de capacitação; c) promoção da capacitação gerencial e sua qualificação para o exercício da função e outras. Um dos instrumentos dessa Política

definidos no Decreto é o sistema de gestão por competência, base para o programa de capacitação e de gestão de desempenho (artigos 2º, 3º e 5º).

O mapeamento de competências é uma das etapas da implementação da Gestão por Competências e contempla a identificação das competências necessárias para a realização dos processos de trabalho. Essas competências farão parte do instrumento de avaliação de desempenho e fornecerão subsídios ao dimensionamento da força de trabalho da Instituição, bem como às ações de capacitação.

Essa metodologia está sendo aplicada nas áreas pilotos. A partir da análise dos resultados, realizar-se-á aperfeiçoamento da metodologia de modo a aplicá-la nas demais inidades da Universidade de Brasília.

1.2.6 Dados Institucionais sobre Técnicos-Administrativos

Apresenta-se, por meio da Tabela 5.03, demonstrativo da evolução do quadro permanente de técnico-administrativo da UnB, no período de 1999 a 2010. A análise da tabela mostra queda no número de servidores, nos anos de 2000 (- 2,16%), 2001 (-1,62%), 2005 (-0,68%), 2006 (-3,16%) e 2007 (-9,17%), e aumento, nos anos de 2002 (3,65%), 2003 (9,84%), 2004 (3,56%), 2008 (14,70%), 2009 (1,02%) e 2010 (0,96).

Tabela 05.03:Quantitativo de Técnico-administrativo, 1999 a 2010

Detalhamento	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Quadro Permanente												
Técnico-Administrativo – Geral												
Nível Superior	519	502	494	529	628	660	651	641	588	723	757	890
Intermediário	1.287	1.267	1.251	1.298	1.408	1.461	1.458	1.408	1.283	1.447	1.445	1.424
Apoio	275	265	256	247	242	238	234	220	190	194	186	173
Total	2.081	2.034	2.001	2.074	2.278	2.359	2.343	2.269	2.061	2.364	2.388	2.487

Fontes: 1999 a 2007: Anuários Estatísticos/FUB; 2008 e 2010: SIPES – SRH/UnB, em 31 de dezembro.

As informações do PDI 2006-2010 podem ser verificadas na Tabela 05.04, a qual mostra a força de trabalho da UnB em dezembro de 2010. Considerando que a relação ideal de aluno técnico (RAT) apontada pelo MEC é 13, e tendo por base o total médio de alunos (34 mil) e o quantitativo de TAE lotados na Universidade, excluído os do HUB (1.749) há um déficit de 866 vagas não preenchidas no quadro permanente de técnicos no ano de 2010, o que tem acarretado a utilização, pela FUB, de alto número de prestadores de serviços em caráter precário. Mesmo com a política de redução adotada recentemente pela Administração Superior, por exigência do Ministério Público, ainda havia, em 2010, 1.195 prestadores de serviços atuando em toda a Instituição, fato que certamente prejudica a qualidade da gestão administrativa da Universidade.

Tabela 05.04: Força de Trabalho da UnB

Total de servidores ativos em dezembro de 2010		
Categoria	**quantidade**	**% do total**
Docentes	2095	24,38%
TA FUB	1749	20,36%
TA FUB do HUB	730	8,50%
Terceirizados universidade	2273	26,45%
Terceirizados HUB	550	6,40%
Prestador Serviço universidade	553	6,44%
Prestador Serviço HUB	642	7,47%
Total	8592	

Fonte: Decanato de Gestão de Pessoas.

1.3 Clima Institucional, Relações Interpessoais, Estrutura de Poder, Graus de Satisfação Pessoal e Profissional.

As questões internas relacionadas às condições de trabalho dos servidores, docentes e técnicos-administrativos, ao clima institucional, às relações interpessoais e ao grau de satisfação pessoal e profissional, entre outros, que não vinham recebendo a atenção adequada, são objeto de preocupação da Administração Central. Foram colocadas como prioritárias no processo de mudanças que vem empreendendo na gestão de pessoas, a partir das fragilidades apontadas nas recentes avaliações realizadas na Universidade.

No que diz respeito à estrutura de poder, pode-se dizer que uma análise do organograma geral da Instituição pode dar uma ideia, pelo menos em termos gerais e formais, de sua constituição. Para tanto, devem ser consideradas a estrutura hierárquica organizacional, a vinculação e subordinação de órgãos, a visualização e o posicionamento dos órgãos colegiados, quer sejam deliberativos, normativos ou consultivos. Essa análise deve ser feita à vista do que dispõem o Estatuto e Regulamento Geral da UnB e o Estatuto da FUB, especialmente nos dispositivos relativos às finalidades e composição desses órgãos, à competências e atribuições de órgãos e dirigentes e à dinâmica de funcionamento, conforme abordado na Dimensão 6.

O contexto organizacional da UnB é marcado por um nítido descompasso entre o crescimento de alunos e a quantidade de docentes e técnicos disponíveis para atender ao aumento da demanda de serviços de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, verifica-se alto número médio de licenças médicas nos últimos cinco anos, estimado em torno de 3.000, sendo que em 2007 houve uma subnotificação das licenças devido à ocorrência de greve e falta de profissionais no Serviço de Medicina de Trabalho.

Diante do contexto apresentado, o DGP, com a criação da Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho e com a implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), onde a UnB colabora para o desenvolvimento dos

princípios e diretrizes dessa política, promove-se amplo trabalho o qual busca a promoção da QVT dos servidores.

Um trabalho técnico-científico dessa natureza se fundamenta em alguns pressupostos que orientam a sua condução e influenciam em seus resultados:

- O conhecimento científico (rigoroso, confiável) é um requisito essencial para subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação de práticas transformadoras sustentáveis no contexto organizacional.
- O imperativo ético se apoia na busca permanente da compatibilidade entre bem-estar no trabalho, eficiência/eficácia dos processos produtivos e compromisso social.
- A prevalência do mal-estar no trabalho e, em consequência, os potenciais riscos que ele acarreta para a saúde e a efetividade organizacional, não estão desvinculados dos modelos de gestão do trabalho existentes, padrão de cultura organizacional vigente e dos modos de estrutura e funcionamento institucional.
- A promoção do bem-estar no trabalho e da efetividade organizacional requer o comprometimento de dirigentes e gestores para implantarem mudanças que alterem as situações negativas de trabalho.
- A garantia da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) implica sinergia coletiva de natureza multiprofissional no campo físico, psicológico e social com base em parcerias intersetoriais a serem forjadas e pactuadas.

1.4 Educação a Distância:

O DGP, por meio da Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação e do seu Núcleo de Educação a Distância (NEaD), efetuou parcerias com o CEAD/UnB e com a ENAP para a realização de cursos a distância destinados aos servidores da UnB.

Foram registradas 235 manifestações de interesse nos diversos cursos oferecidos pela ENAP, entretanto o cronograma da ENAP possibilitou a oferta de somente dois cursos: Atendimento ao Cidadão e Lei n. 8.122 (não seria a Lei n. 8.112/1990???). Dessa forma, a listagem dos interessados nesses cursos foi encaminhada, mas por dificuldades no ajuste dos procedimentos ENAP e NEaD o prazo para a inscrição foi curto, o que possivelmente impactou no pequeno número de pessoas matriculadas nos referidos cursos. Dos 54 interessados no Curso Lei n. 8.1121990, apenas 24 efetivaram suas matrículas e, dos 26 interessados no Curso Atendimento ao Cidadão, apenas 7 efetivaram suas inscrições.

Em relação à parceria com o CEAD, foram ofertados os cursos: Ambientação e EaD, considerado curso básico de iniciação ao ensino a distância que objetiva apresentar ao aluno o ambiente *moodle* e noções sobre EaD. Esse curso é pré-requisito para o ingresso em outros cursos EaD, ofertados por meio do CEAD – PROCAP *ON-LINE*.

Dos 169 alunos matriculados (103 servidores e 66 colaboradores extraquadro), 116 obtiveram aprovação no curso.

1.5 Reformulação do DGP

A partir de junho de 2010, a antiga SRH, hoje DGP, passou por reformulação importante a partir das necessidades de mudanças apontadas no relatório da área realizado pela equipe de consultores, tendo por principais diretrizes as relacionadas abaixo:

Gestão participativa e democrática, ou seja, a gestão compartilhada;

- Descentralização das informações, com prévio aumento do índice de informatização.
- Transparência de regras, processos e tratamento equânime.
- Redimensionamento da força de trabalho e modelo de alocação de pessoal.
- Ampliação do acesso a treinamento, desenvolvimento e educação: investimento em escolarização, qualificação e requalificação dos servidores.
- Implementação de sistema de gestão por competências e da seleção com base na competência relacionada.
- Busca de fortalecimento de políticas de direto como o estudo para a flexibilização da jornada de trabalho.
- Foco no desenvolvimento e suporte para as carreiras de docentes e TAE, no processo seletivo e na mobilidade de servidores.
- Desenvolvimento de mecanismos de apoio, controle e acompanhamento da contratação e alocação de pessoas com diferentes vínculos de trabalho no âmbito da Universidade.
- Interface direta com os servidores e diálogo com as entidades representativas dos servidores e alunos.
- Permanente negociação interna e externa com os órgãos da administração central (MEC e MPOG).

- Avaliação de desempenho baseada em competência e concebida como instrumento de crescimento construído coletivamente, que contribua para a identificação das necessidades de aquisição e desenvolvimento de competências.
- Foco nas ações de promoção da qualidade de vida, saúde e segurança da comunidade universitária.

1.6 Aspectos Positivos e Aspectos que Merecem Atenção, Relacionados às Políticas de Pessoal

De maneira geral, pode-se elencar um conjunto de aspectos positivos e negativos relativos ao processo de gestão de pessoas, na Universidade, que merecem ser analisados:

Pelo lado positivo, cabe acrescentar os seguintes:

a) a expansão significativa do quadro docente da UnB a partir de 2008, com ampliação da proporção de doutores e do número de professores em dedicação exclusiva (94,66% em 2010). Em dezembro de 2010, a UnB contava com 82,70% de docentes com doutorado, contra 58,48%, em 1999. Esses dados são indicativos dos avanços e efetividade nas ações e programas voltados à expansão e qualificação do quadro;

b) a decisão da alta administração de promover a realização de diagnóstico e avaliação da gestão de meios, começando pela gestão de pessoas, por sua importância estratégica, assim como a pré-disposição de por em prática as recomendações propostas são aspectos altamente positivos, demonstrando avanço significativo nesse processo, em relação a anos anteriores;

c) mudança de hierarquia da antiga SRH, transformando em Decanato, trazendo a discussão de pessoal para as instâncias de decisão superior da UnB;

d) reestruturação e reconstrução das diretrizes de atuação de toda a área de gestão de pessoas, buscando atender os preceitos da moderna administração pública e valorizando o sentido público e com foco no cidadão;

e) promoção da gestão, desenvolvimento e potencialização das pessoas, contribuindo para a busca permanente da excelência, saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho no âmbito da Universidade;

f) implementação da gestão compartilhada e maior participação da equipe;

g) implementação de mecanismos de Gestão:

- Mapeamento dos processos de trabalho.
- Revisão e redesenho dos fluxos dos processos.
- Construção de fluxos e documentação dos processos (POP).

h) construção de início do projeto de dimensionamento de pessoal da UnB, que é o processo de identificação, análise, quantificação da força de trabalho necessária para o cumprimento dos objetivos institucionais e de suas unidades, tendo por parâmetros o seu planejamento e o processo de trabalho;

i) com relação aos técnicos-administrativos, cabe destacar a evolução anual do volume de investimentos nos programas de capacitação e qualificação dos servidores com a implementação de três mestrados profissionalizantes, ainda que haja espaço para ampliação, face à crescente demanda nesse sentido;

j) mudança de foco dos investimentos em capacitação, de atendimento de demanda para planejamento de ações de capacitação alinhados aos objetivos e as estratégias institucionais e com construção de mecanismos de avaliação das ações realizadas neste âmbito;

k) inclusão da modalidade de educação a distância nas ações de capacitação por meio das parcerias CEAD e ENAP;

l) elaboração de forma compartilhada com a metodologia de grupos focais do sistema de gestão de desempenho por competências dos servidores técnico-administrativos;

m) expansão dos serviços de saúde oferecidos aos membros da comunidade acadêmica;

n) estabelecimento e fortalecimento de parcerias nas ações institucional e interinstitucional relacionadas à saúde e qualidade de vida;

o) ampliação das ações de saúde e segurança do trabalhador de forma integrada com foco na promoção e prevenção;

p) implementação efetiva do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS);

q) gestão de todos os contratos de terceirização da UnB e mantendo controle efetivo desses na forma da lei, fiscalizando o efetivo cumprimento das cláusulas pactuadas em contrato.

Pelo lado negativo, merecem atenção:

a) dificuldades de reposição dos quadros permanentes de técnicos-administrativos. Essa situação tem levado a Instituição a contratar, de forma precária, prestadores de serviços para suprir essas deficiências, contando, em 2010, com cerca de mais de 1.343 trabalhadores nessas condições, com consequências nefastas, tanto para esses prestadores quanto para toda a Universidade;

b) aumento significativo de contratação de prestadores de serviço por meio de empresas de terceirização de serviços;

c) a falta de estudos específicos e sistemáticos com dados orientados para medir: o clima institucional, as relações interpessoais, a estrutura de poder, o índice de satisfação de servidores, com relação às condições de trabalho, qualidade de vida, formação profissional e outros relacionados ao desempenho de funções, com vistas à adoção de medidas de melhoria;

d) sistemas de informação arcaicos que não atendem às demandas atuais da área de gestão de pessoas;

e) necessidade de dar maior publicização e transparência das ações da área.

Em relação aos desafios, há:

O maior desafio do DGP é a construção e publicização da nova política de pessoal da UnB, bem como implementar novo foco para a administração de pessoas, diminuindo retrabalho e tempo de resposta ao servidor com a construção e utilização de novo sistema informatizado para a administração de pessoal.

No tocante à área de segurança, saúde e qualidade de vida:

- Realização de exames periódicos de saúde dos servidores.
- Acompanhamento a servidores em Licença para Tratamento de Saúde.
- Implantação da Brigada de Incêndio e de Socorristas nos *campi* da UnB.
- Implantação dos postos médicos e entrega de ambulâncias para os *campi*.
- Realização do Mapeamento de Riscos Ambientais em todas as unidades da UnB e proposta de correção das não conformidades a médio prazo.
- Levantamento de necessidade para uso de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC), em todos os ambientes da UnB.

Em relação aos processos de trabalho e ao dimensionamento de pessoas:

- Realização do dimensionamento de pessoas da UnB desenvolver a normatização necessária para sua realização e a normatização necessária para subsidiar a alocação de servidores, em razão de nomeações.
- Identificação, descrição e análise dos processos executados por cada centro de custo e o tempo gasto neles e detectar pontos de melhoria dos processos com vistas a fornecer informações sobre o volume de atividades executadas em cada centro de custo.
- Mapeamento das competências com base nos processos de trabalho, ou seja, estudo que envolve a combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários aos processos de trabalho.
- Mapeamento dos processos com o número necessário de servidores e as competências necessárias para o desempenho efetivo do trabalho, objetivando melhor alocar o pessoal para atender aos objetivos institucionais.

Os desafios em relação à capacitação e avaliação de desempenho:

- Construção do sistema informatizado de gestão de desempenho por competências dos servidores técnico-administrativos.
- Efetivo acompanhamento dos estágios probatórios de servidores evitando a permanência na Instituição de servidores sem perfil.
- Aplicação de instrumentos de avaliação das ações, de clima organizacional, dentre outros, e sistematização do estado da arte em gestão de pessoas, buscando propor ações aplicáveis e transformadoras da realidade da UnB nesta área.
- Conseguir espaço físico para apoio ao processo de aprendizagem em cursos a distância e presenciais.
- Conseguir os recursos tecnológicos para dar suporte ao sistema de gestão por competências e demais ações da Diretoria.

Com relação a administração de pessoal:

- Manter atualizado o cadastro de todos os servidores e liberação de senha de consulta para as unidades e para o próprio servidor.
- Diminuir retrabalho e tempo de resposta ao servidor com a utilização de novo sistema informatizado para a administração de pessoal.
- Descentralização do sistema de controle de ponto e férias.

- Arquivo funcional integrado ao arquivo central da Universidade, com maior segurança aos documentos e aos dados funcionais.
- Controle de todas as formas de pagamentos realizados no âmbito da Universidade e transparência nas ações de pagamento.
- Capacitar e dar autonomia aos centros de custo na confecção de suas próprias folhas de pagamento de participação externa e ponto.
- Liberação do Sistema Informatizado para elaboração e controle das folhas de pagamento em projetos com controle e auditoria dessa coordenadoria de pagamentos.
- Pagamentos, por meio do SIAPE, de atividades contidas no Decreto n. 6.114 de GECC (Gratificação de Encargo de Curso e Concurso)
- Elaboração de novos contratos e pactuações que forem pertinentes aos serviços terceirizados dentro do modelo de serviços e não mais em postos de trabalho.

Com relação ao provimento e movimentação:

- Adequar as normas internas em relação à base legal quanto às ações de provimento e movimentação de servidor (remoção; redistribuição; cessões; etc.).
- Sistematizar a comunicação entre unidades acadêmicas e o decanato.
- Adequar os instrumentos utilizados para o provimento com as normas internas (editais para todas as fases do concurso) e sistematizar a divulgação desses

Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

1 Organização e Gestão da Universidade de Brasília

De acordo com o Estatuto, em seus artigos 5º e 6º, a Universidade de Brasília observará os princípios de gestão democrática, de descentralização e de racionalidade organizacional com a seguinte estrutura: 1. Conselhos Superiores; 2. Reitoria; 3. Unidades Acadêmicas; 4. Órgãos Complementares; e Centros.

A UnB goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em conformidade com a Constituição Federal, devendo observar, na organização de seu Regimento Didático, inclusive currículo de seus cursos, tão somente o disposto no parágrafo único do art. 14 e no at. 15 da Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961, conforme disposto no art. 2º e seu parágrafo único do Estatuto.

De acordo com o disposto no art. 4º do Estatuto, a Universidade de Brasília organiza e desenvolve suas atividades em conformidade com os seguintes princípios:

1. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade do Estado.
2. Liberdade de ensino, pesquisa e extensão e de difusão e socialização do saber, sem discriminação de qualquer natureza.
3. Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
4. Universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade.
5. Garantia de qualidade.
6. Orientação humanística da formação artística, literária, científica e técnica.
7. Intercâmbio permanente com instituições nacionais e internacionais.
8. Incentivo ao interesse pelas diferentes formas de expressão do conhecimento popular.

9. Compromisso com a democracia social, cultural, política e econômica.
10. Compromisso com a democratização da educação no que concerne à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso, e com a socialização de seus benefícios.
11. Compromisso com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País.
12. Compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.

Em todas as instâncias deliberativas, a Universidade de Brasília observará os princípios de: 1. Publicidade; 2. Planejamento e avaliação periódica de atividades; 3. Prestação de contas acadêmica e financeira; 4. *Quorum* mínimo para o funcionamento de órgãos colegiados e para eleição de dirigentes e representantes; 5. Condições de manutenção e de perda do direito de representação, conforme art. 8º do Estatuto.

A Universidade rege-se por seu Estatuto e, subsidiariamente, pelo Regimento Geral e por normas complementares.

De acordo com o Estatuto e Regimento Geral, a criação, extinção ou modificação de Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares ou Centros são de competência do Conselho Universitário.

2 Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados

As decisões na Universidade de Brasília são predominantemente tomadas em órgãos colegiados, dos quais participam docentes, técnicos-administrativos e estudantes, em proporções estabelecidas no Regimento Geral da UnB.

A Administração Superior da UnB é responsabilidade dos Conselhos Superiores: o Conselho Universitário (CONSUNI), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Conselho de Administração (CAD), como órgãos deliberativos, normativos e consultivos; o Conselho Comunitário, como órgão consultivo; e, como órgão executivo, a Reitoria.

O Conselho Universitário é o órgão máximo da Universidade, tendo suas competências definidas no art. 12 do Estatuto, e sua composição, no art. 13.

Ressalta-se que, de acordo com o Estatuto e Regimento Geral, a criação, extinção ou modificação de Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares ou Centros são de competência do Conselho Universitário.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) delibera acerca da matéria acadêmica, científica, cultural e artística, sendo a última instância de deliberação para recursos nessas áreas. O CEPE delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão, presididas pelos respectivos decanos, cuja composição das Câmaras deve possibilitar a representação, em cada uma delas, de todas as Unidades Acadêmicas conforme definido no art. 16 do Estatuto.

De acordo com o Estatuto, o Conselho de Administração (CAD) delibera sobre matéria administrativa, econômica, financeira, de planejamento e orçamento, de gestão de pessoas e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias. O CAD delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Administração, de Assuntos Comunitários, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento, presididas pelos respectivos decanos, cuja composição das Câmaras deve possibilitar a representação, em cada uma delas, de todas as Unidades Acadêmicas, conforme definido no art. 18 do Estatuto.

O Conselho Comunitário, órgão consultivo da Administração Superior da Universidade de Brasília, tem funções de opinar sobre estudos, projetos, planos e relatórios da Universidade e recomendar ações e medidas à Administração Superior, devendo se reunir uma vez ao ano, ordinariamente, ou quando convocado pelo Reitor ou por requerimento da maioria dos membros do Conselho Universitário ou, ainda, nos termos do art. 48 do Regimento.

O Regimento Geral da UnB, nos seus artigos 48 ao 69, dispõe acerca do funcionamento dos órgãos colegiados.

Os órgão colegiados das Unidades Acadêmicas são: Conselho da Unidade, Colegiados de curso(s) e Colegiado Departamental.

Os colegiados deliberam com presença da maioria dos seus membros, exceto nos casos explicitados no Regimento Geral. É obrigatório o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados deliberativos de que façam parte, tendo esta atividade prioridade sobre outras de natureza acadêmica ou administrativa.

As deliberações dos colegiados tomam-se por maioria simples de votos dos membros presentes, respeitados os casos em que expressamente se exigir maior número de votos. A votação é simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida por um ou mais membros do colegiado, nem esteja expressamente prevista. Cada membro de colegiado tem direito apenas a um voto nas deliberações, mesmo que pertença a este sob dupla condição. O presidente de colegiado deliberativo tem também o voto de qualidade.

Além de aprovações, autorizações, homologações e outras decisões, as deliberações dos órgãos colegiados podem, conforme sua natureza, tomar forma de atos ou resoluções baixados pelos seus presidentes e eventualmente podem ser sujeitos a prazos, conforme estabelecido no art. 58 do Regimento Geral.

3 Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções

Desde a implantação do Sistema de Planejamento da UnB, no final de 2001, utiliza-se o instrumento "Diagnóstico Institucional", primeira etapa do processo de planejamento estratégico, por meio da qual as unidades internas integrantes do sistema procedem à análise dos ambientes externo e interno, identificando as oportunidades e ameaças e seus pontos fortes e fracos. Os resultados dessa análise preliminar contribuem e fornecem os elementos essenciais ao planejamento, propriamente dito, das unidades, na busca de soluções para os problemas detectados e definição dos objetivos, diretrizes, ações, metas a alcançar, no período.

No processo de elaboração do planejamento plurianual, agregaram-se ao instrumento medidas avaliativas tanto do sistema de planejamento quanto das ferramentas de elaboração e acompanhamento dos planos das unidades (PDI, PQ, PAA, Relatórios de Planejamento). A partir dessas informações, é possível identificar, por parte dos gestores, seu nível de conhecimento, a participação da unidade na fase de planejamento, além de propor sugestões à Administração, como forma de priorizar suas ações no período em análise. Essas iniciativas tornaram transparente a postura do gestor acadêmico e administrativo frente à gestão do planejamento, com maiores chances de melhorias ao longo de todo o processo de planejamento por parte da Administração Superior.

4 Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática)

Os modos de participação dos atores na gestão são utilizados, nas suas três esferas, na Universidade como um todo. Os conselhos e colegiados tomam decisões por maioria dos seus membros, incluindo a participação do corpo docente, discente e técnico-administrativo nos assuntos que dizem respeito à comunidade universitária. Os demais órgãos pautados nas instruções normativas que regem a administração adotam a participação normativa utilizando-se de atos, resoluções, entre outros tipos de normas. Seguindo essas instruções, a Administração Superior se utiliza da gestão burocrática para realizar e tomar decisões sobre os processos que circulam pelas unidades acadêmicas e administrativas.

5 Instâncias de apoio, participação e consulta para a tomada de decisões, grau de centralização e descentralização

Constituem instâncias de apoio para tomada de decisão os órgãos colegiados, a Procuradoria Jurídica (PJU), a Auditoria Interna (AUD) e as Secretarias.

A Universidade de Brasília adotou, há mais de 20 anos, uma sistemática de descentralização administrativa e financeira mediante a qual é assegurado tratamento autônomo e descentralizado, sob os aspectos orçamentário, financeiro, administrativo e gerencial, a algumas unidades internas, nomeadas Unidades Gestoras, que passaram a atuar com maior flexibilidade, especialmente, com relação à gestão e aplicação de recursos, observadas as normas internas e externas a respeito. Essas unidades operam no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sob a supervisão direta da Diretoria de Contabilidade e Fianças do Decanato de Administração.

Atualmente, as unidades internas que atuam nessas condições são: CESPE, HUB, Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDT), Centro de Informática (CPD), Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos (CME), Prefeitura de *Campus*, Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE), cujos diretores são nomeados ordenadores de despesas, mediante ato específico do Reitor.

6 Sistemas de arquivo e registro

O Centro de Documentação (CEDOC) da UnB – criado provisoriamente como Centro de Documentação e Arquivo da Universidade de Brasília (CEDAQ), em agosto de 1986, por meio do Ato da Reitoria n. 345/1986 e constituído como Centro de Custo pelo Ato da Reitoria n. 596/1988, de 24/10/1988, com o nome de –CEDOC – é órgão de assessoramento da Administração Superior da Universidade de Brasília que tem por finalidade recolher, preservar e garantir o acesso aos documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pelas áreas meio e fim da FUB, bem como aos bens culturais históricos, constituindo-se em instrumento de apoio à administração, à cultura, à história e ao desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com os interesses da Universidade.

7 Estatutos, regulamentos, regimentos internos, organogramas, normas acadêmicas, entre outros

A UnB utiliza o Estatuto e o Regimento Geral como normas superiores para orientar seus conselhos sobre normas e procedimentos para tomada de decisões. Os conselhos

deliberam e votam os temas pertinentes e a Reitoria, as direções de unidades e as chefias de departamento, como órgãos executivos, executam as decisões tomadas pelos colegiados. Também são utilizados manuais internos de procedimentos, como o manual de normas de orientações de registro e controle de bens patrimoniais móveis, utilizado pela Diretoria de Recursos Materiais da UnB.

8 Organograma institucional, hierarquia de funções e dinâmica de funcionamento

A UnB possui em sua estrutura regimental oficial os conselhos superiores, que são os órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e a Reitoria, que é o órgão executivo superior. Subordinados à Reitoria estão o Gabinete do Reitor, os decanatos, a Procuradoria Jurídica, a Auditoria, as assessorias, o serviço de apoio aos colegiados superiores e a Prefeitura do *Campus*. O Gabinete do Reitor e a Prefeitura do *Campus* são considerados órgãos auxiliares. A Procuradoria Jurídica e a Auditoria são considerados órgãos de apoio e auxílio na tomada de decisões. Os decanos são nomeados pelo Reitor, com a aprovação do Conselho Universitário. A Prefeitura do *Campus* tem suas atribuições definidas em regimento próprio.

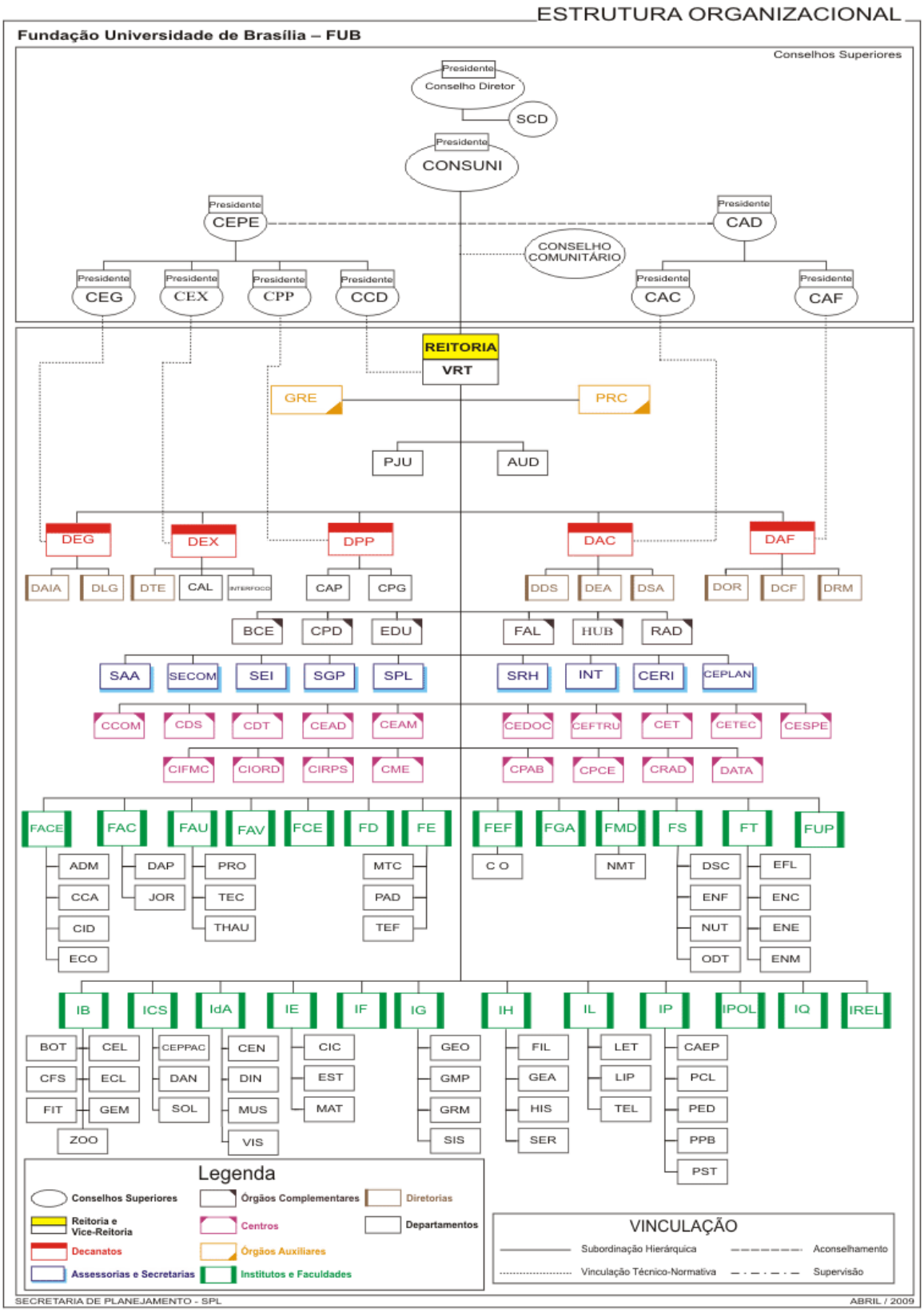
As unidades acadêmicas, que são os institutos e faculdades, têm o Conselho de Instituto ou de Faculdade como órgão máximo deliberativo e de recurso, em matéria administrativa e acadêmica, e a direção, como órgão executivo.

Os departamentos, organizados por área de conhecimento, são vinculados às unidades acadêmicas e têm, como atribuição principal, a coordenação e a execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de sua competência. As unidades acadêmicas mais recentes foram criadas sem estrutura departamental.

Para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade conta ainda com o apoio de órgãos complementares: Biblioteca Central, Centro de Informática, Editora, Fazenda Água Limpa, Hospital Universitário e Rádio e TV Universitários, cujos diretores, nomeados pelo Reitor, respondem administrativamente por esses órgãos, dispondo de conselhos deliberativos e/ou consultivos, conforme definido em seus regimentos internos, aprovados pelo Conselho Universitário.

Apresenta-se, a seguir, o organograma da Universidade de Brasília.

Figura 06.01: Estrutura organizacional.



9 Autonomia e independência da Universidade em relação à mantenedora, a FUB

A Fundação Universidade de Brasília foi instituída nos termos da Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961, com sede e foro na cidade de Brasília, capital da República, com objetivo de criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior, pesquisa e estudo, em todos os ramos do saber, e da divulgação científica, técnica e cultural.

Pautada no art. 207 da Carta Magna de 1988 e na Lei n. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a UnB goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

10 Atas dos órgãos colegiados

As reuniões colegiadas são registradas em atas, que são arquivadas nas secretarias das unidades acadêmicas e dos órgãos colegiados e disponibilizadas para consulta à comunidade universitária.

11 Funcionamento do sistema de registro acadêmico

Para garantir o perfeito funcionamento do registro acadêmico, o Centro de Informática da UnB desenvolveu o Sistema Acadêmico (SIACAD), responsável pelo registro de todas as informações de planejamento e fluxo das atividades de ensino e extensão, o qual congrega os seguintes sistemas:

1. Sistema de Informações Acadêmicas (SIGRA) – Utilizado para controlar o planejamento (criação de curso, de opção de áreas de concentração, de disciplinas, de currículos e da oferta de disciplinas), o ingresso (registro de dados pessoais de alunos regulares e especiais, número de matrícula), o acompanhamento (emissão de histórico escolar, registro de menções, controle de trancamento de matrícula, grade horária, monitorias, concessão de créditos, trabalho final de curso monografia) e o desligamento (confirmação de informações para emissão do diploma) dos alunos de graduação. A unidade responsável pelo gerenciamento desse sistema é a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA). Por meio desse sistema, a SAA mantém o controle da execução física da ação governamental 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação.

2. Sistema de Extensão (SIEX) – Tem por objetivo auxiliar a gestão e a avaliação das ações de extensão. Sua base de dados é similar a do SIGRA. A unidade responsável pela alimentação desse sistema é o DEX. Por meio desse sistema, esse Decanato mantém o controle físico das informações referentes a cursos, atividades e eventos de extensão realizados com a ação 4004 – Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária. O acesso ao sistema é <www.siex.unb.br>. Atualmente, os dados referentes aos cursos de pós-graduação *lato sensu* são registrados nesse sistema pela SAA, tendo em vista que a unidade ainda não dispõe de sistema para tal.
3. Sistema de Pós-Graduação (SIPPOS) – É utilizado para controlar o planejamento (criação de curso, de opção de áreas de concentração, de disciplinas, de currículos e da oferta de disciplinas), o ingresso (registro de dados pessoais de alunos regulares e especiais, número de matrícula), o acompanhamento (emissão de histórico escolar, registro de menções, controle de trancamento de matrícula, grade horária, monitorias, concessão de créditos, trabalho final de curso – dissertação ou tese) e o desligamento (confirmação de informações para emissão do diploma) dos alunos de pós-graduação *stricto sensu*. A unidade responsável pelo gerenciamento desse sistema é a SAA. Por meio desse sistema, a SAA mantém o controle físico da ação 4006 – Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação.
4. Sistema de Ensino a Distância (SIED) – Sistema de registro e acompanhamento dos cursos na modalidade de ensino a distância, em nível de graduação, regulamentado, em caráter provisório, pela Resolução da Reitoria n. 33/2006.

12 Aspectos positivos

Por meio de decisões colegiadas e um estatuto consolidado, a UnB envolve todo o corpo docente, discente e o quadro técnico-administrativo o mais democraticamente possível em suas decisões, estabelecendo direitos, deveres, o grau de participação de cada um e sua representatividade perante os órgãos colegiados.

13 Aspectos que merecem atenção

- Deficiência de instrumentos de avaliação que permitam fazer análises qualitativas referentes aos sistemas utilizados pelas unidades administrativas.

- As unidades acadêmicas não têm regimentos internos aprovados pelo CONSUNI. Falta de comunicação institucional integrada entre os sistemas de registro acadêmico.

14 Prospecções

- Em 2011, a Universidade de Brasília discutirá seu novo estatuto, documento que definirá o funcionamento da Universidade. O novo estatuto será aprovado no 2º Congresso Universitário Estatuinte da UnB (ConUnB) e deverá ser fruto de extenso debate acerca da universidade que queremos. A Comissão Preparatória (CP) do 2º ConUnB foi instituída pela Resolução do CONSUNI n. 17/2010, e é composta por 12 membros, sendo 9 titulares e 3 suplentes, com representantes dos três segmentos: estudantes, docentes e técnicos-administrativos.
- Submeter, em 2011, à aprovação do CONSUNI os regimentos internos das unidades acadêmicas.

Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Nesta Dimensão, constam informações acerca da infraestrutura física da Universidade, especialmente em relação às instalações destinadas ao ensino e à pesquisa, à biblioteca e quanto aos recursos de informação e comunicação. Procurou-se abordar, mais especificamente, as condições administrativas e físicas de áreas que envolvem o ensino e a pesquisa da Instituição, entre elas: salas de aula, Biblioteca Central, áreas de lazer, transporte, Hospital Universitário, rede de informação e tecnologia, laboratórios.

1 Adequação da infraestrutura da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão

A ampliação e a melhoria da infraestrutura física na UnB estão sendo realizadas por meio de construção de novos edifícios, reforma e adequação de espaços físicos existentes e melhoria da rede de infraestrutura da Instituição, a fim de adequá-la e torná-la compatível com as necessidades existentes e as que surgirão da execução dos projetos.

As intervenções na infraestrutura física foram previstas nos quatro *campi,* localizados no Plano Piloto e nas cidades de Ceilândia, Gama e Planaltina, e compreendem novas edificações, reformas e adequações.

A Universidade tem procurado adequar sua infraestrutura física, especialmente no que diz respeito às salas de aula, aos laboratórios, à biblioteca, aos equipamentos de informática, entre outros, para melhor atender às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A UnB dispõe de uma fazenda de 43 mil m^2 para atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas específicas.

Nesse sentido, são apresentados, nos itens seguintes, as principais características, as condições e o estado de conservação de tais espaços.

1.1 Descrição dos espaços existentes, estado de conservação, funcionalidade, adequação para as necessidades da instituição em relação aos cursos e quantidade de estudantes, adaptação para acesso de estudantes com necessidades especiais.

1.1.1 Áreas por Unidades Acadêmicas, Obras e Reformas, Ações do REUNI

Com a construção recente de novos prédios, no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, (IB, IQ, CESPE, CDT) houve aumento considerável de área para as unidades ocupantes desses novos espaços, e, com a liberação dos espaços respectivos no Instituto Central de Ciências (ICC), foi possível viabilizar a ampliação considerável de espaços de unidades localizadas no ICC, que estavam mal alojadas. Além disso, a criação de novos *campi* agregou novos espaços físicos à estrutura da Universidade.

Apresenta-se, por meio da Tabela 07.01, demonstrativo comparativo de áreas, em m^2, e número de alunos matriculados ativos da graduação e da pós-graduação da UnB, por unidades acadêmicas, nos exercícios de 2006 e 2009.

A análise da tabela permite as seguintes considerações:

a) em termos de área total ocupada por unidades acadêmicas, abrigando atividades acadêmicas, administrativas e laboratoriais dessas unidades, utilizadas por alunos, docentes e técnicos-administrativos, verifica-se crescimento da ordem de 17,75%, em 2009 (162.230,16 m^2), em relação a 2006 (137.771,95 m^2);

b) com a saída do CESPE do Instituto Central de Ciências (ICC) para as novas instalações, em prédio próprio, cerca de 1.200 m^2 que eram ocupados por esse Centro, foram redistribuídos para unidades acadêmicas instaladas no ICC, tais como: CIC, FAC, EST, Rádio UnB;

c) a FT teve aumento de área, da ordem de 13,53%, em função, principalmente, da liberação de espaço que era ocupado por unidade administrativa (CDT), deslocado para instalações próprias;

d) os aumentos de áreas, de 92,66% e 143,23%, verificados no IB e no IQ, respectivamente, devem-se ao deslocamento dessas unidades do ICC para prédios próprios, sendo que as áreas remanescentes foram redistribuídas para outras unidades acadêmicas;

e) em relação ao número total de alunos ativos da graduação e pós-graduação matriculados, incluídos alunos estrangeiros e médicos residentes, constata-se

crescimento da ordem de 4,11%, em 2009 (25.801), em comparação a 2006 (24.782 alunos).

Tabela 07.01:UnB/Áreas, em m^2, de Unidades Acadêmicas e Alunos Matriculados 2006 e 2009

Instituto / Faculdade	2006		2009		Variação %	
	Área(1) m^2	N. de Alunos(2)	Área(1) m^2	N. de Alunos(2)	Área	N. de Alunos
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV)	4.236,00	896	3.502,38	880	-17,32	-1,79
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	4.472,14	500	4.490,39	542	0,41	8,40
Faculdade de Comunicação (FAC)	3.031,29	671	4.002,99	683	32,06	1,79
Faculdade de Direito (FD)	602,62	730	601,62	751	-0,17	2,88
Faculdade de Educação Física (FEF)	6.619,74	353	8.373,21	394	26,49	11,61
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)	4.387,66	3551	5.972,21	3144	36,11	-11,46
Faculdade de Educação (FE)	6.398,37	1.340	6.990,23	1.283	9,25	-4,25
Faculdade de Medicina (FM)	20.931,06	790	20.916,23	763	-0,07	-3,42
Faculdade de Ciências da Saúde (FS)		1.423		1.098		-22,84
Faculdade de Tecnologia (FT)	21.304,19	2.898	24.186,67	2.903	13,53	0,17
Instituto de Artes (IdA)	10.172,71	1.319	9.319,69	1.284	-8,39	-2,65
Instituto de Ciências Biológicas (IB)	13.625,55	1.094	26.250.88	975	92,66	-10,88
Instituto de Ciências Exatas (IE)	5.464,59	1.403	5.969,38	1.388	9,24	-1,07
Instituto de Ciências Humanas (IH)	5.221,84	1.474	3.298,08	1.413	-36,84	-4,14
Instituto de Ciência Política (IPOL)	301,42	454	301,48	475	0,02	4,63
Instituto de Ciências Sociais (ICS)	2.569,54	853	2.585,87	888	0,64	4,10
Instituto de Física (IF)	4.910,70	522	4.902,22	456	-0,17	-12,64
Instituto de Geociências (IG)	6.136,25	326	5.743,84	438	-6,39	34,36
Instituto de Letras (IL)	2.440,94	2.169	2.423,38	2.119	-0,72	-2,31
Instituto de Psicologia (IP)	3.414,96	777	3.414,95	750	0,00	-3,47
Instituto de Química (IQ)	4.378,50	736	10.649,61	595	143,23	-19,16
Instituto de Relações Internacionais (IREL)	216,50	453	269,61	469	24,53	3,53
UnB-Faculdade de Planaltina (FUP)	2.640,00	50	2.718,45	681	2,97	1.262,00
UnB-Faculdade de Ceilândia (FCE)	-	-		858	-	-
UnB-Faculdade do Gama (FGA)	-	-		571		
Subtotal	133.476,57	24.782	156.883,37	25.801	10,45	4,11
Estação Experimental						
Uso da FAV	1.181,12	-	1.937,91	-	64,07	-
Uso do IB	2.845,10	-	2.872,43	-	0,96	-
Uso da FT	24,16	-	291,45	-	1.106,33	-
Uso comum do IB/FAV	245,00	-	245,00	-	0,00	-
Subtotal da Estação Experimental	4.295,38		5.346,79		24,48	
TOTAL DA ÁREA ACADÊMICA	137.771,95	24.782	162.230,16	25.801	17,75	4,11

Fonte: UnB/Prefeitura do Campus.
Notas:
1) área total por Unidade Acadêmica, ocupada por alunos, docentes e técnicos-administrativos.
2) número de alunos da graduação e pós-graduação ativos, matriculados.

Além de obras novas, realizam-se continuamente na UnB obras de reformas e adaptações, com o objetivo de ampliar, adaptar e modernizar espaços físicos, de forma a melhor atender às necessidades dos usuários dos *campi*.

No Relatório de Autoavaliação Institucional do Período de 2009 consta o projeto da UnB para o REUNI, o qual apresenta estratégias no âmbito da infraestrutura para a ampliação da oferta de Educação Superior Pública. Algumas das metas apresentadas foram: construções e reformas de espaços das unidades acadêmicas para a ampliação de vagas (bloco de salas de aulas, salas de tutoria, salas de informática e salas de estudo, blocos de

serviço, entre outros); construção de restaurante universitário e de moradia estudantil e readequação e modernização da Biblioteca.

O Quadro 07.01 apresenta o demonstrativo do andamento das obras e atividades do REUNI, em 2010.

Quadro 07.01: Dados sobre a Execução do REUNI, até dezembro de 2010.

Atividade	Andamento/Execução
Aquisição de equipamentos e mobiliário.	Totalmente concluído
Construção de Restaurante Universitário (52% restantes)	Não iniciado
Construção de Moradia Estudantil (Casa do estudante) – 52% restantes	Em a fase de elaboração de projeto
Construção de Blocos de Salas de aula (52% restantes)	Bloco de salas de aula em construção: Bloco N obra concluída e UED N obra contratada
Reforma, adequação e construção de laboratórios de ensino	Não iniciado
Campus Planaltina: Construção de Módulos de Serviço e Apoio Comunitário (40% restantes)	Obra contratada
Campus Gama: Construção de Módulos de Serviço e Apoio Comunitário (40% restantes)	Obra contratada
Campus Ceilândia: Construção de Módulos de Serviço e Apoio Comunitário (40% restantes)	Obra contratada
Reforma do Instituto de Humanidades (52% restantes)	Não iniciado
Reforma do Instituto Física	Não iniciado
Reforma e adequação do espaço atualmente ocupado pela Faculdade de Agronomia e Veterinária, para atender aos Depto. de Ciências da Computação, Depto de Estatística, Instituto de Geociências e Inst. de Letras (primeiros 19,64%).	Não será feita reforma. Será construído prédio no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro para abrigar
Reforma de laboratórios na Faculdade de Saúde (23% restantes).	Obra iniciada e sem previsão de término
Reformas e construções no Instituto de Artes (94% restantes).	Não há obras em andamento no Instituto de Artes com recursos do REUNI
Reforma dos Anfiteatros 3,4,7,8,10,11,13,14,17e 18 do ICC (85% restantes).	Alguns anfiteatros com obras em finalização. 60% realizado
Consolidação da infraestrutura computacional de apoio à aprendizagem	Em 2010, já foi autorizado o empenho de R$4.177.638 para equipamentos e material de informática

Fonte: Sistema de Planejamento, 2010 – DEG/REUNI.

No ano de 2010, o CEPLAN apresentou demonstrativo dos gastos executados com obras, constantes do Plano de Obras UnB XXI, ao longo dos anos de 2003 a 2010. As construções incluem as unidades IB, IQ, CESPE, FACE, CDT, Clínica Odontológica e Instituto da Criança e do Adolescente (ICA). Dessas unidades, as únicas que ainda não estão prontas são a FACE e o ICA. Nesse mesmo ano, houve dispêndio na ordem de R$ 3 milhões com a FACE em projetos de arquitetura, estrutura, terraplanagem, pavimentação, drenagem, entre outros. Os gastos acumulados até 2010 foram de aproximadamente R$ 75 milhões.

Quanto às obras de reforma sob a responsabilidade da Prefeitura do *Campus* (PRC), foram informadas, via Sistema de Planejamento, suas realizações, com destaque para as seguintes:

- Aquisição de matéria-prima para fabricação de 9.135 litros de água sanitária, 29.310 litros de desinfetantes, 17.822 litros de detergentes diversos, 7.660 litros de sabonete líquido, 10 litros de limpador multiuso, 2.090 litros *lavlon*-010 e 1.000 litros de desengraxantes.
- Foram realizados serviços de iluminação em 960m^2 entre CESPE e FUBRA, num valor total de R$ 593.464,27 e construção de 3.820,00m^2 de calçadas, num valor total de R$ 2.991.137,57.
- Realização de 54 projetos de reforma (ADM, CID, SG-12, João Calmon, Rádio UnB, IP, ENF, FT, CIFMC, FE-5, IB, Centro Comunitário, RU, Dois Candangos, Praça Maior, HVET, FUBRA/CESPE, Almoxarifado Central, CIC, FS e Anf. 12).
- Alocação de 1.451 espaços para uso acadêmico no *Campus*.
- Aquisição de matérias para serviços de confecção e instalação de 5.299 placas de comunicação visual nos campi UnB, aplicação de vinil e adesivos de identificação nos totens, lixeiras, *containers* e carros, instalação de placas de endereços, sinalização viária, atualização e manutenção de cadastro de área física.
- Atendimento de 14.498 ordens de serviço (DENA/DSG/DAL).
- Confecção de 1.605 peças e 150m de artefatos de madeira, 513 peças e 154,18m de artefatos de ferro para atender às unidades acadêmicas, administrativas e produção externa FUB.

Ainda sob a gerência da Prefeitura do *Campus*, foram executados os seguintes serviços/reparos relativos à acessibilidade das pessoas com necessidades especiais: rebaixamento de meio-fio em todo o *Campus*; instalação de elevador no ICC, pelo CEPLAN; adaptação de banheiros nos prédios do ICC e da FSD; instalação de placas de sinalização em diversos prédios; execução de 1.207,60 m^2 de calçadas no PMU II, CDT, CESPE; vagas adicionadas nos estacionamentos antigos e criação de novas vagas nos novos estacionamentos; construção de calçadas na Casa do Estudante.

1.1.2 Equipamentos de Informática e Rede de informações

Apresenta-se, por meio da Tabela 07.02, demonstrativo do quantitativo de equipamentos de informática existentes na UnB, nos exercícios de 2006 e 2010, assim como a variação percentual verificada, em relação à quantidade e aos valores de aquisição, nos dois anos considerados.

Ao se considerar apenas os quantitativos dos equipamentos de informática, já que os valores são históricos, verifica-se que, em 2010, o número de equipamentos de informática praticamente dobrou, em relação a 2006, sendo que, em itens específicos, os aumentos foram ainda mais significativos, conforme enumerados a seguir:

a) aumento de 543% no número de microcomputadores, tipo *notebook* e *palmtop*, no período;

b) aumento de cerca de 130% no número de microcomputadores de mesa;

c) aumento de cerca de 336% no número de microcomputadores/servidores;

d) aumento de 142% no número de monitores de vídeo e de 169% no número de *nobreak*.

Cabe esclarecer que, nesses quantitativos, constam equipamentos colocados à disposição de docentes, servidores, ilhas de consulta para alunos, na biblioteca e em diversos locais do *campus*, além dos laboratórios de informática.

Tabela 07.02:FUB: Equipamentos de Informática, em 2006 e 2010

Especificação	2006		Especificação	2010		Variação %	
	Quant.	Valor de Aquisição		Quant.	Valor de Aquisição	Quant.	Valor
Copiadora/Impressora	106	2.302.999	COPIADORA/Impressora	257	4.556.769	142,45	97,86
Estabilizador	4.576	414.996	Estabilizador	7.239	778.384	58,19	87,56
Fac-Símile-Fax/Copiado-Ra/Impressora/*Scanner*	1	3.866	*Fac-Símile-Fax*/Copiado-Ra/Impressora/*Scanner*	5	6.245	400	61,53
Impressora *Laser*	749	2.412.492	Impressora *Laser*	1.872	3.547.303	149,93	47,03
Microcomputadores (*Laptop*, *notebook* e *palmtop*)	454	2.320.351	Microcomputadores (*Laptop*, *notbook* e *palmtop*)	2.920	10.838.053	543,17	367,08
Microcomputadores (*Desktop*)	7.401	14.576.247	Microcomputadores (*Desktop*)	17.063	28.664.290	130,54	96,65
Microcomputadores/Servidores	88	1.567.893	Microcomputadores Servidores	384	9.125.973	336,36	482,05
Monitor de Vídeo	6.896	3.287.117	Monitor de Vídeo	16.683	7.896.895	141,92	140,23
Nobreak	710	740.925	*Nobreak*	1.913	2.171.628	169,43	193,09
Scanner	406	27.931.801	*Scanner*	644	60.365.609	58,62	116,11
Total	**21.387**	**55.558.687**	**Total**	**48.980**	**127.951.148**	**129,01**	**130,29**

Fonte: FUB Serviço de Patrimônio/Diretoria de Recursos Materiais.

Consta do Relatório de Atividades 2010 do Centro de Informática (CPD) que foram finalizadas as instalações das centrais telefônicas e iniciadas as configurações para ativação dos ramais nas unidades dando seguimento ao processo de implantação da Telefonia Digital e Integrada nos *campi* da Universidade de Brasília iniciado em 2008. Atualmente, o projeto de telefonia conta com 23 centrais telefônicas. Essas centrais atenderão o *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e os *campi* de Planaltina, Ceilândia e Gama. Com as centrais digitais, as redes de comunicação de dados e de telefonia da UnB passaram a ser integradas, permitindo a detecção de falhas dos equipamentos.

Ainda de acordo com o Relatório, está sendo implementado a RedeUnB 3, que proporcionará o acréscimo de um nó no *core* da RedeUnB, permitindo que nesse núcleo da Rede a capacidade de velocidade seja aumentada, agilizando a transmissão de dados e o acesso à informação.

Em 2010, ocorreu a ata de adesão de registro de preço n. 105/2009 do Banco Central para aquisição de equipamentos e *softwares* para implantação do projeto Rede *Wireless* no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. Também foi realizada a implantação da rede *wireless* nas instalações atuais dos *campi* de Ceilândia, Gama e Planaltina. Essas redes servirão de instrumentos para promover maior integração e inclusão digital entre os alunos e para facilitar o acesso de professores, alunos e funcionários aos recursos de rede da RedeUnB. O projeto disponibilizará, ainda, o acesso à rede sem fio de diversos *sites* da Universidade.

Segundo o Relatório de Atividades, a Administração Superior, para promover a integração dos Sistemas Acadêmicos e Administrativos da Universidade, determinou que o CPD providenciasse a remodelação de todos os sistemas da UnB visando um *upgrade* tecnológico e sua integração.

Foram adotadas as seguintes providências no período de seis meses com previsão de término em abril de 2011:

a) capacitação na linguagem JAVA de 15 analistas de TI da área de desenvolvimento;

b) projetada uma nova plataforma de desenvolvimento e um novo sistema de controle de acesso visando a integração dos sistemas;

c) remodelagem de alguns bancos de dados fundamentais ao funcionamento da nova plataforma;

d) construído um *Framework* de desenvolvimento na linguagem JAVA com objetivo de proporcionar produtividade e padronização na construção dos códigos fontes.

Essas atividades fazem parte da primeira fase do projeto de *upgrade* tecnológico e integração dos sistemas, e a conclusão total do projeto deverá acontecer ao longo dos próximos quatro anos.

A equipe de desenvolvimento do CPD, no primeiro semestre de 2010, projetou e construiu o sistema de lançamento de menção via *WEB* – Sistema MençãoWEB, que proporciona simplificação do processo.

Em 2010, também foram regularizados todos os contratos de prestação de serviços de instalação, manutenção e suporte de *link* de comunicação para atender às unidades CEAD, DATAUnB, SEI, HVET e os *campi* de Ceilândia e Gama. Esses serviços proporcionam o acesso à rede da UnB (RedeUnB) via rádio para as unidades que estão fora do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. Além disso, ocorreu melhoria significante na velocidade de transmissão.

No decorrer do ano de 2010, com o apoio do CPD, foram realizadas diversas reuniões, visando a interconexão dos *campi* de Planaltina, Ceilândia e Gama com o Campus Darcy Ribeiro via fibra óptica. O projeto visa:

1. Estender a RedeUnB lançando cerca de 165km, cabo de 48 fibras, monomodo, 1 Gbps, utilizando, sem ônus, a estrutura de dutos e canaletas da Companhia do Metropolitano de Brasília (Metrô-DF) e da Companhia Energética de Brasília (CEB).
2. Lançar F/O subterrânea utilizando a faixa de domínio das BR 020 e 040, em acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).
3. Reservar oito pares para uso próprio da UnB, dois para CEB, um para o GDF e um para o DNIT.
4. Lançar cabo de fibra ao longo da linha do Metrô-DF para uso exclusivo dessa empresa.
5. Ceder 12 pares para REDECOMEP-DF.

Atualmente, a conexão é precária, realizada por meio de *links* de comunicação a custo anual elevado por volta de R$ 372.590.00. Com a implantação dessa rede de fibra óptica a um 1GPS, a velocidade de transmissão será aumentada em 68 vezes e, além disso, permitirá a implantação de novos serviços, como telefonia digital e telefonia VoIP, resultando em melhoria substancial da qualidade dos acessos aos serviços disponibilizados via RedeUnB, bem como com o serviço de tráfego de imagem, voz e dados e proporcionará economia relevante para a Universidade de Brasília.

1.1.3 Quantificação de Espaços Destinados a Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e de Apoio Acadêmico

No que diz respeito aos quantitativos de salas de aula, salas de professores, laboratórios, anfiteatros e outros espaços destinados a atividades de ensino, pesquisa, extensão e de apoio acadêmico, constam, na Tabela 07.03, a seguir, dados numéricos de tais espaços, na UnB, no ano de 2010. Esses números devem ser vistos com certa cautela, face à complexidade de se levantar tais dados em uma instituição do porte da UnB, sendo passíveis, portanto, de ajustes futuros.

Tabela 07.03:Espaços Destinados a Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e de Apoio Acadêmico – 2010

Salas/Área Administrativa	*Campus* Darcy Ribeiro	*Campus* Planaltina	*Campus* Ceilândia(2)	*Campus* Gama(3)	Total UnB
Salas de Aulas(1)	434	7	9	6	456
Salas de Professores	1.258	8	3	3	1.272
Sala de Reuniões	63	-	-	1	64
Auditórios	40	1	-	-	41
Laboratórios	583	3	4	2	592
Anfiteatros	16	-	-	-	16
Biotério	5	-	-	-	5
Biblioteca	6	1	1		8
Centro Acadêmico	39	-	-	-	39
Sanitários	420	7	5	12	444

Fonte: FUB Prefeitura do Campus*.*
1) As salas de aula atendem aos alunos da graduação e pós-graduação, inclusive salas de alunos, salas de aula coletiva, salas de uso comum entre unidades.
2) e (3) Campi com instalações provisórias.

1.1.4 Hospital Universitário de Brasília e Hospital Veterinário

O Hospital Universitário de Brasília (HUB), que possui área de construção de 45.247,50 m², é um espaço para ensino, pesquisa e extensão para os cursos da área de saúde, além de promover assistência médico-hospitalar e odontológica à sociedade.

O Hospital é constituído por unidades e cada uma delas abrange várias áreas de uso. A Unidade I apresenta, entre outras áreas, diretorias, bancos de leite e de sangue, auditório, sala de aula, lavanderia, gabinete do diretor. A Unidade II conta com auditório, sala de aula, medicina nuclear, farmácia, centro de faturamento. A Unidade III (prédio da administração) tem salas de aulas, biblioteca, residência multidisciplinar, postos bancários, setor de compras, centro acadêmico. As Unidades IV e VI (ambulatórios I e II) compreendem o centro de ambulatório (chefia e administração), consultórios, salas de gesso, de imunização, de egressos, salas para procedimentos, para exames e reabilitação, para acolhimento. Na Unidade V (divisão de engenharia clínica) estão instaladas a coordenação e apoio

administrativo, os centros de engenharia predial, de arquitetura, de equipamento médico-hospitalar, a manutenção predial, o almoxarifado.

O HUB conta também com o Centro de Alta Complexidade em Oncologia (CACON), que tem a administração do centro (chefia e apoio administrativo); sala de pesquisa; consultórios; salas de tratamento; de recuperação; de procedimentos; de acolhimento; leito dia; boxe emergência; Clínica Odontológica, que possui consultórios; salas de cirurgia; laboratório de próteses; raios X e Farmácia Escola com laboratórios; almoxarifado; salas de manipulação; depósito de medicamentos controlados.

As atividades na área de Medicina Veterinárias são fortalecidas pela existência do Hospital Veterinário (HVET), inaugurado em agosto de 2000, para atendimento a animais de pequeno e de grande portes.

O HVET tem em sua infraestrutura duas unidades. A Unidade de Grandes Animais conta com instalações reformadas pertencentes à SEAPA; baias para tratamento e internação de animais como ruminantes e equídeos; centro cirúrgico; salas de professores; dois dormitórios para plantonistas e três salas de aulas teóricas.

Já a Unidade de Pequenos Animais conta com seis consultórios de atendimentos; um centro cirúrgico (com apoio); três salas de internação; uma sala de diagnóstico por imagem; um dormitório para plantonista; almoxarifado clínico e copa.

O Hospital Veterinário apresenta alguns problemas em relação a espaço físico insuficiente e precário, falta de equipamentos adequados a diagnósticos especializados, processos de compra ineficientes e demorados.

1.1.5 Áreas de Lazer e Convivência

Quanto à área de lazer, a Universidade dispõe de espaço para atividades esportivas, denominado Centro Olímpico. Existem programas de incentivo e apoio às atividades esportivas, culturais e de lazer de interesse da comunidade interna e externa, tais como: cinema e vídeo comunitário, música, projeto *tour*, teatro e dança, cultura no Restaurante Universitário, olimpíada universitária. O espaço de vivência é utilizado pelos estudantes para o desenvolvimento de atividades artísticas e oficinas.

Além disso, o Centro Comunitário é um espaço para solenidades e eventos artísticos e culturais organizados pela comunidade interna e pela sociedade.

No ano de 2010, conforme informações tiradas do *site* do Ministério da Cultura, foi construído o Memorial Darcy Ribeiro na Universidade de Brasília, que é resultado de um convênio entre o Ministério da Cultura (MinC) e a Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), e teve investimento de R$ 8,5 milhões. Projetado pelo arquiteto e parceiro de Darcy, João Filgueiras Lima, o Lelé, o espaço conta com salas de aula, biblioteca, espelho d' água, além de espaço para descanso e apresentações, apelidado Beijódromo pelo próprio Darcy. O espaço, que parece um misto de oca indígena com nave espacial, possui área de 2 mil m² distribuída em dois andares. A biblioteca tem acervo de mais de 30 mil exemplares do antropólogo, além de documentos pessoais, como cartas trocadas com Oscar Niemeyer e com o filósofo francês Jean-Paul Sartre. O local também contará com exposições de artes brasileiras, que vão desde quadros de Portinari a artefatos indígenas.

1.1.6 Características da Biblioteca[14]

A Biblioteca Central da UnB (BCE) tem por missão promover e garantir para a comunidade universitária o acesso à informação e ao compartilhamento do conhecimento no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UnB, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão. Para isso, a BCE conta com acervo de cerca de 1.500.000 livros, periódicos e materiais especiais, disponíveis por meio de catálogo *on-line* acessível via *web*, além de fornecer acesso a milhões de registros digitais, por meio de uma variedade de serviços.

Para cumprir seu papel a contento, a BCE solicitou à Comissão de Obras da UnB reforma de suas instalações, tendo em vista que o edifício que ocupa já conta com 38 anos.

As reformas externas, extremamente necessárias, foram consideradas muito onerosas para aprovação no atual momento. Essas reformas são necessárias para resolver infiltrações e goteiras que são encontradas em todo o prédio.

As reformas solicitadas, tanto interna quanto externa, resolveriam problemas de iluminação, ventilação, acústica dos ambientes de estudo, adequação do espaço físico ao número de usuários, instalações elétricas para uso de computadores e equipamentos eletrônicos nas mesas de estudo. Em 2010, não foi realizada nenhuma obra ou reforma.

A esse respeito, a Administração Central esclarece que, diante da difícil situação financeira da Universidade e considerando que a questão de obras e reformas no *Campus* está sendo conduzida, dentro de um contexto e horizonte de tempo mais amplo, por uma Comissão do CAD, não foi possível realizar obra ou reformas no ano de 2010, ficando

14 O texto a respeito da BCE foi extraído, em seus aspectos principais, do Relatório Biblioteca Central – Informações para compor o Relatório de Autoavaliação Institucional – exercício 2010.

incluídas na programação do próximo ano, com possibilidade de atendimento, total ou parcial, de acordo com a disponibilidade de recursos e critérios definidos pela Comissão.

Durante o ano de 2010 foram comprados equipamentos e mobiliário que ajudaram a melhorar a infraestrutura física da BCE. Todas as mesas de estudo foram trocadas – com a aquisição de 480 mesas e de 1.600 cadeiras, número maior que o que existia anteriormente na Biblioteca. Também foram adquiridos mesas e cadeiras de trabalho para servidores e colaboradores, além de balcões de atendimento.

Os recursos do REUNI investidos na BCE auxiliaram na redução da precariedade de instalações e materiais, por possibilitarem a aquisição de mobiliário novo e equipamentos. A reforma aprovada pela Comissão de obras também contribuirá para a redução dessa precariedade, que não será eliminada em virtude da obra externa não ter sido aprovada.

As instalações da BCE demandam manutenção contínua em virtude de suas dimensões e de seu uso intenso e contínuo. Assim, a burocracia e a demora no atendimento das necessidades de infraestrutura comprometem a qualidade dos serviços ao usuário.

Em 2010, foram estipuladas metas futuras com relação à infraestrutura, cuja situação é descrita a seguir:

- A BCE compôs, em 2010, a Comissão de Obras da Universidade, o que favoreceu a discussão de suas necessidades de infraestrutura.
- A reforma aprovada pela Comissão de Obras da UnB deve resolver o problema do fluxo interno de trabalho, além de oferecer instalações mais confortáveis aos usuários da BCE. Cabe ressaltar que a realização da reforma foi aprovada, mas o Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (CEPLAN) ainda não se pronunciou e a elaboração de seu projeto ainda não foi iniciada.
- A reforma da fachada externa e do teto do edifício, cujo projeto está concluído, não foi aprovada ainda e está sem previsão de aprovação. Essa reforma constitui ainda uma meta futura que não se realizará em 2011. Isso representa ameaça à integridade física do acervo, que fica exposto às goteiras que se localizam em boa parte do edifício.
- O parque tecnológico da BCE foi atualizado e ampliado em virtude dos equipamentos adquiridos em 2010.

A BCE está instalada no atual prédio desde 1973. Recebe, por dia, média de 4.000 usuários. Ao longo dessas quase quatro décadas, foram poucas as melhorias ou

reformas realizadas de modo a corrigir problemas causados pelo uso ou pelas mudanças inevitáveis que vêm ocorrendo. São mudanças resultantes, principalmente, do uso de tecnologias de informação e comunicação, além do aumento natural no número de usuários, servidores e acervo.

Visando, portanto, a otimizar o uso do espaço físico interno, que, vale ressaltar, ainda é suficiente para acomodar acervos e usuários, foi solicitado ao CEPLAN projeto de reforma nos quatro andares do prédio. Essa reforma deverá ser modularizada de modo a não provocar interrupção dos serviços prestados.

Segundo estimativa preliminar do CEPLAN, em agosto de 2010, o custo total estimado para a reforma interna do prédio é de R$ 3 milhões.

Há na BCE espaços com problema de infiltração, iluminação, climatização, entre outros. A principal justificativa para a reforma é o melhor aproveitamento e a otimização dos espaços e a salubridade dos ambientes, tornando-os adequados tanto para os trabalhadores e usuários quanto para o acervo da Biblioteca, visando ao atendimento das atuais necessidades.

Abaixo, algumas mudanças necessárias propostas pela BCE para o projeto de reforma:

- Troca do balcão de atendimento da secretaria por um balcão moderno, com vidro na parte superior para garantir a segurança do local que hoje é inteiramente aberto, de fácil acesso e com péssimo estado de conservação.
- Salas para estudo individual – distribuição de módulos, mesas e cadeiras para estudo. Instalação de tomadas para *laptops*. Instalação e pontos de acesso para rede sem fio.
- Salas para estudo em grupos – é necessário que seja isolado por divisórias com a parte superior de vidro liso e transparente, e que sejam instalados aparelhos de ar-condicionado. Considerando que se trata de estudo em grupo e, portanto, local com ruído, há necessidade de que permaneça com as portas de acesso fechadas, garantindo boa climatização e circulação de pessoas, assim como silêncio aos outros ambientes da BCE.
- Salas de aula – instalação de ar-condicionado e de ponto de rede, de projetor multimídia no teto e de tela elétrica para projeção.
- Cabines para estudos em grupos – fechamento, com divisórias, de espaços destinados para uso como cabines de estudo, instalação de ponto de rede, além de sistema de ventilação/climatização apropriadas.

- Auditório – troca de todo piso, mobiliário, e da direção das cadeiras. Instalação de ar-condicionado, cabine de som e controle de apresentações, projetor multimídia no teto, tela elétrica para projeção, ponto de acesso para rede sem fio, e construção de tablado alto para a mesa.
- Mudanças na programação visual e no mobiliário de toda a área central, onde estão as ilhas de empréstimo, o balcão de referência e o balcão com terminais de consulta ao acervo (serviços-fim – voltados para o atendimento das demandas dos usuários).
- Instalação de totens em vários pontos para consulta ao acervo.
- Instalação de novos corrimãos nas escadas da entrada principal da Biblioteca, instalação de rodapés e novos corrimãos em todas as escadas internas, reforma total de todos os banheiros para usuários, instalação de novos bebedouros.

Em relação à segurança, foram adquiridos equipamentos para atualizar e ampliar o sistema de segurança da entrada da biblioteca e três *notebooks* que estão em uso para apoiar o controle da saída de livros da BCE. Um sistema de câmeras de vigilância foi solicitado para aquisição, mas a BCE está aguardando a definição pelo Conselho de Segurança da UnB de como a BCE integrará o sistema de segurança da UnB. Já em relação à parte externa, não há segurança ostensiva externa ao prédio da BCE, tendo ocorrido alguns furtos de veículo no estacionamento da Biblioteca em 2010.

1.2 Existência de mecanismo de aferição do grau de satisfação dos discentes em relação à infraestrutura

A Universidade de Brasília vem implementando, desde 2003, a avaliação de disciplinas de graduação por meio de um formulário padronizado. Os dados são coletados e sistematizados pelo CESPE. Nesse formulário, constam itens acerca do suporte oferecido pela UnB para a execução das disciplinas.

A aplicação do formulário no 1º semestre de 2010 resultou nos seguintes dados referentes à infraestrutura:

ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7(%)	Notas acima de 8 (%)	N. de alunos
Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas	13,4	30,7	51,5	34987
Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas	12,4	18,8	31,6	34987
Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo, Secretaria do Departamento) para necessidades surgidas na disciplina	14,7	23,6	33,5	34987
Apoio da UnB (Departamento) para trabalhos de campo	16,3	17,8	21	34987

ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7(%)	Notas acima de 8 (%)	N. de alunos
Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central	38,5	12,5	15,1	34987
Acervo da Biblioteca Central relacionado aos temas tratados na disciplina	29,6	14,8	19,3	34987

Fonte: Avaliação Docente – 1/2010, Coordenadoria de Avaliação/CESPE/UnB, com adaptações.

2 Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins

Conforme dados da Prefeitura do *Campus*, no ano de 2010, várias iniciativas relativas à melhoria da infraestrutura física foram realizadas para impulsionar a manutenção das atividades educacionais, destacando-se as seguintes:

a) reforma no Instituto de Ciências Biológicas e no Instituto de Química;

b) construção de calçadas no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e de rampa de acesso do estacionamento para o nível de passeio;

c) construção de edificações no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro (IB e FT);

d) obra de construção e reforma do Almoxarifado Central;

e) construção de Galpão de ensaios metabólicos – Animal House na Fazenda Água Limpa (FAL).

Quanto à manutenção do espaço físico e de equipamentos, há duas unidades responsáveis: a Prefeitura do *Campus* (PRC) e o Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos (CME). Entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011, foram contabilizadas 14.498 ordens de serviços para manutenção das instalações físicas, hidráulicas e elétricas; confecção de 5.299 placas de endereçamento, 2.118 artefatos de madeira e de ferro, 304,18 m² de grades de proteção; realização de 12.385 atendimentos de transporte; concessão de 41 autorizações para permissionários eventuais, confecção e restauração de 661 carteiras escolares para atendimento à Comunidade Universitária, bem como fabricação de 57.892 litros saneantes pela Fábrica Escola de Química (FEsQ)/PRC, para atendimento da demanda da UnB, RU e HUB, além de propiciar conhecimentos práticos aos alunos do Instituto de Química.

Já a segurança no *Campus* necessita de melhorias, e, para isso, a Prefeitura do *Campus* teve como principal iniciativa nesse campo a adesão à ata de registro de preços da FURG para implantação de sistema de CFTV para monitorar as áreas públicas de circulação

do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. A adesão ocorreu em 2010 e o sistema está sendo implantado agora. Para tanto, a Prefeitura está trabalhando em parceria com a PMDF.

Adicionalmente, a PRC apresenta como prospecção o desenvolvimento do plano de segurança da UnB. Esse plano já começou a ser trabalhado.

3 Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras

"Formar pessoas com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manterem atualizados ao longo do tempo" é um dos objetivos estratégicos da UnB, definidos no PDI 2006 a 2010.

Para alcance desse objetivo, foram traçadas, no plano, estratégias para o período de 2006 a 2010, conforme apresentado no PDI. Algumas dessas estratégias estão relacionadas à prática pedagógica, destacando-se as seguintes: difundir e utilizar práticas pedagógicas inovadoras, incluindo metodologias semipresenciais, híbridas e a distância; promover práticas pedagógicas que estimulem a permanência do estudante no curso e incorporar práticas pedagógicas inovadoras em todos os cursos de graduação.

O PDI traz também diretriz acerca da implementação de práticas pedagógicas que estimulem a autonomia, a criatividade, o espírito crítico, o empreendedorismo e a conduta ética na formação dos estudantes de graduação, visando ao alcance da excelência no ensino universitário.

Para tanto, é de fundamental importância que se tenha infraestrutura adequada de apoio a essas práticas. Isso tem sido atendido por meio de construção de prédios e, mais recentemente, com os investimentos expressivos do REUNI nos *campi* da UnB, para construção de novos prédios de salas de aula e outros, reformas e adequações dos laboratórios existentes, reformas de salas de aula e anfiteatros, aquisição de equipamentos de informática e de laboratórios, entre outros, os quais, certamente, contribuirão com o estabelecimento de melhores condições, para atendimento às necessidades dos docentes e discentes.

4 Aspectos positivos

Realização, por equipe de pesquisa, de avaliação da Infraestrutura Física, sob a coordenação da Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, mediante a aplicação de entrevistas com 66 gestores acadêmicos e administrativos da Universidade, cujos resultados estão em fase final de análise e elaboração de relatório final pela equipe executora

da pesquisa. Conhecidos os resultados da avaliação dessa área e considerando-se as sugestões que forem propostas, a Administração Superior tomará as medidas corretivas ou ações internas, com vistas à melhoria dos serviços prestados pelo órgão, em benefício da comunidade universidade e público em geral.

Foram realizadas, sob a coordenação da Comissão Permanente do REUNI, diversas obras nos *campi*, com recursos à conta daquele programa, cumprindo todas as metas previstas para o ano, além de outras obras e reformas, à conta de recursos próprios, executadas pelo CEPLAN e pela PRC. Essas obras e reformas visam a trazer melhorias para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

A evidenciação dos demonstrativos por parte do CEPLAN torna mais transparente os gastos com obras novas da Universidade, o que permite melhor acompanhamento de sua execução ao longo do exercício. Foram também citadas, no texto, diversas benfeitorias executadas pela PRC.

Avanços importantes são observados na quantificação de dados físicos relativos a: áreas por unidade acadêmica, ainda que com certa defasagem; andamento e monitoramento de obras e atividades do REUNI; quantitativos de salas de aula, salas de professores, auditórios, anfiteatros – ainda que tais dados estejam sujeitos a correções; equipamentos de informática; Hospital Universitário, HVET; entre outros.

Melhoria da infraestrutura física da Biblioteca Central, especialmente no que diz respeito à aquisição de mobiliário (mesas e cadeiras) e equipamentos.

5 Aspectos que merecem atenção

Os pontos que merecem atenção em relação à Infraestrutura na Universidade de Brasília são:

a) dificuldades e entraves burocráticos e técnicas, não só na formalização dos procedimentos licitatórios, como também na execução e fiscalização das obras;

b) a morosidade nos atendimentos, pela Prefeitura, aos pedidos de serviços, por parte da comunidade universitária, sinalizando para a necessidade de reavaliação de sua estrutura organizacional e do processo de gestão.

Como a burocracia nos processos licitatórios é um fator externo que independe de ações internas para solucioná-lo, torna-se necessário ser mais eficiente na gestão administrativa e na utilização de melhores práticas e procedimentos técnicos mais eficazes,

exigindo, portanto, atuação rápida, a fim de se evitar o comprometimento das atividades institucionais e prejuízo ao poder público.

Outro aspecto que merece atenção é a falta de diagnóstico e avaliação sistemática da infraestrutura física da Universidade – a exemplo do que foi feito com a avaliação da gestão de meios por um grupo de pesquisa – compreendendo, inclusive, a coleta de informações a respeito do grau de satisfação dos usuários da Biblioteca, de laboratórios, de salas de aula, de anfiteatros, entre outros espaços, a fim de que a Instituição possa, com os resultados específicos, tomar medidas corretivas, preventivas e de melhoramentos dos serviços e assistência que presta à comunidade universitária e à sociedade em geral.

A UnB tem apresentado pontos positivos em relação à infraestrutura física. Foram realizadas, sob a coordenação da Comissão do REUNI, diversas obras nos *campi*, com recursos à conta daquele programa, além de outras obras e reformas, à conta de recursos próprios, executadas pelo CEPLAN e pela PRC. Essas obras e reformas visam trazer melhorias para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

A evidenciação dos demonstrativos por parte do CEPLAN torna mais transparente os gastos com obras novas da Universidade, o que permite melhor acompanhamento de sua execução ao longo do exercício. Foram também citadas, no texto, diversas benfeitorias executadas pela PRC.

Avanços importantes são observados na quantificação de dados físicos relativos a: áreas por unidade acadêmica; andamento de obras e atividades do REUNI; quantitativos de salas de aula, salas de professores, auditórios, anfiteatros – ainda que tais dados estejam sujeitos a correções; equipamentos de informática; Hospital Universitário; entre outros.

6 Prospecção

A partir do relatório de avaliação da gestão de meios – Infraestrutura Física, elaborado por grupo de pesquisa e entregue, em março de 2011, à Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, foi constituído, a exemplo das avaliações anteriores, grupo de trabalho com membros da Comissão, com a função de fazer análise do referido relatório, em especial com relação às recomendações sugeridas, para subsidiar a Administração Central na tomada de medidas e ações, com vistas à melhoria dos serviços de manutenção, conservação, segurança e infraestrutura física, no âmbito da Instituição.

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional

Esta Dimensão aborda, em conformidade com as orientações constantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com as demais dimensões, o processo de Avaliação Institucional. Pretende-se subsidiar a análise de sua eficácia e de seus resultados, em articulação com planejamento da Universidade. Para tanto, parte-se do Relatório CPA 2009, inserindo-se avanços e atualizações.

Item 1: Adequação do planejamento geral da UnB e sua relação com os objetivos institucionais estatutários

O Plano Orientador da Universidade de Brasília, de 1962, definiu modelo de administração, com estrutura e organização autônoma para a Universidade. Com a progressiva expansão da UnB, o projeto pedagógico institucional tem sido refeito para adaptar-se às novas realidades. A partir de 1994, representantes de unidades acadêmicas e administrativas elaboraram diagnóstico institucional que possibilitou a definição de diretrizes norteadoras da gestão que se seguiu.

Em 1998, novos seminários de Planejamento e Administração Estratégica contribuíram para a elaboração de diretrizes, missão, objetivos, pontos fortes e fragilidades que subsidiaram encontros de planejamento com demais órgãos da Reitoria.

Em 2002, esse processo foi retomado e aperfeiçoado, o que gerou mecanismos de gestão mais eficientes e eficazes do processo administrativo desenvolvidos em três níveis: o estratégico, que resultou na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) pelos Decanatos; o tático, que gerou os Planos Quinquenais (PQ) para os períodos de 2002 a 2006 e de 2007 a 2010, sob a responsabilidade das faculdades, dos centros, das secretarias e dos decanatos; e o operacional, em que as mesmas unidades responsáveis pelo nível tático também se encarregam de alocar recursos para a execução de seu Plano Anual de Atividades (PAA).

Em 2010, constituiu-se a Comissão Coordenadora dos Trabalhos do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), com vistas a uma maior interação entre os diversos setores da Universidade e adaptação às perspectivas que já se delineiam. Essa comissão elaborou o Texto de Referência para a construção do PPPI, que deverá traduzir, até 2012, a diversidade, a complexidade, a criatividade e as expectativas da UnB.

Item 2: Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional

Para acompanhar o planejamento, o Relatório de Gestão de 2009 já apontava os seguintes instrumentos.

Relatórios Trimestrais de Planejamento (**RTP**). São instrumentos cumulativos elaborados pelas unidades envolvidas no processo de planejamento que identificam o grau de alcance das metas definidas pelas unidades; os recursos despendidos; as dificuldades institucionais enfrentadas; e as medidas corretivas. Os RTP encontram-se disponibilizados no portal do DPO – www.spl.unb.br/documentos.

Relatório Anual de Gestão. Elaborado a partir do último relatório trimestral de planejamento do respectivo ano, representa avaliação institucional, feita pelo Conselho Diretor da FUB, do alcance do grau do planejamento executado pelas unidades e pela Universidade como um todo. Os Relatórios Anuais de Gestão encontram-se disponibilizados no portal da UnB (www.unb.br/tranparencia) e do DPO (www.spl.unb.br/documentos).

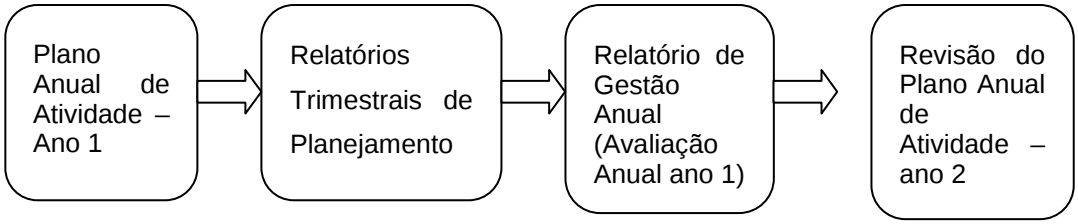
Seminário de Avaliação do Planejamento. Realizado no terceiro ano do período quinquenal de planejamento, visa analisar a consistência entre o planejamento e a execução plurianual e a identificar as possíveis alterações e redirecionamentos a serem efetuadas no processo de planejamento a médio prazo.

Relatórios de Avaliação Plurianual. Ao final de cinco anos é elaborado um relatório circunstanciado em que são analisados os objetivos e as metas alcançadas, a evolução da linha de financiamento, ao longo do período de planejamento, e a consistência dos instrumentos e indicadores, visando ao estabelecimento das mudanças a serem introduzidas.

O Planejamento da Universidade foi definido em observância às finalidades essenciais da UnB constantes no seu Estatuto: o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

Os ciclos anuais do planejamento institucional compreendem a realização de acompanhamentos trimestrais da execução do Plano Anual de Atividade, conforme mostrado a seguir.

Figura 08.01: UnB – Ciclo Anual de Acompanhamento e Avaliação do Sistema de Planejamento e dos Planos Institucionais



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2002-2006.

Em relação ao processo de autoavaliação institucional, exigido por lei, a Universidade, além de instituir, pela Resolução do Conselho Universitário n. 1/2009, a Comissão Própria de Avaliação (CPA),constituiu, pelo Ato da Reitoria n. 362/2010, o Grupo Técnico de Avaliação (GTA) da Comissão Própria de Avaliação da Universidade de Brasília.

2.1 Avaliação da Gestão de Meios[15]

A UnB iniciou, em 2009, processo de avaliação da gestão de meios, utilizando, entre outras técnicas, a metodologia MCDA (Metodologia de Multicritérios, para apoiar a tomada de decisão), encomendado pela Comissão de Reestruturação da Reitoria n. 20/2009. Nesse contexto, a decisão da UnB em instituir comissão para estudar possível reformulação de sua estrutura de gestão e proceder a uma análise crítica da atualidade e adequação das práticas administrativas vigentes, ambas com vistas a otimizar os processos gerenciais da Instituição, coincide com os propósitos preconizados pelo esforço de reestruturação e modernização ora em curso na Universidade.Trata-se de trabalho de complexa avaliação das atividades intrínsecas às áreas meio da UnB, mais especificadamente da gestão institucional e da gestão da Infraestrutura. Nesse processo, foram entrevistados 66 gestores de áreas acadêmicas e administrativas da UnB, os quais tiveram a oportunidade de expor suas impressões, críticas e sugestões a respeito das áreas em análise.

15 Texto extraído do relatório Projeto Avaliação Institucional e Gestão de Meios.

No momento, foram concluídas avaliações das áreas de Gestão de Pessoas; Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças; Tecnologia da Informação; e Infraestrutura Física. Encontram-se em fase de conclusão as áreas de Convênios e Contratos, e Avaliação Institucional (Gestão da Alta Administração).

2.1.2 Resultados das Avaliações da Gestão de Meios[16]

Mudanças significativas ocorreram após os resultados da Pesquisa do Grupo de Meios, a começar pela criação de dois novos decanatos na estrutura da Universidade de Brasília: o Decanato de Gestão de Pessoas e o Decanato de Planejamento e Orçamento, aprovados pelo CONSUNI, conforme Resolução n. 29, de 7/12/2010.

Os resultados das avaliações da Gestão de Pessoas, da Gestão das áreas de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças, da área de TI, e de Infraestrutura Física constam dos respectivos relatórios elaborados pelo grupo de pesquisa, entregues à Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB.

No que diz respeito à Gestão de Pessoas, foi apresentada, no Relatório de Autoavaliação, 2009, enviado ao INEP/MEC em 2010, uma síntese do documento, abordando aspectos, como: metodologia e técnicas utilizadas; abrangência da pesquisa; dimensões e focos relevantes, afins; análise e resultados; e, por último, recomendações e sugestões, com vistas à melhoria da gestão de pessoas no âmbito da Universidade.

Em relação à avaliação da gestão do planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, foi feita abordagem geral a respeito na Dimensão 1 – A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional, deste documento, a partir de análise específica feita por grupo de trabalho da Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB sobre o relatório apresentado pelo grupo de pesquisa.

Relativo à área de Tecnologia da Informação (TI), cabe citar alguns aspectos apurados na pesquisa, a saber: 40% das Unidades entrevistas avaliaram a gestão de TI da UnB como sendo “ruim” ou “péssima”. Todas as demais Unidades avaliaram esse item como “regular” ou “bom”. Nenhuma Unidade considerou a gestão de TI como “excelente”. Os itens onde se evidenciaram avaliações mais negativas foram: “Planejamento e Tecnologia da Informação”, “Atividades de Capacitação” e “Qualidade dos Serviços Prestados pelos Órgãos de TI da UnB”. Entretanto, cabe notar que todos os demais itens receberam

16 Texto extraído do documento Projeto de Avaliação Institucional e Gestão de Meios, UnB, 2009.

avaliação muito abaixo do esperado, o que indica que os problemas relacionados à gestão de TI não residem apenas nos três itens antes destacados.

No que tange à gestão estratégica de TI, a Universidade carece de um PDTI (Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação), demandado pelos órgãos de controle do governo federal, conforme apontado pelo grupo de pesquisa. Na ausência desse instrumento de planejamento, as decisões relativas a TI correm o risco de serem tomadas de maneira fragmentada e sem uma visão prospectiva. Trata-se de área que demanda intervenção urgente, pois cria riscos importantes, inclusive de questionamentos por parte dos órgãos normativos na área, conforme observado pelo grupo de pesquisa, em seu relatório.

Ainda de acordo com o grupo de pesquisa, o processo de mudanças na governança de TI da UnB deve acompanhar o desenvolvimento e implantação de sistemas corporativos que atendam com efetividade às demandas hoje existentes e que estabeleçam bases coerentes e sustentáveis para o apoio à gestão da instituição como um todo.

Por determinação da Comissão de Reestruturação, foram constituídos, a exemplo dos relatórios anteriores, grupos de trabalho, composto de membros da referida comissão, com a função de fazer análise crítica dos relatórios afins, especialmente em relação às recomendações feitas pelos idealizadores da pesquisa, de forma a subsidiar a Administração Central, na tomada de decisões e ações práticas, com vista à melhoria das áreas de Infraestrutura e de TI, na Universidade.

Já em relação às áreas de Convênios e Contratos e Avaliação Institucional, o trabalho de diagnóstico e avaliação está em andamento, para que, após a entrega dos respectivos relatórios, pelo grupo de pesquisa, a Comissão possa analisar os resultados e recomendações, a fim de que sejam tomadas medidas efetivas, na busca de melhorias dos processos organizacionais e da gestão dessas áreas.

2.2 Análise de Impacto da Matriz SWOT[17]

A matriz estratégica da Universidade de Brasília, realizada no ano de 2010, considerou a metodologia SWOT, que correlaciona os fatores internos, fortes ou fracos, com as condições externas, oportunas ou ameaçadoras, pontuados por gestores de áreas estratégicas da Universidade, de acordo com o nível de impacto.

17 Informações extraídas do documento Bases de Planejamento Estratégico 2011-2015, UnB, 2011.

A análise dessa matriz, conforme consta no documento Bases de Planejamento Estratégico 2011-2015 (UnB, 2011) indica que, para alcançar os seus objetivos institucionais e materializar a visão definida pelos gestores, a UnB deverá orientar sua atuação para utilizar a imagem positiva da Instituição e procurar ampliar o acesso a fontes de fomento e financiadores. Para tanto, o ponto forte, cuja exploração tende a trazer maior impacto ao desenvolvimento institucional, refere-se à Capacidade da UnB em gerar e captar recursos próprios. Os gestores que participaram do processo de elaboração da Matriz Estratégica destacaram a necessidade de continuidade do processo interno de reestruturação e modernização da Universidade. Por outro lado, a maior ameaça ao projeto de desenvolvimento institucional identificada refere-se à Perda de pessoal qualificado para outros órgãos públicos. O ponto fraco que poderá causar maior comprometimento dos planos iniciados está relacionado à falta de plano de comunicação institucional.

A relevância dos elementos supracitados recomenda que os gestores das áreas os considerem na definição de seu planejamento estratégico, ou seja, na definição de objetivos, metas e indicadores com vistas a um processo mais efetivo e condizente com a realidade da Instituição.

Item 3: Relação entre a autoavaliação e o planejamento

O PDI da Universidade é estruturado com observância estreita dos eixos temáticos, compostos pelas dimensões exigidas pelo Decreto n. 5.773/2006. A autoavaliação, que segue Roteiro de Autoavaliação Institucional (MEC/INEP, 2004), está organizada nessas dez dimensões: 1. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); 2. Políticas para Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação; 3. Responsabilidade Social; 4. A Comunicação com a Sociedade; 5. Políticas de Pessoal e Carreira; 6. Organização e Gestão da Instituição; 7. Infraestrutura Física; 8. Planejamento e Avaliação; 9. Política de Atendimento ao Aluno; 10. Sustentabilidade Financeira.

Item 4: Avaliação institucional antes da implantação do SINAES[18]

Foi na década de 1980 que a UnB começou a pensar na avaliação como forma de assegurar o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O primeiro

18 Texto extraído do Relatório de Autoavaliação da UnB, 2010.

marco, em 1986, foi a elaboração da Proposta de Avaliação de Ensino Superior. Naquela época, foram avaliados todos os cursos de graduação da UnB.

Em 1993, seguindo a orientação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/PAIUB do MEC/SESu, a UnB elaborou projeto que previa a realização de avaliação externa, autoavaliação e pesquisa de egressos. Foi implantada apenas a Avaliação Externa de Cursos e a pesquisa dos egressos formados, tendo sido submetidos à avaliação externa 28 cursos de graduação, em 1997, envolvendo os concluintes de cursos de graduação no período de 1985 a 1995. Foram enviados 3.711 questionários via correio. O retorno foi de 1.072 questionários considerados válidos para análise. Deu-se continuidade à avaliação de disciplinas e do desempenho docente, implantada na experiência anterior.

Em 2002, a Resolução da Reitoria n. 024/2002 constituiu comissão interna de avaliação institucional da UnB, que apresentou projeto com enfoque em três eixos básicos: 1) avaliação geral, 2) avaliação específica do ensino de graduação e 3) pesquisa de egressos. A pesquisa de egressos foi implantada com uma primeira amostragem envolvendo sete cursos de graduação. A avaliação de disciplinas e desempenho docente foi aplicada em três semestres, sob a coordenação do DEG.

A partir de 2004, os cursos começaram a ser avaliados pelo ENADE e a avaliação de disciplinas e desempenho docente continua a ser aplicada.

Item 5: Processo de autoavaliação interna da UnB

Em cumprimento ao disposto no art.11 da Lei n. 10.861/2004 e no art. 7º da Portaria n. 2.051/2004, constituiu-se na UnB a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o objetivo de conduzir os processos de avaliação internos da UnB, de sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA compõe-se dos seguintes membros: Reitor, Decano de Ensino e Graduação, Secretário de Planejamento (atualmente, Decano de Planejamento e Orçamento), dois representantes docentes, dois representantes discentes e dois representantes servidores técnico-administrativos e dois representantes da Sociedade Civil (Resolução da Reitoria n. 21/2010).

Em fevereiro de 2010, o Reitor criou o Grupo Técnico de Avaliação (GTA), composto por representantes de todos os Decanatos, inclusive o Decanato de Planejamento e Orçamento, do CESPE, do CPD e da Secretaria de Administração Acadêmica. O GTA tem a função precípua de auxiliar a CPA na institucionalização do processo de autoavaliação na

UnB. Ainda de acordo com a Resolução da Reitoria n. 362/2010, compete ao GTA, entre outras atribuições, “elaborar proposta de Plano de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília (PAAI), o qual deverá ser submetido à apreciação da CPA”.

O Decanato de Planejamento e Orçamento possui, com o objetivo de dar suporte à CPA e ao GTA, uma equipe de avaliação institucional, composta por quatro servidores da Universidade de Brasília.

No momento, a equipe de avaliação possui duas frentes principais de trabalho: a primeira, que dá suporte a elaboração do Relatório de Autoavaliação, e a segunda, responsável pela pesquisa e pelos levantamentos necessários à elaboração do Plano de Autoavaliação da UnB, que deverá ser concluído até o primeiro semestre de 2012.

Além das atribuições supracitadas, a equipe detém e disponibiliza à comunidade acadêmica documentos contendo dados oficiais da Universidade, tais como: Projeto de Avaliação Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Quinquenal (PQ), Plano Anual de Atividades (PAA), Anuários Estatísticos, Manual de Planejamento, Relatórios Trimestrais de Planejamento, Relatórios de Gestão da UnB, Plano de Expansão da Universidade de Brasília (*campi* de Planaltina, Ceilândia e Gama), Relatório FUB: Perspectivas de Captação de Recursos Próprios, Sistemas de dados: SIGRA, SIPPOS, SIEX e Sistema de Acompanhamento do Planejamento.

5.1 Avaliação dos Cursos de Graduação

Desde 2003, a UnB vem implementando a avaliação de disciplinas de graduação por meio de formulário padronizado. Atualmente, a avaliação de disciplinas e desempenho docente tem sido aplicada pelo CESPE, que coleta e sistematiza os dados.

Apresenta-se, por meio do Anexo A, o documento Resultado Geral de Avaliação Docente, efetuado em 2010, correspondente ao período 1/2007 a 1/2010, abordando: o Programa da Disciplina, o Desempenho do Professor, a Autoavaliação de Rendimento e Suporte à Execução da Disciplina, cujos itens avaliados são especificados, a seguir:

A aplicação do formulário no primeiro semestre de 2010 avaliou os seguintes dados gerais.

Programa da disciplina: 1. Carga horária; 2. Clareza na descrição dos objetivos do programa; 3. Compatibilidade dos objetivos com a ementa; 4. Sequência do conteúdo programático; 5. Adequação dos objetivos ao conteúdo; 6. Clareza quanto aos critérios de

avaliação; 7. Adequação da bibliografia utilizada ao conteúdo da disciplina; 8. Relevância do conteúdo para formação profissional do aluno; 9. Adequação dos pré-requisitos da disciplina.

Desempenho do professor: 10. Domínio do conteúdo ministrado; 11. Qualidade na transmissão do conteúdo; 12. Entusiasmo demonstrado na transmissão do conteúdo; 13. Incentivo à participação dos alunos nas atividades previstas no programa da disciplina; 14. Incentivo, ao aluno, à realização de atividades adicionais de aprofundamento do aprendizado; 15. Uso de estratégias para motivar os alunos em relação ao conteúdo; 16. Ritmo de apresentação do conteúdo; 17. Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos; 18. Profundidade com que o conteúdo foi abordado, considerando os objetivos da disciplina, 19 Integração do conteúdo da disciplina com conteúdos conexos de outras disciplinas; 20. Integração entre teoria, pesquisa e/ou aspectos da realidade; 21. Qualidade dos exemplos utilizados para relacionar teoria, pesquisa e prática; 22. Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalhos, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado; 23. Discussão dos resultados de avaliações de aprendizagem; 24. Adequação do uso dos recursos de ensino (quadro de giz, retroprojetor, etc.); 25. Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos, relacionadas ao conteúdo da disciplina; 26. Cordialidade na relação com os alunos; 27. Respeito às ideias manifestadas pelos alunos acerca dos temas abordados; 28. Disponibilidade para atendimento extraclasse; 29. Cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor; 30. Assiduidade.

Autoavaliação de rendimento: 31. Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina; 32. Rendimento nas tarefas propostas pelo professor; 33. Busca de aprofundamento por meio de pesquisa bibliográfica e leituras; 34. Disposição para trocar ideias com os colegas e com o professor; 35. Assimilação dos conteúdos abordados na disciplina; 36. Capacidade de aplicar os conhecimentos ensinados na disciplina em outras situações e contextos; 37. Capacidade de transmitir os conhecimentos adquiridos na disciplina a outras pessoas.

Suporte à execução da disciplina: 38. Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas; 39. Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas; 40. Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo a secretaria do departamento) para necessidades surgidas na disciplina; 41. Apoio da UnB (Departamento) para trabalhos de campo; 42. Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central; 43. Acervo da Biblioteca Central relacionado ao temas tratados na disciplina; 44. Número de alunos na disciplina.

A despeito da relevância da aplicação desse instrumento de avaliação discente ao longo dos últimos anos, que, de todo modo, oferece resultados subsidiadores de ações docentes e de gestão acadêmica, é praticamente consensual que há a necessidade de profunda revisão do processo.

5.2 Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação

Assimetrias internas caracterizam os cursos de pós-graduação da UnB. A solução para esse problema vem sendo buscada por meio de um conjunto de ações coordenadas, a saber: revisão da matriz de alocação de recursos do PROF/CAPES, para minimizar a distribuição desigual de recursos entre os programas, reestruturação de cursos inclusive com propostas de desmembramento para fortalecer as identidades específicas de cada grupo, acompanhamento pelo DPP das discussões sobre reestruturação, inclusive com apoio financeiro de recursos próprios para custear a vinda de avaliadores *ad hoc* e membros do comitê de área e, principalmente, com a edição em 2009/2010 de editais de apoio a pós-graduação. A participação da UnB nos editais da CAPES significou aporte de recursos no total de R$ 442.169, 00 em 2009 e R$ 2.348. 434, 80 em 2010.

Como desafios e perspectivas para o período 2011-2014 incluem-se:

- Projeto do Observatório do Conhecimento denominado “Observe-UnB”. O objetivo geral desse projeto é desenvolver um repositório do conhecimento institucional em formato digital, incluindo os Grupos de Pesquisa certificados pela Instituição, aqueles relacionados ao repositório do CNPq, bem como as pesquisas em andamento, centros e excelência, projetos internacionais de projeção, os quais deverão estar à disposição da comunidade para consulta por meio de ferramenta de busca via internet.
- Planejamento 2011-2020 deverá ser definido para estabelecimento de metas a serem alcançadas pela pós-graduação e pesquisa no âmbito da UnB e dirigidas pelo DPP. A primeira iniciativa para colher subsídios para a elaboração do planejamento foi feita por meio da realização do I Seminário da UnB, ocorrido no período de 6 a 9 dezembro de 2010.
- A área de TICS é vital para o desenvolvimento do País e está sendo discutida também na UnB, a qual deve integrar IFES e empresas na criação de uma rede de TICS na região do Distrito Federal, dentro da Região Centro-Oeste. Com a

implantação da cidade digital em Brasília, essa iniciativa terá maior abrangência de operacionalização, tendo em vista a integração academia empresas digitais do DF.

Como diretrizes gerais do PNPG 2011-2010, o DPP tem seguido as recomendações, como o estímulo à formação de redes de pesquisa e pós-graduação, na qual o DPP participou por meio da criação da Rede Pro-Centro-Oeste.

Outro aspecto importante é a garantia do crescimento e apoio ao SNPG, para o qual o DPP, com auxílio da CPP, submeteu 24 propostas de cursos novos de Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional, somente em 2010, tendo ampliado o auxílio financeiro para os PPGs da UnB de forma inclusiva para esses novos programas. Vale ressaltar que nos cursos novos algumas propostas já trazem a característica importante da interdisciplinaridade, como os programas recém-criados de mestrado e doutorado Interdisciplinar em Saúde, no *campus* da Ceilândia e o programa de Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro da UnB.

Em relação à internacionalização e cooperação internacional, o DPP tem estimulado a visita de pesquisadores estrangeiros por meio de diversas iniciativas de apoio aos PPGs, como a visita de prêmio Nobel em 2010, além do Seminário de P&I.

Outra diretriz muito importante do PNPG 2011-2020 está relacionada ao apoio e valorização das publicações em periódicos nacionais e internacionais de qualidade, sendo que o DPP publica anualmente edital específico para auxílio a publicações classificadas no Qualis/CAPES nos estratos A1, A2, B1 ou B2, sendo que desde 2008 o montante da demanda nunca superou o montante aplicado pelo DPP.

5.2.1 Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação pela CAPES

Para a avaliação da CAPES, a partir de 1996/97, para programas de pós-graduação e cursos de doutorado isolados os conceitos são: 7, 6, 5, 4, 3, 2 e 1. Os cursos de Mestrado isolados são avaliados de 1 a 5. Programas e cursos recomendados pela CAPES devem ter no mínimo conceito 3.

Segue a Evolução da Avaliação Trienal da CAPES até 2009.

Quadro 08.01: Evolução da Avaliação Trienal da CAPES (2001/2003 – 2004/2006 – 2007/2009)

CURSO	Avaliação									Variação
	01/03			04/06			07/09			
	M	D	P	M	D	P	M	D	P	
Administração	4			4	4	4	5	5	3	▲
Agronegócios	3			4	-	-	3	-	-	▼
Agronomia				4	4	-	4	4	-	=
Antropologia	7	7		7	7	-	7	7	-	=
Arquitetura e Urbanismo	4	4		3	3	-	4	4	-	▲
Arte	4			4	4	-	4	4	-	=
Bioética				4	4	-	4	4	-	=
Biologia Animal	4	4		5	5	-	4	4	-	▼
Botânica	4			4	4	-	4	4	-	=
Ciência Política	4			4	4	-	5	5	-	▲
Ciências Animais				4	4	-	4	4	-	=
Ciências Biológicas (Biologia Molecular)	5	5		6	6	-	6	6	-	=
Ciência da Informação	5	5		4	4	-	5	5	-	▲
Ciências da Saúde		4		5	5	-	4	4	-	▼
Ciências do Comportamento				5	5		4	4	-	▼
Ciências Florestais	4	3		4	4	-	4	4	-	=
Ciências Mecânicas	4	4		4	4	-	4	4	-	=
Ciências Médicas	4	4		3	3	-	4	4	-	▲
Comunicação	4	4		4	4	-	4	4	-	=
Contabilidade - UnB - UFPB - UFRN	4			4	4	-	4	4	-	=
Desenvolvimento Sustentável	5	5	5	5	5	3	5	5	3	=
Direito	5	3		5	5	-	5	5	-	=
Ecologia	5	5		5	5	-	5	5	-	=
Economia	5	5	5	6	6	4	5	5	4	▼
Educação	4	3		4	4	-	4	4	-	=
Educação Física				3	-	-	3	-	3	=
Engenharia Elétrica	4	4		4	4	3	3	3	4	▼
Ensino de Ciências			3	-	-	3	-	-	4	▲
Estatística				3	-	-	3	-	-	=
Estruturas e Construção Civil	5	5		4	4	-	5	5	-	▲
Estudos Comparados sobre as Américas	4	4		4	4	-	3	3	-	▼
Filosofia	3			3	-	-	3	-	-	=
Física	5	5		5	5	-	5	5	-	=
Fitopatologia	5	5		4	4	-	5	5	-	▲
Geociências Aplicadas				4	4	-	4	4	-	=
Geografia	3			4	-	-	4	-	-	=
Geologia	6	6		6	6	-	6	6	-	=
Geotecnia	6	6		6	6	-	6	6	-	=
História	4	4		5	5	-	4	4	-	▼
Informática	3			3	-	-	4	-	-	▲
Linguística	4	4		4	4	-	4	4	-	=
Linguística Aplicada	3			3	-	-	3	-	-	=
Literatura	4	4		4	4	-	5	5	-	▲
Matemática	6	6		6	6	-	6	6	-	=
Medicina Tropical	4	4		4	4	-	3	3	-	▼
Música	3			3	-	-	3	-	-	=
Nutrição Humana	3			4	4	-	4	4	-	=
Patologia Molecular	4	4		4	4	-	5	5	-	▲
Política Social	5	5		5	5	-	5	5	-	=
Processo do Desenv. Humano e Saúde				5	5	-	4	4	-	▼
Psicologia Clínica e Cultura				4	4	-	4	4	-	=
Psicologia Social do Trabalho e das Organizações				5	5		5	5	-	=
Química	4	4		5	5	-	5	5	-	=
Regulação e Gestão de Negócios				-	-	3	-	-	3	=
Relações Internacionais	4	4		5	5	-	6	6	-	▲
Saúde animal				3	-	-	4	-	-	▲
Sistemas Mecatrônicos	3			4	4	-	4	4	-	=
Sociologia	5	5		5	5	-	5	5	-	=

CURSO	Avaliação									Variação
	01/03			04/06			07/09			
	M	D	P	M	D	P	M	D	P	
Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos	5	5		4	4	-	4	4	-	=
Transportes	5	4		5	5	-	4	4	-	▼
Turismo						3	-	-	3	=

Legenda: M – Mestrado Acadêmico; MP – Mestrado Profissionalizante; D – Doutorado.
Fonte: DPP/2010.

As últimas avaliações revelaram que alguns cursos, sempre mantendo nota mínima 3, precisam ser revistos, como Agronegócios, Educação Física, Estatística, Filosofia, Linguística Aplicada, Música, Regulação e Gestão de Negócios e Turismo. O curso de Relações Internacionais mostrou-se em ascensão e atingiu a nota 6. Também com 6 estão Antropologia, Geologia, Geotecnia e Matemática. Em destaque, Antropologia mantém-se nas três avaliações com nota 7.

5.3 Avaliação dos servidores – educação corporativa

No tocante a outra vertente avaliativa, a partir de 2002 foram reorientados as atividades de formação e estruturado do Programa de Educação Corporativa.

No final de 2009, a PROCAP/DGP promoveu levantamento das necessidades por cursos, tanto individual quando por unidades. Nesse mesmo ano, a Administração Superior solicitou uma pesquisa de Avaliação de Meios de Gestão de Pessoas para coletar a opinião das unidades quanto às atividades do DGP, cujo relatório final foi disponibilizado à Administração Superior em dezembro de 2009.

Item 6: PPPI, PPC e relatório final de autoavaliação

Os aspectos relacionados ao desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico Institucional durante o período deste Relatório estão bem detalhados no segundo conjunto temático “Currículos: concepção e prática, da Dimensão 2. Em resumo, indica-se que, em 2010, houve reorganização na metodologia de construção do PPPI: em vez das amplas discussões propostas pelas palestras e conferências organizadas em 2009, o debate da coletividade acadêmica foi realizado a partir de grupos compostos por docentes, técnicos-administrativos e discentes indicados pelos colegiados das diferentes unidades, por segmentos dessas unidades ou ainda por organismos representativos. O procedimento de construção do documento deverá ainda perdurar por todo o ano de 2011, seguindo-se a essa primeira elaboração dos grupos, as consultas aos colegiados das unidades e a

consulta pública para então a elaboração do documento final e encaminhamento do mesmo para a aprovação nos colegiados superiores da Universidade.

De forma similar ao PPPI, no primeiro conjunto temático da Dimensão 2 encontra-se exposta a situação atual acerca da tramitação dos Projetos Político Pedagógico dos Cursos que corresponde a um considerável aumento na implantação de uma discussão permanente sobre o conjunto de questões que dão suporte às propostas curriculares ofertadas à sociedade pela UnB. A exposição indica ainda o aumento do preenchimento dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento no e-MEC, como sugestivos da dinâmica que iniciou em 2009 e foi efetivamente expandida na universidade ao longo de 2010.

Item 7: Resultados (síntese) de avaliações de cursos da UnB e de desempenho de estudantes (ENADE) que estejam disponíveis

A partir de 2004, os cursos da UnB passaram a ser avaliados pelo ENADE. Em 2008, 18 cursos da UnB foram avaliados. Do total, 38,9% dos cursos obtiveram conceito 5; 27 (Biologia, Ciências Sociais, Controle e Automação, Eletrotécnica, Engenharia Civil, Engenharia Florestal e Telecomunicações), 8%, conceito 4 (Engenharia – Grupo III, História, Letras, Matemática e Pedagogia); 22,2%, conceito 3 (Bacharelado em Ciência da Computação, Filosofia, Física e Química) e dois dos cursos, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, conceito 2, conforme tabela apresentada no *site*: <http://enade.inep.gov.br/enadeResultado/site/resultado.seam>.

Na avaliação do ENADE 2009, dos 19 cursos da UnB avaliados, 26,31 % dos cursos (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Educação Física e Gestão do Agronegócio) obtiveram conceito 5; 31,57 %, conceito 4 (Arquivologia, Biblioteconomia, Desenho Industrial, Direito, Estatística e Relações Internacionais); e 42,10 %, conceito 3 (Artes Cênicas, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade, Educação Artística – Artes Cênicas, Educação Artística – Música, Música, Psicologia e Teatro).

Na comparação dos dois anos, a UnB teve menos cursos com conceito 5, mas não houve cursos com conceito 2.

Item 8: Aspectos positivos a avanços

Destacam-se, entre os aspectos positivos, a decisão de institucionalização do processo de avaliação na UnB, mediante, sobretudo, o desenvolvimento de um plano institucional de autoavaliação da UnB, e a criação do Grupo Técnico de Avaliação (GTA), que auxilia a CPA na operacionalização do processo.

Uma das ações tomadas pela Administração, que também merece destaque, foi, sem dúvida, determinar a avaliação da gestão de meios na Universidade, mediante a aplicação de técnicas e metodologias que se têm mostrado adequadas, como o MCDA – Metodologia de Multicritérios para apoiar a tomada de Decisão), começando pelas áreas de RH; de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças; de gestão de TI; de Infraestrutura, já concluídas e apresentadas à Administração Superior, devendo estender-se para outras áreas importantes, no âmbito da Instituição.

Outra grande meta institucional, inserida no Projeto REUNI e implicando benefícios para a UnB, foi o início e desenvolvimento da construção de novo Projeto Político, Pedagógico Institucional (PPPI), sob a coordenação do Decanato de Graduação.

Item 9: Aspectos que merecem atenção

Atualmente, encontram-se interrompidas as pesquisas de egressos, mas é necessário garantir essa importante vertente avaliativa, sem a qual se fragiliza o processo institucional de avaliação.

Outro ponto que merece atenção é o instrumento de avaliação discente. Apesar de oferecer resultados subsidiadores de ações docentes e de gestão acadêmica, é praticamente consensual que há uma necessidade de profunda revisão do processo, com ênfase no formulário e na divulgação das informações a toda a comunidade acadêmica.

No que tange à gestão estratégica de TI, a Universidade carece de PDTI (Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação) – demandado pelos órgãos de controle do governo federal – que acompanhe o desenvolvimento e a implantação de sistemas corporativos que atendam com efetividade às demandas hoje existentes. Na ausência desse instrumento de planejamento, as decisões relativas a TI correm o risco de serem tomadas de maneira fragmentada criando riscos importantes, inclusive de questionamentos por parte dos órgãos normativos na área.

Com a utilização da Matriz SWAT, na etapa inicial do processo de desenvolvimento do PDI, os gestores também destacaram a necessidade de continuidade do processo interno de reestruturação e modernização da UnB, de manutenção do pessoal qualificado e de elaboração de um plano de comunicação institucional. Nesse sentido, ações efetivas deverão ser tomadas a fim de neutralizar os pontos fracos e reduzir os efeitos provocados pelas ameaças mediante as condições favoráveis do ambiente interno e externo.

O Relatório de Avaliação da Gestão de Infraestrutura aponta que o resultado da avaliação da gestão dessa área também foi bastante negativo por parte das Unidades entrevistadas. Entre os diferentes temas relacionados à gestão da UnB, a Gestão de Infraestrutura é o tema avaliado em que se encontraram as maiores fragilidades. Consta também do Relatório a existência de um déficit importante na disponibilidade de espaço físico para as atividades universitárias. As deficiências detectadas são sistêmicas, abrangem vários aspectos da gestão de infraestrutura e não serão resolvidas apenas mediante ações pontuais ou restritas a um pequeno conjunto de iniciativas. Seu equacionamento demandará novo modelo de gestão de infraestrutura.

Esse Relatório indica recomendações para a resolução dos problemas levantados, que, após análise e crítica, exigem a tomada de decisões e ações, a curto e médio prazos, relacionadas aos seguintes aspectos: gestão estratégica da infraestrutura, programa de capacitação de pessoas, gestão integrada da informação, reorganização de processos e redistribuição de competências, controle de qualidade e aferição da satisfação do usuário, modernização da gestão de serviços de infraestrutura, reestruturação da política de compras e centralização das licitações, reestruturação da política de cessão de espaços e permissões para atividades comerciais no *campus*, mudanças na política de segurança.

Dimensão 9: Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos

> É que nossa universidade só tinha uma ideologia: o princípio de duas lealdades fundamentais: "Lealdade aos padrões internacionais do saber e a busca de solução dos problemas nacionais." (Pompeu de Souza, Introdução, UnB: invenção e descaminho)

1 Sobre a organização da Dimensão 9

O texto da Dimensão 9 está organizado a partir de conjuntos temáticos, marcados pelo sombreamento cinza, que se referem às sugestões contidas no documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-avaliação das Instituições (www.inep.gov.br). Para fins de clareza textual, cada grupo de tópicos foi descrito e, quando possível, avaliado além de analisado, a partir de três aspectos que procuram captar a dinâmica processual que caracteriza a atualidade das políticas de Atendimento aos estudantes na Universidade de Brasília. São eles:

a) a descrição da dimensão tal como ela se apresenta na universidade atualmente, considerando sua história, seus objetivos, seus compromissos;

b) avaliação e análise da política para o Ensino de Graduação e as consequentes potencialidades/fragilidades das ações atuais;

c) as propostas de enfrentamento de situações não desejáveis ou apresentação das inovações que estão para ser implementadas.

Os seguintes documentos deram suporte à elaboração deste relatório: o Regimento Geral da Universidade de Brasília, o Projeto Pedagógico Institucional referente à criação da FUB e o documento do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília na UnB (REUNI/UnB).

Em relação à evolução das práticas, no período de abrangência do relatório, foram utilizados dados referentes às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Administração Acadêmica e por 3 diretorias do Decanato de Ensino de Graduação da UnB (Quadro 09.01).

Quadro 09.01: Diretorias do Decanato de Ensino de Graduação da UnB utilizadas para a elaboração do relatório.

Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica DAIA	Diretoria de Ensino de Graduação a distância e de Gestão da Informação	Diretoria Técnica de Graduação (DTG)
Comissão de Acompanhamento e Orientação (CAO) Comissão Permanente de Acompanhamento de Ingresso Especiais (CPAIE) Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico e Profissional (CDAP) Coordenadoria de Monitoria, Intercâmbio e PET (CMIP) Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA) Serviço de Orientação ao Universitário (SOU) Comitê Gestor do convênio FUNAI-UnB	Ações vinculadas ao programa/projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Pró-Licenciatura	Coordenação de Integração das Licenciaturas (CIL) Coordenação Pedagógica

No período de abrangência desse relatório, a DAIA ampliou seus serviços, em função da expansão e reestruturação da UnB, para dedicar-se à avaliação da situação de permanência dos estudantes na UnB, propor medidas para reduzir a evasão, acompanhar o processo dos estudantes que tem ingressos especiais, etc. Portanto, essa Dimensão do relatório faz aprofundamento das ações desenvolvidas no período pela DAIA, na complexidade de sua estrutura.

2 Acesso e Perfil dos estudantes

2.1 Descrição da Dimensão na Instituição

O acesso à Universidade de Brasília dá-se em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e está regulamentado no art. 47 do Estatuto e no art. 87 do Regimento Geral da Universidade. São as seguintes as formas de ingresso na UnB:

1. Candidatos admitidos por meio de concurso de seleção.
2. Portadores de diploma de curso superior.
3. Transferências obrigatórias e facultativas.
4. Bolsistas de acordo cultural entre o Brasil e outros países.
5. Alunos de outras instituições, nas condições estabelecidas em convênios com a Universidade de Brasília.
6. Matrículas autorizadas nas condições de reciprocidade diplomática, previstas em lei ou em acordos internacionais de que seja signatário o Brasil.

Os concursos de seleção para ingresso nos cursos de graduação da UnB têm buscado ampliar o acesso de estudantes de diversos segmentos sociais e culturais, investindo na diversidade cultural e na democratização do ensino de graduação público.

Além do vestibular, o denominado acesso universal compreende também o Programa de Avaliação Seriada (PAS), criado em 1995, por meio do qual os estudantes do Ensino Médio se submetem a três avaliações, realizadas ao término de cada uma das séries do Ensino Médio.

Desde 2004, a UnB adota o sistema de cotas para negros e pardos, por meio do qual 20% das vagas são destinadas a estudantes negros ou pardos aprovados no exame de seleção.

A Universidade, por meio de convênio com a Fundação Nacional de Apoio ao Índio (FUNAI), destina 10 vagas a estudantes indígenas.

Durante 2010, como previsto, a **Comissão Permanente de Acompanhamento de Ingressos Especiais** (**CPAIE)** deu início ao processo de avaliação de rendimento dos estudantes da UnB, utilizando dados do SIGRA. Esses dados, ainda não completamente analisados, em função das dificuldades do sistema de compilação, já demonstraram, conforme já indicava a pesquisa, citada no relatório de 2009, que o rendimento dos estudantes cotistas apresenta-se semelhante ao dos estudantes não cotistas. Durante o segundo semestre, a Comissão esteve elaborando programa para discutir e acolher a diversidade na UnB, que será encaminhado para aprovação no CEPE, no 1º/2011.

Nos seus três *camp*i fora da sede, adotou-se, em complemento, o sistema de bônus regional, segundo o qual o candidato que cursou pelo menos dois anos do ensino médio na região do *Campus* para o qual pleiteia uma vaga tem 20% de acréscimo na pontuação obtida nas provas. O objetivo do Programa é incentivar estudantes egressos de escolas localizadas na região dos *campi* a estudar nas faculdades da UnB mais próximas de suas residências.

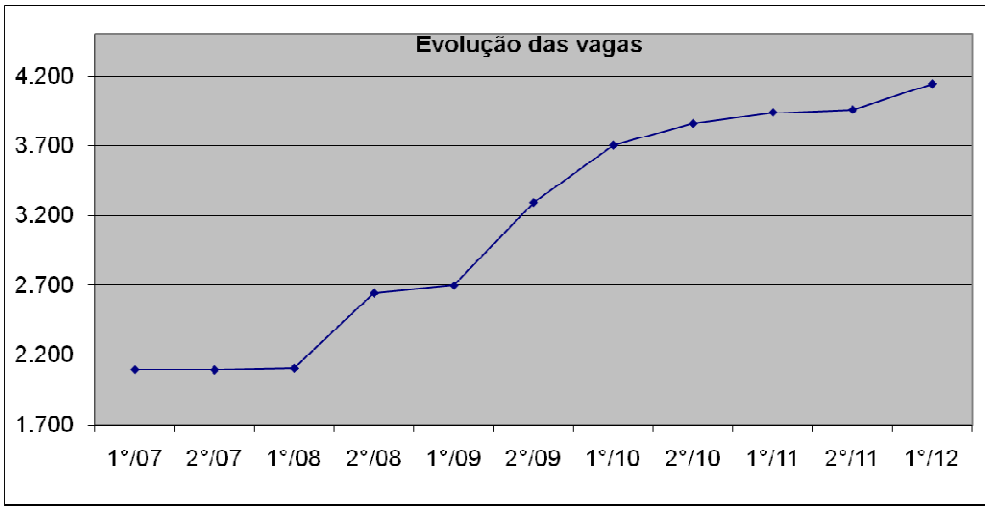
Atualmente, a Universidade de Brasília possui 106 cursos de graduação presencial, sendo 92 no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, cinco em Planaltina, cinco na Ceilândia e quatro no Gama. Além de cursos de graduação presenciais, a UnB oferece 14 cursos de graduação na modalidade a distância, por meio dos programas do MEC Universidade Aberta do Brasil e Pró-Licenciatura e de um convênio entre a Faculdade de Educação e a Secretaria de Estado de Educação do Acre. Em 2010, foram criadas 280 novas vagas com a implantação do curso de Administração a distância. Assim, o edital do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação a distância da UnB compreendeu 1105 vagas para 13

polos, distribuídos em sete estados de quatro regiões do Brasil: Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste. A efetivação da Diretoria de Graduação a Distância e de Gestão da Informação/DEG estimulou, no período, a institucionalização da EaD na UnB, principalmente com a obrigatoriedade de aprovação de relatórios e de listas de oferta dos cursos a distância nos colegiados dos cursos de graduação da UnB. Entretanto, a concretização desse processo ainda carece de maior envolvimento das unidades acadêmicas nos cursos de graduação à distância para ser efetivamente institucionalizado.

2.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades

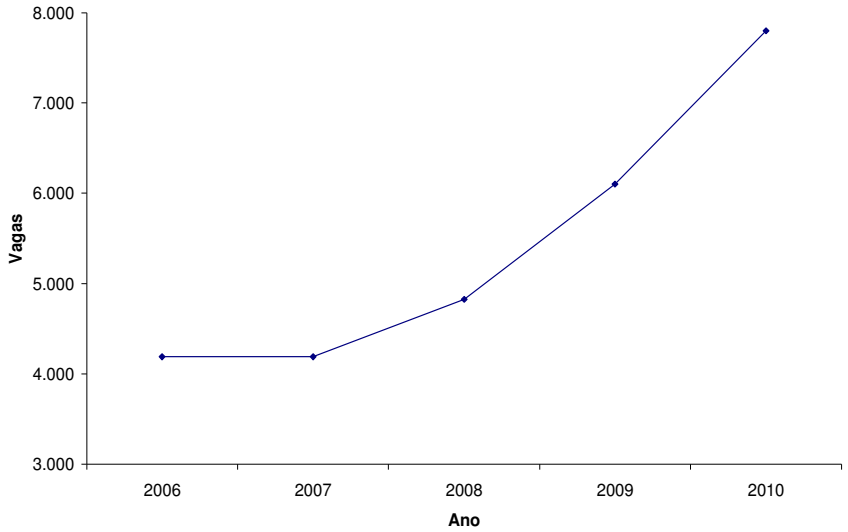
A Figura 09.01 apresenta a evolução de oferta de vagas para os cursos de graduação presencial da UnB desde 2007 e a previsão de crescimento até 2012.

Figura 09.01: Evolução da oferta de vagas nos cursos de graduação presencial da UnB (por semestre).



Essa previsão, pactuada no âmbito do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), vem sendo cumprida pela UnB.

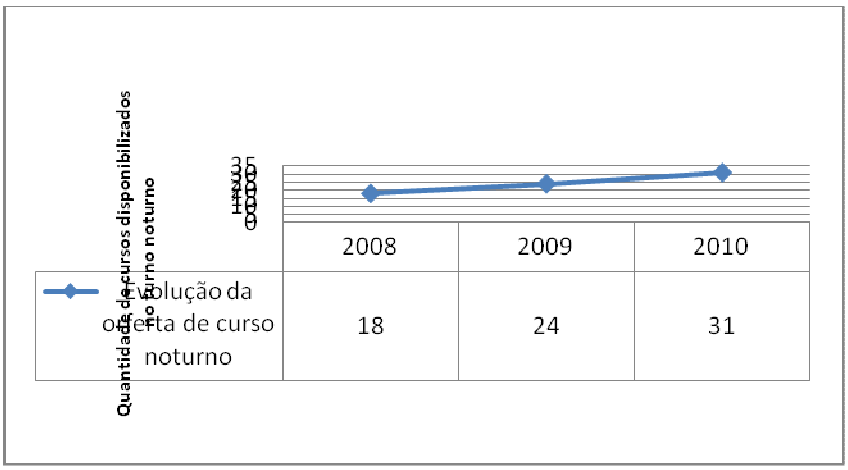
Figura 09.02: Evolução da oferta de vagas para os cursos de graduação presencial da UnB.



Em 2010, a UnB chegou a ofertar 7.800 vagas para ingresso primário em seus cursos de graduação presencial.

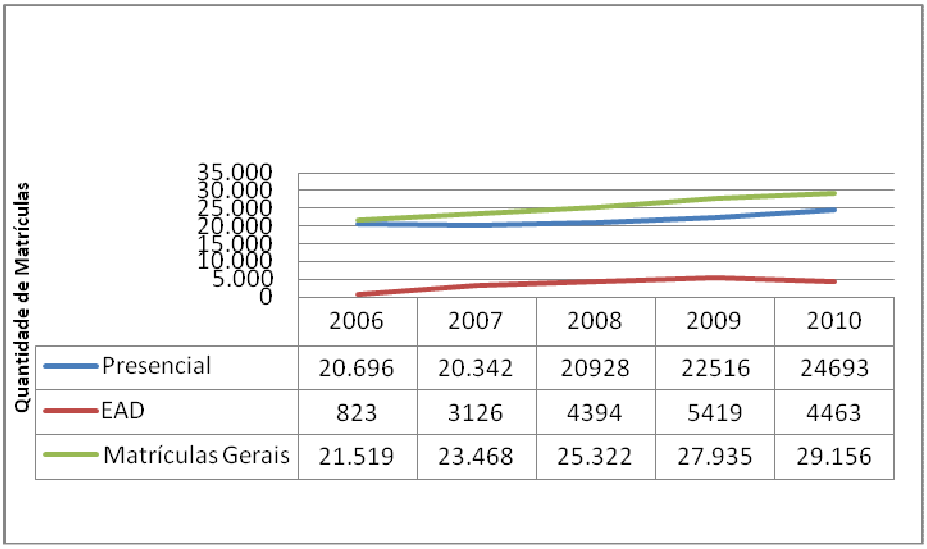
Ainda no âmbito do cumprimento das diretrizes de ampliação de vagas de ingresso definidas pelo CEPE para o ingresso da UnB no Programa REUNI, a Figura 09.03 demonstra que o expressivo aumento de vagas nos cursos noturnos em 2009 continuou em 2010.

Figura 09.03: Evolução da oferta de cursos de graduação no período noturno na UnB. Fonte: DEG, baseado nos dados do SIGRA-DPO, 3/2/2011.



Mantém-se, em 2010, a diferença entre o número de vagas abertas no período e o número de alunos efetivamente matriculados, conforme aponta a relação entre os dados das Figuras 09.02 e 09.04. Considera-se que a avaliação mais precisa do impacto da ampliação de vagas no número de alunos matriculados na UnB será feita de forma mais apropriada somente depois de concluído o primeiro ciclo de ingresso nos novos cursos, que deverá ocorrer até 2017. No entanto, em 2010, já foram realizadas ações para o enfrentamento dessa discrepância, como a maior aproximação da UnB com o futuro vestibulando, via Mostra de Cursos na Semana Universitária, pois se considera também a hipótese de que esse descompasso possa ser explicado pelo momento de transição para o efetivo conhecimento, pela sociedade, dos novos cursos em oferta na Universidade.

Figura. 09:04: Evolução de Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial e a Distância.



	2006	2007	2008	2009	2010
Presencial	20.696	20.342	20928	22516	24693
EAD	823	3126	4394	5419	4463
Matrículas Gerais	21.519	23.468	25.322	27.935	29.156

Fonte: DEG, baseado nos dados do SIGRA-DPO, 3/2/2011.

Os cursos presenciais criados no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro em 2010 foram:

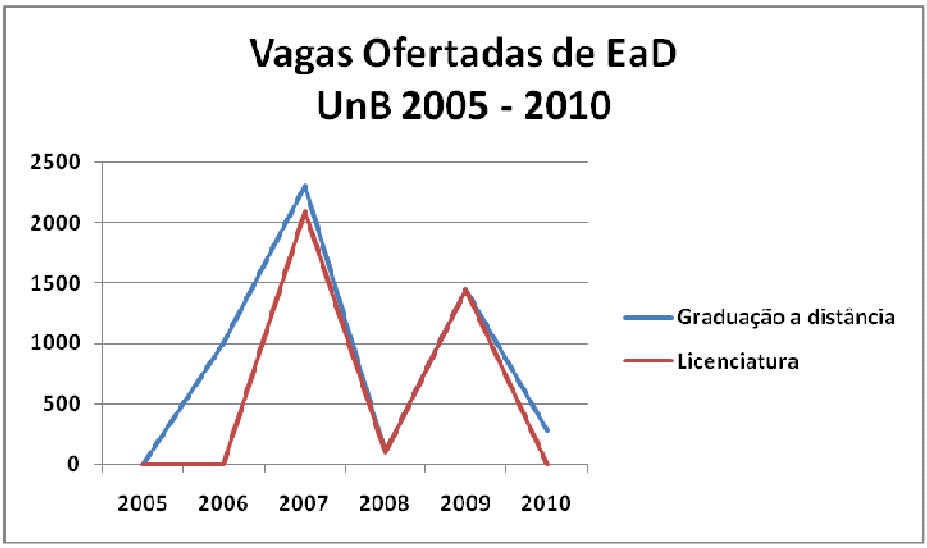
a) **turno diurno**: Engenharia Ambiental, Letras – Língua Estrangeira Aplicada, Química Tecnológica, Turismo;

b) **turno noturno**: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Farmacêuticas, Comunicação Organizacional, Gestão do Agronegócio, Licenciatura em História, Licenciatura em Filosofia, Serviço Social e Gestão em Saúde Coletiva.

O dado a respeito da Educação a Distância (EAD) demonstrado na Figura 09.05 evidencia o comportamento sazonal desse tipo de oferta. Em grande parte, isso se deve à natureza dos cursos de graduação a distância, os quais constituem programas governamentais e sujeitos à disponibilização de recursos. Até o momento, a abertura de

vagas nos cursos do Programa UAB tem sido bianual, enquanto o Programa Pró-Licenciatura não possui mais previsão de abertura de novas turmas. Essa sazonalidade traz prejuízos para o planejamento da instituição, razão pela qual o DEG, via Diretoria de Ensino de Graduação a Distância, tem se empenhado para a institucionalização da EaD na UnB.

Figura 09.05: Evolução das vagas ofertadas nos cursos de graduação a distância da UnB.



2.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades

O processo de aproximação entre o perfil do estudante da UnB e o perfil médio da sociedade configura uma das dimensões do atendimento que a Universidade faz às demandas sociais. Assim, para além da adoção do incentivo ao acesso de estudantes egressos de escolas públicas como enfrentamento dessa dimensão, a ampliação das vagas deve considerar ações afirmativas que assegurem a permanência dos estudantes durante sua formação acadêmica. Portanto, o dado numérico que indica o aumento de vagas não deve ser tomado de forma isolada para a análise do processo de desenvolvimento no atendimento ao estudante. Para além desse, é preciso analisar a dimensão da qualidade acadêmica, tomada em sua concepção mais ampla, que é a pretendida pela UnB. O detalhamento da busca por essa qualidade, que implica a permanência de estudantes, está delineado no próximo item.

3 Políticas de permanência de estudantes

3.1 Descrição da Dimensão na Instituição

Cada curso de graduação da UnB possui um coordenador, com pelo menos dois anos de efetivo exercício de magistério na Universidade de Brasília, escolhido entre os professores do Quadro de Pessoal Docente Permanente da Fundação Universidade de Brasília, segundo o Regimento Interno da unidade. Compete ao coordenador de curso de graduação gerenciar as atividades do curso, representá-lo junto ao Colegiado do Curso, do qual é membro nato, e junto às demais instâncias internas pertinentes.

O Decanato de Ensino de Graduação dispõe de atendimento psicoeducional ao estudante, por meio do **Serviço de Orientação ao Universitário** (**SOU)**, uma coordenadoria da Diretoria de Apoio e Integração Acadêmica (DAIA/DEG). Em 2010, suas ações foram voltadas,

a) à ampliação da relação do DEG com os coordenadores de curso, com a realização de mais uma reunião semestral além da tradicional reunião realizada no início de cada semestre, para tratar da matrícula;

b) à avaliação dos resultados da CAO, verificando o percurso dos estudantes reintegrados e contatando os estudantes que foram desligados novamente;

c) à avaliação acadêmica dos estudantes indígenas;

d) ao atendimento a estudantes e professores, incluindo acompanhamento e ações com grupos específicos – indígenas, estrangeiros, com necessidades especiais, cotistas;

e) ao acolhimento a pais e familiares; estudantes do ensino médio e estudantes de outras universidades;

f) à participação em comissões específicas: Comissão de Acompanhamento e Orientação (CAO); Comissão Permanente de Acompanhamento de Ingresso Especiais (CPAIE); Comissão de Análise Acadêmica e de Saúde (CAAS); Programa de Estudante Convênio de Graduação PEC-G; Diretoria de Desenvolvimento Social (DAC); Comitê Gestor do convênio UnB-FUNAI; Comissão de Recepção aos Calouros;

g) ao programa “SOU visita os calouros” que se constitui em uma visita aos calouros para uma conversa e uma apresentação acerca do trabalho de orientação acadêmica e psicoeducacional junto aos estudantes em seu novo papel de

universitário, e para apresentação da estrutura e funcionamento da UnB como normas acadêmicas e acompanhamento do curso;

h) ao programa “SOU Andante” que trabalha com a integração dos trabalhos do SOU nos novos *campi*.

A Comissão de Acompanhamento e Orientação Acadêmica (CAO), subcâmara da Câmara de Graduação, analisa solicitações de estudantes que foram desligados e desejam ser reintegrados, ou de estudantes em risco de desligamento que desejam mudar a condição a ser cumprida para evitar a perda de sua matrícula. Parcela expressiva das situações que leva o estudante a ser desligado envolve problemas de saúde mental e necessidade de trabalhar ou de atender a problemas familiares. Em 2009, a CAO analisou e encaminhou 572 processos de reintegração. Em decorrência, principalmente das ações de aproximação aos coordenadores de cursos, em 2010, esse número teve considerável diminuição: foram analisados e encaminhados 341 processos. Continua-se agindo sob a meta de que esse número decresça.

O REUNI tem possibilitado ampliar o apoio ao estudante com dificuldades de se manter na Universidade, quer seja por motivos econômicos, quer seja por falta de conhecimentos anteriores, resultado de educação básica deficiente. O sistema de orientação ao estudante oferecido por psicólogos escolares e pedagogos também tem recebido maior investimento dentro do programa REUNI.

A equipe de psicólogos escolares e pedagogos (SOU/DAIA/DEG) vem sendo fortalecida e conta, hoje, com sete psicólogos e dois pedagogas no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e cada um dos novos *campi* possui um psicólogo e um pedagogo. A equipe está capacitada para esclarecer dúvidas acerca da vida acadêmica e orientar a respeito da organização dos estudos, conciliação trabalho e estudo, entre outros. Orientam também estudantes que apresentam patologias de ordem psicológica ou mesmo psiquiátrica, e que são encaminhados para tratamentos específicos na própria Universidade ou são orientados a buscar profissionais da área. A atuação preventiva – em ações junto aos coordenadores dos cursos de graduação, para orientação de coordenadores e orientadores, buscando soluções conjuntas para lidar com a diversidade de perfis de estudantes e as questões que os levam a ter dificuldades em seus percursos na vida universitária – teve impacto na diminuição dos atendimentos individuais, conforme demonstrado no Quadro 09.02.

Quadro 09.02: Atendimentos do SOU em 2009 e 2010 – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro

Encaminhados				Espontâneos			
	Psicoed.	Acad.	Ambos		Psicoed.	Acad.	Ambos
	35	287	449		55	248	248
TOTAL: 702				Total: 552			

Fonte: Fichas de atendimento SOU/DAIA 2009 e 2010 (até mês 10).

Tais ações tiveram outros dois grandes impactos: o primeiro, em relação à diminuição do número de processos de reintegração e desligamentos apreciados e orientados pela CAO; o segundo em relação à efetiva implementação da orientação acadêmica nos cursos regulares de graduação que, embora regularmente prevista com objetivo de fornecer ao aluno as informações e as recomendações necessárias ao bom desenvolvimento de seus estudos durante sua permanência no curso, não estava se constituindo em um instrumento efetivo do acompanhamento do estudante.

Estudantes indígenas recebem atenção especial do SOU, via a Coordenação Acadêmica de Estudantes Indígenas, criada em 2009 na DAIA/DEG. Desde sua criação, a Coordenação Pedagógica de Estudantes Indígenas providenciou sala de estudo, monitores e professores em disciplinas específicas para dar apoio acadêmico aos estudantes. Em 2010, a articulação de grupos PET com os estudantes indígenas possibilitou o apoio ao desenvolvimento de projetos por esses estudantes, previsto no convênio com a FUNAI e o apoio à organização desses estudantes para a melhoria das condições de permanência na universidade (PET-Educação). Essa parceria com o PET-Educação permitiu a criação do Fórum Permanente de discussão dos Estudantes Indígenas da UnB, o qual tem possibilitado sistematizar e encaminhar as demandas desses estudantes, criando situação mais favorável à sua permanência. A monitoria também foi ampliada e consolidada (PET-Física e PET-Matemática). A coordenação possibilitou ainda a ampliação do diálogo com os cursos de graduação que recebem esses estudantes.

Em relação ao apoio aos estudantes que ingressam pelo sistema de cotas para negros, podem ser citadas ações como: a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (ADAC); o Centro de Convivência Negra (CCN); condições de infraestrutura para a elaboração e implantação do Programa Brasil-Afroatitude, inicialmente vinculado ao Ministério da Saúde; Programa de Combate ao Racismo e Xenofobia da UnB; Projetos Cotista nas Escolas e Quinta sem Preconceito; e a criação da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo, do Decanato de Extensão. Além de disciplinas, cursos de extensão e pesquisas que são iniciativas das diferentes unidades acadêmicas em que esse objeto de conhecimento é abordado, como a Faculdade de Educação, o Instituto de Ciências Sociais, entre outros.

Uma política específica para o acompanhamento de estudantes com deficiências é colocada em prática pelo chamado Programa de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais da Universidade de Brasília (PPNE), criado em 1999, com o objetivo de oferecer igualdade de oportunidades às pessoas com necessidades especiais (Deficiência Física, Auditiva, Visual e Mental, Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e de dar condições adequadas ao seu desenvolvimento no contexto universitário. O PPNE também objetiva estabelecer política permanente de atenção às pessoas com necessidades especiais na UnB e de assegurar sua plena integração à vida acadêmica, visando à formação de cidadãos. No período compreendido pelo relatório, os seguintes projetos e atividades foram desenvolvidos na UnB:

(a) acompanhamento acadêmico aos estudantes com deficiências de modo a prevenir situações de evasão e desligamento da Universidade; **(b) Tutoria especial,** colaboração de colegas de disciplina, cuja função é a de apoiar o tutorado dentro e fora de sala de aula e providenciar as adaptações necessárias para o material didático. O tutor especial tem a concessão de dois créditos em seu histórico escolar e pode receber uma bolsa de monitoria; **(c) Adaptação de materiais e equipamentos** para pessoas com deficiências visuais pelo Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV) da Faculdade de Educação que possibilita a acessibilidade via impressão em tipo ampliado e Braille, utilização de ferramentas e recursos computacionais, gravação de áudio e outros recursos de acessibilidade; **(d) Suporte ao desenvolvimento de projetos** e pesquisas sobre ensino, aprendizagem e acessibilidade para pessoas com deficiência. O projeto “Ensino de Química para alunos com deficiência visual” é exemplo de parceria entre o Instituto de Química, a Faculdade de Educação e o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual, sob coordenação dos Professores Gerson de Souza Mol e Patrícia Neves Raposo. Esse projeto busca desenvolver metodologia de ensino de Química para alunos cegos e com baixa visão por meio da adaptação de recursos didáticos e experimentos. A equipe conta com o apoio de estudantes de Química e alunos deficientes visuais matriculados em escolas do Ensino Médio do Distrito Federal; **(e) seleção de intérpretes** de LIBRAS, em parceria com a Pós-graduação em Linguística e acompanhamento dos alunos surdos no *Campus*; **(f) Articulação com a Prefeitura do *Campus*** sobre condições de acessibilidade às novas vias de acesso do ICC e da BCE; **(g) Implantação de laboratório** com tecnologia assistiva com recursos provenientes de o Projeto Incluir 2009.

Outras formas de apoio aos estudantes dentro da política de redução da evasão e retenção estão relacionadas às ações da **Coordenadoria de Monitoria, Intercâmbio e PET**

(**CMIP/DAIA/DEG)**, que reorganizou suas rotinas privilegiando a qualidade da informação e diálogo da DAIA\CMIP com secretarias de cursos, coordenadores, estudantes e tutores PET. Também, representam mudanças institucionais importantes às reuniões regulares com tutores PET, promovendo a integração entre os diferentes grupos e apoio a viagens de representantes dos grupos para encontros regionais e nacionais.

Em junho e julho de 2010, o DEG, como forma de fortalecer os grupos PET da UnB, patrocinou a participação de estudantes e tutores nos seguintes eventos:

1. VIII Encontro Centro-Oeste e Norte do Programa de Educação Tutorial (ECONPET), realizado entre os dias 4 a 6/6/2010, na cidade de Belém, PA com a participação de 22 estudantes e dois tutores.
2. XV Encontro Nacional do Programa de Educação Tutorial (ENAPET), realizado entre os dias 25 a 30/07/2010, na cidade de Natal/RN, com a participação de 26 estudantes e três tutores.

A listagem abaixo representa a diversidade de bolsas concedidas a estudantes e que se encontram vinculadas a diferentes programas:

a) monitoria (cerca de 850);

b) Programa de Educação Tutorial (PET) – 13 grupos, com 1.425 bolsistas entre tutores e alunos

c) projetos para cursos de Licenciatura (PIBID) – quatro unidades acadêmicas, cinco professores e 52 estudantes de licenciaturas) e PRODOCÊNCIA – de 127 bolsas concedidas em 2009 para oito licenciaturas contempladas; em 2010, foram 251 bolsas, entre janeiro e outubro, para também oito licenciaturas contempladas;

d) ampliação do número de bolsas de Iniciação Científica e Extensão com recursos do REUNI;

e) auxílio à participação de estudantes em eventos nacionais e internacionais, que teve expressivo aumento, pois foram contemplados em 2008 60 estudantes, em 2009, 133 e em 2010, 315;

f) bolsas REUNI de graduação, destinadas a estudantes que realizam atividades relacionadas à educação básica (estudantes de licenciatura), ao ensino de graduação, apoiando o professor na produção de materiais didáticos e/ou metodologias inovadoras, ampliando o apoio a estudantes de disciplinas com alto índice de evasão. Entre editais e projetos especiais como o do Centro de Estudos

do Cerrado, o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidade Especiais, o apoio à política de acompanhamento de cotistas e aos alunos indígenas, em 2009 foram concedidas 209 bolsas, já em 2010, foram 212 bolsas;

g) bolsas REUNI de Mestrado e Doutorado, destinadas a estudantes de pós-graduação que queiram trabalhar com a graduação, dentro do mesmo espírito das bolsas REUNI de graduação, ampliando as possibilidades de atendimento aos estudantes de graduação. Essas bolsas fazem parte do Programa de Tutoria, aprovado no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE). Em 2009, foram utilizadas 116 bolsas, 75 para o mestrado e 41 para o doutorado. Já em 2010 foram 167, 62 para o mestrado e 105 para o doutorado.

Em agosto de 2010, o MEC/SESu/SECAD lançou o Edital n. 9 para a criação de novos grupos PET. A Universidade de Brasília concorreu com sete propostas, sendo cinco aprovadas, a saber:

1. PET Ciências.
2. PET Música e Etnografia.
3. PET Semeando e Preservando o Futuro.
4. PET Música do Oprimido.
5. PET Sabres e Fazeres Sustentáveis do Campo.

Os grupos iniciaram suas atividades após a homologação do resultado e contam com até 12 alunos bolsistas.

A Universidade fornece aos estudantes de baixa renda: moradia estudantil, vale-livro, subsídio para refeições no Restaurante Universitário do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, auxílio-alimentação para estudantes dos *campi* fora de sede e iniciou, em 2009, transporte *intercampus*.

O I Curso de Formação Docente da UnB, experiência pioneira na UnB, foi realizado para os novos professores e ocorreu em duas partes: a I Fase em fevereiro de 2010, e a II Fase em julho e agosto de 2010. Nesse curso, além de aspectos relacionados às atividades pedagógicas, atuação docente e continuidade de estudos, abordaram-se temas relacionados à evasão e retenção dos estudantes, da falta de preparo institucional e dos docentes e técnicos para lidar com a diversidade, maiores detalhes sobre o curso foram abordados na Dimensão 2.

3.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades

Considera-se que apesar de terem sido reafirmadas e expandidas as ações decorrentes de políticas para aumentar a permanência dos estudantes na UnB, o percentual de evasão ainda é elevado, independentemente da forma de ingresso.

Dessa forma, mantém-se o desafio para a Universidade envolver toda a comunidade em ações voltadas para a redução da evasão e da retenção na graduação. Planeja-se para 2011 ações que organizem a avaliação sistemática dos cursos de graduação para que se possa identificar as principais causas de evasão. Além disso, para atender à carência de dados e estatísticas confiáveis sobre o perfil e desempenho dos estudantes da UnB, o DEG está desenvolvendo ferramentas que permitam levantamentos de dados para o enfrentamento dessa questão.

Embora, como indicado no item anterior, tenha constatado reversão em relação ao atendimento ao estudante, com a orientação acadêmica de qualidade e preventiva, esse movimento ainda é tímido. O acúmulo de atividades do coordenador de graduação impede a efetividade dessa prática. Com o acúmulo de atividades, muitos coordenadores de curso delegam a tarefa de orientação a funcionários de secretarias, muitos dos quais terceirizados e desprovidos da mesma experiência e capacidade de orientação dos coordenadores de curso e orientadores. Essa situação se mantém como hipótese primeira para explicar o número expressivo de evasão e reprovação em alguns cursos e falta de motivação por parte dos estudantes.

Durante 2010, as ações voltadas para o atendimento aos estudantes cotistas e indígenas, apesar de já terem tido impacto na melhoria das condições de permanência dos estudantes, principalmente dos indígenas, ainda têm que se institucionalizar de forma a garantir o efetivo e amplo acompanhamento e avaliação de desempenho desses estudantes e do egresso.

O impacto positivo do I Curso de Formação Docente, via análise das respostas de avaliação, serviu como ponto de inflexão para a continuidade de ações de natureza semelhante que permitam à comunidade de professores a reflexão acadêmico-pedagógica.

3.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

Todas as ações iniciadas nos últimos dois anos que procuram reduzir a evasão e a retenção devem ter continuidade e ser aprofundadas.

Notadamente, as visitas às unidades acadêmicas para discussão dos dados de acompanhamento e avaliação com vistas ao envolvimento de toda a comunidade no debate sobre evasão e retenção, além da aceitação da diversidade no mundo acadêmico. Para isso duas fortes estratégias não necessárias para implementação em 2011: a) o estreitamento de relações com o Ensino Médio do DF e com os estudantes que ingressarão, divulgando cursos e atividades da ciência; e b) a implantação de um sistema de acompanhamento informatizado de processos em tramitação no DEG, que possibilite o acesso a dados que ainda não têm imediata visibilidade. Com base nesses, acredita-se que ações tenham maior impacto na mudança de uma cultura, pois que vão decorrer de maior conhecimento da Universidade sobre si.

4 Política de ocupação de vagas ociosas

4.1 Descrição da Dimensão na Instituição

A Universidade de Brasília possui poucas vagas remanescentes no vestibular e PAS. Em geral, quando restam vagas, elas ocorrem em cursos que possuem prova de habilidades específicas, notadamente nos cursos de Artes. Em 2010, o CEPE aprovou Resolução que define que as vagas remanescentes dos processos de seleção primária da UnB, esgotada a possibilidade de ingresso por meio do PAS e Vestibular, serão oferecidas a candidatos que tenham feito o ENEM.

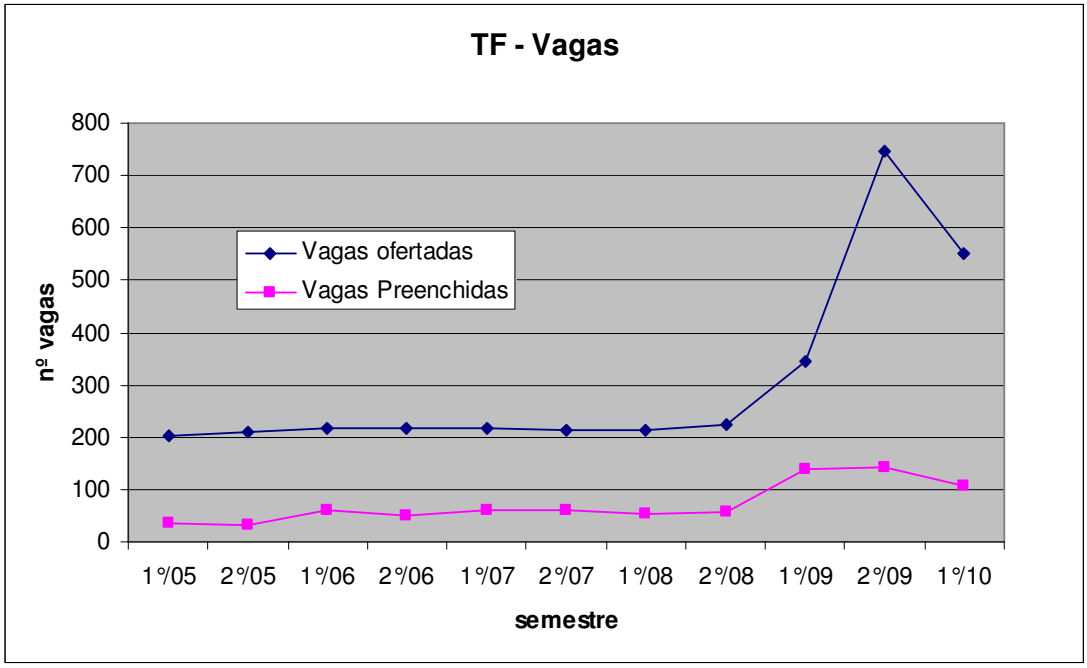
De acordo com o Regimento da Universidade de Brasília, as vagas ociosas da UnB podem ser oferecidas para preenchimento por Transferência Facultativa, destinada a estudantes de outras IES; Mudança de Curso, para estudantes da UnB; e Portador de Diploma de Curso Superior. Em 2010, após 10 anos sem oferecer vagas para portadores de diploma de curso superior, a UnB lançou edital para essa modalidade de ingresso, em vagas remanescentes do processo de Mudança de curso do 2/2010. O ingresso na UnB ocorrerá no primeiro semestre de 2011.

Em 2010, foi aprovada no CEPE a Resolução que altera os procedimentos de Mudança de Curso, e que fazem o enfrentamento da escolha cada vez mais precoce a que nossa juventude tem sido submetida o que se configura como outra hipótese sobre o alto número de evasões.

4.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades

Muito embora o relatório anterior já tenha indicado ampliação substancial do número de vagas disponíveis para a Transferência Facultativa, o que continuou em 2010 (Figura 09.06), o preenchimento efetivo dessas vagas não acompanhou esse aumento. Assim, mantém alta a ociosidade de vagas, seja por falta de demanda ou ainda por baixo desempenho no exame de seleção de estudantes provenientes de faculdades cuja formação está aquém da exigida para ingresso na UnB.

Figura 09.06: Evolução da oferta e preenchimento de vagas por transferência facultativa na UnB.



Para o enfrentamento dessa realidade, foram realizadas ações articuladas aos cursos que exigem provas de habilidades específicas, tanto para ingresso primário, como por transferência facultativa, procurando que esses busquem alternativas para a dificuldade de preenchimento das suas vagas, especificamente cursos na área de Artes, como Música e Artes Cênicas.

4.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

Mantém-se a necessidade, conforme já indicado em item anterior, do investimento na divulgação dos cursos de graduação, principalmente os cursos novos e os cursos dos *campi* fora de sede.

Além das políticas de preenchimento de vagas ociosas, deve-se também continuar atuando na redução da evasão com ações iniciadas durante 2010.

5 Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil

5.1 Descrição da Dimensão na Instituição

A UnB possui vários programas que proporcionam a participação dos estudantes de graduação, como bolsas, monitorias e auxílios, todos amplamente divulgados. A seleção é feita por meio de editais.

Os estudantes participam, por meio de representações, dos colegiados de cursos, Conselhos das Unidades, Conselhos Superiores e de atividades de avaliação institucional.

A mobilidade acadêmica na UnB é realizada por meio de convênios e acordos de cooperação. A UnB participa do convênio com a ANDIFES, que possibilita a permanência do estudante em universidade federal diferente da de origem por até dois semestres.

A Tabela 09.01 indica o aumento expressivo da atividade de intercâmbio estudantil.

Tabela 09.01:Número de estudantes que participaram do Programa de Mobilidade Acadêmica, convênio ANDIFES e ANDIFES/SANTANDER

	2008	2009	2010	
UnB	6	23	UnB 12	CONVÊNIO ANDIFES/SANTANDER 6
Outras IES	34	50	109	
Total anual	40	73	127	

No que diz respeito à mobilidade internacional, o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) oferece vagas a estudantes de países com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia. A finalidade principal é formar recursos humanos de países em desenvolvimento. É coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Educação (MEC), além das IES

parceiras. Os estudantes ingressos via PEC-G são beneficiários dos seguintes auxílios: Bolsa Auxílio PROMISAES, Bolsa Mérito, Bolsa Emergencial, Benefício Alimentação, Benefício Moradia, Mudança de Curso, Incentivo à Participação em Eventos e Encontros. A UnB teve 110 alunos PEC-G matriculados no 1º/2010, e conta com 50 bolsistas do Projeto MEC/PROMISAES e 4 bolsistas por mérito do MRE.

A UnB participa da mobilidade acadêmica discente via Programa MARCA/MERCOSUL, que é um acordo firmado pelos Ministérios de Educação das Universidades dos países do MERCOSUL e associados: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e associados (Colômbia e Venezuela). No 2º/2010, foram abertas cinco vagas para estudantes de Agronomia para intercâmbio em Universidades do MERCOSUL e a UnB recebeu cinco estudantes estrangeiros no mesmo período. Para 2011, existe a perspectiva de o número aumentar para 30 estudantes, pois poderão ser acreditados no Programa MARCA os cursos de Enfermagem e Medicina Veterinária.

A Universidade oferece também mobilidade para estudantes estrangeiros e para estudantes da UnB no exterior, via acordos de cooperação firmados entre a UnB e as IES internacionais, que é uma forma de ingresso de aluno amparado por convênio de intercâmbio cultural firmado entre a Universidade de Brasília e universidades estrangeiras. A Tabela 09.02 indica a evolução dessa atuação, em 2010.

Tabela 09.02: Evolução da Mobilidade Estudantil – Exterior

Quadro Demonstrativo Intercâmbio						
Continentes	Alunos					
	Internacionais			UnB no Exterior		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
América	3	12	16	19	26	30
Ásia	5	5	5	1	10	3
Europa	14	25	40	75	89	63
Oceania	0	0	0	0	0	1
Total	**22**	**42**	**61**	**95**	**125**	**97**

Fonte: INTI

Durante o período, as ações da **Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico e Profissional CDAP/DAIA/DEG** se organizaram com referência: **a)** ao trabalho em conjunto para a aprovação pela CEG da inserção dos estágios não obrigatórios nos projetos pedagógicos dos cursos; **b)** pela ampliação da relação da DAIA\CDAP com os cursos de graduação e com as empresas conveniadas; **c)** na revisão do manual de estágio; **d)** pelo trabalho em parceria com o SOU para orientação de estudantes que optam pelo estágio não

obrigatório, mas que se encontram em risco de desligamento. Nesse período, cerca de 4.500 estudantes fizeram estágio não curricular em empresas privadas e instituições públicas, envolvendo em torno de 320 empresas conveniadas.

5.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades

Os estudantes da UnB possuem várias oportunidades de participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A mudança na legislação de estágio permitiu que os estudantes passassem a exercer estágios efetivamente nas suas áreas de formação e aproximou mais os coordenadores de cursos de graduação e supervisores de estágio dos estagiários. Ponto de destaque refere-se à política pública de emprego para jovens no Brasil, ao reconhecer o estágio como um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico da Instituição de Ensino e do itinerário formativo do educando.

O crescimento dos programas de mobilidade internacional e das verbas para apoiar a participação de estudantes em atividades tem sido bastante positivo para a formação dos estudantes. Porém, o pouco domínio da língua inglesa e o baixo poder aquisitivo de parcela expressiva dos estudantes mantêm-se como limitadores para a participação dos estudantes em intercâmbios internacionais.

5.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

Em decorrência da expansão do número de vagas discentes nas universidades federais, devem ser ampliados os recursos destinados ao apoio à participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, devem-se buscar estratégias para aumentar a participação de estudantes em atividades de intercâmbio internacional.

Tomando o papel social da Universidade como o grande princípio orientador da experiência acadêmica, propõe-se atuação que articule a maior participação das unidades acadêmicas na orientação das atividades de estágio de seus estudantes e interferência na qualidade do estágio realizado pelo estudante.

6 Perfil e acompanhamento de egressos

6.1 Descrição da Dimensão na Instituição

O perfil de egressos pretendido pelas diferentes unidades acadêmicas em seus Projetos Políticos Pedagógicos tem sido ainda timidamente avaliado. De forma muito empírica e genérica pode-se afirmar que o profissional formado pela UnB tem alta aceitação no mercado de trabalho e sendo aprovado nos concursos a que se submete. Falta, no entanto, análise de dados mais aprofundada para verificar o impacto social atual do egresso da UnB no âmbito do distrital, regional, nacional e internacional.

Os egressos da UnB podem participar da Associação dos Ex-Alunos, entidade civil criada em 2001 que tem por finalidade:

a) congregar os ex-alunos da Universidade de Brasília, visando à manutenção de sua proximidade com a Universidade, bem como a criação de mecanismos que promovam a plena integração dos ex-alunos à vida acadêmica, política e cultural da Universidade;

b) cumprir as funções previstas no Estatuto e Regimento da Universidade de Brasília, procurando tornar possível a maior participação dos ex-alunos nos diversos organismos e conselhos consultivos, deliberativos e decisórios da Universidade de Brasília;

c) viabilizar interesses dos associados em termos de acesso dos mesmos aos cursos de graduação, pós-graduação e extensão promovidos e mantidos pela Universidade, e, da mesma forma, garantir o acesso à Biblioteca Central, ao Centro Olímpico e demais instalações da Universidade, em iguais condições de tratamento com os alunos e docentes;

d) promover convênios com instituições culturais, comerciais e profissionais liberais, a fim de viabilizar interesses da Associação e dos associados.

No entanto, é preciso reconhecer que a UnB carece de política institucional de acompanhamento de egressos dos seus cursos de graduação. Há somente estudos isolados de alguns cursos em que podem ser obtidos dados sobre egressos formados.

6.2 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades

O desempenho geralmente acima da média nacional dos estudantes da UnB nos exames nacionais constitui indicador da qualidade da formação na UnB. Entretanto, a não existência de uma política institucional de acompanhamento de egressos da UnB restringe e limita os dados de avaliação a estudos isolados de alguns cursos em que podem ser obtidos dados sobre egressos formados.

Ao mesmo tempo em que a falta de acompanhamento permanente da situação dos egressos da UnB é uma fragilidade, tem-se a dificuldade da avaliação adequada da atuação dos egressos da UnB no mercado de trabalho e na sociedade.

6.3 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

Apesar de haver sido sugerido no relatório anterior, o início imediato de amplo programa de cadastramento e avaliação de egressos, por meio do portal da UnB, essas ações não foram efetivadas, tornando-se assim válidas como propostas para 2011, já que é imprescindível a existência de dados confiáveis para a proposição de políticas institucionais e avaliação da qualidade da formação dos cursos da UnB.

7 Política de Assistência aos Estudantes

7.1 Descrição da Dimensão na Instituição

A Diretoria de Desenvolvimento Social do Decanato de Assuntos Comunitários (DDS/DAC), responsável por operacionalizar as ações de implementação da Política de Assistência Estudantil na UnB, ampliou seu escopo de ações por meio de uma gestão compartilhada com a participação dos estudantes ou representação estudantil e administração superior da Universidade. A gestão prioriza as ações transformadoras, no âmbito da assistência estudantil, preventivas e de inclusão social para evitar o baixo rendimento acadêmico, a evasão, bem com o risco à qualidade de vida dos estudantes e violação de direitos sociais.

7.2 Processo de Avaliação Socioeconômica

Tendo em vista que a Política de Assistência Estudantil é destinada aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os interessados em participar dos

programas e serviços oferecidos pela DDS/DAC passam por processo de análise socioeconômica. Essa análise tem a finalidade de conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes para cadastrá-los junto ao SPS/DDS/DAC e aos programas sociais oferecidos pela Universidade. Para melhor efetivação dessa Política, os estudantes são classificados de acordo com sua situação socioeconômica, em: Grupo I – situação socioeconômica considerada insuficiente para a manutenção do estudante na Universidade; Grupo II – situação socioeconômica considerada parcialmente insuficiente para a manutenção do estudante na Universidade e Não Prioritário – situação socioeconômica considerada suficiente para a manutenção do estudante na Universidade. O processo de análise socioeconômica para participação nos Programas ocorre duas vezes ao ano para novos pedidos, uma em cada semestre letivo e uma terceira para reavaliação da situação socioeconômica dos participantes do Programa Moradia Estudantil da Graduação.

Destaca-se que o processo de avaliação socioeconômica acontece em seis fases:

1. Publicação do edital semestral com os procedimentos e datas do processo de avaliação socioeconômica.
2. Acesso ao Sistema de Assistência Estudantil (SAEWEB) – nessa fase os alunos preenchem o estudo preliminar e agendam a entrevista com as assistentes sociais do SPS para a solicitação da moradia estudantil.
3. Entrega de documentação – após o preenchimento dos dados no SAEWEB os alunos entregam os documentos comprobatórios das informações apresentadas para avaliação socioeconômica que será realizada por assistentes sociais do SPS.
4. Avaliação socioeconômica – nessa fase as assistentes sociais avaliam as solicitações observando as informações que os alunos registraram no SAEWEB e os documentos apresentados. Já as solicitações da moradia estudantil são analisadas utilizando as informações que os alunos registraram no SAEWEB, os documentos apresentados e os dados coletados durante a entrevista com o aluno.
5. Divulgação dos resultados nas datas e nos períodos estabelecidos no edital.
6. Análise dos recursos impetrados pelos alunos contra o resultado final.

A realização da análise socioeconômica dos usuários para fins de concessão de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, compete ao assistente social, de acordo com a Lei n. 8.662/1993 de Regulamentação Profissional dos Assistentes Sociais, art. 4º, inciso XI.

Destaca-se que para continuarem participando dos programas, os estudantes devem renovar o estudo socioeconômico junto ao SPS/DDS/DAC nos prazos estabelecidos em edital próprio para tal finalidade.

7.3 Políticas e Critérios de Participação dos Estudantes em Eventos

A DDS/DAC criou, em 2010, o Programa de Apoio à Participação de Estudantes de Graduação Cadastrados no Sistema de Assistência Estudantil (SAE) em Evento e Curso Técnico-Científico, Social ou Cultural realizados no Brasil ou no exterior. O programa é destinado exclusivamente aos estudantes de graduação e em situação de vulnerabilidade socioeconômica que apresentarão trabalhos relacionados à sua área de formação em evento técnico-científico, social ou cultural ou que participarão de cursos considerados essenciais à sua formação acadêmica. O objetivo do programa é incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico, social.

Os recursos financeiros destinados ao Programa são provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A concessão do apoio é de responsabilidade da DDS/DAC, obedecidos aos seguintes critérios e condições:

I. A solicitação é única e individual, não podendo ser transferida sua titularidade a qualquer outro estudante.

II. Em caso de coautoria, o apoio será concedido apenas a um dos autores, devendo este apresentar um termo de concordância assinado pelos outros autores.

III. O apoio para evento ou curso nacional será de até R$1.500,00 para suprir despesas com hospedagem e alimentação. As passagens (aérea ou rodoviária, em classe econômica) serão compradas, prioritariamente, pela Fundação Universidade de Brasília (FUB).

IV. O apoio a evento ou curso internacional será de até R$2.000,00 quando for realizado nos países da América do Sul e, de até R$3.000, nos demais países para suprir despesas com hospedagem e alimentação. A compra das passagens (aérea ou rodoviária, em classe econômica) será de responsabilidade do estudante, sendo o valor estipulado de acordo com os preços de cotação do período.

V. O estudante deve:

- Estar com seu estudo socioeconômico atualizado no SAE, preencher o formulário de solicitação de apoio à participação em evento e curso, disponível no Serviço Social do Serviço de Programas de Desenvolvimento Social (SPS) dos *campi* Darcy Ribeiro, Ceilândia, Gama e Planaltina, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis da data de início do evento ou curso.
- Entregar o Histórico Escolar para comprovar o desempenho acadêmico.
- Apresentar declaração de professor, de preferência do orientador, sobre a importância do evento ou curso para a formação acadêmica.
- Anexar os seguintes documentos comprobatórios do evento ou curso:
  a) carta de aceite do trabalho ou convite para participar do evento ou curso, emitido pela comissão organizadora;
  b) programação contendo data, local e valor de inscrição.
- Prestar Contas após o término do evento.

7.4 Avanços em 2010

A efetividade da execução da quase totalidade das metas pré-estabelecidas nos Programas da Política de Assistência Estudantil teve por principais pontos: o montante de recursos do PNAES recebido pela UnB – em 2010 e já previsto para 2011; o comprometimento da atual gestão da Universidade, principalmente do DAC; e, de um modelo de gestão que vem sendo aprimorado de forma a garantir que a missão da DDS/DAC. Para elucidar o impacto orçamentário e de gestão na execução da Política, destaca-se a ampliação de vagas nos programas, majoração de valores dos benefícios e implantação de novos programas de assistência ao estudante.

A DDS/DAC, no ano de 2010, realizou ações para garantir assistência estudantil aos estudantes indígenas que ingressaram na Universidade por meio do Convênio de Cooperação n. 001/2004 celebrado entre a FUB e a FUNAI, disponibilizando um apartamento na Casa do Estudante Universitário (CEU), com vagas vagas; e concedeu bolsa emergenciais no valor de R$ 465,00 para os estudantes que perderam a bolsa da FUNAI, em consequência da não conclusão do curso no tempo pré-estabelecido pela Fundação.

Outro avanço que merece destaque é a reforma da CEU, que está prevista para o primeiro semestre de 2011, tendo duração de 12 meses. Como consequência, os estudantes

selecionados e encaminhados ao Programa Moradia Estudantil receberão o valor de R$510,00 mensais, a partir do mês de fevereiro de 2011, em forma de pecúnia, para subsidiá-los nas despesas referentes à moradia enquanto durar o processo de reforma.

7.5 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

A DDS/DAC vem enfrentando novos desafios que requerem discussão e elaboração de estratégias no âmbito da execução da Política de Assistência Estudantil, que são:

1. A Mobilidade Acadêmica – questão que está na agenda de debate do Fonaprace, conforme o tema da 48ª Reunião Ordinária "Demandas Atuais da Assistência Estudantil: Mobilidade Acadêmica, Saúde e Esporte Universitário".
2. Ações de assistência estudantil voltadas para atender os estudantes dos cursos a distância da UnB que realizam atividades extracurriculares, por exemplo quando participam de um grupo de pesquisa presencial nos *campi* da Universidade. Pela legislação atual, como já mencionado, o PNAES direciona suas ações e recursos somente à assistência dos estudantes de graduação de cursos presenciais.
3. Ausência de política de promoção e atenção integral à saúde dos estudantes – questão que também está agenda de debate do Fonaprace, conforme o tema da 48ª Reunião Ordinária "Demandas Atuais da Assistência Estudantil: Mobilidade Acadêmica, Saúde e Esporte Universitário".
4. Fortalecimento da articulação entre os profissionais da assistência estudantil da UnB, em específico, dos profissionais do Serviço Social dos c*ampi* Darcy Ribeiro, Gama, Ceilândia e Planaltina.
5. Inexistência de restaurantes e moradia estudantil nos *campi* Gama, Ceilândia e Planaltina. A expectativa é instituir no ano de 2011 o Programa de Moradia Estudantil nos três *campi*.
6. Reestruturação do processo de análise socioeconômica – a DDS/DAC tem por objetivo otimizar a inclusão dos estudantes nos Programas da Assistência Estudantil da UnB e ampliar o acesso a eles. Para tal feito, o processo de análise socioeconômica será discutido e aperfeiçoado pela equipe de profissionais da DDS/DAC e especialistas no assunto. Uma das propostas da DDS/DAC é incluir automaticamente nos Programas os estudantes que ingressaram no PAS ou

Vestibular que obtiveram isenção de taxa integral e dos estudantes oriundos de escolas públicas, conforme preconizado no PNAES.

A DDS/DAC fomentou mudanças capazes de contribuir para que a UnB, no âmbito da assistência estudantil, continue a responder aos desafios impostos nesse novo cenário de expansão da Universidade e de inclusão social.

8 Acesso a dados, informações e registro acadêmico

Mantêm-se as informações feitas no relatório anterior. Os registros acadêmicos dos estudantes de graduação são armazenados no Sistema de Graduação (SIGRA), que permite ao coordenador de curso e aos gestores acadêmicos realizar as rotinas de registro e acompanhamento acadêmico, até a emissão do diploma.

O órgão responsável pelo registro de todos os estudantes admitidos na UnB para graduação, pós-graduação ou extensão é a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA), diretamente vinculada à Vice-Reitoria (VRT). A SAA responde ainda pela execução de todas as rotinas acadêmicas: expedição de documentos, atestados, certificados, diplomas, matrícula e, também, pelo registro e pelo controle de todas as atividades acadêmicas da Universidade.

Para melhor atender aos estudantes, aquela Secretaria instituiu os postos avançados, unidades administrativas descentralizadas, localizadas em diferentes faculdades e institutos.

Todos os estudantes da UnB possuem uma senha para acesso, pelo portal da UnB, ao sistema de matrícula e aos seus registros acadêmicos. Com base no fluxo do curso, o Sistema de Informações Acadêmicas da Graduação (SIGRA) gera automaticamente uma proposta de oferta de disciplinas para cada estudante no período letivo. Não é necessária a solicitação pelo aluno. O processamento, a geração da proposta de matrícula em disciplinas e a sua divulgação, impressa ou via internet, no endereço **www.matriculaweb.unb.br**, ocorrem de acordo com os prazos estabelecidos no Calendário Universitário de Graduação, disponível na íntegra no *link* www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos.

A partir de 2009, foram incorporadas inovações no processamento da matrícula dos estudantes, de modo a permitir que os estudantes pudessem realizar o máximo de procedimentos de matrícula pela internet, em 2010 foi aberta a possibilidade de os professores lançarem as menções finais diretamente pela via *web*, pelo endereço http://www.sigraweb.unb.br.

Há espaço exclusivo para alunos de graduação no portal da UnB (www.unb.br), que é constantemente atualizado.

A UnB dispõe ainda de uma TV (TVUnB), a qual veicula notícias de interesse da comunidade universitária.

As normas acadêmicas, calendário e informações gerais constam do Guia do Calouro, entregue a todos os estudantes no dia do registro acadêmico, e no portal da UnB.[19]

Além das informações gerais da Universidade, cada curso ou professor possui formas específicas de comunicação com o estudante. Entre essas, destaca-se a utilização de plataformas de aprendizagem, como a *Aprender* (www.aprender.unb.br), que têm sido cada vez mais utilizadas pelos professores para comunicação com os estudantes.

8.1 Avaliação e análise – potencialidades/fragilidades

O Sistema de registro da graduação disponível não congrega ainda todas as informações sobre a vida acadêmica de cada estudante e não permite o registro de todas as atividades realizadas pelo estudante, como, por exemplo, de atividades de graduação, extensão, pesquisa e monitoria ou atividades complementares. O SIGRA, que trata das atividades de ensino de graduação, não contém informações sobre monitoria e bolsas.

Outra fragilidade é a frequente inconsistência nos relatórios extraídos do SIGRA, como contagem duplicada de alunos e de carga horária docente.

Apesar do esforço conjunto do Decanato de Ensino de Graduação, da Secretaria de Administração Acadêmica e do Centro de Processamento de Dados, as menções finais de disciplinas, mesmo após enviadas pela internet, ainda são entregues em papel e assinadas pelo professor na secretaria de sua unidade acadêmica, as quais são digitalizadas pelos funcionários, constituindo-se em frequente fonte de erro.

O fato de o SIGRA ter sido gerado antes da concepção da internet tem dificultado a transição do sistema e do pessoal técnico da UnB para um sistema mais amigável e que permita o amplo acesso a suas facilidades por meio da internet.

Os estudantes não têm acesso a declarações autenticadas pela internet e todas as suas solicitações, desde pedido de revisão de menção até monitorias, são feitas em papel. A única exceção são os pedidos de bolsa de Iniciação Científica, feitos via *web*.

19 Guia do calouro 1-2011: http://www.pdfdownload.org/pdf2html/pdf2html_vuzit.php?url=http%3A%2F%2Fwww%2Eunb%2Ebr%2Fadministracao%2Fdecanatos%2Fdeg%2Fdownloads%2Fguia %5Fcalouro%5F1%5F2011%2Epdf&images=no

Alguns avanços foram alcançados no último ano, como criação do SIGRAWEB para os polos de educação a distância e algumas facilidades criadas para a etapa de matrícula em disciplinas via *web*. As medidas permitiram reduzir substancialmente as históricas filas de estudantes no período de ajuste de matrícula, mas, em termos de sistema de gestão acadêmica informatizado e eficaz, a UnB ainda tem um longo caminho a percorrer.

8.2 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

Como não ocorreu no período a anunciada e solicitada integração dos sistemas de gestão acadêmica e administrativa, que se caracterizasse pela acessibilidade, uso confiável, seguro e amigável essa proposta é válida e imprescindível para 2011. Esse sistema deverá permitir monitorar a gestão das diversas solicitações dos estudantes, dos programas de bolsas, estágios e intercâmbios para os alunos de graduação, além de evitar o uso continuado de formulários de papel. Deverá, ainda, permitir a produção de relatórios acerca das ações desenvolvidas para os estudantes de graduação, realizar análises e elaborar gráficos diversos, cujas variáveis poderão ser escolhidas pelo usuário. Considera-se que dessa maneira vai ser possível avaliar em que medida as políticas institucionais de apoio ao estudante apresentam o efeito esperado.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

A Universidade de Brasília, instituição pública de ensino superior é sustentada pelo poder público, tendo, de acordo com seu Estatuto, como "finalidades essenciais o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

A UnB, como as demais universidades públicas federais, tem no Tesouro a sua principal fonte de receita. Esses recursos, no entanto, não são suficientes para a sustentabilidade financeira da Instituição. A UnB conta com significativa receita diretamente arrecadada, mediante realização de concursos e outras prestações de serviços, aluguéis, taxas, entre outras, em escala crescente, a cada ano, para a sua manutenção. Além disso, conta com outras fontes financiadoras, oriundas especialmente de órgãos de fomento (CAPES, FINEP, CNPq, MCT) e de outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais." (CPA UnB/2010, p.. 343)

1 Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos

Apresentam-se, a seguir, informações referentes ao orçamento e à execução orçamentária da FUB.

- Proposta de orçamento-programa interno.

A proposta foi elaborada pelo Decanato de Planejamento e Orçamento e pelo Decanato de Administração (DAF) a partir de critérios e parâmetros aprovados pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da FUB, em 4/12/2009, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2006-2010.

- Orçamento 2010 por Fonte de Recursos e Natureza da Despesa.

De acordo com a Tabela 10.1, coluna A4, a FUB contou, para o exercício financeiro de 2010, com orçamento da ordem de R$ 1,4 bilhão, incluindo-se recursos provenientes de emendas parlamentares (R$ 16,4 mil), sendo R$ 911,8 milhões da fonte de recursos do

Tesouro (A1), correspondendo a 64,45% do total; R$ 364,1 milhões de Recursos Próprios (A2), representando 25,74% do total; e R$ 138,8 milhões de recursos de convênios/Portarias (A3), ou seja, 9,81%, conforme Lei n. 12.214/2010, de 26/01/2010 e créditos suplementares liberados no decorrer do exercício.

De acordo com os valores constantes da Tabela 10.1 (A1), verifica-se que, na fonte de recursos orçamentários do Tesouro, 80,47% (R$ 733,8 milhões) destinam-se ao pagamento de pessoal e encargos sociais; 12,67% (R$ 115,5 milhões) destinam-se a Outras Despesas Correntes (manutenção), sendo 6,40% (R$ 58,4), para Custeio Líquido e 6,26% (R$ 57,1 milhões), para Programas Específicos – Custeio; e 6,86% (R$ 62,5 milhões) para Despesas de Capital.

Os recursos alocados em Programas Específicos/Benefícios – Custeios, cujos valores são, em sua maioria, definidos pelo MEC, destinam-se ao pagamento de despesas com Capacitação de Servidor, Auxílios Transporte e Alimentação, Auxílio Pré-Escolar, Assistência Médico-Odontológica, Assistência ao Estudante de Graduação, Precatório – Custeio, PASEP, Expansão das IFES, Funcionamento dos Hospitais de Ensino e REUNI – Custeio.

Dos recursos do Tesouro alocados em Despesas de Capital, da ordem de R$ 62,5 milhões, 14,39% (R$ 9 milhões) foram alocados para atender ao programa de Expansão das IFES – Capital (Planaltina, Gama e Ceilândia); 39,18% (R$ 24,5 milhões), para o programa do REUNI/ Readequação e Infraestrutura – Capital; 38,12% (R$ 23,8 milhões), para projetos subvencionado com recursos de emendas parlamentares, e o restante, da ordem de R$ 5,2 milhões (0,83%), para cobertura de despesas com Outros Programas Específicos (Manutenção do Acervo Bibliográfico, Assistência ao Estudante de Graduação, Material Permanente, Funcionamento de Hospital de Ensino.

Com relação à fonte de Recursos orçamentários Próprios (coluna A2), foram consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2010, n. 12.215/2010 recursos da ordem de R$ 318,9 milhões, os quais, somados aos créditos suplementares (R$ 45 milhões), resultaram no montante anual da ordem de R$ 364,1 milhões, assim distribuídos: R$ 314,7 milhões, no grupo de Outras Despesas Correntes, correspondendo 86,43% do total dessa fonte, e R$ 49,4 milhões (13,57%), na categoria econômica de Despesas de Capital, sendo programados R$ 48,4 (13,30%) milhões no elemento de despesa Equipamentos e Material Permanente, e R$ 1 milhão (0,27%) para Programas Específicos – Capital, sendo R$ 300 mil alocados para Acervo Bibliográfico, R$ 500 mil para Funcionamento de Hospital de Ensino; e R$ 200 mil para referente ao grupo de despesa Inversões Financeiras.

Cabe esclarecer que a estimativa da receita própria baseou-se na programação efetuada pelas Unidades Descentralizadas/Arrecadadoras ou por aquelas que administram tais recursos, limitada ao teto definido pelo MEC para essa fonte, originando-se de:

- Taxas de vestibular e contratos de prestação de serviços, para realização de concursos públicos administrados pelo CESPE.
- Aluguéis, taxas de ocupação de imóveis, outras receitas/condomínio, a cargo da Secretaria de Gestão Patrimonial.
- Serviços de comercialização de livros, administrados pela Editora.
- Receita patrimonial, a cargo da Secretaria de Empreendimentos Imobiliários, decorrente de alienação de imóveis, para atender ao programa de obras no *Campus*, aprovado pelo Conselho Diretor e recomposição do fundo de obras de reformas e adaptações.
- Juros e Rendimentos/DCF.
- Receita prevista pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT).
- Serviços de alimentação, com a venda de tíquetes, a cargo do Restaurante Universitário.
- Receita prevista pelo Centro de Ensino a Distância (CEAD).
- Contratos de prestação de serviços, consultoria ou assistência técnica, a cargo do IG/Sismologia, HUB, CEFTRU, CPD, FEF e PRC.
- Outras receitas (taxas de inscrições em cursos, multas e outras).

No que diz respeito às Despesas Realizadas, discriminadas na Tabela 10.1 (B), a FUB executou 93,62% do Orçamento Total aprovado para o exercício financeiro de 2010, ou seja, R$ 1,4 bilhão, sendo R$ 871,1 milhões na fonte de recursos do Tesouro (B1), correspondendo a 65,77% do total realizado; R$ 325 milhões de Recursos Próprios (B2), representando 24,54% do total realizado; e R$ 128,4 milhões de recursos de convênios/Portarias (B3), ou seja, 9,69%, conforme Tomada de Contas da FUB, 2010.

Em síntese, para desenvolvimento dos objetivos, projetos e metas previstos no PDI/Plano Anual de Atividades 2010, a Universidade contou com recursos orçamentários, da ordem de R$ 1,4 bilhão, nas fontes de recursos do Tesouro, Próprios e de Convênios/Portarias, tendo executado cerca de R$ 1,3 bilhão, ou seja, 93,62% do Orçamento Geral, conforme Tabela 10.01.

Tabela 10.1: Demonstrativo dos Recursos Orçamentários e da Despesa Realizada em 2010, por Natureza da Despesa e Fonte de Recursos

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010									
DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	A - ORÇAMENTO				B - DESPESAS				DIFERENÇA ENTRE ORÇAMENTO FINAL E DESPESAS REALIZADAS C
	FINAL TESOURO A1	FINAL PRÓPRIOS A2	CONVÊNIOS / PORTARIAS A3	TOTAL ORÇAMENTO FINAL A4	REALIZADA TESOURO B1	REALIZADA PRÓPRIOS B2	CONVÊNIOS / PORTARIAS B4	TOTAL DESPESAS REALIZADAS B4	
1.Pessoal e Encargos Sociais	733.780.316	-	-	733.780.316	717.692.402	-	-	717.692.402	16.087.913,70
1.1 Ativo	424.056.434	-	-	424.056.434	343.321.453	-	-	343.321.453	80.734.980,75
1.2 Inativos	182.853.852	-	-	182.853.852	149.186.141	-	-	149.186.141	33.667.711,35
1.3 Precatórios/Sentenças Judiciais	9.760.789	-	-	9.760.789	116.920.697	-	-	116.920.697	(107.159.908,11)
1.4 Contribuição da União - PSS	117.109.241	-	-	117.109.241	108.264.111	-	-	108.264.111	8.845.129,71
2.Outras despesas Correntes	115.480.933	314.680.195	111.640.850	541.801.978	104.918.193	291.626.937	101.752.339	498.297.469	43.504.509
2.1 Custeio Liq. (manutenção)	58.360.466	308.066.195	111.640.850	478.067.511	57.053.545	286.084.554	101.752.339	444.890.437	33.177.074
2.2 Programas Específicos - Custeio	57.120.467	6.614.000	-	63.734.467	47.864.649	5.542.383	-	53.407.032	10.327.435
2.2.1 Capacitação do Servidor Público	300.000	314.000	-	614.000	297.025	9.588	-	306.613	307.387
2.2.2 Assistência Médica e Odontológica	5.420.060	-	-	5.420.060	4.520.102	-	-	4.520.102	899.958
2.2.3 Vale-Alimentação	16.818.297	-	-	16.818.297	13.876.037	-	-	13.876.037	2.942.260
2.2.4 Vale Transporte	4.150.070	-	-	4.150.070	2.747.549	-	-	2.747.549	1.402.521
2.2.5 Auxílio Pré-Escolar	671.031	-	-	671.031	458.671	-	-	458.671	212.360
2.2.6 Pasep	3.359.917	-	-	3.359.917	3.359.917	-	-	3.359.917	-
2.2.7 Precatório	274	-	-	274	-	-	-	-	274
2.2.8 Assist. ao Estudante de Graduação	5.841.578	-	-	5.841.578	5.841.578	-	-	5.841.578	-
2.2.9 Universidade Aberta a Distância	-	1.800.000	-	1.800.000	-	1.139.598	-	1.139.598	660.402
2.2.10 REUNI - Reestrut.e Expansão	7.329.632	-	-	7.329.632	7.329.632	-	-	7.329.632	-
2.2.11 Func. dos Hospitais de Ensino	3.099.102	4.500.000	-	7.599.102	3.099.102	4.393.197	-	7.492.299	106.803
2.2.12 Assist. Médica aos Servidores	75.070	-	-	75.070	75.070	-	-	75.070	-
2.2.13 Expansão das IFES	6.260.800	-	-	6.260.800	6.259.966	-	-	6.259.966	835
2.2.14 Formação Inicial a distancia	3.794.636	-	-	3.794.636	3.773.520	-	-	3.773.520	21.116
3.Capital	62.549.606	49.413.427	27.203.944	139.166.977	48.535.198	33.417.518	26.598.523	108.551.239	30.615.738
3.1 - Investimentos	-	48.413.427	27.203.944	75.617.371	-	32.762.735	26.598.523	59.361.258	16.256.113
3.2 Programas Específicos - Capital	38.704.606	1.000.000	-	39.704.606	34.690.198	654.783	-	35.344.981	4.359.625
3.2.1 Acervo Bibligráfico - BCE	300.000	300.000	-	600.000	293.497	157.437	-	450.934	149.066
3.2.2 Assist. ao Estudante de Graduação	2.500.000	-	-	2.500.000	2.500.000	-	-	2.500.000	-
3.2.3 Func. dos Hospitais de Ensino	2.400.000	500.000	-	2.900.000	2.400.000	497.346	-	2.897.346	2.654
3.2.4 REUNI - Reest. e Expansão	24.504.606	-	-	24.504.606	20.496.701	-	-	20.496.701	4.007.905
3.2.5 Expansão das IFES	9.000.000	-	-	9.000.000	9.000.000	-	-	9.000.000	-
3.2.6 Universidade Aberta a Distância	-	200.000	-	200.000	-	-	-	-	200.000
3.3 - Emendas Parlamentares	23.845.000	-	-	23.845.000	13.845.000	-	-	13.845.000	10.000.000
Outras Despesas Correntes e Capital	178.030.539	364.093.622	138.844.794	680.968.955	153.453.392	325.044.454	128.350.862	606.848.708	74.120.246
TOTAL DA FUB	911.810.855	364.093.622	138.844.794	1.414.749.271	871.145.794	325.044.454	128.350.862	1.324.541.111	90.208.160
Fonte:FUB/DCF - Tomada de contas 2010.									

Fonte: Orçamento inicial consignado para o exercício, para as fontes do Tesouro e Próprios, conforme Lei 12.214, de 26/01/2010, e créditos suplementares disponibilizados ao longo do exercício e Tomada de Contas da FUB, 2010.

Nota: (1) O orçamento referente a convênios/portarias é disponibilizado em parcelas no SIAFI, de acordo com os termos firmados no exercício.

No que diz respeito à Receita Diretamente Arrecadada pela FUB, apresenta-se por meio da Tabela 10.2 comparativo entre a Receita Própria Estimada e a Receita Própria Realizada, nos exercícios financeiros de 2009 e 2010, por grupos de despesa.

Em relação à receita própria prevista, observa-se que, em termos gerais, o orçamento de 2010 é praticamente o mesmo de 2009, nessa fonte, sendo que, no grupo I – Unidade Central (receitas geridas por órgãos da Administração Central): houve decréscimo da ordem de 44,10%, ao passo que as receitas do grupo II – Unidades Descentralizadas: tiveram aumento de 36,45%, em relação a 2009, com destaque para a previsão de arrecadação do CESPE, cujo crescimento estimado foi da ordem de 55,80%.

Com relação à receita própria realizada, nos exercícios de 2009 e 2010, cabem as seguintes considerações:

I. A receita realizada total da FUB, em 2010, cresceu cerca de 26,35%.

II. As receitas realizadas no grupo I (Administração Central) tiveram decréscimo de 14,04%.

III. As receitas realizadas pelas Unidades Descentralizadas apresentaram crescimento da ordem de 48,35%, com destaque para o CESPE, que arrecadou cerca de 50,87% a mais do que em 2009, vendo, em seguida, o CDT, com crescimento de 47,77%, conforme Tabela 10,2.

Tabela 10.2: Consolidação da Receita Própria Prevista e Arrecadada – 2009 e 2010

GRUPO DA RECEITA	RECEITA PRÓPRIA ESTIMADA			RECEITA PRÓPRIA REALIZADA[1]		
	2009	2010	Var. %	2009	2010	Var. %
I - UNIDADE CENTRAL						
- Aluguéis	22.000.000,00	18.000.000,00	-18,18	18.254.039,33	20.246.347,68	10,91
- Taxa de Ocupação	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	3.722.912,17	4.361.578,17	17,16
- Alienação de Imóveis	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	7.100.169,71	-	-100,00
- Juros/Rendimentos	800.000,00	6.000.000,00	650,00	689.279,27	506.093,51	-26,58
- Aplic.Rec/Alienação Imóveis	500.000,00	-	-100,00	-	-	
- Outras Receitas	103.850.656,25	39.580.195,00	-61,89	60.977.022,74	52.885.663,43	-13,27
- BCE	200.000,00	150.000,00	-25,00	215.336,17	128.938,89	-40,12
- Taxas/SAA	1.200.000,00	500.000,00	-58,33	939.698,63	324.647,08	-65,45
- Contratos CEAD	8.766.000,00	11.000.000,00	25,48	5.111.366,31	1.566.542,22	-69,35
- PPE - UNB - Idiomas diversos		5.000.000,00			4.418.389,96	
- FUB - Petrobrás		2.000.000,00			1.347.785,90	
- Tx. de Inscrições/Diversos	32.242.779,86	20.930.195,00	-35,09	32.989.149,75	45.099.359,38	36,71
- Saldo Financeiro Remanescente de 2008	35.454.225,75		-100,00	35.454.225,75		-100,00
-(+)Recebimento das Unidades Descentralizadas	-	-		11.001.532,18	-	-100,00
-(-) Transferência às Unidades Descentralizadas	-	-		(24.734.286,05)	-	-100,00
- FAI - Unidade Central	25.987.650,64	-	-100,00			
Subtotal - I Unidade Central	144.150.656,25	80.580.195,00	-44,10	90.743.423,22	77.999.682,79	-14,04
II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS	RECEITA PRÓPRIA ESTIMADA			RECEITA PRÓPRIA REALIZADA[1]		
	2009	2010	Var. %	2009	2010	Var. %
- EDITORA (EDU) - Comerc. de livros	12.428.504,00	1.500.000,00	-87,93	2.468.096,75	1.466.112,93	-40,60
- CESPE - Prestação de Serviços /Rendimentos	141.208.066,75	220.000.000,00	55,80	151.221.242,52	228.143.418,68	50,87
- RESTAURANTE (RU) - Venda de refeições	2.000.000,00	2.500.000,00	25,00	1.159.445,50	833.320,50	-28,13
- PREFEITURA DO CAMPUS - Prestação de Serviços	2.000.000,00	500.000,00	-75,00	283.035,29	841,20	-99,70
- CENTRO DE INFORMÁTICA (CPD) - Prestação de Serviços	500.000,00	500.000,00	0,00	94.911,19	74.323,00	-21,69
- CENTRO DE DES. TECNOLÓGICO (CDT) - Prest.Serv./Rendimentos	15.800.000,00	12.000.000,00	-24,05	10.992.959,29	16.244.178,96	47,77
- HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - HUB	200.000,00	800.000,00	300,00	132.387,18	206.423,99	55,92
- FACULDADE DE ED. FÍSICA - (FEF) - Prestação de Serviços	500.000,00	500.000,00	0,00	313.230,85	276.152,54	-11,84
Subtotal - II Unidades Descentralizadas	174.636.570,75	238.300.000,00	36,45	166.665.308,57	247.244.771,80	48,35
TOTAL GERAL (Soma 1 + Subtotal II)	318.787.227,00	318.880.195,00	0,03	257.408.731,79	325.244.454,59	26,35

Fonte: FUB/DAF/Diretoria de Contabilidade.
Nota: Na receita própria arrecadada, Inclui receita da taxa FAI - Fundo de Apoio Institucional, nos itens em que há incidência, na Unidade Central e nas Unidades Descentralizadas.

Se considerarmos a média anual da receita arrecadada no período pelo grupo I – Unidade Central, em valores atualizados, da ordem de R$ 56 milhões, disponível para aplicação, tanto em despesas correntes, quanto em despesas de capital, e a receita média anual líquida, em valores atualizados, oriunda da captação pelas Unidades Descentralizadas (de 10% a 15% do total arrecadado), que se incorpora diretamente ao Orçamento da FUB, da ordem de R$ 16,6 milhões a R$ 24,9 milhões, é possível prever que a UnB conte com cerca de R$ 72,6 milhões a R$ 80,9 milhões – na melhor hipótese – anuais, para utilização em despesas de manutenção e de investimentos. De qualquer forma, essa disponibilidade potencial de arrecadação anual, da ordem de R$ 81 milhões, é bastante significativa, haja vista que o aporte de recursos disponibilizados pela União, para a FUB, em 2010 (orçamento inicial), foi da ordem de R$ 49,5 milhões, em Outros Custeios e Capital – Líquidos.

Orçamento Programa Interno/Plano Anual de Atividades/PDI

Em 2010, o Plano Anual de Atividades FUB/UnB contemplou 68 unidades cadastradas no Sistema de Planejamento Institucional, sendo 26 unidades acadêmicas (institutos/faculdades) e 42 unidades administrativas (decanatos, centros, órgãos complementares/auxiliares, secretarias, assessorias, Procuradoria Jurídica, Auditoria, Prefeitura do *Campus*, Gabinete do Reitor e Vice-Reitoria). Cabe ressaltar que, no final do ano de 2010, duas secretarias: Secretaria de Recursos Humanos e Secretaria de Planejamento foram extintas e substituídas por dois decanatos: Decanato de Gestão de Pessoas e Decanato de Planejamento e Orçamento, respectivamente.

O Plano Anual de Atividades 2010, último plano do PDI, Quinquênio 2006 – 2010, contempla demandas das unidades acadêmicas e administrativas para atendimento de objetivos, projetos, atividades, ações programadas e respectivos recursos previstos, considerados os ajustes efetuados pelas próprias unidades, no exercício.

O Orçamento Programa Interno 2010 disponibilizou recursos da ordem de R$ 1,4 bilhão, em todas as fontes de recursos, para atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, da ordem de R$ 733,8 milhões, e Outras Despesas Correntes e Capital, da ordem de R$ 681 milhões, sendo R$ 541,8 milhões em Despesas Correntes, e R$ 139,25 milhões em Despesas de Capital, conforme Tabela 10.1.

Esses recursos foram destinados ao atendimento, além das despesas com pessoal e encargos, das seguintes despesas: encargos gerais de custeio (manutenção); programas específicos; demandas aprovadas de unidades acadêmicas e administrativas no plano anual de atividades/PDI; execução de obras e aquisição de equipamentos programados no

REUNI; aquisição de equipamentos, material permanente e mobiliário para unidades internas; atividades da expansão dos *campi* (Ceilândia, Planaltina e Gama); serviços públicos; empresas terceirizadas; folha de pessoal complementar; contratos de manutenção; contratos de prestação de serviços para realização de concursos e outros; entre outras despesas, de acordo com os aportes de recursos disponíveis em cada fonte, natureza da despesa e critérios aprovados por Colegiados Superiores da Universidade.

Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão no exercício de 2010

No que diz respeito à distribuição dos recursos destinados especificamente às atividades acadêmicas entre as unidades de ensino – tendo por base o ano de 2010, cabe destacar que cerca de 46,19% são rateados por meio de uma matriz de partição de recursos de Outros Custeios e Capital e o restante (53,819%) é reservado ao atendimento de outros projetos, atividades e metas programados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e à cobertura de despesas com "atividades especiais", desenvolvidas por algumas unidades, envolvendo atividades específicas, tais como: saídas de campo, Biotério, jornal laboratório O *Campus*, Centro Olímpico e Estação Experimental de Biologia, de conformidade com as diretrizes e critérios gerais definidos pelo Conselho Universitário, quando da aprovação do PDI, Plano Quinquenal 2006 – 2010 e o Orçamento Geral da FUB (2010).

O Ministério da Educação destinará ao Programa REUNI recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas com:

- Construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa.
- Compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos.
- Despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades do plano de reestruturação (art. 3º).

O REUNI está contemplado no Plano Plurianual 2008-2011 (Lei n. 11.653/2008) como atividade, seu produto (unidade de medida) é "vaga disponibilizada". Para os anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, estão inicialmente previstas para a UnB recursos da ordem de 15 mil, 45 mil, 90 mil, e 150 mil vagas, respectivamente. A meta financeira prevista para os anos respectivos é de R$ 153,5 milhões, R$ 960 milhões, R$ 1,4 bilhão e R$ 1,9 bilhão.

Na Universidade de Brasília, está prevista a criação de 3.424 vagas em cursos e o aumento de 892 vagas nos cursos existentes até 2012, nos *campi* Darcy Ribeiro, Planaltina, Gama e Ceilândia. Os quantitativos de novos cursos estão descritos a seguir:

Cursos Noturnos (19 cursos).

Cursos Diurnos (13 cursos).

Aspectos positivos

Em dezembro de 2010, foi aprovado o Orçamento Programa Interno de 2011 que, ao contrário do que acontecia até então, estabeleceu a distribuição dos recursos orçamentários disponíveis na rubrica de **Outros Custeios e Capital – Líquidos** para atender às necessidades das unidades acadêmicas e administrativas previstas no planejamento institucional (PDI), ocorrerá por meio de três modelos básicos: **1. Matriz de Variáveis** (específico para as unidades acadêmicas); **2. Projetos/Atividades do PDI** (unidades acadêmicas e unidades administrativas); **3. Atividades Específicas** (unidades acadêmicas).

A alocação de recursos orçamentários destinados à área Acadêmica será feita mediante a utilização de três modelos básicos:

a) **Modelo 1 – Matriz**, cujas variáveis estão sendo revistas pela Comissão da CAF, assim como as respectivas ponderações. Após essa etapa de definições, o Decanato de Planejamento e Orçamento fará simulações para apresentação à Comissão a partir da atualização dos quantitativos de variáveis, por Unidade Acadêmica, pelo DPO, eletronicamente, utilizando dados disponíveis nos sistemas fonte, ou manualmente;

b) **Modelo 2 – Projetos/Atividades do PDI**, a partir de propostas de necessidades das unidades acadêmicas, levando-se em conta critérios específicos aqui propostos;

c) **Modelo 3 – Atividades Específicas**, cujas análises e aprovação das propostas das unidades acadêmicas para esse programa serão feitas por Comissão de Avaliação designada pelo DAF, em observância aos critérios aprovados pelo CAD, em reunião realizada em 26/11/2009, com base no Relatório (Ajustado) da Comissão especificamente constituída pelo Colegiado, datado de 9/12/2008.

Critérios Gerais Aprovados para Orientar a elaboração das Propostas (PDI) e para Rateio de Recursos às Unidades Acadêmicas e Administrativas

a) as unidades deverão fazer suas proposições, com base em "**necessidades**", ao invés de "livre demandas";

b) que se aplique um **fator de limitação** para a proposta da Unidade, em termos de orçamento previsto para subvencionar os objetivos, projetos/atividades, de forma a que se evitem programações com valores excessivamente altos (sonhos ilimitados). **Limitação proposta**: o somatório dos valores propostos pela Unidade, no PDI, para 2011, **não poderá ser superior a três vezes o montante recebido, por ela, em 2010 (PDI).** Nesse caso, compete ao DPO fazer a verificação e compatibilização dos valores propostos, segundo esse critério;

c) caso a unidade julgue de extrema importância apresentar projetos/atividades, cujo somatório de valores necessariamente extrapole seu limite, poderá apresentar, em separado e com justificativa, o excedente, como **extrateto**, sem qualquer garantia de atendimento ou, até mesmo, de análise pelas Câmaras. Permite-se, assim, que a Unidade deixe registrada a informação de que, para ela, sua necessidade de recursos vai além do limite estabelecido, na expectativa de que possa, eventualmente, ser analisada, em outro contexto. Dessa forma, as propostas extrateto não seriam objeto de análise por Colegiados Superiores (CAD e CONSUNI);

d) que as propostas das Unidades (PDI) sejam encaminhadas, pelo DPO, às Câmaras afins[20] e DGP, quando for o caso, de acordo com cronograma previamente estabelecido, as quais farão as respectivas análises, definição de critérios específicos e aprovação de valores para os objetivos, projetos/atividades propostos, em compatibilidade com os valores previamente aprovados pelo CAD por Programas/Áreas e com as Bases Estratégicas e Táticas, previamente aprovadas pelo CAD;

e) que as Unidades tenham garantidos para 2011, no mínimo, os mesmos valores (nominais) recebidos em 2010. Nesse caso, as Câmaras receberão, do DPO, tabela com esses valores referenciais;

f) que constem do documento final do PDI somente objetivos, projetos/atividades para os quais tenham sido aprovados recursos pelo CONSUNI, após análises

[20] CEG; CPP; CEX; CAF; CAC; e DGP (pessoal).

preliminares, definição de recursos e respectivas fontes pelas Câmaras afins: CAF e CAD.

Aspectos que merecem atenção

Desde as dificuldades enfrentadas em 2008, pela FUB, e apesar de ações emergenciais adotadas, alguns problemas recorrentes ainda preocupam, tais como: a carência acentuada de servidores técnico-administrativos e a falta de plataforma única de dados para integrar os sistemas administrativos existentes na Universidade. No entanto, o estabelecimento de tal plataforma depende, não apenas de decisão da Administração Superior, como também de recursos financeiros, precipuamente, no atendimento a várias ações que certamente poderão causar prejuízos quanto ao alcance efetivo de suas metas.

Assim, como em 2009 as principais dificuldades foram enfrentadas pelas unidades na execução do Plano Anual de Atividades, em 2010, no que tange às ações relacionadas aos aspectos financeiros, foram:

- Pessoal insuficiente (técnico e serviço terceirizado) para a área financeira.
- Insuficiência de recursos financeiros.
- Evasão e alta rotatividade de servidores técnico-administrativos, assim como de colaboradores extra-quadro.
- Demora no atendimento de pedidos de informações ou serviços solicitados a outras unidades.
- Reduzido número de equipamentos e *softwares*.
- Dificuldades na liberação e/ou repasse do orçamento, recursos e outros (Convênio/União).
- Dificuldades ou desconhecimento em relação às normas externas e internas relacionadas à execução orçamentário-financeira, por parte de unidades internas.
- Infraestrutrura física inadequada e/ou insuficiente.
- Treinamento específico para servidores docentes e técnicos-administrativos.
- Pouca cooperação com outras unidades.

Conclusão

A Universidade de Brasília conclui seu relatório de autoavaliação, referente ao exercício financeiro de 2010, com descrição, análise e avaliação, abordando as dez dimensões do SINAES, em conformidade com a Lei n. 10.861/2004 e o Decreto n. 5.773/2006.

A Universidade encontra-se em processo de expansão e reestruturação, iniciado em 2006 e reforçado, de forma expressiva, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), permitindo a construção de novos *campi*, blocos de salas de aula, laboratórios, novos prédios e melhoria da infraestrura.

A adesão ao programa REUNI exigiu reformulação do PDI da UnB, a partir de 2008, dada a importância desse programa no processo de expansão e reestruturação da Universidade. Com o término do atual ciclo de planejamento institucional, 2006-2010, e início de novo ciclo, a Universidade vem priorizando a etapa de avaliação do de seu planejamento. Nesse novo ciclo, que abrangerá o período 2011 a 2015, deu-se início à revisão do Projeto Político Pedagógico Institucional, a partir dos projetos pedagógicos dos cursos, com previsão de conclusão até 2012.

A UnB desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em interação com a sociedade, de forma que a qualidade acadêmica ganhe relevância social, desenvolvendo iniciativas pioneiras de ampliação e diversificação do acesso à Instituição. Nesse sentido, destacam-se o Programa de Avaliação Seriada (PAS); a Instituição de ações afirmativas expressas na definição de cotas para negros e pardos; a reserva de vagas para estudantes indígenas; a criação de novos *campi*, adotando condições favorecidas de ingresso para os estudantes da região (sistema de bônus regional); a criação e a ampliação de cursos noturnos; a adaptação da infraestrutura para garantir o acesso a pessoas com necessidades especiais; a celebração de convênios internacionais para ingresso de estudantes estrangeiros e intercâmbio; entre outros.

A Universidade busca aprimorar seu processo avaliativo, mediante a construção de um plano de autoavaliação institucional, com maior participação e envolvimento da comunidade universitária, resgatando procedimentos históricos e inovadores de avaliação desenvolvidos nesta Universidade ao final da década de oitenta, com as adequações que o atual momento exige.

Outra medida importante a destacar refere-se à realização, por grupo de pesquisa, sob a coordenação da Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, de amplo processo

de diagnóstico e avaliação da gestão de meios da Instituição, com participação de gestores de Unidades Acadêmicas e Administrativas, englobando as áreas de gestão de pessoas; planejamento, orçamento, contabilidade e finanças; tecnologia da informação; infraestrutura; contratos e convênios; e gestão institucional. A partir dos resultados das pesquisas e das recomendações sugeridas pelo grupo de pesquisa, medidas importantes estão sendo tomadas no sentido de melhorar a gestão administrativa da Instituição, destacando-se, por exemplo, a criação, em 2011, dos Decanatos de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento, criando-se, assim, melhores condições operacionais e de gestão, com reflexo direto nas atividades de ensino, pesquisa extensão e gestão universitária.

Assim, amplia-se o autoconhecimento institucional, com a identificação de suas potencialidades e fragilidades, e dissemina-se a cultura da avaliação na comunidade universitária.

Enfim, a importância atribuída ao processo de autoavaliação da UnB e o engajamento de um número cada vez mais representativo de membros de sua comunidade permitirão a consolidação de uma universidade de excelência acadêmica, democrática e solidária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.

_____. **Decreto n. 500, de 15 de janeiro de 1962**. Institui a Fundação Universidade de Brasília.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil***,* 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/3/2010.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 3.860 de 9 de julho de 200**1. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/3/2010.

_____. Presidência da República. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996***.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/3/2010.

_____. Presidência da República. **Lei n. 11.897 de 30 de dezembro de 2008***.* Estima a receita e fixa a despesa da União para o Exercício financeiro de 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/3/2010.

_____. Presidência da República**. Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/3/2010.

_____. Presidência da República. **Lei n. 11.091 de 12 janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/3/2010.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 5.773 de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/3/2010.

_____. **Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

_____. **Lei n. 11.897, de 30 de dezembro de 2008**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

Dias Sobrinho, J. **Educação Superior, Globalização e Democratização. Qual a Universidade?** Revista Brasileira de Educação, n. 28, pp. 164-173, jan/abr, 2005.

Fundação Universidade de Brasília. **Plano Anual de Atividades 2009**. Brasília: Secretaria de Planejamento/UnB, 2009.

_____. **Manual de Planejamento 2006 a 2010**, **2007**.

_____. **Relatório de Auto-Avaliação Institucional da UnB**. Brasília, 2008.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional da UnB**. Brasília, 2010.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2006 – 2010**. Brasília: Secretaria de Planejamento/UnB, 2009.

_____. **Relatório: Projeto de Avaliação Institucional & Gestão de Meios. Gestão de Pessoas**, Universidade de Brasília: Comissão de Reestruturação e Modernização da Universidade de Brasília, vol. I, dezembro, 2009.

_____. **Relatório: Projeto de Avaliação Institucional & Gestão de Meios. Gestão de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**, Universidade de Brasília: Comissão de Reestruturação e Modernização da Universidade de Brasília, vol. I, abril, 2010.

_____. **Relatório: Projeto de Avaliação Institucional & Gestão de Meios. Gestão de Tecnologia da Informação**, Universidade de Brasília: Comissão de Reestruturação e Modernização da Universidade de Brasília, vol. I, outubro, 2010.

Universidade de Brasília. **Plano Orientador da Universidade de Brasília**, São Paulo Editora S.A., 1962.

_____. **Resolução do Conselho de Administração n. 001/1998**. Estabelece normas para captação e gestão de recursos financeiros por meio de convênios e contratos. Brasília: Gabinete do Reitor, jul, 1998. Disponível em: <www.unb.br> Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.

_____. **Instrução da Reitoria n. 001/1998**. Estabelece requisitos mínimos para descentralização administrativa e financeira de Unidades. Brasília: Gabinete do Reitor, jan, 1998. Disponível em <www.unb.br/administracao/diretorias/dcf/downloads/ir_01.98.doc> Acesso em 29/3/2010.

_____. **Relatório de Gestão Exercício 2010**. Brasília: Decanato de Planejamento e Orçamento/UnB, 2011.

_____. **Anuário Estatístico 2001 – 2007**. Brasília: Secretaria de Planejamento/UnB, 2008.

_____. **Proposta de Reformulação da Sistemática de Descentralização de Unidades**. Brasília: Decanato de Administração/UnB, 2007.

_____. **Estatuto e Regimento Geral da Universidade de Brasília**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.unb.br/transparencia_unb/unb/estatuto_da_unb. Acesso em: 4/2/2010.

_____. **Formação Docente: O Caminho da Mudança Cultura**l. Disponível em: <www.uab.unb.br./index.php/institucional/metodologia/docentes>. Acesso em: 18/2/2010.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP**. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 2006-2008.** Disponível em: <www.enade.inep.gov.br>. Acesso em 17/3/2010.

_____. **Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições**, 2004. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Anexo A: Resultado Geral de Avaliação Docente, CESPE/UnB, 2010

1. Avaliação de Disciplina 1º/2007

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
PROGRAMA DA DISCIPLINA	1 Carga horária	3,6	14,9	80,1	1,4	34.453	8,7	1,8
	2 Clareza na descrição dos objetivos do programa	4,1	16,6	77,8	1,5	34.453	8,5	1,9
	3 Compatibilidade dos objetivos com a ementa	3,6	14,4	79,6	2,4	34.453	8,6	1,8
	4 Sequência do conteúdo programático	3,7	15,5	78,8	2,0	34.453	8,6	1,8
	5 Adequação dos objetivos ao conteúdo	3,7	15,6	78,6	2,1	34.453	8,6	1,8
	6 Clareza quanto aos critérios de avaliação	5,9	17,0	75,2	1,9	34.453	8,4	2,1
	7 Adequação da bibliografia utilizada ao conteúdo da disciplina	4,7	15,9	74,1	5,3	34.453	8,5	2,0
	8 Relevância do conteúdo para formação profissional do aluno	4,1	13,1	81,0	1,8	34.453	8,7	1,9
	9 Adequação dos pré-requisitos da disciplina	3,7	12,4	65,7	18,1	34.453	8,6	2,0
	Total	**4,1**	**15,1**	**76,8**	**4,0**	**34.553**	**8,6**	**1,9**
DESEMPENHO DO PROFESSOR	10 Domínio do conteúdo ministrado	2,8	9,2	86,3	1,7	34.453	9,1	1,6
	11 Qualidade na transmissão do conteúdo	7,3	18,3	72,7	1,6	34.453	8,2	2,2
	12 Entusiasmo demonstrado na transmissão do conteúdo	5,9	15,9	76,5	1,7	34.453	8,5	2,1
	13 Incentivo à participação dos alunos nas atividades previstas no programa da disciplina	6,5	19,7	70,9	2,9	34.453	8,2	2,2
	14 Incentivo, ao aluno, à realização de atividades adicionais de aprofundamento do aprendizado	8,5	23,1	63,7	4,7	34.453	7,9	2,4
	15 Uso de estratégias para motivar os alunos em relação ao conteúdo	10,9	26,0	60,1	3,0	34.453	7,6	2,5
	16 Ritmo de apresentação do conteúdo	8,5	22,7	66,6	2,3	34.453	7,9	2,3
	17 Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos	6,2	20,1	70,7	2,9	34.453	8,2	2,1
	18 Profundidade com que o conteúdo foi abordado, considerando os objetivos da disciplina	6,8	18,8	71,8	2,6	34.453	8,2	2,2
	19 Integração do conteúdo da disciplina com conteúdos conexos de outras disciplinas	6,6	20,3	67,7	5,4	34.453	8,1	2,2
	20 Integração entre teoria, pesquisa e/ou aspectos da realidade	6,3	18,8	68,7	6,2	34.453	8,2	2,2
	21 Qualidade dos exemplos utilizados para relacionar teoria, pesquisa e prática	6,0	17,8	71,4	4,9	34.453	8,3	2,1
	22 Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalhos, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado	7,7	16,9	71,5	3,9	34.453	8,2	2,3

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
	23 Discussão dos resultados de avaliações de aprendizagem	10,4	21,2	60,5	7,9	34.453	7,7	2,6
	24 Adequação do uso dos recursos de ensino (quadro de giz, retroprojetor, etc.)	6,3	19,2	69,0	5,5	34.453	8,2	2,2
	25 Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos, relacionadas ao conteúdo da disciplina	5,8	15,6	73,5	5,0	34.453	8,4	2,2
	26 Cordialidade na relação com os alunos	5,6	12,4	79,9	2,2	34.453	8,7	2,1
	27 Respeito às ideias manifestadas pelos alunos acerca dos temas abordados	5,1	12,0	79,9	3,0	34.453	8,7	2,1
	28 Disponibilidade para atendimento extraclasse	6,4	17,7	62,0	13,9	34.453	8,1	2,3
	29 Cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor	5,4	12,6	79,4	2,6	34.453	8,6	2,1
	30 Assiduidade	3,5	9,3	83,9	3,2	34.453	9,0	1,8
	Total	**6,6**	**17,5**	**71,7**	**4,1**	**34.553**	**8,3**	**2,2**
AUTOAVALIAÇÃO DE RENDIMENTO	31 Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina	2,6	22,7	71,4	3,3	34.453	8,3	1,7
	32 Rendimento nas tarefas propostas pelo professor	2,8	25,8	67,6	3,8	34.453	8,1	1,6
	33 Busca de aprofundamento por meio de pesquisa bibliográfica e leituras	8,4	33,5	53,0	5,2	34.453	7,4	2,2
	34 Disposição para trocar ideias com os colegas e com o professor	4,8	24,8	66,5	3,9	34.453	8,0	2,0
	35 Assimilação dos conteúdos abordados na disciplina	3,6	24,0	69,0	3,5	34.453	8,1	1,7
	36 Capacidade de aplicar os conhecimentos ensinados na disciplina em outras situações e contextos	4,2	22,7	69,1	4,0	34.453	8,1	1,8
	37 Capacidade de transmitir os conhecimentos adquiridos na disciplina a outras pessoas	4,7	25,9	65,4	4,0	34.453	8,0	1,9
	Total	**4,4**	**25,6**	**66,0**	**3,9**	**34.553**	**8,0**	**1,9**
SUPORTE À EXECUÇÃO DA DISCIPLINA	38 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas	11,5	33,6	50,2	4,7	34.453	7,2	2,4
	39 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas	8,9	21,4	32,0	37,6	34.453	7,0	2,6
	40 Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo: secretaria do departamento) para necessidades surgidas na disciplina	8,4	22,6	36,4	32,7	34.453	7,2	2,5
	41 Apoio da UnB (departamento) para trabalhos de campo	10,7	16,9	21,1	51,3	34.453	6,4	3,0
	42 Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central	20,9	24,0	24,9	30,2	34.453	5,8	3,1
	43 Acervo da Biblioteca Central relacionado ao temas tratados na disciplina	19,1	26,1	29,8	25,1	34.453	6,2	2,9
	44 Número de alunos na disciplina	6,1	20,5	67,5	5,9	34.453	8,2	2,2
	Total	**12,2**	**23,6**	**37,4**	**26,8**	**34.553**	**6,9**	**2,8**

2. Avaliação de Disciplina 2º/2007

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
PROGRAMA DA DISCIPLINA	1 Carga horária	3,6	15,9	78,8	1,7	35.956	8,6	1,8
	2 Clareza na descrição dos objetivos do programa	4,0	17,3	76,8	1,8	35.956	8,5	1,9
	3 Compatibilidade dos objetivos com a ementa	3,5	15,1	78,8	2,7	35.956	8,6	1,8
	4 Sequência do conteúdo programático	3,6	15,8	78,6	2,1	35.956	8,6	1,8
	5 Adequação dos objetivos ao conteúdo	3,6	16,0	78,0	2,4	35.956	8,6	1,8
	6 Clareza quanto aos critérios de avaliação	5,9	17,3	74,5	2,2	35.956	8,4	2,1
	7 Adequação da bibliografia utilizada ao conteúdo da disciplina	4,5	16,0	73,8	5,8	35.956	8,5	2,0
	8 Relevância do conteúdo para formação profissional do aluno	4,5	13,1	80,2	2,3	35.956	8,7	2,0
	9 Adequação dos pré-requisitos da disciplina	3,5	12,2	65,4	19,0	35.956	8,6	2,0
	Total	4,1	15,4	76,1	4,5	35.956	8,6	1,9
DESEMPENHO DO PROFESSOR	10 Domínio do conteúdo ministrado	2,8	9,5	86,1	1,7	35.956	9,0	1,6
	11 Qualidade na transmissão do conteúdo	7,3	18,7	72,5	1,6	35.956	8,2	2,2
	12 Entusiasmo demonstrado na transmissão do conteúdo	6,6	16,4	75,3	1,7	35.956	8,4	2,2
	13 Incentivo à participação dos alunos nas atividades previstas no programa da disciplina	6,5	19,8	70,8	2,8	35.956	8,2	2,2
	14 Incentivo, ao aluno, à realização de atividades adicionais de aprofundamento do aprendizado	8,7	23,5	63,0	4,8	35.956	7,8	2,4
	15 Uso de estratégias para motivar os alunos em relação ao conteúdo	11,4	26,2	59,5	3,0	35.956	7,5	2,5
	16 Ritmo de apresentação do conteúdo	8,7	23,2	66,1	2,1	35.956	7,9	2,3
	17 Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos	6,2	20,4	70,7	2,6	35.956	8,2	2,1
	18 Profundidade com que o conteúdo foi abordado, considerando os objetivos da disciplina	6,7	19,6	71,3	2,4	35.956	8,2	2,1
	19 Integração do conteúdo da disciplina com conteúdos conexos de outras disciplinas	6,7	20,8	67,4	5,1	35.956	8,1	2,2
	20 Integração entre teoria, pesquisa e/ou aspectos da realidade	6,5	19,4	67,9	6,2	35.956	8,2	2,2
	21 Qualidade dos exemplos utilizados para relacionar teoria, pesquisa e prática	6,3	18,2	70,0	5,5	35.956	8,2	2,2
	22 Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalhos, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado	7,9	18,0	70,8	3,3	35.956	8,2	2,3
	23 Discussão dos resultados de avaliações de aprendizagem	10,7	21,9	60,0	7,4	35.956	7,7	2,6
	24 Adequação do uso dos recursos de ensino (quadro de giz, retroprojetor, etc.)	6,4	19,8	68,6	5,2	35.956	8,2	2,2

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
	25 Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos, relacionadas ao conteúdo da disciplina	6,4	16,2	72,6	4,7	35.956	8,4	2,2
	26 Cordialidade na relação com os alunos	6,2	12,7	79,3	1,8	35.956	8,6	2,2
	27 Respeito às ideias manifestadas pelos alunos acerca dos temas abordados	5,6	12,6	79,2	2,7	35.956	8,6	2,1
	28 Disponibilidade para atendimento extraclasse	7,0	18,0	60,3	14,8	35.956	8,0	2,4
	29 Cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor	5,8	13,7	78,1	2,4	35.956	8,6	2,1
	30 Assiduidade	3,6	10,5	83,2	2,7	35.956	8,9	1,8
	Total	6,9	18,0	71,1	4,0	35.956	8,2	2,2
AUTOAVALIAÇÃO DE RENDIMENTO	31 Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina	2,6	22,9	71,8	2,7	35.956	8,3	1,7
	32 Rendimento nas tarefas propostas pelo professor	3,0	25,8	68,1	3,2	35.956	8,1	1,7
	33 Busca de aprofundamento por meio de pesquisa bibliográfica e leituras	8,5	33,0	53,6	4,9	35.956	7,4	2,2
	34 Disposição para trocar ideias com os colegas e com o professor	4,9	24,8	66,9	3,3	35.956	8,0	2,0
	35 Assimilação dos conteúdos abordados na disciplina	3,7	24,2	69,4	2,7	35.956	8,1	1,8
	36 Capacidade de aplicar os conhecimentos ensinados na disciplina em outras situações e contextos	4,2	23,2	69,4	3,2	35.956	8,1	1,8
	37 Capacidade de transmitir os conhecimentos adquiridos na disciplina a outras pessoas	4,8	26,2	65,8	3,2	35.956	8,0	1,9
	Total	4,5	25,7	66,4	3,3	35.956	8,0	1,9
SUPORTE À EXECUÇÃO DA DISCIPLINA	38 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas	12,9	32,9	50,1	4,1	35.956	7,1	2,5
	39 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas	9,0	21,5	32,5	37,0	35.956	7,0	2,6
	40 Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo: secretaria do departamento) para necessidades surgidas na disciplina	7,8	22,8	37,6	31,8	35.956	7,3	2,4
	41 Apoio da UnB (departamento) para trabalhos de campo	9,3	16,9	22,9	50,9	35.956	6,6	2,9
	42 Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central	13,3	24,5	33,0	29,2	35.956	6,7	2,8
	43 Acervo da Biblioteca Central relacionado ao temas tratados na disciplina	13,9	26,3	36,4	23,4	35.956	6,7	2,7
	44 Número de alunos na disciplina	6,7	20,8	67,7	4,8	35.956	8,1	2,2
	Total	10,4	23,7	40,0	25,9	35.956	7,1	2,6

3. Avaliação de Disciplina 1º/2008

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
PROGRAMA DA DISCIPLINA	1 Carga horária	3,4	14,4	80,9	1,3	32.687	8,7	1,8
	2 Clareza na descrição dos objetivos do programa	3,8	16,6	78,2	1,4	32.687	8,6	1,9
	3 Compatibilidade dos objetivos com a ementa	3,3	14,3	80,1	2,3	32.687	8,7	1,8
	4 Sequência do conteúdo programático	3,7	15,5	79,1	1,8	32.687	8,6	1,8
	5 Adequação dos objetivos ao conteúdo	3,5	15,3	79,0	2,2	32.687	8,6	1,8
	6 Clareza quanto aos critérios de avaliação	5,6	16,9	75,6	1,8	32.687	8,4	2,1
	7 Adequação da bibliografia utilizada ao conteúdo da disciplina	4,3	15,1	75,4	5,1	32.687	8,6	2,0
	8 Relevância do conteúdo para formação profissional do aluno	3,8	12,2	82,3	1,7	32.687	8,8	1,9
	9 Adequação dos pré-requisitos da disciplina	3,3	11,6	65,9	19,2	32.687	8,7	1,9
	Total	**3,9**	**14,6**	**77,4**	**4,1**	**32.687**	**8,6**	**1,9**
DESEMPENHO DO PROFESSOR	10 Domínio do conteúdo ministrado	2,6	9,3	86,7	1,4	32.687	9,1	1,6
	11 Qualidade na transmissão do conteúdo	6,7	18,2	73,7	1,3	32.687	8,3	2,2
	12 Entusiasmo demonstrado na transmissão do conteúdo	5,7	15,7	77,2	1,4	32.687	8,5	2,1
	13 Incentivo à participação dos alunos nas atividades previstas no programa da disciplina	6,0	19,0	72,6	2,4	32.687	8,3	2,1
	14 Incentivo, ao aluno, à realização de atividades adicionais de aprofundamento do aprendizado	8,0	22,1	65,6	4,3	32.687	8,0	2,3
	15 Uso de estratégias para motivar os alunos em relação ao conteúdo	10,4	25,3	61,8	2,6	32.687	7,7	2,5
	16 Ritmo de apresentação do conteúdo	8,5	22,1	67,5	1,9	32.687	8,0	2,3
	17 Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos	6,1	19,5	72,2	2,2	32.687	8,2	2,1
	18 Profundidade com que o conteúdo foi abordado, considerando os objetivos da disciplina	6,7	18,4	72,9	2,0	32.687	8,2	2,1
	19 Integração do conteúdo da disciplina com conteúdos conexos de outras disciplinas	6,6	19,6	69,3	4,4	32.687	8,1	2,2
	20 Integração entre teoria, pesquisa e/ou aspectos da realidade	6,0	18,2	70,2	5,6	32.687	8,3	2,1
	21 Qualidade dos exemplos utilizados para relacionar teoria, pesquisa e prática	5,8	17,3	72,8	4,1	32.687	8,3	2,1
	22 Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalhos, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado	7,6	16,9	72,5	3,0	32.687	8,2	2,3
	23 Discussão dos resultados de avaliações de aprendizagem	10,0	21,0	62,3	6,7	32.687	7,8	2,5
	24 Adequação do uso dos recursos de ensino (quadro de giz, retroprojetor, etc.)	5,9	18,4	71,2	4,5	32.687	8,3	2,1

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
	25 Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos, relacionadas ao conteúdo da disciplina	5,9	15,6	74,3	4,2	32.687	8,4	2,2
	26 Cordialidade na relação com os alunos	5,7	12,0	80,8	1,6	32.687	8,7	2,1
	27 Respeito às ideias manifestadas pelos alunos acerca dos temas abordados	5,3	12,0	80,5	2,2	32.687	8,7	2,1
	28 Disponibilidade para atendimento extraclasse	6,6	17,5	62,6	13,3	32.687	8,1	2,3
	29 Cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor	5,5	13,2	79,1	2,1	32.687	8,6	2,1
	30 Assiduidade	3,9	9,6	83,9	2,5	32.687	8,9	1,9
	Total	**6,5**	**17,2**	**72,8**	**3,5**	**32.687**	**8,3**	**2,2**
AUTOAVALIAÇÃO DE RENDIMENTO	31 Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina	2,4	21,5	73,3	2,8	32.687	8,3	1,6
	32 Rendimento nas tarefas propostas pelo professor	2,7	24,5	69,9	2,9	32.687	8,1	1,6
	33 Busca de aprofundamento por meio de pesquisa bibliográfica e leituras	7,7	31,8	56,1	4,4	32.687	7,5	2,2
	34 Disposição para trocar ideias com os colegas e com o professor	4,4	23,4	69,2	3,0	32.687	8,1	1,9
	35 Assimilação dos conteúdos abordados na disciplina	3,4	22,9	71,1	2,6	32.687	8,2	1,7
	36 Capacidade de aplicar os conhecimentos ensinados na disciplina em outras situações e contextos	3,8	21,8	71,4	3,0	32.687	8,2	1,8
	37 Capacidade de transmitir os conhecimentos adquiridos na disciplina a outras pessoas	4,4	24,8	67,8	3,0	32.687	8,0	1,9
	Total	**4,1**	**24,4**	**68,4**	**3,1**	**32.687**	**8,1**	**1,8**
SUPORTE À EXECUÇÃO DA DISCIPLINA	38 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas	11,6	32,8	51,6	4,1	32.687	7,2	2,4
	39 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas	8,6	20,6	32,1	38,7	32.687	7,1	2,6
	40 Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo: secretaria do departamento) para necessidades surgidas na disciplina	7,4	21,9	39,2	31,6	32.687	7,4	2,4
	41 Apoio da UnB (departamento) para trabalhos de campo	8,9	16,3	23,8	51,0	32.687	6,7	2,9
	42 Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central	12,6	24,3	34,6	28,5	32.687	6,8	2,7
	43 Acervo da Biblioteca Central relacionado ao temas tratados na disciplina	13,2	25,9	38,5	22,4	32.687	6,9	2,7
	44 Número de alunos na disciplina	5,8	20,2	69,4	4,6	32.687	8,2	2,1
	Total	**9,7**	**23,1**	**41,3**	**25,8**	**32.687**	**7,3**	**2,6**

4. Avaliação de Disciplina 2º/2008

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
PROGRAMA DA DISCIPLINA	1 Carga horária	2.6	11.3	63.4	22.7	47.993	8.7	1.8
	2 Clareza na descrição dos objetivos do programa	2.9	12.9	61.4	22.8	47.993	8.6	1.8
	3 Compatibilidade dos objetivos com a ementa	2.5	11.3	62.7	23.5	47.993	8.7	1.7
	4 Sequência do conteúdo programático	2.6	12.4	61.8	23.2	47.993	8.6	1.8
	5 Adequação dos objetivos ao conteúdo	2.5	12.5	61.8	23.2	47.993	8.6	1.8
	6 Clareza quanto aos critérios de avaliação	4.5	13.5	59.0	23.1	47.993	8.4	2.1
	7 Adequação da bibliografia utilizada ao conteúdo da disciplina	3.2	12.7	58.4	25.8	47.993	8.5	1.9
	8 Relevância do conteúdo para formação profissional do aluno	2.9	9.9	64.0	23.2	47.993	8.8	1.9
	9 Adequação dos pré-requisitos da disciplina	2.5	9.7	51.7	36.2	47.993	8.6	1.9
	Total	**2.9**	**11.8**	**60.5**	**24.8**	**47.993**	**8.6**	**1.9**
DESEMPENHO DO PROFESSOR	10 Domínio do conteúdo ministrado	2.0	7.1	68.2	22.8	47.993	9.1	1.6
	11 Qualidade na transmissão do conteúdo	5.4	14.1	57.7	22.8	47.993	8.3	2.2
	12 Entusiasmo demonstrado na transmissão do conteúdo	4.4	12.2	60.6	22.8	47.993	8.5	2.1
	13 Incentivo à participação dos alunos nas atividades previstas no programa da disciplina	4.7	14.9	56.9	23.6	47.993	8.3	2.1
	14 Incentivo, ao aluno, à realização de atividades adicionais de aprofundamento do aprendizado	6.1	17.7	51.0	25.2	47.993	8.0	2.3
	15 Uso de estratégias para motivar os alunos em relação ao conteúdo	8.0	19.9	48.3	23.8	47.993	7.7	2.5
	16 Ritmo de apresentação do conteúdo	6.3	17.3	53.2	23.2	47.993	8.0	2.2
	17 Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos	4.6	15.3	56.6	23.5	47.993	8.2	2.1
	18 Profundidade com que o conteúdo foi abordado, considerando os objetivos da disciplina	5.0	14.8	56.9	23.4	47.993	8.2	2.1
	19 Integração do conteúdo da disciplina com conteúdos conexos de outras disciplinas	4.9	15.6	53.8	25.7	47.993	8.2	2.1
	20 Integração entre teoria, pesquisa e/ou aspectos da realidade	4.8	14.3	54.2	26.6	47.993	8.2	2.1
	21 Qualidade dos exemplos utilizados para relacionar teoria, pesquisa e prática	4.5	13.9	56.3	25.3	47.993	8.3	2.1
	22 Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalhos, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado	5.8	13.8	56.2	24.2	47.993	8.2	2.3
	23 Discussão dos resultados de avaliações de aprendizagem	7.7	16.7	48.3	27.3	47.993	7.8	2.5
	24 Adequação do uso dos recursos de ensino (quadro de giz, retroprojetor, etc.)	4.2	14.7	55.4	25.7	47.993	8.3	2.1
	25 Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos, relacionadas ao conteúdo da disciplina	4.7	12.3	57.8	25.2	47.993	8.4	2.2
	26 Cordialidade na relação com os alunos	4.3	9.8	63.0	22.9	47.993	8.7	2.1

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
	27 Respeito às ideias manifestadas pelos alunos acerca dos temas abordados	4.0	9.6	62.9	23.5	47.993	8.7	2.0
	28 Disponibilidade para atendimento extraclasse	5.2	13.7	48.6	32.5	47.993	8.1	2.3
	29 Cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor	4.3	10.4	61.8	23.4	47.993	8.6	2.1
	30 Assiduidade	3.1	8.2	65.1	23.6	47.993	8.9	1.9
	Total	**5.0**	**13.6**	**56.8**	**24.6**	**47.993**	**8.3**	**2.2**
AUTOAVALIAÇÃO DE RENDIMENTO	31 Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina	2.0	17.6	56.8	23.6	47.993	8.3	1.7
	32 Rendimento nas tarefas propostas pelo professor	2.3	20.5	53.3	23.9	47.993	8.1	1.6
	33 Busca de aprofundamento por meio de pesquisa bibliográfica e leituras	6.3	25.2	43.1	25.3	47.993	7.5	2.2
	34 Disposição para trocar ideias com os colegas e com o professor	3.6	19.4	52.8	24.2	47.993	8.1	1.9
	35 Assimilação dos conteúdos abordados na disciplina	2.8	19.1	54.4	23.7	47.993	8.1	1.7
	36 Capacidade de aplicar os conhecimentos ensinados na disciplina em outras situações e contextos	3.1	18.3	54.5	24.0	47.993	8.1	1.8
	37 Capacidade de transmitir os conhecimentos adquiridos na disciplina a outras pessoas	3.9	20.3	51.8	24.0	47.993	8.0	1.9
	Total	**3.4**	**20.1**	**52.4**	**24.1**	**47.993**	**8.0**	**1.9**
SUPORTE À EXECUÇÃO DA DISCIPLINA	38 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas	10.5	26.4	37.8	25.3	47.993	7.0	2.5
	39 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas	7.3	16.1	23.6	53.0	47.993	7.0	2.6
	40 Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo: secretaria do departamento) para necessidades surgidas na disciplina	6.1	17.3	29.9	46.6	47.993	7.3	2.4
	41 Apoio da UnB (departamento) para trabalhos de campo	6.9	12.7	17.5	62.9	47.993	6.7	2.9
	42 Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central	9.8	18.5	27.2	44.4	47.993	6.8	2.7
	43 Acervo da Biblioteca Central relacionado ao temas tratados na disciplina	10.3	20.2	29.7	39.8	47.993	6.9	2.7
	44 Número de alunos na disciplina	4.9	16.1	53.3	25.6	47.993	8.1	2.2
	Total	**8.0**	**18.2**	**31.3**	**42.5**	**47.993**	**7.2**	**2.6**

5. Avaliação de Disciplina 1º/2009

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
PROGRAMA DA DISCIPLINA	1 Carga horária	3,1	14,5	80,3	2,0	43.529	8,7	1,8
	2 Clareza na descrição dos objetivos do programa	3,9	16,1	77,9	2,2	43.529	8,6	1,9
	3 Compatibilidade dos objetivos com a ementa	3,2	14,0	79,7	3,1	43.529	8,7	1,8
	4 Sequência do conteúdo programático	3,4	14,9	79,2	2,6	43.529	8,6	1,8
	5 Adequação dos objetivos ao conteúdo	3,4	14,9	79,0	2,6	43.529	8,6	1,8
	6 Clareza quanto aos critérios de avaliação	5,9	17,1	74,2	2,8	43.529	8,4	2,1
	7 Adequação da bibliografia utilizada ao conteúdo da disciplina	4,5	15,6	74,2	5,7	43.529	8,5	2,0
	8 Relevância do conteúdo para formação profissional do aluno	4,1	12,3	81,0	2,6	43.529	8,8	1,9
	9 Adequação dos pré-requisitos da disciplina	3,4	11,8	64,9	19,8	43.529	8,6	2,0
	Total	**3,9**	**14,6**	**76,7**	**4,8**	**43.529**	**8,6**	**1,9**
DESEMPENHO DO PROFESSOR	10 Domínio do conteúdo ministrado	2,5	8,5	86,8	2,1	43.529	9,1	1,6
	11 Qualidade na transmissão do conteúdo	6,8	17,4	73,8	2,0	43.529	8,3	2,2
	12 Entusiasmo demonstrado na transmissão do conteúdo	5,8	15,2	77,0	2,0	43.529	8,5	2,1
	13 Incentivo à participação dos alunos nas atividades previstas no programa da disciplina	5,9	18,6	72,3	3,2	43.529	8,3	2,1
	14 Incentivo, ao aluno, à realização de atividades adicionais de aprofundamento do aprendizado	7,7	22,2	65,3	4,8	43.529	8,0	2,3
	15 Uso de estratégias para motivar os alunos em relação ao conteúdo	10,3	24,7	61,9	3,2	43.529	7,7	2,5
	16 Ritmo de apresentação do conteúdo	7,8	21,9	67,8	2,5	43.529	8,0	2,2
	17 Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos	5,8	19,2	72,0	3,0	43.529	8,3	2,1
	18 Profundidade com que o conteúdo foi abordado, considerando os objetivos da disciplina	6,2	17,9	73,2	2,7	43.529	8,3	2,1
	19 Integração do conteúdo da disciplina com conteúdos conexos de outras disciplinas	6,3	19,6	68,8	5,3	43.529	8,2	2,2
	20 Integração entre teoria, pesquisa e/ou aspectos da realidade	6,1	18,4	69,2	6,4	43.529	8,2	2,2
	21 Qualidade dos exemplos utilizados para relacionar teoria, pesquisa e prática	5,8	16,9	72,3	5,0	43.529	8,3	2,1
	22 Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalhos, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado	7,4	17,0	71,7	3,9	43.529	8,2	2,3
	23 Discussão dos resultados de avaliações de aprendizagem	9,5	20,7	61,9	7,9	43.529	7,8	2,5
	24 Adequação do uso dos recursos de ensino (quadro de giz, retroprojetor, etc.)	5,4	17,5	71,8	5,3	43.529	8,3	2,1

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
	25 Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos, relacionadas ao conteúdo da disciplina	5,9	15,3	74,1	4,6	43.529	8,5	2,2
	26 Cordialidade na relação com os alunos	5,2	11,6	81,2	2,1	43.529	8,8	2,1
	27 Respeito às ideias manifestadas pelos alunos acerca dos temas abordados	4,6	11,9	80,6	2,9	43.529	8,7	2,0
	28 Disponibilidade para atendimento extraclasse	6,4	17,5	62,7	13,5	43.529	8,2	2,3
	29 Cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor	4,8	12,6	79,7	3,0	43.529	8,7	2,0
	30 Assiduidade	3,1	9,5	83,8	3,6	43.529	9,0	1,7
	Total	**6,2**	**16,9**	**72,8**	**4,2**	**43.529**	**8,4**	**2,2**
AUTOAVALIAÇÃO DE RENDIMENTO	31 Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina	2,2	21,2	73,1	3,5	43.529	8,4	1,6
	32 Rendimento nas tarefas propostas pelo professor	2,9	24,6	68,3	4,3	43.529	8,1	1,6
	33 Busca de aprofundamento por meio de pesquisa bibliográfica e leituras	7,7	31,2	55,9	5,1	43.529	7,5	2,2
	34 Disposição para trocar ideias com os colegas e com o professor	4,5	23,7	68,0	3,8	43.529	8,1	1,9
	35 Assimilação dos conteúdos abordados na disciplina	3,7	23,0	69,3	4,0	43.529	8,1	1,7
	36 Capacidade de aplicar os conhecimentos ensinados na disciplina em outras situações e contextos	4,0	22,1	70,2	3,7	43.529	8,2	1,8
	37 Capacidade de transmitir os conhecimentos adquiridos na disciplina a outras pessoas	4,8	24,9	66,7	3,6	43.529	8,0	1,9
	Total	**4,2**	**24,4**	**67,4**	**4,0**	**43.529**	**8,1**	**1,9**
SUPORTE À EXECUÇÃO DA DISCIPLINA	38 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas	12,1	31,4	51,4	5,0	43.529	7,2	2,5
	39 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas	9,0	19,5	32,6	38,9	43.529	7,1	2,6
	40 Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo: secretaria do departamento) para necessidades surgidas na disciplina	7,6	22,4	39,4	30,6	43.529	7,4	2,4
	41 Apoio da UnB (departamento) para trabalhos de campo	9,0	16,9	24,5	49,6	43.529	6,8	2,9
	42 Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central	12,5	24,2	35,7	27,6	43.529	6,8	2,7
	43 Acervo da Biblioteca Central relacionado ao temas tratados na disciplina	12,7	25,9	39,2	22,2	43.529	6,9	2,6
	44 Número de alunos na disciplina	7,5	20,5	66,6	5,4	43.529	8,0	2,3
	Total	**10,1**	**23,0**	**41,3**	**25,6**	**43.529**	**7,2**	**2,6**

6. Avaliação de Disciplina 2º/2009

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
PROGRAMA DA DISCIPLINA	1 Carga horária	3.1	15.1	80.0	1.7	30.243	8.7	1.7
	2 Clareza na descrição dos objetivos do programa	3.6	15.7	78.8	1.9	30.243	8.6	1.8
	3 Compatibilidade dos objetivos com a ementa	2.9	14.3	80.6	2.2	30.243	8.7	1.7
	4 Sequência do conteúdo programático	3.2	15.4	79.5	1.9	30.243	8.6	1.7
	5 Adequação dos objetivos ao conteúdo	3.1	15.1	79.6	2.3	30.243	8.6	1.7
	6 Clareza quanto aos critérios de avaliação	5.2	16.1	76.3	2.4	30.243	8.5	2.0
	7 Adequação da bibliografia utilizada ao conteúdo da disciplina	4.1	16.1	74.7	5.1	30.243	8.5	1.9
	8 Relevância do conteúdo para formação profissional do aluno	3.8	13.3	80.8	2.1	30.243	8.7	1.9
	9 Adequação dos pré-requisitos da disciplina	3.3	12.8	66.7	17.2	30.243	8.6	1.9
	Total	**3.6**	**14.9**	**77.4**	**4.1**	**30.243**	**8.6**	**1.8**
DESEMPENHO DO PROFESSOR	10 Domínio do conteúdo ministrado	2.4	8.9	86.9	1.8	30.243	9.1	1.6
	11 Qualidade na transmissão do conteúdo	6.2	17.4	74.8	1.7	30.243	8.4	2.1
	12 Entusiasmo demonstrado na transmissão do conteúdo	5.2	15.6	77.6	1.7	30.243	8.5	2.0
	13 Incentivo à participação dos alunos nas atividades previstas no programa da disciplina	5.4	18.4	73.6	2.6	30.243	8.3	2.0
	14 Incentivo, ao aluno, à realização de atividades adicionais de aprofundamento do aprendizado	7.0	21.9	67.0	4.1	30.243	8.0	2.2
	15 Uso de estratégias para motivar os alunos em relação ao conteúdo	9.0	24.9	63.3	2.8	30.243	7.8	2.4
	16 Ritmo de apresentação do conteúdo	7.3	22.0	68.6	2.1	30.243	8.0	2.2
	17 Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos	5.3	18.8	73.5	2.4	30.243	8.3	2.0
	18 Profundidade com que o conteúdo foi abordado, considerando os objetivos da disciplina	5.4	18.5	73.8	2.2	30.243	8.3	2.0
	19 Integração do conteúdo da disciplina com conteúdos conexos de outras disciplinas	5.9	20.5	69.2	4.3	30.243	8.2	2.1
	20 Integração entre teoria, pesquisa e/ou aspectos da realidade	5.6	18.6	71.1	4.7	30.243	8.3	2.1
	21 Qualidade dos exemplos utilizados para relacionar teoria, pesquisa e prática	5.1	17.8	73.6	3.5	30.243	8.4	2.0
	22 Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalhos, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado	7.2	17.5	72.3	3.0	30.243	8.2	2.2
	23 Discussão dos resultados de avaliações de aprendizagem	8.5	21.2	64.6	5.8	30.243	7.9	2.4
	24 Adequação do uso dos recursos de ensino (quadro de giz, retroprojetor, etc.)	4.5	17.0	75.1	3.4	30.243	8.5	1.9

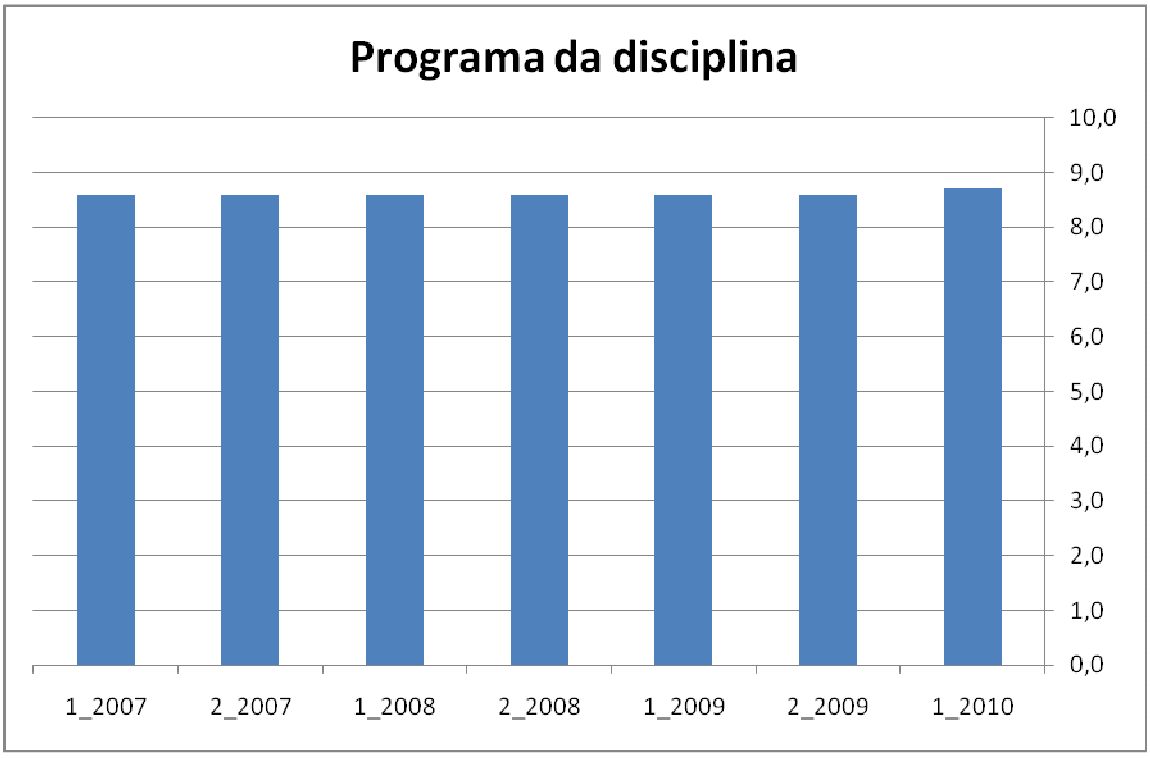
	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
	25 Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos, relacionadas ao conteúdo da disciplina	5.3	15.5	75.3	3.9	30.243	8.5	2.1
	26 Cordialidade na relação com os alunos	4.5	11.6	81.7	2.2	30.243	8.8	2.0
	27 Respeito às ideias manifestadas pelos alunos acerca dos temas abordados	3.9	11.6	81.9	2.6	30.243	8.8	1.9
	28 Disponibilidade para atendimento extraclasse	5.7	17.4	66.6	10.4	30.243	8.3	2.2
	29 Cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor	4.5	11.8	80.5	3.1	30.243	8.7	1.9
	30 Assiduidade	3.0	9.3	84.8	3.0	30.243	9.0	1.7
	Total	**5.6**	**17.0**	**74.1**	**3.4**	**30.243**	**8.4**	**2.1**
AUTOAVALIAÇÃO DE RENDIMENTO	31 Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina	2.2	21.7	72.7	3.4	30.243	8.3	1.6
	32 Rendimento nas tarefas propostas pelo professor	2.9	26.1	67.8	3.2	30.243	8.1	1.6
	33 Busca de aprofundamento por meio de pesquisa bibliográfica e leituras	7.2	32.4	55.8	4.7	30.243	7.5	2.1
	34 Disposição para trocar ideias com os colegas e com o professor	4.1	25.0	67.4	3.5	30.243	8.1	1.9
	35 Assimilação dos conteúdos abordados na disciplina	3.5	24.6	68.8	3.1	30.243	8.1	1.7
	36 Capacidade de aplicar os conhecimentos ensinados na disciplina em outras situações e contextos	3.9	24.1	68.7	3.3	30.243	8.1	1.8
	37 Capacidade de transmitir os conhecimentos adquiridos na disciplina a outras pessoas	4.8	26.1	65.6	3.5	30.243	8.0	1.9
	Total	**4.1**	**25.7**	**66.7**	**3.5**	**30.243**	**8.0**	**1.8**
SUPORTE À EXECUÇÃO DA DISCIPLINA	38 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas	14.2	32.3	48.9	4.6	30.243	7.0	2.6
	39 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas	10.7	21.5	34.2	33.6	30.243	7.0	2.7
	40 Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo: secretaria do departamento) para necessidades surgidas na disciplina	8.0	23.7	40.6	27.8	30.243	7.3	2.4
	41 Apoio da UnB (departamento) para trabalhos de campo	9.9	18.9	26.6	44.6	30.243	6.7	2.8
	42 Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central	12.8	25.3	36.5	25.4	30.243	6.8	2.7
	43 Acervo da Biblioteca Central relacionado ao temas tratados na disciplina	12.9	26.7	40.4	20.0	30.243	6.9	2.6
	44 Número de alunos na disciplina	6.1	20.7	67.9	5.3	30.243	8.1	2.1
	Total	**10.6**	**24.2**	**42.2**	**23.0**	**30.243**	**7.2**	**2.6**

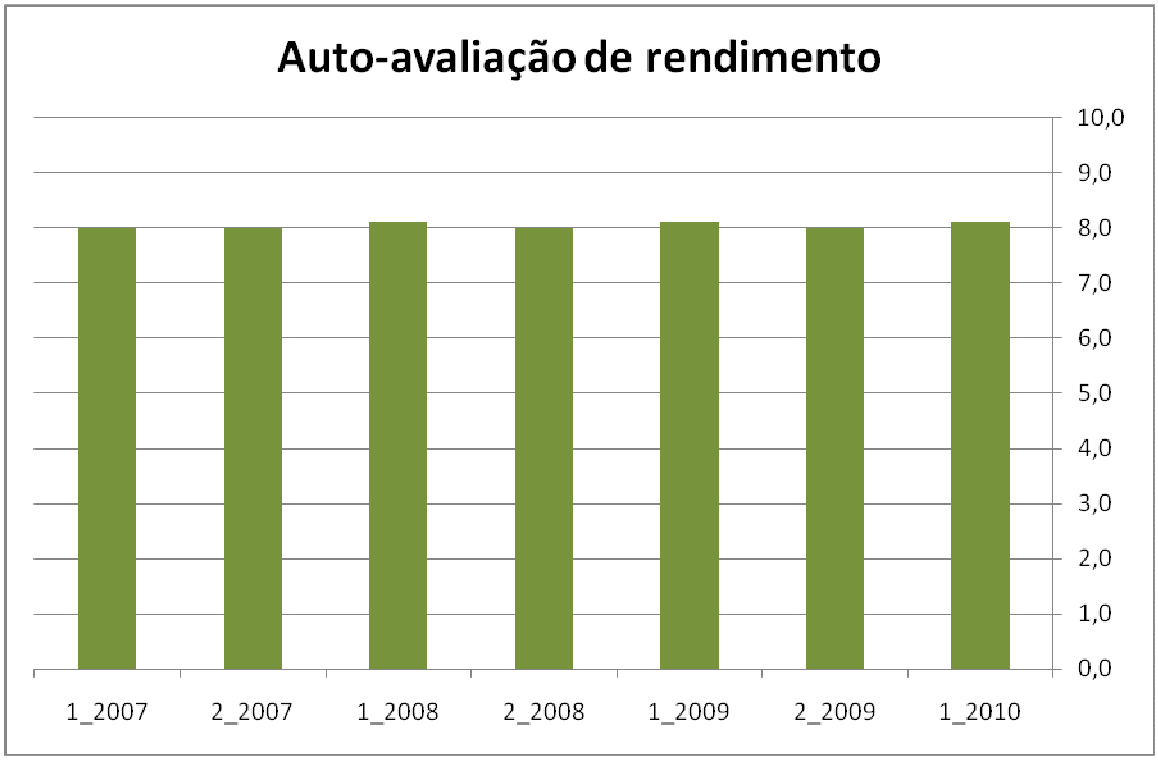
7. Avaliação de Disciplina 1º/2010

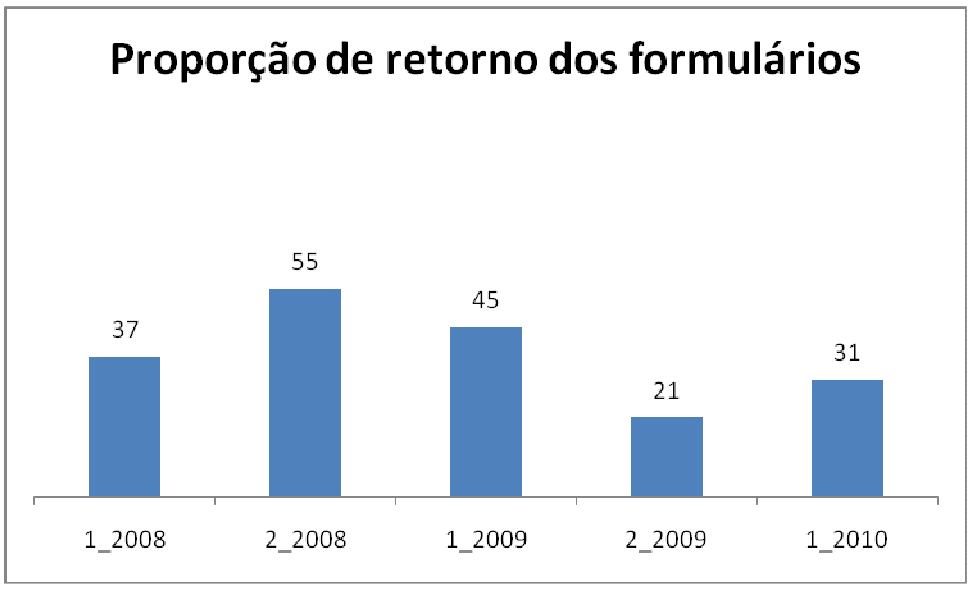
	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
PROGRAMA DA DISCIPLINA	1 Carga horária	2,9	13,6	82,0	1,5	34.987	8,8	1,7
	2 Clareza na descrição dos objetivos do programa	3,4	15,5	79,7	1,3	34.987	8,6	1,8
	3 Compatibilidade dos objetivos com a ementa	2,8	13,4	81,9	1,9	34.987	8,7	1,7
	4 Sequência do conteúdo programático	3,1	14,4	80,9	1,6	34.987	8,7	1,7
	5 Adequação dos objetivos ao conteúdo	2,9	14,2	81,2	1,7	34.987	8,7	1,7
	6 Clareza quanto aos critérios de avaliação	5,2	16,3	76,4	2,1	34.987	8,5	2,0
	7 Adequação da bibliografia utilizada ao conteúdo da disciplina	4,3	15,2	75,8	4,7	34.987	8,6	1,9
	8 Relevância do conteúdo para formação profissional do aluno	3,7	12,0	82,6	1,8	34.987	8,8	1,8
	9 Adequação dos pré-requisitos da disciplina	2,8	11,4	67,0	18,8	34.987	8,7	1,8
	Total	**3,5**	**14,0**	**78,6**	**3,9**	**34.987**	**8,7**	**1,8**
DESEMPENHO DO PROFESSOR	10 Domínio do conteúdo ministrado	2,1	8,3	88,2	1,4	34.987	9,2	1,5
	11 Qualidade na transmissão do conteúdo	5,9	16,4	76,4	1,3	34.987	8,4	2,1
	12 Entusiasmo demonstrado na transmissão do conteúdo	5,1	14,6	79,0	1,4	34.987	8,6	2,0
	13 Incentivo à participação dos alunos nas atividades previstas no programa da disciplina	5,0	17,7	75,1	2,2	34.987	8,4	2,0
	14 Incentivo, ao aluno, à realização de atividades adicionais de aprofundamento do aprendizado	6,8	21,4	68,3	3,5	34.987	8,1	2,2
	15 Uso de estratégias para motivar os alunos em relação ao conteúdo	8,7	24,1	64,8	2,3	34.987	7,8	2,4
	16 Ritmo de apresentação do conteúdo	7,3	20,6	70,3	1,8	34.987	8,1	2,2
	17 Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos	5,1	18,1	74,7	2,0	34.987	8,4	2,0
	18 Profundidade com que o conteúdo foi abordado, considerando os objetivos da disciplina	5,3	17,1	75,8	1,8	34.987	8,4	2,0
	19 Integração do conteúdo da disciplina com conteúdos conexos de outras disciplinas	5,8	19,1	71,3	3,9	34.987	8,3	2,1
	20 Integração entre teoria, pesquisa e/ou aspectos da realidade	5,7	18,1	71,6	4,6	34.987	8,3	2,1
	21 Qualidade dos exemplos utilizados para relacionar teoria, pesquisa e prática	5,1	16,7	74,9	3,3	34.987	8,4	2,0
	22 Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalhos, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado	6,6	16,7	73,9	2,8	34.987	8,3	2,2
	23 Discussão dos resultados de avaliações de aprendizagem	8,2	19,8	66,1	5,9	34.987	8,0	2,4
	24 Adequação do uso dos recursos de ensino (quadro de giz, retroprojetor, etc.)	5,0	17,0	74,1	3,9	34.987	8,4	2,0
	25 Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos, relacionadas ao conteúdo da disciplina	5,1	15,2	76,5	3,2	34.987	8,5	2,1

	ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7 (%)	Notas acima de 8 (%)	NA Missing (%)	N. de alunos	Média	Desvio-Padrão
	26 Cordialidade na relação com os alunos	4,7	11,1	82,4	1,7	34.987	8,8	2,0
	27 Respeito às ideias manifestadas pelos alunos acerca dos temas abordados	4,1	10,8	83,0	2,0	34.987	8,8	1,9
	28 Disponibilidade para atendimento extraclasse	5,6	17,2	66,7	10,6	34.987	8,3	2,2
	29 Cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor	4,5	11,8	81,6	2,1	34.987	8,8	2,0
	30 Assiduidade	2,9	9,0	85,6	2,5	34.987	9,0	1,7
	Total	**5,5**	**16,2**	**75,3**	**3,1**	**34.987**	**8,5**	**2,1**
AUTOAVALIAÇÃO DE RENDIMENTO	31 Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina	2,1	20,7	74,6	2,5	34.987	8,4	1,6
	32 Rendimento nas tarefas propostas pelo professor	2,7	24,8	69,9	2,7	34.987	8,1	1,6
	33 Busca de aprofundamento por meio de pesquisa bibliográfica e leituras	7,3	31,5	57,6	3,6	34.987	7,6	2,1
	34 Disposição para trocar ideias com os colegas e com o professor	4,1	24,3	68,8	2,8	34.987	8,1	1,9
	35 Assimilação dos conteúdos abordados na disciplina	3,3	23,0	71,2	2,4	34.987	8,2	1,7
	36 Capacidade de aplicar os conhecimentos ensinados na disciplina em outras situações e contextos	3,7	22,6	71,1	2,7	34.987	8,2	1,8
	37 Capacidade de transmitir os conhecimentos adquiridos na disciplina a outras pessoas	4,4	25,1	67,9	2,6	34.987	8,0	1,8
	Total	**3,9**	**24,6**	**68,7**	**2,8**	**34.987**	**8,1**	**1,8**
SUPORTE À EXECUÇÃO DA DISCIPLINA	38 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas	13,4	30,7	51,5	4,3	34.987	7,1	2,6
	39 Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas	12,4	18,8	31,6	37,2	34.987	6,7	3,0
	40 Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo: secretaria do departamento) para necessidades surgidas na disciplina	14,7	23,6	33,5	28,2	34.987	6,6	3,0
	41 Apoio da UnB (departamento) para trabalhos de campo	16,3	17,8	21,0	44,9	34.987	5,8	3,3
	42 Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central	38,5	12,5	15,1	33,8	34.987	3,5	3,8
	43 Acervo da Biblioteca Central relacionado ao temas tratados na disciplina	29,6	14,8	19,3	36,4	34.987	4,5	3,8
	44 Número de alunos na disciplina	7,2	20,9	66,7	5,1	34.987	8,1	2,3
	Total	**18,9**	**19,9**	**34,1**	**27,1**	**34.987**	**6,2**	**3,4**

8. Gráficos de itens avaliados pelos alunos da Universidade de Brasília no período compreendido entre 1º/2007 a 1º /2010




Auto-avaliação de rendimento
10,0
9,0
8,0
7,0
6,0
5,0
4,0
3,0
2,0
1,0
0,0
1_2007
2_2007
1_2008
2_2008
1_2009
2_2009
1_2010

Suporte à execução da disciplina
10,0
9,0
8,0
7,0
6,0
5,0
4,0
3,0
2,0
1,0
0,0
1_2007
2_2007
1_2008
2_2008
1_2009
2_2009
1_2010

9. Gráficos de retorno dos formulários